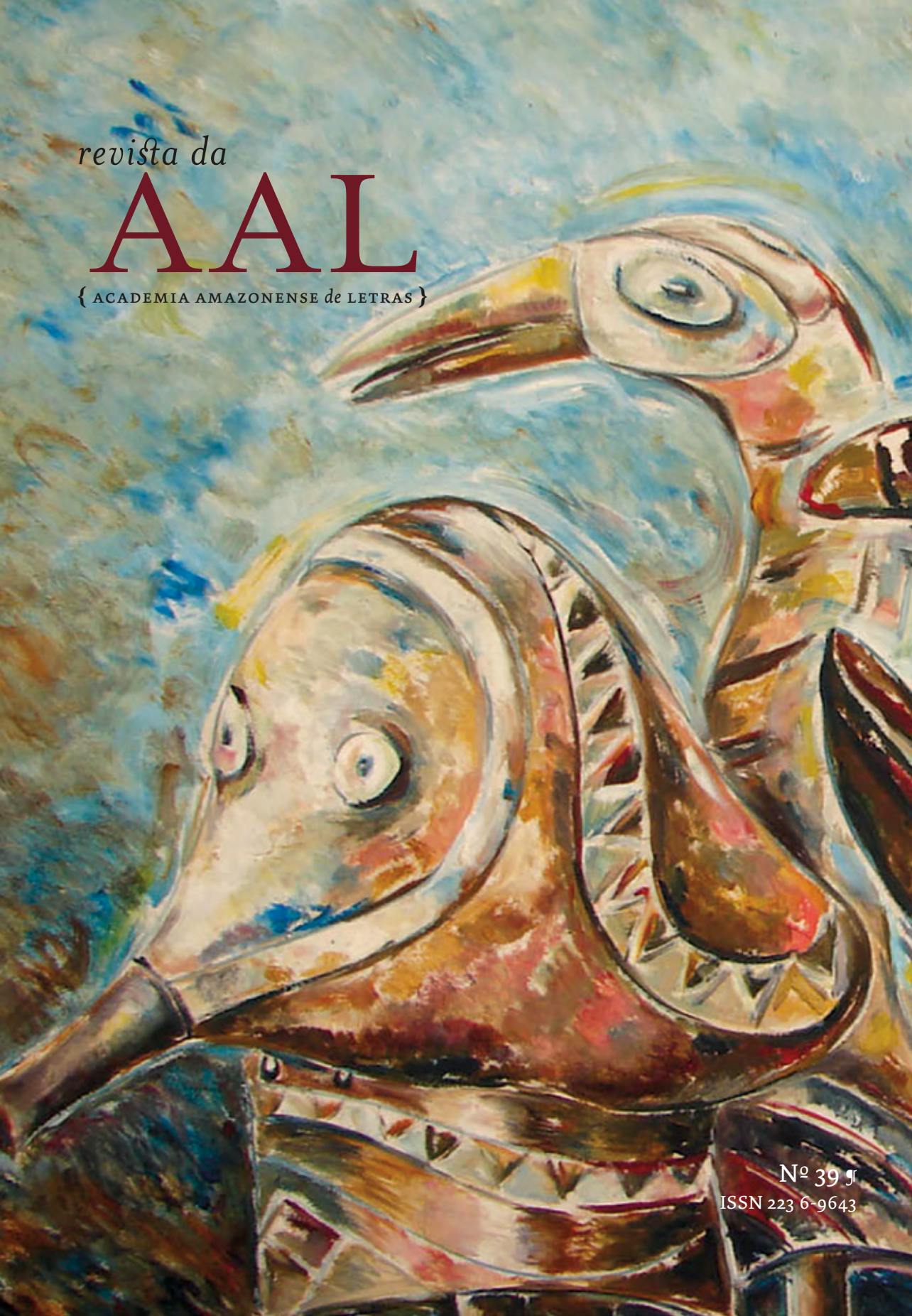


An abstract painting featuring two toucans. The toucan in the foreground is rendered with thick, expressive brushstrokes in shades of brown, tan, and blue, with a large, prominent beak. The toucan in the background is more ethereal, with lighter colors and a softer focus. The background is a mix of blue, green, and yellow, suggesting a natural, outdoor setting. The overall style is painterly and expressive.

revista da

AAL

{ ACADEMIA AMAZONENSE de LETRAS }

Nº 39
ISSN 223 6-9643







revista da
AAL
{ ACADEMIA AMAZONENSE de LETRAS }



número 39
fundada em 1º de janeiro de 1918
ANO 102  2020

¶ DIRETORIA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
Biênio 2020/2021

—

Presidente • ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Vice-Presidente • MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Secretário-Geral • EULER ESTEVES RIBEIRO

Secretário-Adjunto • ARISTÓTELES COMTE DE ALENCAR FILHO

Tesoureiro • ABRAHIM SENA BAZE

Tesoureiro-Adjunto • FRANCISCO GOMES DA SILVA

Diretora de Patrimônio • CARMEN NOVOA SILVA

Diretora de Promoções e Eventos • MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

Diretor de Edições • JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

—

Conselho Fiscal

MARIA JOSÉ MAZÉ SANTIAGO MOURÃO

LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA

MAX CARPHENTIER LUIZ DA COSTA

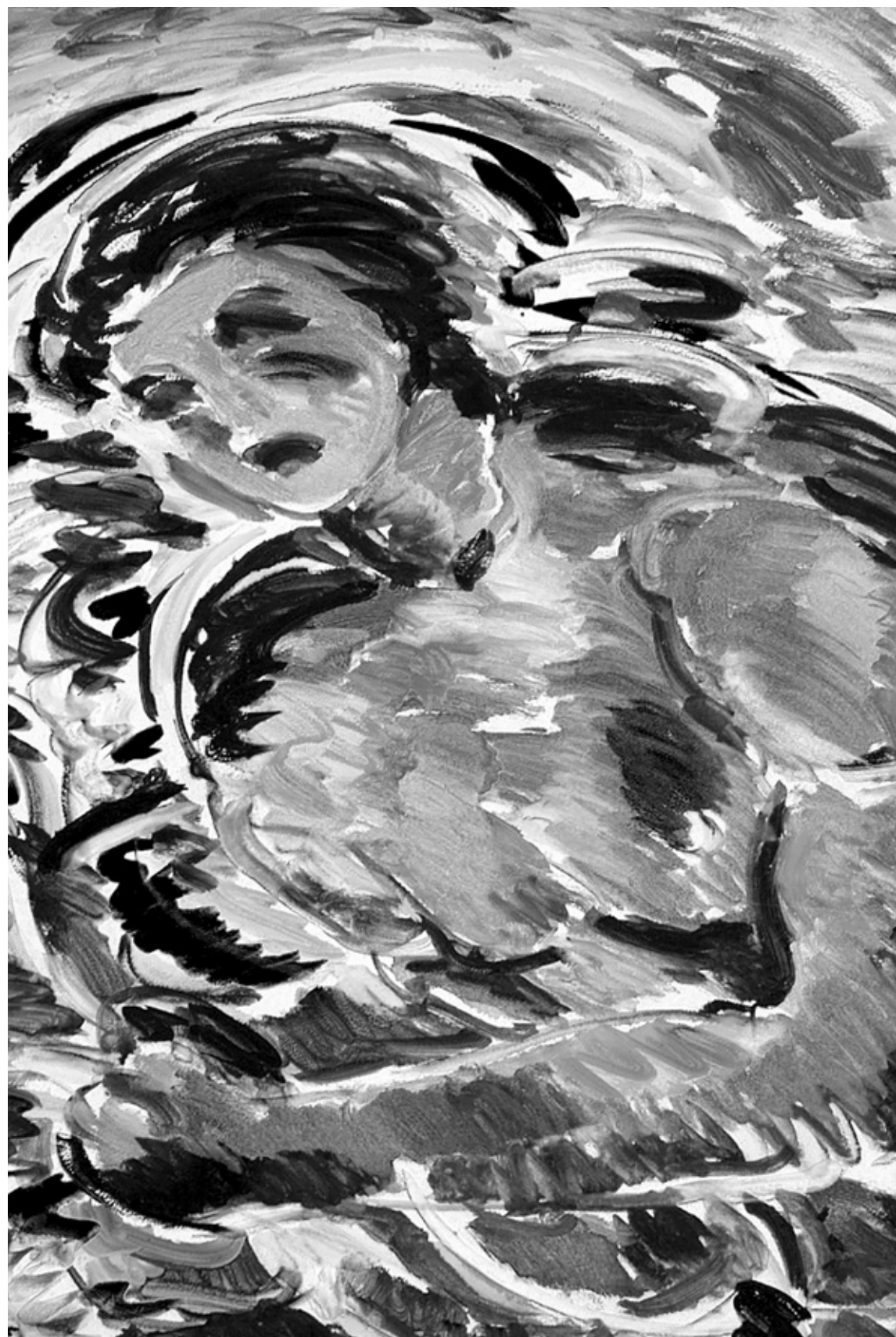
—

Suplentes

SERGIO VIEIRA CARDOSO

ALMIR DINIZ DE CARVALHO

JOSÉ GERALDO XAVIER DOS ANJOS



COPYRIGHT © ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS, 2020

COORDENAÇÃO EDITORIAL

José Braga

COMISSÃO EDITORIAL

*Marcos Vilaça · Elson Farias · William Rodrigues · Bernardo Cabral
· Lafayette Vieira · José Braga · Carmen Novoa Silva · Dom Luiz Vieira · Márcio Souza
· Almino Affonso · Aristóteles Alencar · Sergio Cardoso · Artemis Soares*

PRODUÇÃO E DIREÇÃO DE ARTE

Marcicley Reggo · Dayana Teófilo

Capa: Máscara Ticuna. Óleo sobre duratex, 1980. Jair Jacqmont.

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Mazé Mourão {reg. profissional 16700/101/48}

FICHA CATALOGRÁFICA

Ycaro Verçosa dos Santos {CRB-11 287}

REVISTA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS.

– Ano 102, nº 39 (2020). Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2020.

ISSN 2236-9643

280 p.

1. Literatura brasileira – periódicos II.

CDD B869.05

A A L

Filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil

Rua Ramos Ferreira, n.º 1.009

Centro Histórico de Manaus. CEP: 69.010-120

tel./fax: (92) 3342 5381

academiadeletras.am@gmail.com

www.academiaamazonensedeletras.com

Manaus  Amazonas

¶ QUADRO DE PATRONOS E ACADÊMICOS EFETIVOS

• 1	Pericles Moraes	José Bernardo Cabral
• 2	Euclides da Cunha	Sergio Vieira Cardoso
• 3	Gonçalves Dias	Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto
• 4	Sílvio Romero	Newton Sabbá Guimarães
• 5	Araújo Filho	Almir Diniz de Carvalho
• 6	Adriano Jorge	Rosa Mendonça de Brito
• 7	Maranhão Sobrinho	Aldisio Gomes Filgueiras
• 8	Torquato Tapajós	Euler Esteves Ribeiro
• 9	Machado de Assis	José dos Santos Pereira Braga
• 10	Barão do Rio Branco	Mário Ypiranga Monteiro Neto
• 11	José Veríssimo	Marcus Luiz Barroso Barros
• 12	Olavo Bilac	Elson José Bentes Farias
• 13	Estelita Tapajós	Abrahim Sena Baze
• 14	Barão de Sant'Anna Nery	Cláudio do Carmo Chaves
• 15	Graça Aranha	Almino Monteiro Álvares Affonso
• 16	João Leda	Tenório Nunes Telles de Menezes
• 17	Francisco de Castro	José Geraldo Xavier dos Anjos
• 18	Jonas da Silva	Vaga
• 19	Coelho Neto	Lafayette Carneiro Vieira
• 20	João Ribeiro	Francisco Gomes da Silva
• 21	Tenreiro Aranha	Márcia Perales Mendes Silva
• 22	Farias Brito	Robério dos Santos Pereira Braga
• 23	Cruz e Sousa	Júlio Antonio de Jorge Lopes
• 24	Joaquim Nabuco	Marilene Corrêa da Silva Freitas
• 25	Araújo Lima	Márcio Gonçalves Bentes de Souza
• 26	Rui Barbosa	José Roberto Tadros
• 27	Tavares Bastos	José Maria Pinto de Figueiredo
• 28	Aníbal Teófilo	Maria José Mazé Santiago Mourão

• 29	Castro Alves	Amadeu Thiago de Mello
• 30	Araripe Júnior	Marcos Frederico Krüger Aleixo
• 31	Raimundo Monteiro	Max Carphentier Luiz da Costa
• 32	Bernardo Ramos	Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto
• 33	Antônio Brandão de Amorim	Carmen Novoa Silva
• 34	Ermanno Stradelli	Antônio José Souto Loureiro
• 35	Dom Frederico Costa	Arlindo Augusto dos Santos Porto
• 36	Inglês de Souza	Dom Luiz Soares Vieira
• 37	Benjamin Lima	Vaga
• 38	Barbosa Rodrigues	William Antônio Rodrigues
• 39	Alfredo da Matta	Aristóteles Comte de Alencar Filho
• 40	Paulino de Brito	Artemis de Araújo Soares

Sumário

PALAVRA DO PRESIDENTE.....	11
----------------------------	----

{ACADEMIA DE PORTAS ABERTAS}

Coral do Amazonas: a força de um canto, da Floresta Amazônica a Richard Wagner e outros tantos

FABIANO CARDOSO DE OLIVEIRA	15
-----------------------------------	----

{ORATÓRIA}

Solenidade do CENTENÁRIO DA ACADEMIA – 23.05.2019

Abertura, ROBÉRIO BRAGA	31
Discurso, MARCUS BARROS	34
Agradecimento, JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO	39

Solenidade do CENTENÁRIO DA ACADEMIA – 03.10.2019

Abertura, ROBÉRIO BRAGA	41
Discurso, FRANCISCO GOMES DA SILVA	44
Agradecimento, CELDO BRAGA	55
Agradecimento, FLÁVIO ANTONY FILHO	59

{DISCURSO}

Amazonas moderno

RAMAYANA DE CHEVALIER.....	63
----------------------------	----

{CONFERÊNCIA}

A sciencia da religião e a religião da sciencia

ORLANDO LIMA	75
--------------------	----

{ HOMENAGENS AO CENTENÁRIO }

JOSÉ BERNARDINO LINDOSO

José Lindoso em família. O pai, o avô, o amigo

PEDRO LINDOSO	91
---------------------	----

Os frutos da esperança

ELSON FARIAS	119
--------------------	-----

José Lindoso, o professor e o jurista

JÚLIO ANTONIO LOPES	136
---------------------------	-----

Nota biográfica	148
-----------------------	-----

PLÍNIO RAMOS COELHO

Partiu o Estadista	
CLÁUDIO CHAVES.....	153
A visão de governo de Plínio Coelho	
ROBÉRIO BRAGA.....	158
Nota biográfica	193

PAULO HERBAN MACIEL JACOB

Minhas lembranças do avô Paulo Jacob	
JOÃO PAULO JACOB	197
Chuva Branca o discurso da sobrevivência	
ALDISIO FILGUEIRAS	202
Topografia literária da ficção Jacobiana	
JAMESCLEY ALMEIDA DE SOUZA	207
Nota biográfica	227

MÁRIO SÍLVIO CORDEIRO DE VERÇOSA

Mário Verçosa: entre fatos e lembranças	
TELMA DE VERÇOSA ROESSING.....	231
Acadêmico Mário Verçosa	
GERALDO XAVIER DOS ANJOS	255
Honra e dignidade	
ROBÉRIO BRAGA.....	257
Nota biográfica	261

ÁUREO NONATO DOS SANTOS

Discurso de posse.....	267
Acadêmico Áureo Nonato	
GERALDO XAVIER DOS ANJOS	270
Boêmio da liberdade	
ROBÉRIO BRAGA.....	273
Nota biográfica	278

— Palavra do Presidente

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

A Academia Amazonense de Letras nascida sob a denominação de Sociedade Amazonense de Homens de Letras, em 1918, mas preparada desde os fins do ano anterior em instalações de um jornal da cidade, foi apresentada à sociedade manauense pelos seus vinte e cinco fundadores por meio de seu próprio veículo de comunicação: *Revista do Norte*, editada em formato de jornal, prática comum naqueles anos e conforme as posses financeiras de seus dirigentes. Foram duas edições neste formato, o qual, em 1920, passou a ter a denominação de *Revista da Academia*.

Por anos seguidos, apesar dos esforços das diretorias que se sucederam e do interesse de vários Acadêmicos, não foi possível dar *Revista* em edição regular e anual, apesar de alguns números terem sido sequenciais. A circulação dependia da Imprensa Oficial do Estado e de autorização do governador da ocasião, nem sempre obtida. Nos últimos anos, entretanto, seja pelo apoio do Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado de Cultura e da Prefeitura Municipal de Manaus por via da ManausCult ou em razão de Emenda Parlamentar aprovada na Assembleia Legislativa, o veículo de comunicação da entidade tem tido regularidade.

Sem perder as características de revista acadêmica, ganhou novo formato desde a presidência Max Carphentier, aprimorou-se sob a

presidência José Braga e mantém-se em circulação regular, ilustrada e com produções de titulares da instituição, para ser distribuída de forma gratuita. Mais recentemente, logramos disponibilizar toda a coleção por meio digital no site da Academia, o que amplia grandemente o acesso aos leitores, pesquisadores e demais interessados.

Este número 39, lançado no centésimo segundo ano de fundação do Silogeu, inclui as secções de praxe relativas às solenidades oficiais, artigo de professor convidado, discursos, conferência e, em destaque, os festejos do Centenário de Fundação da Casa de “Adriano Jorge”. Caderno especial contempla as homenagens a antigos titulares que completaram centenário de nascimento: José Lindoso, Plínio Coelho, Paulo Jacob, Mário Verçosa e Áureo Nonato, constituindo-se, pois, em documentário histórico muito particular e fonte para ampla pesquisa.

O que se prenuncia para o futuro próximo da instituição com a eleição da nova diretoria sob a presidência do Acadêmico Aristóteles Comte de Alencar Filho é a dinamização ainda maior da Casa, a renovação e a ampliação de projetos de sucesso e a continuidade da edição regular da *Revista*, ele que encarna a representação mais lídima e brilhante da nova geração de titulares das poltronas azuis e doiradas.

Assim, o sodalício caminha em direção ao bicentenário com representatividade e observância dos princípios que o instituíram.



{ *Academia de* PORTAS ABERTAS }

— Coral do Amazonas: a força de um canto, da Floresta Amazônica a Richard Wagner e outros tantos

FABIANO CARDOSO DE OLIVEIRA¹

INTRODUÇÃO

Criado em 1997, como corpo estável oficial do Estado, o Coral do Amazonas tem uma história anterior à audição que o profissionalizou. Vinculado em grande parte do tempo ao processo histórico do próprio Teatro Amazonas, o coro é composto por 64 cantores, sendo 17 sopranos, 17 contraltos, 15 tenores e 15 baixos, além de dois pianistas, um maestro assistente e um preparador vocal. O período amadorístico do grupo foi fundamental para o êxito de sua profissionalização cujo percurso se desenvolve até a participação no Festival Amazonas de Ópera – FAO e passa por momentos marcantes que são descritos, pelo menos em parte, neste estudo.

A ideia principal é traçar um panorama deste coro de início amador que, na atualidade, enfrenta todo tipo de repertório com técnica e excelência, chegando ao momento mais recente com o objetivo de escrever sua história, não com intuito de esgotar o assunto, mas como ponto de partida para outras pesquisas. Este relato de experiência procura, ainda que de forma concisa, contar essa trajetória. O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa descritiva, com a contextualização da fundação do coral, enquanto grupo profissional, não excluindo a fase antecedente; os fatos marcantes e um breve panorama do repertório apresentado.

O Coral do Amazonas é corpo estável da atual Secretaria de Estado

¹ Mestre em Letras e Artes. Professor Assistente da Universidade do Estado do Amazonas. Maestro Assistente do Coral do Amazonas.

16 de Cultura e Economia Criativa – SEC, com sede atual no centenário Teatro Amazonas, e ensaios regulares no Centro Cultural Palácio da Justiça² antigo “conjunto arquitetônico mais representativo dos tempos de riqueza da borracha”,³ mas, pouco depois de sua profissionalização, teve sede anterior na Rua da Instalação, em conjunto com a biblioteca Padre Agostinho Martin, com salão de ensaio e gabinetes de estudos de naipes.

Nesse contexto, interessante verificar que no Brasil são apenas 15 coros profissionais, mas os ligados à teatros são apenas os corais líricos de São Paulo, Rio de Janeiro, Coral Paulistano, Coro da OSESP, Coral Lírico de Minas Gerais e o Coral do Amazonas, sendo que este tem, ainda, a característica de servir a um teatro-monumento e patrimônio nacional do Brasil. Esse indicativo, se comparado aos números de coros profissionais italianos ou alemães, permite verificar um enorme fosso quantitativo e distante da realidade europeia em termos de mercado profissional e postos de trabalho.

Destaque-se, que foi a fixação do projeto de realização de ópera que contribuiu para a efetivação do Coral do Amazonas como grupo profissional e corpo estável, o que será demonstrado adiante.

DESENVOLVIMENTO E DESCRIÇÃO DO CONTEXTO

O surgimento do Coral do Teatro Amazonas se deu na virada do ano de 1981, no dia 31 de dezembro, com o incentivo do radialista F. Cavalcante⁴, e sob a batuta do maestro Nelson Eddy,⁵ conforme narra Madeira,

A ideia de se criar um coral para cantar no Teatro Amazonas, na passagem do ano, na sacada que dava para a praça, surgiu quando o M^{re}. Nelson Eddy assumiu a Vice-diretoria do Teatro Amazonas. O **F. Cavalcante**, através da rádio, conclamou, quem tivesse interesse, a participar. O maestro pensou improvável,

2 Hoje Centro Cultural Palácio da Justiça, foi a antiga instalação do Poder Judiciário do Amazonas, inaugurado em 1900.

3 GARCIA, Etelvina. **Manaus, referências da História**. Manaus: Norma Editora, 2012, p. 58.

4 Radialista e locutor muito popular em Manaus na década de 80 do século passado.

5 Maestro cearense, radicado em Manaus. Trabalhou no Departamento de Música da UFAM, Conservatório de Música Joaquim Franco e na Vice-Diretoria do Teatro Amazonas.

pois, em se tratando da passagem do ano, todo mundo quer ficar 17
em casa, comemorando a virada do ano e por isso não acreditava
que aparecessem muitos candidatos, pois se tratava de cantar à
meia-noite do 31 de dezembro. Para a sua surpresa, um grande
número de pessoas se apresentou e ele pode fazer uma **escolha
bem caprichada**, como diz. O sucesso foi tanto, que o Coral
continuou normalmente e está lá até hoje. ⁶ (grifos no original)

A data escolhida para a estreia do Coral, é também a data comemorativa de aniversário do Teatro Amazonas, como narra Garcia,

O Teatro Amazonas foi inaugurado na memorável noite de 31 de dezembro de 1896, pelo governador Fileto Pires Ferreira, sucessor de Eduardo Ribeiro. No refinado ambiente daquela noite de gala, as elites manauenses assistiram a Companhia Lírica italiana, do maestro Joaquim Franco, apresentar algumas árias e canções da ópera Gioconda, de Amilcare Ponchielli. No dia 7 de janeiro seguinte, a encenação de Gioconda abriria a 1.^a estação lírica de 1897, iniciando a série de espetáculos memoráveis que compõem a história do emblemático templo de arte.⁷

Essa iniciativa dava continuidade ou promovia uma retomada de antigas experiências em música e canto coral no Estado, seja aquelas que foram desenvolvidas pelo maestro Nivaldo Santiago, ou as dirigidas pelo maestro Dirson Costa, sempre aproveitando o Teatro Amazonas como base para apresentações e até mesmo para ensaios e reuniões de estudos. Isso, se forem consideradas, apenas, as iniciativas mais recentes, posto que em épocas mais remotas, como no período da *belle époque* amazonense outros grupos de canto coral ou de concertistas podem ser identificados.

Registre-se, igualmente, que a criação da Secretaria de Estado de Cultura e Estudos Amazônicos, foi marco transformador, estabelecendo política cultural ampla, redundando que “a cultura assumiu novo *status* institucional”,⁸ ou que o governo tenha dado uma

6 MADEIRA, Auta de Amorim Gagliardi. **Nivaldo Santiago, uma Amazônia de música**. Brasília, DF: Ed. do autor, 2009.

7 GARCIA, Etelvina. **Manaus, referências da História**. Manaus: Norma Editora, 2012.

8 BRAGA, Robério. Notícia da Pinacoteca Pública do Amazonas. In. **Pinacoteca do Amazonas, 50 anos**. Manaus: Governo do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Reggo, 2016, p. 59.

- 18 demonstraco de importância  área cultural como referiu o governador Amazonino Mendes.⁹

O grupo denominado de Coral do Amazonas tornou-se profissional em 1997, quando a Secretaria de Estado de Cultura – SEC criou, por meio de concurso público, o Coral do Amazonas. A primeira formação do Coral do Amazonas, com essa denominação e nessa condição profissional, contou com 49 coralistas, sendo 31 do antigo grupo amador. “A maioria dos membros do Coral do Teatro Amazonas se submeteram ao concurso, além de outros cantores, em grande parte, oriundos de Igrejas locais.”¹⁰



FIGURA 1. Placa comemorativa que se encontra no Teatro Amazonas. © Misael Pinheiro.

Essa iniciativa gerou ainda a criação e profissionalização dos Corpos Artísticos do Teatro Amazonas. A Amazonas Filarmnica, foi fundada em 26 de setembro de 1997 pelo Governo do Estado por iniciativa da então Secretaria de Estado de Cultura e Estudos Amazônicos, no governo Amazonino Mendes tendo o escritor Robério dos Santos Pereira Braga como titular da secretaria, no conjunto de outras iniciativas que incluíram, além do Coral e Orquestra, o Corpo de Dança do Amazonas. Convidado pelo governo, o primeiro maestro da orquestra foi Júlio Medaglia, sendo esta, atualmente, a orquestra oficial do Festival Amazonas de pera, enquanto o Coral era dirigido

9 AMAZONAS. Governador (1995...: Amazonino Armando Mendes). **Mensagem do Governador Amazonino Armando Mendes,  Assembleia Legislativa do Estado:** ações 1995/1998. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1999, p. 61.

10 CASTRO, Maria. Entrevista concedida no dia 29 de abril de 2021.

pelo maestro Zacarias Fernandes. O Corpo de Dança do Amazonas – 19 CDA, foi fundado logo em seguida, em 1998. Informações que podem ser conferidas em relatório de gestão da Secretaria de Cultura:

PROGRAMA CORPOS ARTÍSTICOS (7 grupos) Desde 1896, o Teatro Amazonas não possuía corpos estáveis. Em vários períodos, instrumentistas e musicistas constituíram grupos informais que atuavam no Teatro, como o conjunto de Câmara Orpheus e a Orquestra do Teatro Amazonas, formada principalmente, por estudantes da Escola Técnica Federal. Vários conjuntos de canto coral, de caráter amador, atuaram conduzidos pelos maestros Nivaldo Santiago, Nelson Eddy, Dirson Costa e Zacarias Fernandes. O Programa de Música Erudita e Artes da Secretaria, de 1997, levou à criação dos Corpos Artísticos profissionais do Teatro Amazonas e de grupos experimentais de alunos do Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro. Para esse fim, o Estado estimulou empresários e artistas a se organizarem em sociedades civis sem fins lucrativos, para atuar em apoio à cultura, e, depois, instituiu a Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC, criada por lei, mas de direito privado. A admissão por concurso, o regime celetista, a realização anual de exames para a renovação dos contratos e a abertura de novas vagas são critérios do Programa de Corpos Artísticos. Grupos em 1996: Coral do Teatro Amazonas, de caráter amador e sem vínculo funcional. 1997-2016, Coral do Amazonas (1997), Orquestra Amazonas Filarmônica (1997), Corpo de Dança do Amazonas (1998), Orquestra de Violões do Amazonas (2000), Orquestra Amazonas Band (2000), Balé Folclórico do Amazonas (2001) e Orquestra de Câmara do Amazonas (2002).¹¹

Segundo Robério Braga,¹² o empenho em realizar esses projetos se desenvolveu “em tarefas paulatinas, mas de forma vertiginosa, febril e de modo a garantir que o valor artístico se impusesse”, o que se confirma com a evolução dos grupos de arte, a ponto de, no aso do Coral, firmar-se o entendimento assinalado Zacarias Fernandes,¹³

11 BRAGA, Robério. (org.). AMAZONAS, **Cultura e Arte no Amazonas: 20 anos realizando sonhos – 1997-2016**, 2016, p. 174.

12 BRAGA, Robério. Apresentação. In. Amazonas Filarmônica & Coral do Amazonas. **Concerto inaugural**. Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado de Cultura e Estudos Amazônicos, 1997, p. 6.

13 FERNANDES, Zacarias. Mensagem. In. **Amazonas Filarmônica & Coral do Amazonas**. Concerto inaugural. Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado de Cultura e Estudos Amazônicos, 1997, p. 6.

- 20 “cercado por um legado histórico [...] no sentido de ser alavancador dessa importante manifestação cultural”, posto que é possível considerar a influência do Coral do Amazonas em outros coros da cidade.

Zacarias Fernandes, maestro radicado no Amazonas, e regente do coral à época, depõe sobre certa fase do Coral do Amazonas com o Festival Amazonas de Ópera.

Criado em 1997 pelo governo do Estado do Amazonas, através da Secretaria de Cultura, que abraçou a ideia do jovem alemão Michael Jelden, na época com apenas 25 anos, que sonhava em realizar algo semelhante ao do seu conterrâneo Fitzcarraldo. Contando com a existência do Coral do Teatro Amazonas, ainda amador, Jelden contagiou a todos com a sua energia e determinação, viabilizando, com a apoio de vários parceiros, entre eles o saudoso publicitário Edmar Costa. Depois de dois meses de intensos ensaios, o festival teve sua abertura dia 5 abril com um concerto de gala. E finalmente, no dia 6, a estreia de *La Traviata*, de Verdi. No dia 9 foi a vez da estreia de *Carmen*, de Bizet, que teve até uma apresentação extra, no dia 21, no anfiteatro da Ponta Negra. E foi assim que nasceu o nosso festival de ópera.¹⁴

Maggiati completa a narrativa, apontando a questão de investimento financeiro de Jelden.

Para os espetáculos Jelden trará 150 músicos da orquestra da ópera Bolshoi, solistas estrangeiros e trabalhará com o Coro Sinfônico do Amazonas. O músico explica que seu objetivo não é ganhar dinheiro com os espetáculos. “O que eu estou fazendo não é economicamente viável. Eu estou fazendo isso pelo valor humano e artístico de haver espetáculos de ópera neste teatro”, diz Jelden. Ao todo, o músico alemão está investindo R\$ 360 mil no festival. “Tive que raspar minha conta bancária”, diz. Os ingressos custam entre R\$ 55,00 e R\$ 20,00.¹⁵

Ainda nesse sentido, os dados oficiais da SEC/AM mostram que:

Em 1997, com a criação da Secretaria de Cultura que me coube implantar, fundiu-se à decisão política o interesse da gestão das artes conforme havíamos planejado, ao desejo de um jovem músico alemão que almejava produzir uma ópera no Teatro

14 FERNANDES, Zacarias. **Entrevista** concedida no dia 29 de abril de 2021.

15 MAGGIATI, André. Teatro Amazonas tem Festival de Ópera. Folha de São Paulo, segunda-feira, 10 de março de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/3/10/ilustrada/11.html>. Acesso em: 07 de jul. 2018.

Amazonas. Com aquele produtor realizamos os dois primeiros 21
festivais, mas sua forma de atuação não se coadunava com o que
nos cumpria executar como agentes públicos e o que havíamos
planejado. Dois outros festivais realizamos com uma empresa
produtora paulista, que mais se aproximava do que almejáva-
mos, mas o que todos desejávamos era produzir o Festival e gerar
em Manaus, qualificação, emprego e renda, e um patrimônio
material para o nosso povo.¹⁶

A ideia de Jelden não passou despercebida pela imprensa inter-
nacional, como é nos informado por Maggiati.

O violinista alemão Michael Jelden, 25, está trazendo a ópera de
volta para o centenário Teatro Amazonas. Entre 5 e 20 de abril,
o teatro mostra “La Traviata”, “Carmen”, “O Barbeiro de Sevilha”
e concertos sinfônicos.

Por conta de sua obsessão por promover um festival de ópera
no teatro, o músico já foi chamado de “novo Fitzcarraldo”, pela
revista alemã “Der Spiegel” e pelo “New York Times”. No filme
“Fitzcarraldo”, o cineasta Werner Herzog conta a história de um
alemão (interpretado por Klaus Kinski), obcecado pela ideia de
mostrar óperas para os índios da Amazônia. Jelden conheceu o
Teatro Amazonas pela Internet. A exemplo de Fitzcarraldo, ficou
fascinado com a casa de espetáculos e decidiu trazer a ópera para
Manaus. “Esse é o teatro de ópera mais famoso do mundo. Por
que não apresenta óperas?”, pergunta. O teatro Amazonas não
apresenta uma ópera completa há 90 anos, quando os “barões da
borracha” traziam as companhias europeias a Manaus.¹⁷

Maria de Castro¹⁸ nos fornece o olhar de uma cantora que acom-
panhou o processo de preparação do primeiro Festival.

O Coro, em sua maioria não tinha nem assistido a uma ópera, a
não ser em vídeos, mas confiou e assumiu a responsabilidade de
fazer o melhor que pudesse. E ao retornar das férias de final de

16 BRAGA, Robério. Introdução. In. **Canto lírico da selva**. Festival Amazonas
de Ópera, 15 anos. Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado
de Cultura, Manaus, 2011, p. 9.

17 MAGGIATI, André. Teatro Amazonas tem Festival de Ópera. **Folha de São
Paulo**. São Paulo, segunda-feira, 10 de março de 1997. Disponível em: [https://
www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/3/10/ilustrada/11.html](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/3/10/ilustrada/11.html). Acesso em: 03 de
ago. 2021).

18 Integrante mais antiga em atividade no Coral do Amazonas.

ano, o Coro recebe o reforço de alguns cantores locais selecionados para o referido desafio, além de um quarteto (1 soprano, 1 contralto, 1 tenor e 1 baixo) trazido do leste europeu, bem como a Orquestra, os figurinos, os cenários, a produção. E começamos os ensaios, estudo das partituras (*Carmen* e *La Traviata*), depois os ensaios de cena, a adaptação dos figurinos e chegou o grande dia da estreia, 05 de abril de 1997. O Teatro lotado, imprensa internacional etc. O nervosismo era presente, mas a alegria de mostrar que no Teatro Amazonas, tal qual nos demais teatros do mundo, se começava a produzir a Grande Música. E assim foi até 21 de abril, com o Concerto de Encerramento.¹⁹

Ainda no relatório de gestão, é apontado pela Secretaria de Cultura a importância do Coro e os cantores da terra nas óperas realizadas por amazonenses:

Em 1997, primeiro ano do festival, contou com a participação do “Coral Sinfônico do Amazonas”. A partir do segundo festival, gradativamente, e em razão da formação técnica e da experiência adquirida, o Festival passou a apresentar mais solistas amazonenses do que estrangeiros. Este processo se deveu ao forte intercâmbio cultural oferecido pelo próprio evento, por meio do qual, os artistas locais puderam estudar e se especializar com solistas nacionais e internacionais de vasta experiência, ao interesse pessoal e determinação de muitos dos coralistas, que assumiram a responsabilidade de uma preparação para solistas, inclusive cursando a universidade, vivenciando experiências fora de Manaus, realizando temporadas de estudos em outros centros custeados ou não pelo governo, e ao bom desempenho e sensibilidade dos maestros e diretores artístico e musical do festival.²⁰

Na atualidade (2021), o coral tem como local de realização dos ensaios o Centro Cultural Palácio da Justiça, nos dias de segundas às sextas-feiras, das 8h30 às 12h. Estes ensaios foram divididos em aquecimento,²¹ e leitura de partituras, e, quando necessário, o repertório é trabalhado em naipes e após isso em conjunto, sob a direção

19 CASTRO, Maria. **Entrevista** concedida no dia 29 de abril de 2021.

20 BRAGA, Robério (org.) AMAZONAS. **Cultura e Arte no Amazonas: 20 anos realizando sonhos – 1997-2016**, 2016, p. 162.

21 Hoje o responsável por isso é o renomado Tenor Juremir Vieira, cantor com grande carreira internacional, e prêmios, como o Luciano Pavarotti – International Voice Competition.

do maestro titular do coro, Otávio Simões que narra sua chegada da 23
seguinte forma:

Minha chegada em Manaus foi em fevereiro de 2013, assumindo o posto de regente assistente da Amazonas Filarmônica. Desde lá, fui percebendo que o repertório cantado pelo Coral do Amazonas era de complexidade e não o repertório mais trivial – como acontece em coros de algumas outras capitais. Obras como a Sinfonia n. 2 “Ressurreição” de Mahler e Os Sinos de Rachmaninov, além das óperas Parsifal (Wagner) e Rei Roger (Szymanowski), eram preparadas em relativamente pouco tempo e defendidas em alto nível sobre o palco do Teatro Amazonas. A resposta para isso era até bem fácil de se encontrar: investimentos a longo prazo e participação constante no lendário Festival Amazonas de Ópera.²²

Para Simões, “um grupo como o Coral do Amazonas está no topo da lista de grandes coros do nosso país”.²³



FIGURA 2. Coral do Amazonas em concerto. © Bárbara Umbra.

METODOLOGIAS

O Coral foi organizado e pensado como um coro de ópera, posto que, nota-se que em suas audições, o repertório lírico sempre é o soli-

22 SIMÕES, Otávio. Coral do Amazonas [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <e-mail do otavio> em: 15 ago. 2020.

23 Ibidem.

- 24 citado. De todo modo, isso não manteve o Coro longe das raízes regionais, da música sinfônica e do repertório de música popular brasileira, em suas mais diversas manifestações. Ao reverso, o que se verifica é que tem sido oportunizado a seus integrantes a possibilidade de ter um repertório bem diversificado, com atuação importante no FAO – Festival Amazonas de Ópera, desde a sua primeira edição ainda com o nome de Festival de Manaus, em 1997, e a realização da tetralogia wagneriana *Der Ring des Nibelungen* (O Anel do Nibelungo) em solo brasileiro.

Como é sabido, Richard Wagner é conhecido como um dos maiores nomes da ópera do século XIX. O compositor alemão através de seus *leitmotiven* reformulou e revolucionou o modo de fazer, ouvir e assistir ópera. O Ciclo do Anel é baseado em lendas nórdicas e quando realizado em sua completude, exige um *tour de force* de uma grande equipe, além de grandes vozes. Coube ao Estado do Amazonas, em seu Festival de Ópera, a primazia do Ciclo completo em terras brasileiras,

A imprensa especializada, daqui e de fora, não poupou elogios aos méritos artísticos da iniciativa. O plano do maestro e diretor do FAO, Luiz Fernando Malheiros alcançou sua execução completa no ano de 2005, quando fora apresentada as I e II Jornadas do Anel de Nibelungo.²⁴

Essa execução do *Siegfried* de Wagner em sua completude em solos brasileiros, só fora montada até então em 1922 “com uma trupe completamente europeia, regida pelo mítico Felix Weingartner (1863-1942).”²⁵

O projeto de Malheiros (sic) era, começando por *Die Walküre* (A Valquíria), em 2002, montar uma ópera do Anel por ano. Viriam então, *Siegfried*, em 2003; *Götterdämmerung* (O Crepúsculo dos Deuses), em 2004; e, em 2005, *Das Rheingold*, junto com a reprise das montagens dos anos anteriores. Em todos os títulos, a direção cênica ficaria a cargo de Aidan Lang.

24 BRAGA, Bruno Miranda. **A Ópera na Floresta**: execução e produção de espetáculos líricos no Amazonas. UEA, 2019.

25 PERPÉTUO, Irineu Franco. Os novos “Fitzcarraldos”: Teatros da belle époque são revitalizados e sediam festivais de ópera na Amazônia. In: SAMPAIO, João Luiz (org.). **Ópera à brasileira**. São Paulo: Algor Editora, 2009, p. 123-138.

Objecções não faltavam. A primeira era a propalada falta de 25
vozes brasileiras adequadas para a vocalidade wagneriana. [...] Ademais, as dimensões relativamente reduzidas e a acústica amigável do Teatro Amazonas certamente ajudariam as vozes a “correr” pela casa e chegar aos ouvidos do público.²⁶

O que se verifica é que os projetos de ordem artística que foram desenvolvidos não só pelo maestro Luiz Fernando Malheiros, mas também pelo maestro Marcelo de Jesus e por outros segmentos artísticos como o Corpo de Dança, Balé Folclórico, Balé Experimental, Orquestra de Violões, Amazonas Jazz, e outros grupos semiprofissionais e estudantis criados e fomentados pela Secretaria de Estado de Cultura, foram compondo, ao longo dos anos, um conjunto de atividades que não só abriam oportunidades a novos talentos, como contribuía para a formação de plateia que interessava aos artistas de modo geral, e ampliavam os interesses, inclusive, pelo Liceu Claudio Santoro como escola de artes e pela Escola de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas que foi criada nessa mesma fase.

RESULTADOS OBSERVADOS

Do início amadorístico, a profissionalização do coral foi o resultado mais importante desse período ora abordado, mas não somente isso. Aos cantores, de forma direta, foi proporcionado o que seria inviável fora desse grupo específico de profissionais, pois, através da vivência nas atividades de ensaio e apresentações, muitos desenvolveram, musicalmente, qualidades e aptidões como solistas em todos os naipes, basta ver os registros oficiais a seguir:

38 solistas no Festival Amazonas de Ópera, 17 graduados em música, 16 coralistas com curso superior de música da Universidade do Estado, 14 com cursos técnicos de música, 13 com cursos de curta-duração em leitura musical, 4 graduados em fonoaudiologia e 2 solistas no Rio de Janeiro e São Paulo. Considerado o grupo que acumula maior tradição no Amazonas, o Coral do Amazonas foi ordenado sob a ótica de se constituir corpo artístico do Teatro Amazonas, próprio para um teatro monumento, participar ativamente da programação oficial, desdobrar-se em grupos menores e em solistas para ópera e concerto. Sua compo-

26 Ibidem, p. 131-132.

sição decorreu de concurso/seleção pública, e a renovação de contrato se dá sempre pelo mesmo critério, em prazo anual. O grupo que atuava antes de 1997, embora sob a denominação de Coral do Teatro Amazonas, era voluntário. A evolução natural dos trabalhos e o planejamento executado em associação com os demais grupos permanentes da Secretaria possibilitou qualificação mais intensa, especialmente decorrente da convivência profissional com outros especialistas, sejam maestros, solistas, diretores e técnicos participantes dos festivais de ópera e das convivências, oficinas e estudos e em função do curso de música da Universidade do Estado do Amazonas, no qual já formaram 16 coralistas.²⁷

Outro resultado obtido, e igualmente relevante a ser registrado, compreende a grande abrangência repertorial que o grupo alcançou, com seleção de repertório feita de acordo com a proposta de cada ano, como apontado por Simões:

Tendo vivência coral em minha formação, desde os 15 anos de idade, na qualidade de maestro assistente da orquestra, fiz questão de programar obras corais-sinfônicas muito caras a mim ao longo desses anos em que vivo no Amazonas, pois sabia que o resultado seria muito mais do que satisfatório. Gloria (Poulenc), Te Deum (Dvorák), O Rei Davi (Honegger), Magnificat-Alleluia (Villa-Lobos) foram algumas dessas obras.

De alguma forma, o grupo deve ter sentido a mesma empatia que eu ao longo desses anos, pois no início de 2018 fui um dos indicados ao cargo de regente titular do Coral do Amazonas. Assumi o cargo e o trabalho continuou: as Missas Solenes de Beethoven de Gounod, a ópera Faust e a Canção do Destino (Brahms) foram obras que busquei preparar (entre muitas outras) para seguirmos aumentando a qualidade e a flexibilidade do conjunto. Houve trabalho mais aprofundado na pronúncia de vários idiomas e, também, muito repertório a cappella erudito e popular – tudo precisava ser percorrido., nenhuma vertente da música coral pode ficar de fora.²⁸

As apresentações musicais do Coral foram oriundas das orientações da política cultural desenvolvida pela Secretaria de Cultura

27 BRAGA, Robério (org.) AMAZONAS. **Cultura e Arte no Amazonas: 20 anos reelizando sonhos – 1997-2016**, Manaus, 2016.

28 SIMÕES, Otávio. Coral do Amazonas [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <e-mail do otavio> em: 15 ago. 2020.

desde 1997, como mencionado em primeiro momento, para o FAO, 27 e vários outros projetos como a Série Guaraná, além de eventos que incluem datas festivas, festivais e séries com cerca de 133.312 espectadores nos teatros, 344 apresentações, 11 localidades de intercâmbio, 6 municípios, 1 estado, 7 localidades de circulação de artes, sendo relevante ressaltar que o público que está presente nas programações da Secretaria de Cultura, é considerado um dos mais jovem do Brasil.²⁹

O grupo já desenvolveu diversas ações de popularização da música, de forma geral em municípios do interior do Amazonas, e pretende, nos próximos meses, após o retorno das atividades pós-pandemia de Covid-19, intensificar a agenda de apresentações, com a diversidade vocal e musical já conhecida e presente em sua história.

Como registro dessa trajetória é adequado anotar que o Coral teve como Regentes, além dos titulares Zacarias Fernandes, os convidados – Nestor Andrenacci, Augusto Mesquita, Thierry Cibaut, Grace Saint-Pierre, Linus Lerner e Hermes Coelho, cujo renome é reconhecido no país, e teve a oportunidade de realizar a gravação do musical “Dessana, Dessana”, de Adelson Santos, na Sala Cecília Meirelles, no Rio de Janeiro, além de atuar nos 23 festivais Amazonas de Ópera já empreendidos com sede em Manaus e projeção nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a trajetória do Coral do Amazonas, é falar da história do canto coral no Estado. O início amador semeou sementes para o futuro, e que culminou em 1997 com um coral profissional desenvolvido e sólido, fortalecido dentro da proposta de Corpos Artísticos Estáveis, sediados no Teatro Amazonas, como dito, na sua condição muito especial de teatro-monumento, e constatar a sua permanência e continuado florescimento, como política pública, agora gerida pelo órgão denominado de Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.

29 Constatado recentemente pela mais recente edição do FAO, de forma on-line.

Ao longo de suas várias décadas de existência, o Coral proporcionou ao público do Amazonas, o que havia de mais importante no repertório coral no mundo.

Isso tudo foi possível, sem dúvida, pela política pública implantada pela Secretaria de Cultura, notadamente na fase de 1997-2017, que, para além de profissionalização, manteve o grupo até a data presente, muito diferente da realidade brasileira que, de modo geral, reduz o investimento cultural diminuindo com frequência a existência de grupos profissionais oficiais e ações de arte. Nos dias atuais, é de suma importância a manutenção de corpos estáveis ligados aos teatros que produzem óperas e concertos, mas são poucos os coros profissionais brasileiros, tendo de ser reconhecido que a profissionalização dos coros no Brasil tem muito a expandir e melhorar, principalmente ao ser considerado que são, ao menos, 80 teatros com fosso no país, aptos à produção de ópera, e com a necessidade de um coro ou grupo estável de cantores para essa função.

O Coral do Amazonas, ao reverso desse cenário quase nacional, proporcionou aos coristas a oportunidade de conhecer e executar um repertório vasto e o *status* profissional, tão escasso em nosso país. A participação do Coral nas 23 edições do FAO, e de seus cantores como solistas, comprova a mudança de nível de aprendizes para a independência profissional, além de deixar o grupo preparado para todo tipo de repertório. Hoje, sem dúvida, o Coral do Amazonas atingiu um patamar de sucesso e projeção que faz deste grupo um dos respeitados tecnicamente, no território nacional.

O Coral desempenha, também, a importante missão de divulgação da prática do canto coral no Amazonas com apresentações em igrejas e escolas, levando essa arte aos que não podem ir ao Teatro Amazonas, para atender ao que diz Milton Nascimento “o artista deve ir aonde o povo está”.

Esse conjunto de referências sobre o Coral do Amazonas, desde antes de sua profissionalização à sua mais recente experimentação técnica seja o despertar para novos estudos que apreciem esses e outros ângulos da questão, seja do ponto de vista artístico, como do aspecto econômico, social e de política cultural.

AMAZONAS, Secretaria de Estado de Cultura. BRAGA, Robério (org.) **Cultura e Arte no Amazonas**: 20 anos realizando sonhos – 1997-2016. Manaus: Reggo; Edições do Governo do Estado do Amazonas, 2016.

AMAZONAS. Governador (1995...: Amazonino Armando Mendes). **Mensagem do Governador Amazonino Armando Mendes, à Assembleia Legislativa do Estado**: ações 1995/1998. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1999.

BRAGA, Bruno Miranda. **A Ópera na Floresta**: execução e produção de espetáculos líricos no Amazonas. UEA, 2019.

BRAGA, Robério. Introdução. In. **Canto lírico da selva**. Festival Amazonas de Ópera, 15 anos. Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado de Cultura, Manaus, 2011.

BRAGA, Robério. Notícia da Pinacoteca Pública do Amazonas. In. **Pinacoteca do Amazonas, 50 anos**. Manaus: Reggo; Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado de Cultura, 2016.

CASTRO, Maria. **Entrevista** concedida no dia 29 de abril de 2021, às 9h:30.

FERNANDES, Zacarias. **Entrevista** concedida no dia 29 de abril de 2021, às 9h:30.

GARCIA, Etelvina. **Manaus, referências da História**. Manaus: Norma Editora, 2012.

MADEIRA, Auta de Amorim Gagliardi. **Nivaldo Santiago, uma Amazônia de música**. Brasília, DF: Ed. do autor, 2009.

MAGGIATI, André. Teatro Amazonas tem Festival de Ópera. **Folha de São Paulo**. São Paulo, segunda-feira, 10 de março de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/3/10/ilustrada/11.html>. Acesso em: 07 jul. 2018.

PÁSCOA, Márcio. **A Ópera em Manaus**. Manaus: Valer, 2009.

PÁSCOA, Márcio. **Cronologia Lírica de Manaus**. Manaus: Valer; Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado de Cultura, 2000.

PERPÉTUO, Irineu Franco. Os novos “Fitzcarraldos”: Teatros da belle époque são revitalizados e sediam festivais de ópera na Amazônia. In: SAMPAIO, João Luiz (org.). **Ópera à brasileira**. São Paulo: Algor Editora, 2009.

SAMPAIO, João Luis. **Ópera à brasileira**. São Paulo: Algor Editora, 2009.

SIMÕES, Otávio. **Coral do Amazonas** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <e-mail do otavio> em: 15 ago. 2020.

{ ORATÓRIA }

— Abertura

Solenidade do CENTENÁRIO DA ACADEMIA

FESTA CENTENÁRIA¹

*Há na vida uma coisa que não se deve fingir: é a mocidade.*²

Não se deve fingir a mocidade, ensina Joaquim Nabuco, a cuja lição ousamos acrescentar que não se deve fingir a mocidade muito mais quando os anos tantos passados são de glória. Por isso, a Academia Amazonense de Letras confessa o seu centenário de fundação e propaga a aurora boreal daquelas primeiras manhãs para esta hora solene, e ao fazê-lo, confere a medalha cunhada no bronze da nossa própria história... história cravada de sentidas batalhas como sois ser a própria vida em si.

Em meio a essa trajetória há mistérios. É a antiguidade que nos permite falar de mistérios. Herdeiros da grei de acadêmicos que se reuniu no salão do jornal *A Imprensa*, em fins de 1917, e fez instalar a Sociedade Amazonense de Homens de Letras ao raiar de 1918, sobre a qual podemos falar como avançada dinastia de que falava Nabuco ao descrever os momentos inaugurais da casa brasileira das letras, e, por isso, reinar pelo prestígio da tradição, pelo estilo acadêmico que não produz gênios mas que instiga a renovação e persegue a dignidade da profissão literária, tal como em França.

Estais na “Casa dos Imortais” na qual, muitos e muitos, dentre os mais de centena e meia que a habitam na eternidade de suas presenças, souberam compreender o passado e o futuro como climas da vida;

1 Discurso proferido pelo Acadêmico Robério dos Santos Pereira Braga, 67, na qualidade de presidente da Academia Amazonense de Letras, na abertura da sessão solene de outorga da “Medalha do Centenário”, em 23 de maio de 2019.

2 NABUCO, Joaquim, Academia Brasileira, In. **Escritos e Discursos Literários**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 179. (Obras completas de Joaquim Nabuco).

32 e reconhecer as casas de verão e de inverno; e, seja os que chegaram na madureza ou aqueles que por audácia juvenil se arvoraram a aban-car-se em poltronas azuis no alvorecer dos sóis, somos cômicos da efêmera imortalidade da matéria e da crença ardente de que a obra que edificarmos há de ficar no sempre do sempre.

Frágil obra, a qual, ainda que tracejada nas areias e por isso possa ser esmaecida pelas águas dos tempos, cremos que, no Silogeu, ela estará lavrada com o timbre do renascimento renovado, basta que a sucessão acadêmica se efetive e da tribuna deste Salão do Pensamento Amazônico “Álvaro Maia” ela estará rediviva.

O que vos oferecemos depois dessa trajetória de centúria é a fé. A fé e a boa-fé dos que edificaram e dos que preservamos esta Casa. Homens e mulheres dedicados ao fazer literário, aos estudos, às letras, variando pelas ciências muitas e pela política, e mesmo sem que tenhamos obra perfeita, acabada, convencional, pura no estilo da prosa e do verso, temo-la edificado sem desânimo, sem desesperança, com vigor para acenar ao futuro e legar contributo ao bicentenário do sodalício que confiamos far-se-á com mais brilho.

Pela minha voz falam os grandes da Academia. Peço-vos, entretanto, generosidade para comigo posto que não há em mim a grandiloquência dos mestres, ao modo do que falava João Leda ao referir-se a um dos livros de Pericles – o inolvidável Pericles, quando definiu: “não é um livro que se lê, mas uma tempestade que se escuta.”³ Diverso dessa lição, o que se dá nesta hora é uma palavra singela.

Fala-vos Benjamin Lima – o criador, que do sonho se fez líder sem presidir a Casa, arqueado por doença que o consumiria por toda a vida; Álvaro – o Benjamin da fundação, poeta dentre os maiores; Djalma – o renovador, com sua impetuosidade revolucionária; Genesino – o metódico pesquisador e cronista de escol; Mendonça de Souza – o realizador incomum e o provocador da audácia de me armar acadêmico; Salignac – o determinado senhor da justiça; Mário, o Ypiranga das muitas vertentes de poeta, professor e polígrafo; Felix – o paciente professor cuja poesia são arranhões faiscantes da beleza de sua vida; Adriano Jorge, esteio que firmou a Academia projetando-a

3 LEDA, João. Relatório das atividades do ano de 1952. **Revista da Academia Amazonense de Letras**, n. 6, p. 43. Manaus: Ed. Sergio Cardoso.

com fulgurância nos trinta anos de sua presidência, e de cuja fronte 33
desabrochavam saberes em oratória excelsa, esbanjando talento.

Afinal, as academias “respondem a uma lei social de união, de conagração, de formação de grupos, motivadas por interesse comum, animadas por um mesmo e alto objetivo” [...] “se constituindo numa mensagem ao Belo e ao Eterno”, tal como destacou José Lindoso⁴ em seu discurso de ingresso acadêmico.

A Casa de “Adriano Jorge”, augusto por todos os saberes e luzes de sua inteligência fulgurante, abre em par as portas de seus salões para vos receber e sente-se dignificada ao inscrever os vossos nomes dentre os escolhidos para a consagração do seu centenário de fundação, e o faz para realçar a memória de antanho e edificar aquela que amanhã será reconhecida.

E o fazemos como descortinou Mithridates Corrêa⁵ ao destacar que a memória é “que nos possibilita a peregrinação pelo passado, na recomposição da nossa vida, fazendo ressurgir dos seus escombros as nossas mais fagueiras ilusões, folhas mortas, retalhos de sonhos, quimeras fugidias, que se perderam no silêncio das coisas esquecidas”.

O que ora realizamos é reavivar a memória da Academia fazendo ressurgir as mais fagueiras ilusões dos que inspiraram esta Casa; as folhas que se julgavam mortas espalhadas nas ramagens de esperanças dos que confiavam elevar o Silogeu a tão largo caminho; os retalhos dos sonhos e as quimeras fugidias que animaram a todos que nos precederam. Assim fazemos para que não se percam no silêncio das coisas esquecidas.

Digo-vos: não há lamento de alma fatigada! Há o ardor da vida acadêmica que sempre se reanima a cada voz nova que passa a ressoar em nossos salões, vozes com as quais seguimos mantendo a pira olímpica acesa pelos iniciadores, e com ela vamos vencendo os tempos na condução do fogo fátuo de 1918, tal como nos foi legado.

Está aberta a sessão.

¶ ROBÉRIO BRAGA

4 LINDOSO, José. Na poltrona n. 5. **Revista da Academia Amazonense de Letras** n. 11, mai. 1963., p.60-61, Manaus: Ed. Sergio Cardoso, 1963.

5 CORREA, Mithridates. Se os retratos falassem. **Revista da Academia Amazonense de Letras**, n. 5 mar. 1956, Manaus: Ed. Sergio Cardoso.

— Discurso

Solenidade do CENTENÁRIO DA ACADEMIA

RECONHECIMENTO E GRATIDÃO

Ao acompanhar o desenvolvimento da história desta “Casa de Cultura”, surgida há um século, em pleno contexto de crise econômica com a “débâcle” da borracha e o fim da 1ª Guerra Mundial, reconhecemos o quanto ela nos é cara, importante, forte e resistente. A contribuição coletiva que a edificou, desde seus fundadores até seus acadêmicos atuais, faz deste patrimônio do Amazonas, uma concreta e sólida guardiã da cultura, da poesia, das letras, da ciência, enfim... da arte e do pensamento amazônico. São 100 anos, que fazem a Academia Amazonense de Letras a segunda instituição mais antiga e tradicional do Estado, cuja história é narrada por seus próprios membros, em inúmeras publicações, das mais eruditas às mais populares, com abordagens desde o início do século XX até agora, no século XXI, e que estão à disposição da população. Nossa Academia foi fundada ao mesmo tempo que a maioria das Academias estaduais, com o mesmo objetivo: congregar os intelectuais das diversas áreas da produção do saber. Desde então busca cumprir sua missão, enfrentando as adversidades, especialmente no que se refere à manutenção de sua estrutura físico-funcional e a regularidade de suas publicações e eventos culturais. É essa história de resiliência e criatividade que está materializada na “Medalha do Centenário” que hoje temos a honra de outorgar aos senhores e senhoras que, em algum momento e de alguma forma, foram arrimos a sustentar essa instituição. Em reconhecimento cito os parlamentares Alessandra Campêlo da Silva, Carlos Alberto de Castro Almeida, Dermilson Carvalho das Chagas, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Ricardo Saldanha Nicolau e Serafim Fernandes Corrêa,

que com emendas de suas autorias destinaram recursos à Academia, 35 permitindo a execução de seus projetos. Ainda com a Medalha do Centenário homenageamos também aos históricos “imortais”, antigos presidentes da Academia, que, por meio de seus familiares, aqui se fazem presentes. Além deles, os escolhidos pelos acadêmicos, por suas contribuições à Academia, também merecem esse reconhecimento.

Assim, foi possível, nesses últimos anos, fazer pulsar, com muita vida, renovação e pujança, esta “Casa de Adriano Jorge”, como carinhosamente chamamos este silogeu, em homenagem a seu primeiro Presidente. E tudo, tanto a história da Academia quanto a produção literária de seus membros, está à disposição dos estudantes, da população em geral, para que ao conhecer este nosso patrimônio, possam também defendê-lo e amá-lo. Resgatando um pouco da história, ao comemorar o cinquentenário da Academia, em 1968, assim se expressou Mário Ypiranga Monteiro, em sua conferência “A Academia Amazonense de Letras”:

É em 1918, a 7 de janeiro, que se inaugura a Sociedade Amazonense de Homens de Letras, na residência do escritor Benjamim Lima, à rua Monsenhor Coutinho, hoje casa de residência e propriedade dos herdeiros do doutor Gualter Marques Batista, onde a um de janeiro do presente ano, foi aposta uma placa alusiva ao fato histórico. Lembrei-me então de Bandeira: “...a casa de meu avô, nunca pensei que ela acabasse...tudo lá parecia impregnado de eternidade”.

Dessa sociedade de homens letrados fizeram parte como membros efetivos (e aqui eu os homenageio): Adriano Jorge, Benjamim Lima, Pericles Moraes, Aurélio Pinheiro, Paulo Eleutério, Jonas da Silva, Araújo Filho, Heliodoro Balbi, Carlos Chauvin, Jorge de Moraes, Genésio Cavalcante, Huascar de Figueiredo, Generino Maciel, Alcides Bahia, Otávio Sarmento, Gaspar Guimarães, Coriolano Durand, Thaumaturgo Sotero Vaz, Benjamim de Souza, Araújo Lima, Raimundo Monteiro, Raul de Azevedo, Dorval Pires Porto, Mendonça Lima, Álvaro Maia, Nunes Pereira, João Leda, Virgílio Barbosa, José Chevalier Carneiro de Almeida e Odilon Lima. Eram 30 sócios-fundadores. Depois, já sob a presidência de Djalma Batista, se ampliou de 30 para 40, o número de Cadeiras/Patronos. Em 1920, no dia 29 de março,

36 no antigo Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado, Raul de Azevedo apresenta a ideia de transformar a Sociedade Amazonense de Homens Letras em Academia Amazonense de Letras. A aprovação foi por unanimidade. Desde sua fundação a Academia teve vida nômade, sem lugar definido de pouso. Reunia-se na casa dos fundadores e até no “Café Itatiaia” ou na “Bolsa Universal”. Foi a generosidade e compreensão do então interventor do Estado (da revolução de 30), o então Capitão Nelson de Mello, que fez a doação deste prédio onde estamos agora, para a instalação, definitiva, da Academia Amazonense de Letras. Era 6 de janeiro de 1935. Até então, esse prédio era um teatro, anexo ao Instituto Benjamin Constant.

Já percebendo a necessidade de difusão da produção dos acadêmicos, 167 nesse mesmo ano, é inaugurada essa nova sede e é lançada a Revista do Norte, que teve curta duração, apenas 2 números, mas foi a precursora da Revista da Academia Amazonense de Letras, lançada anos depois. Na edição dos festejos do Jubileu da Academia, em 1968, o então presidente Djalma Batista, em seu texto “Lições do Cinquentenário”, explicava assim a sua existência:

Como justificativa da existência da Academia Amazonense ao se cumprir o seu cinquentenário, diremos então que não tem sido vã nem inútil essa existência. Reunindo sempre 30 elementos locais, que estudam, escrevem, falam e ensinam dentro dos respectivos campos de atividade, esta Academia, procurando preparar o terreno, formar o meio de cultura de onde possam surgir, como já está se entrevedendo que começam a surgir, espíritos que consigam interpretar em novas dimensões a presença do homem na Amazônia, recriando-o segundo a inspiração da arte, no romance, no conto, no ensaio, na pintura, na escultura, na música e no cinema. Sobre as bases modestas que estamos construindo, erguer-se-á um dia, que provavelmente já está à vista, o grande edifício com que todos sonhamos!

Djalma Batista escreveu isso há 50 anos e hoje constatamos o quanto ele estava certo, na sua visão de futuro! Ao vermos nossa Academia assim, com grande produção literária e artístico-cultural, atuante, de portas abertas, peitada aqui e alhures, vem a certeza de que está cumprindo sua missão. A Academia tem promovido intensa interação com a sociedade amazonense, reconhecendo os valores da

terra com a instituição de premiações nas artes, na literatura e no 37
mecenato, através do “Prêmio Pericles Moraes”, projeto da acadêmica Carmen Novoa Silva sob a presidência de Elson Farias. Em 2009, sob a Presidência do Acadêmico José Braga, o prédio da Academia sofreu, sob o ponto de vista científico e tecnológico, sua última e completa restauração. Para isso, os recursos originaram-se de convênio firmado com o governo Eduardo Braga por meio da Secretaria de Estado da Cultura. Outra importante intervenção dessa gestão, se deu no layout e reorganização da Revista da Academia Amazonense de Letras, que nos dias atuais ressurge, a partir da gestão de José Braga, com beleza gráfica, densidade de conteúdo e periodicidade regular. Merece Registro também, claro, a primeira mulher a conquistar a Presidência da Academia Amazonense de Letras. A acadêmica Rosa Mendonça de Brito, ao ser eleita em 2016, assume a liderança da “Casa de Adriano Jorge”, quebrando tabus. Isso nos remete a outra pioneira na história da Academia, Violeta Branca, a primeira mulher eleita e empossada na Academia, em 1949, rompendo a tradição “quase maçônica de uma academia ocupada por homens”, no dizer de Robério Braga. Hoje, podemos dizer que essa Casa de Adriano Jorge é também a “Casa das 7 Mulheres”, por enquanto... O ano do Centenário da Academia Amazonense de Letras inaugura o projeto, criado e implantado pelo Presidente Robério Braga, “Academia de Portas Abertas”. Com isso, foi marcante ver, receber e travar os debates com os visitantes, por todos os espaços do prédio da Academia e participar do sarau lítero-musical. Esse projeto se soma a outros de interação com a comunidade local, tais como os de parceria com as Unidades de Ensino, visando a popularização do conhecimento e da Academia. Da programação do centenário também fez parte, a edição, de 15 obras de autores acadêmicos e culmina com a entrega, hoje, da Medalha do Centenário. Ao finalizar, trago mais uma vez, meu mestre e ocupante da Poltrona 11, que tenho a imensa honra de compartilhar com ele, Djalma Batista, que sabiamente já dizia que “o espírito acadêmico não pode mais ser condicionado pela aparência das cerimônias, nem pelas galas das falas e das imagens: tem de ser vivo, inquieto, agitado, atualizado. De há muito ruíram as torres de marfim: até os conventos se estão popularizando...” Em outro trecho da apresentação da *Revista da Academia*

38 diz “...tudo isso quer dizer que os intelectuais, tem que estar também no Amazonas sintonizados com os problemas da terra e as inquietações do povo... é preciso transmitir o que cada um sabe...” Não tive a pretensão de exaurir os fatos históricos que marcaram este centenário. Apenas pincei alguns destaques, para reforçar a importância dessas medalhas que cada um dos senhores e senhoras fizeram muito por merecer. Ela é, modestamente, um sinal de reconhecimento e gratidão, por tudo que representam na construção desse “Centro de Saber”, na preservação da beleza e da arte, contra a ignorância e o autoritarismo e pela defesa do pensamento livre e crítico.

Muito obrigado!

¶ MARCUS BARROS

— Agradecimento

Solenidade do CENTENÁRIO DA ACADEMIA

Ao longo da minha vida pública tive a oportunidade de falar para os mais diversos públicos, subi inúmeras vezes na tribuna para falar dos mais diferentes assuntos, mas hoje esse momento tem especial significado. Primeiro pelo público de inteligência e personalidades tão admiráveis. Segundo, por tudo que a Academia Amazonense de Letras representa para o Amazonas em termos de memória, história, conhecimento, cultura, política e literatura. É uma grande honra para mim falar esta noite em nome dos homenageados, assim como é uma grande alegria receber a Medalha do Centenário de uma instituição tão importante e de tão elevada estima para os amantes da cultura, literatura e conhecimento crítico. O Amazonas, assim como a Academia Amazonense de Letras, tem histórico de ser subestimado pelo restante do país, isso aconteceu também na cultura e na literatura. Mas desde sempre, mostrou que a riqueza da nossa terra não se limita à nossa biodiversidade, ela também está nas artes plásticas, no intelecto, na escrita, na poesia dos grandes escritores do nosso estado, e também das escritoras. É oportuno lembrar que a escritora Violeta Branca Menescal de Vasconcelos foi a primeira mulher do país a ingressar em uma Academia de letras. Fato que aconteceu em 1937. Violeta ocupou a cadeira do patrono poeta Annibal Theóphilo. Fatos como este inspiraram ainda mais as mulheres do nosso Amazonas. Tanto que hoje tenho a alegria de dizer que divido o parlamento estadual com quatro mulheres competentes, entre elas a deputada Alessandra Campêlo com quem também divido essa homenagem. Preciso dizer que a Academia Amazonense de Letras, apesar de todas as dificuldades que enfrentou e ainda enfrenta, tem cumprido sua missão de cultivar os idiomas, aperfeiçoar as línguas, defender as letras, divulgar

40 e desenvolver a literatura. Os antigos presidentes que passaram por aqui foram testemunhas disso. Foram combatentes incansáveis na defesa dessa missão, assim como tem sido também as personalidades, instituições e parlamentares homenageados esta noite. Pessoas que entendem a importância de manter viva a chama da poesia, da literatura e do desejo de aprender. Quero aqui relembrar trechos de uma poesia que gosto muito cujo título é “canção da esperança” do amigo Tenório Telles que diz:

Contra toda desesperança contra toda cegueira e emudecimento
contra toda indiferença.

Ergo este canto para celebrar a manhã, os rios, as florestas e
seus enigmas. Ergo este canto para celebrar os pássaros – suas
cores, seus cantos, as flores, o ser humano e a utopia e também
os olhos da amada.

É para vós este canto de esperança – que mesmo sendo pranto –
se eleva como música luminosa.

É para vós este canto de exaltação – que floresça em vossos olhos
– que se faça verdade em suas bocas e nasça como verdade em
nossas vidas.

Hoje, nós homenageados, fazemos coro ao canto de esperança, nos colocamos contra a cegueira, o emudecimento. Fazemos coro na defesa da democracia, do conhecimento, da transparência, na defesa do Amazonas, da literatura, da boa política, mas principalmente, fazemos coro na luta pelo ensino, pela educação, e pela oportunidade de aprendizado. Não existe melhor forma de cuidar do futuro e manter viva a chama da poesia e da literatura do que investir, defender e lutar pela educação.

¶ JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

— Abertura

Solenidade do CENTENÁRIO DA ACADEMIA

MEDALHA CENTENÁRIA⁶

Acadêmicas,
Acadêmicos,
Autoridades,

Rosa, amada rosa que me acompanha e dá sentido à vida.

Naquele tempo de 1918 havia apatia crescente por onde vagasse alguém pelas ruas de Manaus. Abatida, a cidade da hévea e das libras esterlinas tilintantes, decaía. Casas abandonadas às pressas, leilões, pregões, entrega de bens para pagamento de dívida ocupavam as páginas das folhas diárias. Poucos acreditavam na superação da crise que havia se agravado em mais de cinco anos.

Algumas famílias, por amor ou necessidade, decidiram ficar. Uns, deram-se à audácia de afastar a poeira da melancolia quase coletiva que parecia dominar a tudo e a todos, e, espíritos animados pela esperança, deram-se mãos e mentes e edificaram uma Sociedade de Homens de Letras. Não havia tijolos a reunir.... Reuniram sonhos que ainda hoje cultivamos.

Logo ao primeiro ano experimentaram a ausência sentida de Heliodoro Balbi e perceberam a força superior que os unira no ideal acadêmico. E deram a esta Casa um espírito dominante: o da imortalidade.

6 Discurso proferido pelo Acadêmico Robério dos Santos Pereira Braga, 68, na qualidade de presidente da Academia Amazonense de Letras, na abertura da sessão solene de outorga da “Medalha do Centenário”, em 3 de outubro de 2019.

Eis porque nos reunimos nesta hora, cento e um ano depois, como o fizemos no tempo certo do centenário, animados pelo mesmo ideal, e o fazemos para justificar as suas memórias e as suas obras.

Depois deles, dentre tímidos, audaciosos, curiosos, suspeitos e insuspeitos, bateram à nossa porta e aos que foi formulado o convite para o ingresso visando a convivência fraterna e continuada – mais de centena e meia de acolhidos em nosso meio –, somente os insuspeitos, ainda que tímidos, os dados à boa relação com as letras em todas as aplicações do conhecimento – jornalismo, direito, história, medicina, filosofia, sociologia, política e, particularmente, no conto, ensaio, romance, poesia, dramaturgia –, somente estes, tomaram assento nas poltronas de azul e oiro, no salão que agora homenageia Álvaro Botelho Maia, um dos pioneiros, na Casa de Adriano Jorge.

Todos, desde então, fomos abençoados pelo espírito dominante da imortalidade. Frágil imortalidade dos que sonham com a láurea acadêmica.

Neste floral de júbilo, com olhos eternos que nos espreitam em silêncio e vigilância, dentre os que são merecedores, nós vos escolhemos, senhoras e senhores, para a outorga da Medalha do Centenário da Academia Amazonense de Letras, e o fizemos por merecimento de vossas vidas.

Dentre os nossos, os transpostos para os templos estelares de luz permanente, eis que nos fortalecemos com Oyama – o professor do Direito, lorde nas relações sociais, porte inglês e soberano; Armando – o mais fraterno dos nossos titulares, professor, memorialista, afetuoso; Áderson – a quem devemos a solidez de uma universidade, boas horas de conversa amena, contações de muitas histórias de barrancas do rio na sua modéstia; Aristophano – o mestre do jornalismo, o esteio da resistência moral e profissional, capaz de manter-se sereno e firme em qualquer adversidade, o sucessor de Jonas da Silva; Jefferson – da sisudez à generosa convivência, varão das letras para a política, e na política o desencanto maior ao ver de perto a fragilidade moral a campear no mundo escondido das lides partidárias; Jacob – premiado por vários de seus livros, não abandonou jamais o seu chão, resistindo intacto às agressões da vida, pelo caráter rigoroso; Paulo, um dos Nery de larga influência política, generoso, abdicou da candidatura à

presidência da Academia para atender a quem se arvorava a presidi-la; 43 Samuel – em quem a amazoneidade e os valores humanos realçavam entre a genialidade e a simplicidade.

A estes, muitos dos quais convivemos na fraternidade deste sodalício, escutamos e reavivamos o testamento que nos legaram por suas obras, evocando o exemplo que nos legaram, não como irradiação de uma estrela pura e serena, mas como um cimo elevado, como existência que rebrilha com clareza, de que nos fala Ruy Barbosa⁷ ao render honras a José Bonifácio.

Olhos abertos ao mundo, a Academia recolheu da sociedade amazonense personalidades nas quais reconhece serviços prestados à instituição, às artes, às letras e, aqueles que, no campo da política, estão atentos aos valores da educação, da cultura e do patrimônio histórico e cultural. Por isso, consagramos a Medalha do Centenário aos maestros Luiz Fernando Malheiro e Marcelo de Jesus; aos artistas Celdo Braga, José Humberto Vieira, Pedro Amorim e Hemetério Cabrinha; aos políticos e educadores das itaquatiaras Lizete Abraham e Miron Fogaça; e aos parlamentares Dermilson Chagas e Ricardo Nicolau, os quais, a despeito dos embates partidários e ideológicos, mantém olhar constante em apoio à educação, às artes e às letras.

A Academia, por seus 40 titulares, a todos proclama a sua admiração, respeito e honrarias.

Está aberta a sessão.

¶ ROBÉRIO BRAGA

7 BARBOSA, Ruy. Elogios e orações. In: **Elogios acadêmicos**. Rio de Janeiro: Revista da Língua Portuguesa, 1924. p. 60.

— Discurso

Solenidade do CENTENÁRIO DA ACADEMIA

Esta é uma noite de conagração e de luz. Momento singular em que passado e presente se encontram; acadêmicos e público confraternizam. Ao comemorar 100 anos de existência, a Academia Amazonense de Letras sente-se honrada em dividir com o povo amazonense a alegria e a emoção impostas por esta solene celebração. É compreensível, justo e necessário que comemoremos com intensidade esta centúria que nos lembra feitos e acontecimentos marcantes, cujos registros ainda dispersos precisam ser coletados, analisados criticamente, editorados e disponibilizados ao grande público. Sem dúvida, a linha percorrida pela Casa de Adriano Jorge é um dos apêndices da História do Amazonas. Seus futuros biógrafos muito terão que contar a respeito de suas diferentes fases, de seus altos e baixos; a discorrer sobre sua incrível trajetória. Sabidamente, o ciclo da borracha transformou o ambiente amazônico. Falava-se de um novo Eldorado, que convidava a aventuras fantásticas. Foi um período de fausto e ostentação. Na lição do acadêmico Márcio Souza (2009)

[...] foi um dos mais efêmeros ciclos econômicos do Brasil. Da humilde origem, em 1870, o extrativismo da borracha ocupou em 1910 um quarto das exportações brasileiras. Promoveu o desenvolvimento de uma cultura peculiar, que sedimentou tradições dos velhos tempos lusitanos com um novo tempo de influências importadas como item de consumo criando estranhas justaposições. Belém e Manaus mantiveram uma agitada vida cultural entre os anos 1890 e 1914. Investiram na construção de óperas suntuosas, que acolhiam temporadas líricas anuais.

O lado oficial desse período áureo era a paisagem urbana, a fortuna de ambas capitais amazônicas, onde – ainda segundo o confrade Márcio Souza

[...] imensas somas de dinheiro corriam livremente. O coronel da borracha, ou seringalista, seria o grande astro dessa comédia. Ele era o patrão, o dono e senhor absoluto de seus domínios, um misto de senhor de engenho e aventureiro vitoriano; o cavaleiro citadino em Manaus e Belém e o patriarca feudal no seringal. A face oculta do látex residia nas estradas de seringa, estradas secretas escondidas no infinito emaranhado de rios, onde o seringueiro vivia em condições abaixo do nível humano.

Selda Costa et al. (1983) afirmam:

[...] A capital amazonense contava em 1897, além do imponente Teatro Amazonas, com alguns pequenos teatros, muitos centros de diversões, clubes carnavalescos, associações lítero-musicais e vários clubes noturnos. As rendas de exportação da borracha enchiam os cofres públicos e o governo do Amazonas se esmerava em criar as melhores condições para transformar Manaus em uma cidade moderna. A aldeia decadente de 1850 despira-se de suas feições indígenas, desabrochava e transformara-se na pujante metrópole dos trópicos ganhando os noticiários do velho mundo.

À medida que novas avenidas iam surgindo em lugar de igarapés; bondes a vapor eram substituídos pelos modernos elétricos e desfilavam pelas novas pontes de ferro; e línguas estranhas cruzavam-se pelo novo serviço telefônico – o armazém para embarque e desembarque do novo porto flutuante abarrotava-se de passageiros e volumes de carga que entravam e saíam diariamente da cidade pelos inúmeros navios a vapor, nacionais e estrangeiros.

O confrade Mário Ypiranga Monteiro (1968) relata sobre o período:

[...] Nesse século a cultura, nas suas várias modalidades, representa, com a economia, uma frente de interesse marcante na Amazônia. O jornal se desenvolve de maneira espetacular, contaminando inclusive o interior do Estado. Municípios como Itacoatiara, Borba e Humaitá, dão-se ao luxo de editar seus jornais. Revistas e jornais brasileiros e estrangeiros em circulação em Manaus, eram comuns. Nas esquinas, nos cafés, falava-se a língua universal da libra esterlina, em termos de economia, de importações e exportações, de desperdícios. Manaus era uma babel. E para essa babel não podiam deixar de correr inteligências curiosas ou interesseiras, heróicas forças da sociedade, de

mistura com a eterna e consabida congérie dos aproveitadores. Não apenas escritores procuravam o Amazonas naqueles idos: os artistas de todas as artes, liberais ou não... os fracassados, os banidos, os descobridores avulsos de novos mundos... A fama da borracha corria célere.

Para Edinéa Mascarenhas Dias (1999), o lado visível, rico e dinâmico da então capital da Belle Époque

[...] eram as intervenções urbanísticas que modernizaram ou renovaram suas feições, expressando a realização dos anseios e do desejo das elites em se mostrarem progressistas e afinadas com o gosto europeu. O lado oculto foi o abandono, o afastamento das classes pobres dos limites urbanos da cidade – e isso tem cheiro de discriminação.

Ainda segundo a referida autora,

[...] O fausto da borracha, com suas noites brilhantes e sons alegres, não era capaz, entretanto, de esconder a miséria e a fome que rondavam a periferia da cidade. O outro lado triste e sujo do rosto de Manaus vinha estampado nas páginas policiais dos jornais, enquanto na primeira folha louvava-se a ‘calma’, a ‘ordem’ e a ‘tranquilidade pública’ da capital.

O fato concreto é que a supremacia da borracha sofreu forte declínio com a concorrência promovida pelo látex explorado no continente asiático. A brusca queda do valor de mercado fez com que a maioria dos aviadores amazônicos fossem obrigados a vender toda sua produção em valores muito abaixo do investimento empregado na produção. A crise levou muitos deles à falência e endividou os cofres públicos. O Plano de Defesa da Borracha, editado no governo do presidente Hermes da Fonseca, em 1912, foi um paliativo, não resolveu o problema. Para variar, a grande guerra de 1914/1918 ampliaria ainda mais o quadro de isolamento. Foi neste contexto marcado pela depressão econômica que nasceu a Casa de Adriano Jorge.

EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES:

Este Sodalício percorre um longo caminho sem se deter. Sua história tem uma luminosa originalidade. Fundado em 10 de janeiro de 1918 com o título de Sociedade Amazonense de Homens de Letras, por

disposição estatutária dois anos depois passou a intitular-se Academia Amazonense de Letras. Sua criação resultou da ação objetiva de três idealistas: o paraense Benjamin Lima, o alagoano José Chevalier e o amazonense Pericles Moraes. Primeiro presidente eleito, Benjamin Lima declinou da missão, sendo substituído pelo alagoano Adriano Jorge que dirigiu a instituição durante 30 anos (1918-1948); Chevalier assumiu a secretaria geral, posto que ocupou até 1938; e Pericles Moraes sucedeu a Adriano Jorge no período de 1948 a 1956. O feito histórico da fundação representou o conagração de trinta personagens, homens da prosa e da poesia, naturais da terra e imigrantes que o ciclo da borracha carreara para o Amazonas. Unidos pelo ideal literário, ocuparam as 30 cadeiras da nova instituição. Dos que foram convocados por Benjamin Lima, José Chevalier e Pericles Moraes para integrá-lo, destacamos, de forma inteiramente aleatória, os acadêmicos Adriano Jorge, Alcides Bahia, Álvaro Maia, Araújo Filho, Araújo Lima, Heliodoro Balbi, Huascar de Figueiredo, João Leda, Jonas da Silva, Nunes Pereira, Raimundo Monteiro e Thaumaturgo Vaz – todos de saudosa memória. Na avaliação do confrade Elson Farias (2018)

[...] O ambiente artístico do Amazonas de então era dominado pela estética parnasiano-simbolista, bem representada por Pericles Moraes, no ensaio, e Álvaro Maia e Jonas da Silva, na poesia. Mestre Pericles era inebriado pela literatura francesa, circunstância que se registra com destaque em sua obra de estreia, *Figuras & Sensações* (1923), publicada em plena maturidade dos 40 anos do autor. Seu estilo é dotado de musicalidade verbal e visão idealista da vida, fatores dominantes nessa estética. O piauiense Jonas da Silva também o era, na poesia. Fez renome nacional ao aparecer em antologias que arrolam os poetas brasileiros representativos do Simbolismo, mais lembrado pelos sonetos ‘Coração’ e ‘Santa Tereza’.

E prossegue o poeta de Itacoatiara:

[...] Álvaro Maia é a figura mais representativa da poesia entre os fundadores do Silogeu amazonense. Sua influência no ambiente sociocultural se acentua desde a formulação política no entendimento do amazônida. Com a palavra chave ‘caboclitude’ o poeta ostentou a sua ação na militância partidária democrática e na literatura, na prosa e na poesia. ‘Banco de canoa’ (1963) é um exemplo da boa prosa e, em ‘Sobre as águas barrentas’, Álvaro

Os primeiros tempos desta Casa foram muito difíceis. Longas fases de estagnação e de desalento ocorreram. A Revista da Academia, cujo primeiro número é de julho de 1920, não teve existência regular. Só em fevereiro de 1935 aparece o segundo. Durante quase duas décadas ela permaneceu sem teto fixo, problema finalmente solucionado com a entrega, em 5 de janeiro de 1935, do prédio-sede doado pelo então interventor federal, o capitão de Exército Nelson de Mello, por isso elevado à condição de Presidente de Honra desta Casa. Trata-se de um imóvel público tombado que sofreu vários restauros. A primeira intervenção nesse sentido ocorreu em 1949/1950 quando o governador Leopoldo Neves, a pedido do presidente Pericles Moraes, mandou remodelar sua estrutura anacrônica, respeitando, porém, suas linhas originais. Na quarta e última reforma, de 2010, fruto de convênio entre a presidência do confrade José Braga e o governo Eduardo Braga, o edifício foi totalmente reconstruído, sendo-lhe devolvidos aspectos estruturais e decorativos da época de sua fundação; modernizados seu mobiliário e sua biblioteca; construída e aparelhada a Sala de Memória Mário Ypiranga Monteiro. Em maio de 1968, para amoldar o Silogeu ao modelo da Academia Brasileira de Letras, o número de acadêmicos foi elevado para 40 dando ensejo à investidura de 10 novos membros. À época, vários acadêmicos fundadores haviam sido tolhidos pela morte, e outros foram substituindo-os nas cadeiras coloridas de azul. Vale dizer: no Jubileu muitas cadeiras já estavam no terceiro ocupante, isto é, uma terceira geração estava conduzindo aquilo que Djalma Batista preferia chamar de “o fogo sagrado”. Como presidente, ao discursar na oportunidade, afirmou:

[...] O espírito acadêmico não pode mais ser condicionado pela aparência das cerimônias, nem pelas gaias das frases e das imagens: tem de ser vivo, inquieto, agitado, atualizado. No Amazonas, os intelectuais têm de estar sintonizados com os problemas da terra e as inquietações do povo. O saber não é mais privilégio de classe ou de casta, e sim um dos direitos do homem.

49

Durante algum tempo, o Silogeu carregou a fama de ser uma instituição conservadora. Na verdade, segundo Elson Farias (1968), ela nunca o foi, “[...] nem como vimos ontem, nem como a vemos hoje”. E Robério Braga (2017), arrematando, di-la um órgão “[...] pujante e forte [com] a capacidade de renovar seus quadros sem guardar mágoas ou dores nem daqueles que, algum dia, nos arroubos de antes a rejeitavam publicamente”. E agora dizemos nós; em 1949 recebe em seus quadros a primeira mulher e a partir de 1969 passa a agregar jovens do chamado ‘movimento madrugadista’. Nos anos seguintes, ampliaria o processo de renovação do ambiente acadêmico permitindo inclusive o ingresso de intelectuais egressos do Inpa e da Universidade. Entre a data de sua fundação e o Jubileu, 73 intelectuais ocuparam as cadeiras da Academia e entre eles apenas uma mulher, a poeta Violeta Branca, que ingressou em 1949. Dessa fase lembramos, numa escolha absolutamente subjetiva, os acadêmicos Aderson de Menezes, Agnello Bittencourt, André Araújo, Aristóphano Antony, Arthur César Ferreira Reis, Djalma Batista, Genesino Braga, Manoel Anísio Jobim, Mário Ypiranga Monteiro, Raimundo Nonato Pinheiro, Oyama César Ituassú e Waldemar Pedrosa. Esses e aqueles outros vultos que anteriormente citamos, se destacaram nos campos da política, do magistério, do jornalismo, da administração pública, da magistratura, da advocacia, etc. Comportaram-se como fiéis cultores e/ou expositores do saber acadêmico, legando-nos uma extensa bibliografia de cunho científico, histórico e cultural. Violeta Branca foi a primeira mulher a ingressar em uma Academia de Letras. Sua assunção neste Sodalício, abriu caminhos para a inserção da mulher brasileira no meio literário. O pioneirismo de sua entrada ecoou forte. Ao enfrentar o preconceito quebrando o caráter misógino que a Casa carregava desde sua criação, ela antecipou-se no tempo, entrou para a História. Esse fato de grande notoriedade só se repetiria quarenta e quatro anos depois (1993), com a vinda da confreira Rosa Mendonça de Brito, segunda mulher a ser recebida no Silogeu e a primeira a presidi-lo. Importante destacar ainda que o período administrativo da ilustre confreira, iniciado em 2016, teve seu desfecho ao amanhecer do Centenário.

Além de Violeta Branca e Rosa Brito, deram ingresso neste Silogeu Carmen Nóvoa Silva (1994), Mazé Santiago Mourão (2011), Marilene

50 Corrêa da Silva Freitas (2011), Márcia Perales Mendes da Silva (2013) e Artemis de Araújo Soares (2017). Sete mulheres, valentes e cultas, amazonenses da cepa que romperam o antigo e pândego modelo segundo o qual a Academia era uma “casa de senhores”. À maneira da escritora Rachel de Queiroz, “vieram para dar o testemunho fiel de seu tempo. Querem da vida o que ela tem de belo, sem rebuço ou disfarce”. Sua presença na Casa de Adriano Jorge é uma prova inequívoca de que o Silogeu amazonense é uma instituição cultural de todos os gêneros, isto é, uma Academia de Mulheres e Homens de Letras! Como dito antes, até a data do Jubileu eram 73 os membros desta Casa. Atualmente contam-se 149 acadêmicos, cujo total distribui-se por 7 mulheres e 142 homens. Na expressão do confrade e atual presidente Robério Braga (2017),

[...] Passados tantos anos, [continua] pujante e forte, representativa da escola das letras e da literatura amazonenses; olhando e aprendendo com esse passado, nem sempre de intensa atividade, é possível cogitar que a Academia perdurou fundada em vários alicerces vigorosos [inclusive] a plêiade de ilustres cultores das boas letras que têm ocupado suas poltronas azuis. Casa de literatos por excelência, mas também daqueles que, afeitos à literatura e às letras também foram e são médicos, jornalistas, juristas, advogados, magistrados, religiosos católicos, judeus e protestantes, professores e cientistas sociais a constituírem um mosaico curioso inclusive de maçons e profanos.

Estender-se sobre os admitidos na Casa a partir de 1969 seria fastidioso e imprudente, face à enormidade da respectiva relação de nominados. Assim, optamos por destacar apenas os falecidos, nominando: os poetas Alencar e Silva, Anísio Melo, Antístenes Pinto, Jorge Tufic, Luiz Bacellar e Sebastião Norões; os ensaístas Francisco Vasconcelos, Luiz Maximino e Paulo Jacob; os juristas Aderson Dutra, Armando de Menezes, Jauary Marinho, João Mendonça e Mário Verçosa; os tribunos Homero de Miranda Leão, José Jefferson Peres, José Lindoso, Paulo Pinto Nery, Plínio Ramos Coelho e Rodolfo Vale; os teólogos Alberto Gaudêncio Ramos, João Crisóstomo de Oliveira e Moacir Alves; o economista Ruy Alberto Costa Lins; o artista plástico Moacir Andrade; o sociólogo Samuel Benchimol; o folclorista. Áureo Nonato dos Santos e o dramaturgo Gebes Medeiros. Estes, e aqueles

outros que os antecederam na viagem ao etéreo, deixaram as cadeiras azuis do Silogeu e, pelos serviços prestados às ciências, às letras e às artes, cobriram-se de glórias, merecendo ir morar no templo consagrado a todos os deuses. Incorporamos aqui as palavras de Ramayana de Chevalier (1968), pronunciadas à época do Jubileu em alusão ao encantamento de vários acadêmicos: 51

[...] Estetas, críticos, poetas, pedagogos juristas, cientistas, homens da palavra e das letras. A morte os foi colhendo, devagar levando-os no seu turbilhão anônimo, na algidez impenitente. Outros foram substituindo-os, nas suas poltronas invioláveis. Nomes que significam muito para o Amazonas, que jamais se apagarão na nossa memória.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

A Academia é uma história sempre em construção. Está em permanente interação com o público, sempre de portas abertas. Aí estão os saraus, os encontros, as palestras, as reuniões lítero-musicais, os lançamentos de livros, as sessões históricas – eventos culturais que começaram a ganhar força na década de 1990, têm-se ampliado no curso dos anos e ganharam maior relevância na festa do Centenário. Sem dúvida, o ápice da programação ora em curso é o Projeto Academia de Portas Abertas, o qual, identicamente a tantos outros que têm sido realizados na Casa de Adriano Jorge, atende aos anseios do grande público, ávido por conhecimento, por celebrar a cultura, por valorizar a criação amazonense e conhecer a sua história. Contando com o apoio do Governo do Estado, a atividade teve início em 2018 e apresenta-se como uma opção de lazer nas tardes de domingo. O evento seguirá por todo o segundo semestre de 2019 até 15 de dezembro. Traz em sua programação um roteiro especial de visita, apresentações musicais, performances, encontros com acadêmicos, tarde de autógrafos, entre outras atividades. A cada semana um poeta diferente é homenageado e o público é convidado a participar com poesias ou textos autorais. A partir deste final de semana (6 de outubro), por exemplo, a programação prosseguirá com recepção pelo presidente da Casa, visitas guiadas, palestras de acadêmicos, sarau literário e apresentação de cantores. Aproveitamos o momento para agradecer o apoio e a cooperação que

52 temos recebido do Governo do Estado do Amazonas e da Prefeitura de Manaus. Os mesmos sentimentos de apreço e cordialidade formulamos aos senhores deputados estaduais Josué Neto, Serafim Corrêa, Carlos Alberto, Alessandra Campêlo, Ricardo Nicolau e Dermilson Chagas. Graças ao suporte financeiro decorrente das emendas parlamentares de sua autoria, foi possível respaldar as despesas afeitas às comemorações, incluída a edição em 2018 de 15 livros e de uma Revista da Academia. Prevê-se, ainda, a publicação no presente exercício de outros 15 livros e 3 revistas – o que resultará na ampliação e enriquecimento do acervo bibliográfico do nosso Estado. Este solene momento induz alegria e satisfação, sentimentos que todos os membros desta instituição preferimos dividir com esta seleta plateia. Este instante nos inspira a elevar nossas preces ao Criador para que continue iluminando nossos ilustres confrades, a agradecer-lhes enfim a amizade e o companheirismo de muitos anos, e os cuidados e desvelos que têm dispensado à Academia, à nossa Casa.

Nossos cumprimentos ao presidente Robério Braga, a quem externamos elevado respeito e grande admiração. Detentor, há quase 40 anos, da Cadeira nº 22, o Presidente do Centenário navega com indiscutível competência nos campos da História, da Sociologia, da Museologia e também da Literatura. Expedido nas searas da narrativa histórica e da crônica memorialística, de seus escritos na imprensa local e nacional derivam os encantos da boa prosa e as lições de grande amor que devota ao Amazonas, à sua terra natal, Manaus, e sobretudo à Centenária Casa de Adriano Jorge.

SENHORES AGRACIADOS:

Presentear é um gesto de amizade e de carinho. Segundo a lição de José Américo de Almeida (1935), “a melhor forma de agradar é não ser triste”. Portanto, alegra-nos cumprimentar os ilustres concessionários da Medalha do Centenário. São 18 personalidades: oito representantes de ex-presidentes e antigos membros desta Casa, *in memoriam*; oito representantes da sociedade amazonense; e dois parlamentares com assento na Assembleia Legislativa. Em nome das senhoras Ivete Rocha de Menezes e Ana Lúcia Dutra Braga, saudamos os membros do primeiro grupo. Em nome da senhora Lisette Bouez Abrahim e do

senhor Miron Osmário Fogaça saudamos os membros do segundo e, 53 finalmente, cumprimentamos os deputados Dermilson Chagas e Luís Ricardo Nicolau, presentes nesta sessão. Registramos que, em sessão anterior, outras 29 ilustres personalidades foram homenageadas com a concessão da Medalha do Centenário, e naquela oportunidade foram saudadas pelo notável confrade Marcus Luís Barroso Barros. A Medalha do Centenário revela toda a simbologia da Academia antiga e atual. À maneira do saudoso confrade Oyama César Ituassú (1968),

[...] expressa-se a vida luminosa desta Casa, na representação de uma peça de artesanato... ela é símbolo vivo de uma admiração, a medalha é documento que tanto vale como apreço... como é o lado positivo da prova de cultura de um povo que sempre soube incentivar o meio intelectual.

Esta é uma noite de alegria. Nela reverenciamos uma Casa Centenária que enaltece a Cultura e dignifica a Amazônia. Nela ressaltamos os valores da criação científica, artística e cultural. Nela, reverenciamos a prosa, a poesia e a beleza.

¶ FRANCISCO GOMES DA SILVA

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. **O boqueirão**. São Paulo: Editora José Olympio, 1935.

BATISTA, Djalma. Lições do Centenário. Discurso proferido no Jubileu da Academia. In: **Revista da Academia Amazonense de Letras**, Ano XVIII, número 12, Manaus, julho de 1968.

BRAGA, Genesino. Discurso proferido no Jubileu da Academia. In: **Revista da Academia Amazonense de Letras**, Ano XVIII, número 12, Manaus, julho de 1968.

BRAGA, José (org). **Patronos da Academia Amazonense de Letras**. Cadernos da Academia 10 semestre 2014. Manaus: Grafisa, 2017.

BRAGA, José. **Letras Centenárias**. Revista da Academia Amazonense de Letras, edição histórica número 1, Manaus, dezembro de 2017.

- 54 BRAGA, Robério. **Centenário da Academia Amazonense de Letras**. Artigo publicado no Blog www.franciscogomesdasilva.com.br, Manaus, jul. 2017.

BRAGA, Robério. **Presidentes da Academia Amazonense (1918-2006)**. Manaus: Valer, 2007.

BRITO, Rosa Mendonça de. **Academia Amazonense de Letras e a rede de conhecimentos**. Revista da Academia Amazonense de Letras, edição histórica nº 1, Manaus, dez. 2017.

CHEVALIER, Ramayana. Discurso proferido no Jubileu da Academia, In: **Revista da Academia Amazonense de Letras**. Ano XVIII, número 12, Manaus, jul. 1968.

COSTA, Selda Vale; COSTA, Antônio José da. **O cinema na Amazônia & a Amazônia no cinema**, In: www.cpcb.org.br/artigos/o-cinema-na-amazonia. Manaus, 1983.

DIAS, Edinéa Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920**. Manaus: Valer, 1999.

DINIZ, Almir. **Acadêmicos imortais do Amazonas: dicionário biográfico**. Manaus, 2002.

FARIAS, Elson. **O centenário da Academia**. Revista da Academia Amazonense de Letras, edição histórica n.º 1, Manaus, dez. 2017.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Discurso proferido no Jubileu da Academia. In: **Revista da Academia Amazonense de Letras**, Ano XVIII, número 12, Manaus, jul. 1968.

REVISTA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS, número especial, Livraria Clássica. Manaus, 1935.

REVISTA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS, n.º 2, Tipografia Fênix, Manaus, 1956.

SILVA, Oyama César Ituassú da. Discurso proferido no Jubileu da Academia. In: **Revista da Academia Amazonense de Letras**, Ano XVIII, número 12, Manaus, jul. 1968.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

— Agradecimento

Solenidade do CENTENÁRIO DA ACADEMIA

Senhoras e senhores, o meu discurso vai ser estruturado em duas palavras. Primeiro **gratidão** e a segunda é **emoção**. A gratidão vai ficar no final, do jeito que meus pais me ensinaram, que um gesto vale mais do que mil palavras. Eu fiquei muito comovido nesta noite, não tinha lido ainda que um dos homenageados é Eleutério Cabrinha. Com 16 anos de idade tive contato com o livro *Frontões*, e no poema “canção do amazônida” eu tive a inspiração para ser o poeta que eu sou hoje cantando a minha terra e gostaria de revivê-lo trazendo a vocês a inspiração desse poeta. Como poucos, ele assumia-se caboclo em primeira pessoa e ele dizia assim:

Caboco, nasci na terra onde canta o uirapuru, onde no verde da relva corre a lígera inhambu, no meu tapiri de palha onde o céu à noite orvalha e a luz da lua branqueia, passa o rio murmurando pelas barrancas cantando mil canções à lua cheia. Sou feliz, nada me falta dentro da selva bravia, se uma tristeza me assalta, logo me vem a alegria. De manhã quando me acordo, mil aventuras recorro ouvindo a onça rosar e no cheiro agreste da mata minha vida se dilata e então me ponho a cantar. Canto tanto que meu canto vai ecoar muito além e o arpão do meu canto é tanto que de lá meu canto vem. Distinto, claro, fugaz, como se um outro cantasse na outra margem do rio, enquanto o sol quente, longo, pincelando o espaço de ouro tonifica o ar sombrio. Quanta lindeza se encerra no torrão onde eu nasci. Se Deus andou pela terra nasceu no meu tapiri. De certo, porque em tudo, desde a relva de veludo à sombra dos igapós há tanta beleza, há tanta que Deus parece que canta no afã de nossa voz.

E essa voz veio ecoando na minha vida e todos sabem que há quase 40 anos me dediquei a cantar de uma forma especial a nossa terra e morrerei fazendo isso. Salve a memória benfazeja e inspirada

56 de Eleutério Cabrinha. O doutor Robério não sabe, mas hoje eu vou dizer pela primeira vez em público, há 43 anos, na minha cidade em Benjamin Constant, nós recebemos naquela ocasião um jovem muito entusiasmado, cheio de eloquência, e ele já vivia nessas possibilidades, nessas vantagens de gostar das letras, dos discursos e eu fiquei muito motivado naquela ocasião Robério, em que você levava e emocionava em nome da cultura do nosso Estado. E aquilo me animou muito e a partir de então me dediquei bastante ao discurso e graças ao seu incentivo eu consegui, anos depois, no curso que eu me formei no Rio Grande do Sul, ser o orador oficial votado. Naquela ocasião eu chegava a um ponto que, na minha trajetória como professor e como poeta, me colocava em destaque naquele estado longe, gaúcho, reconhecido pelos seus valores e ouvi uma voz cabocla representada por você, que me fazia sentir esse prazer especial de representar a nossa terra lá. Muito obrigado Robério pelo seu incentivo.

A outra pessoa era o meu pai. O nome do meu pai era Fernando Braga. Eu fui saber que ele não era o meu pai consanguíneo com 20 anos de idade. Então eu só sou Celdo Braga, porque ele colocou o Braga dele no meu nome. Não tenho Braga nem de mãe e nem de pai biológico, o meu Braga é do seu Fernando Braga, que veio em 58 pra Manaus e aqui em Manaus conheceu minha mãe e a levou pra Benjamin Constant. Com 11 anos de idade, uma amiga minha chamada Efigênia Vasconcelos quebrou o braço e um médico chamado Dr. Bráulio cortou o braço da moça. Meses depois, apanhando abiu, eu quebrei meu braço direito. Fratura exposta. Meu pai me levou no hospital e naquele tempo não tinha carro, não tinha moto, não tinha nada. Era carregado ou numa rede ou num ombro ou num barcozinho. Nós fomos num barco. Quando chegamos no hospital, meu pai ouvindo o médico dizer: prepara o menino pra gente fazer a cirurgia, ele disse: Doutor o senhor vai consertar o braço do meu filho? Ele disse: não senhor, vamos fazer uma cirurgia no braço do seu filho, vamos operar o braço do seu filho. O senhor quer dizer cortar o braço do meu filho? Sim senhor, vamos cortar o braço do seu filho. O senhor não vai cortar o braço do meu filho não. (hoje um médico é uma autoridade no interior, imagina isso há 56 anos) e o meu pai disse: e o pai dele sou eu, se o senhor cortar o braço do meu filho eu lhe mato! Corte! Na Funda-

ção Cespe, em Benjamin Constant, o grito do meu pai ecoou e, meus 57
amigos, não fosse esse grito eu não estaria aqui.

Às vezes Robério, às vezes senhoras e senhores, amigos, um grito, mesmo um silencioso modifica a história de muita gente. Eu sei que eu devo ao meu pai, pelo grito dele, o braço que eu tenho hoje, que toca um violão, que toca uma flauta, que escreve poemas e constrói uma história.

Certamente, todos os acadêmicos que passaram por aqui construíram uma história importantíssima e merecem o nosso muito obrigado. Mas eu quero dizer, no final, quando o meu gesto, ensinado pela minha mãe e pelo meu pai for oferecido nesta noite. E, pra honrar a memória do meu pai e a alegria de ser desta terra eu compus um poema chamado “Identidade”. O meu pai morreu sem poder voltar para o Nordeste, ele era jangadeiro, muitas vezes tinha saudade de comer uma tainha e me dizia assim: “meu filho eu acho que vou morrer e não voltarei mais pra minha terra.” E assim aconteceu. Eu hoje trago no peito a memória do meu pai e como forma de agradecimento esse poema:

Toda vez que eu olho o rio deslizando lentamente em busca do mar, ouço o eco da saudade dos meus pais, dos meus avós ressoando em mim, minha parte nordestina querendo voltar.

Mas ao entrar na canoa uma voz bem lá no fundo soa dizendo: não vá!

É o som de todas as tribos tamborilando pelo peito, minha parte índia querendo ficar.

De novo, olhando pro rio, com sede de identidade, entendo que na vontade de partir e de ficar, o meu ser caboco é o encontro de duas águas, metade rio, metade mar.

E é nessa perspectiva que eu também agradeço a todos os nordestinos que deixaram sua vida na luta pra que o nosso estado tivesse o seu primeiro ciclo econômico que nos legou o Teatro Amazonas, que hoje é símbolo da nossa cultura. E pra finalizar, que é difícil falar em

58 nome dos agraciados porque cada um teria uma coisa pra dizer, eu vou mostrar o gesto que meus pais me ensinaram pra agradecer e vocês podem ter certeza que isso é o máximo que pode vir do coração de um homem ou de uma mulher agradecidos: Uma cuia com ovos de galinha caipira. Para a academia, na pessoa do Robério, eu entrego simbolizando todos os agraciados, de coração, esse gesto singelo que vem do coração da Amazônia.

Muito obrigado a todos.

¶ CELDO BRAGA

— Agradecimento

Solenidade do CENTENÁRIO DA ACADEMIA

A família Aristophano Antony, sensibilizada, agradece a generosidade deste Silogeu “in memoriam” agradecer com a honrosa medalha do Centenário da Academia, a pessoa do nosso saudoso patriarca. Ao Dr. Robério Braga, nosso dileto amigo, os nossos sinceros agradecimentos pela distinção. Faz, precisamente, 70 (setenta) anos, que Aristophano Antony, nosso inesquecível mentor dos caminhos saudáveis da vida, adentrou neste Sodalício, na época, Presidido pelo Acadêmico João Leda, sendo recebido pelo imortal Pericles Moraes. Em seu discurso de posse disse Aristophano:

Por que estou eu aqui, nesta Casa de sabedoria, quando são mínimos os meus atributos e máxima a minha convicção de nada possuir para vos dar? A resposta me vem, de pronto, no cérebro: – pela vossa bondade, pela vossa ilimitada bondade...

O Acadêmico Pericles Moraes em seu discurso de boas-vindas asseverou:

Não foi bondade, Sr. Aristóphano Antony, como afirmais emparedado em vossa modéstia exemplar, que nos impulsionou deliberadamente no intuito de compelir-vos a ingressar nesta Casa, onde há muito já deveríeis ter ingressado, quando pela primeira vez sentimos o indispensável de vossa presença, embora motivos respeitáveis vos inibissem de corresponder ao nosso convite.

E adiante disse:

O sentimento a que aludis, na concisão das linhas translúcidas do vosso primoroso discurso, é um falso pressuposto. Asseguro-vos que ele não prevaleceu, quando em causa as nossas decisões. Para atingir-se à culminância desta escalada íngreme e sulcada de princípios, as razões sentimentais não preponderam.

O ilustre Acadêmico Padre Raimundo Nonato Pinheiro no ensejo da comemoração do cinquentenário da Academia Amazonense de Letras, na Revista da *Academia Amazonense de Letras*, p. 37, 1968, exaltando a data festiva disse:

Recordar é viver! – diz o velho e cansado lugar-comum, sem esgotar, porém, a seiva do seu conteúdo filosófico. A vida de uma instituição é um tecido de recordações, que se avolumam na sucessão dos tempos. E a Academia Amazonense de Letras que nestes dias se recama de ouro, nimhada de seus esplendores jubilares, propicia-nos feliz oportunidade para um encontro com o passado, de cujas sombras tranquilas surgem, serenas e pulcras pela decantação do tûmulo, as grandes figuras de nossos antecessores, para uma reafirmação de imortalidade e uma como renovação dos ideais que os animaram, os mesmos dos Varões Gloriosos do Eclesiástico, que passaram pela vida com a fascinante preocupação da beleza: *pulchritudinis studium habentes!*

Este momento glorioso que estamos vivendo e presenciando nesta Casa de Cultura e Sabedoria, enaltece e enobrece a cada passo esta Confraria do Saber, onde pontifica a grandeza da sua generosidade de homenagear os seus antecessores, na data comemorativa do seu Centenário, fazendo a todos que estão presentes a delícia de reviverem toda pujança que sempre existiu neste ambiente de respeito às letras e à sabedoria. Obrigado Senhores Acadêmicos, por nos proporcionar esta noite de resplendor, de emoção e deslumbramento, onde se teve o reencontro com figuras de escol do passado da intelectualidade amazonense. E finalizando, socorremo-nos para expressar todas as nossas saudades dos grandes vultos que passaram neste silogeu de Thornton Wilder, na sua obra *A ponte de San Luis Rey* – “Existe o país dos vivos e a nação dos mortos e a ponte que os une é o amor – única coisa que renasce, única coisa que vale a pena renascer”.

¶ FLÁVIO ANTONY FILHO



— Amazonas moderno¹

RAMAYANA DE CHEVALIER

Aqui estou como o testemunho de uma geração. A vós, que viestes do litoral para as extremas da pátria, urge escancarar o cenário, num gesto que é altivês e é solidariedade, falando-vos de um Brasil estranho, encurralado no Mediterrâneo brasileiro, batido pelas distâncias onde, um dia, acamparam as vanguardas heróicas.

Homens de todas as cores, criaturas de todas as raças, patrícios de todas as profissões, recebei, nesta oblata planiciária, a consagração dos que, chegando primeiro, cobriram o sólo de um país equatorial, benção de Deus para a Humanidade!

O QUE É A AMAZÔNIA

Muitos têm apontado, com o indicador do gênio, o mistério da Amazônia. Desdobrada em paralelos, asfixiada em cáules, imensa na sua fisionomia potâmica, convulsionária nos seus esgares telúricos, a Amazônia não surpreende sómente aos que a visitam. Plásma entusiasmos no íntimo dos mais indiferentes, ostentando no seu caudal, cujo séquito conta com dois mil e cem tributários, o prestígio internacional de que desfruta.

Quando, num surto de vulcânica estupefação, Euclides da Cunha declarou que, na Amazônia, tudo é grande menos o **Homem**, provocou, sem o querer, uma distorsão da verdade. Para contemplar-se a terra, observar-se a água, mergulhar-se na selva, buscar, em ângulos e perspectivas, os segredos violentos ou presságos da hinterlândia imensa, urge sentir-se primeiro quem a sustenta demograficamente

1 Discurso proferido pelo Acadêmico Ramayana de Chevalier, por ocasião das solenidades de inauguração do Hotel Amazonas. Manaus-Am, 1951, mantida a grafia da época. (Cópia do arquivo do Acadêmico Robério Braga).

64 com a sua presença firme e solitária, sentinela perdida do Brasil, esculpido pelo instinto filosófico como um titan irreduzível e indestronável.

Não poderíamos falar-vos da floresta espessa, nem do rio colossal sem atentar para essa formidável personagem, perdida na jungia, na cremalheira de todos os perigos, cercado de filhos e de feras, a resistir no deserto floral ao cerco da natureza que o esmaga!

Fascinados pela Amazônia, dominados pelo fulgor de suas magias naturais, fustigados pela promiscuidade dos seres quase invisíveis que se alimentam de sua fecundidade, nada nos deterá mais rápido e com impressionismo mais forte do que a contemplação do Homem, soldado das fronteiras remotas, desbravador de macissos arboríferos, caçador emérito, desassombrado e humilde, de cuja vigília tem-se mantido a vida amazônica e de cujas mãos rudes desce, em garantias leais, a integridade dos nossos limites mais dilatados!

Maior que a terra que se estorce e ferve, nos trismos de um cataclisma diuturno; maior que a selva que se debruça e tomba nas águas, estuporada pelas sabotagens hidrográficas; maior que o rio, cuja faina constante e irresistível, arrasta periantans e esperanças, troncos secos e escórias sedimentares, nos rumos do pélago distante!

Êle, sósinho, taciturno e augural, decifra o mistério dos repiquêtes, lê sem o saber no palimpsêsto dos barrancos, prevê tempestades e inundações, luta contra as arrancadas da mataria voraz, enfrenta de mãos vazias os obstáculos estonteantes da natureza bárbara e, sem alardes nem clamores, ao vêr tragada a família e destruído o lar pelas precipitações das terras caídas, assenta domínio mais adiante, persiste no domínio do seu reino shakespeareano, levanta, metros além um novo tapiri, para recomeçar...

Já dissêra eu alhures que o fenômeno hidrológico do Brasil é um complicado e impressionante paradoxo. No nordeste, o sói seca as cacimbas para encher de lágrimas os olhos dos sertanêjos. Na Amazônia, o rio inunda a terra, para secar de desespero o coração do caboclo tristonhol; Sempre a água, a provocar na sua antítese, a dor e a má-gua que retraçam, num quadro positivo de firmeza moral, o perfil do íncola brasileiro.

Poderíamos dessarte afirmar, com a certeza de um axioma, que 65
na Amazônia, tudo é grande para a glória do Homem, senhor do maior
de todos os laboratórios naturais!

Honra seja ao patricio obscuro, destemido e silente, que faz na
floresta espessa o seu “habitat” e resiste, na sobriedade do seu gênio
espontâneo, às precipitações pluviais, que são dilúvios dissolven-
tes, aos assomos do rio enfuriado que lembra o oceano erguido em
montanhas líquidas, ao impressionante silêncio da selva, cujas vózes
sóbem do ventre da terra, aprisionando-o numa catedral de acalantos
e oráculos sombrios!

Olhe-se para os homens de outras latitudes. Nos desertos de gelo,
nas tundras, os samoiédas possuem a rênã, que os protege. Nos desertos
de areia, o homem, seja o beduíno ou o europeu transplantado, tem o
camelo que os transporta. Nos juncais e savanas da África, a natureza
põe o elefante ao alcance do lutador, favorecendo-o nos recontros com
as feras de grande porte. Nos altiplanos andinos, o Criador ofereceu
aos índios a Lhama, a vicunha e o guanaco, protegendo-os do frio e das
distâncias. No ocidente civilizado, o trabalhador tem o cavalo e o boi que
o servem, solícitos e mansos. Por toda a parte, o sopro da Providência
amparou os seus filhos, na domesticidade dos animais prestantes.

Na Amazônia, o homem luta só. É um combatente sem amigos.
Construída a canoa leve, enfrenta as marolas. De rifle na mão mergulha
na selva, investe contra a sombra e o silêncio, atravessa chavascais,
contorna igapós, rasga a cortina de espinhos e de lianas e bebe, ao
morrer, como extrema-unção, na concha da mão da companheira, a
água barrenta que o matou...

Reconheçamo-lhe a força, o heroísmo e a graça natural da audá-
cia, que fazem do **Homem Amazônico** a mais bela dádiva de Deus!

A HISTÓRIA DE UMA GERAÇÃO

Vai para longe o tempo das aventuras manauáras. Antes de nós,
caraveleiros da audácia, nossos pais teimaram em construir, pelo
ímpeto e a coragem, uma vida triunfante e fértil.

Vieram de outras terras, pelos caminhos do mundo, integrar-se
num país de germinações estranhas e velocidades inaparentes.

Vieram com a mentalidade do bivaque, com o espírito do convés-cote. Chegaram para ganhar e evadir-se, fugindo à prisão botânica que os enriqueceria. Os gadanhos da selva não os detiveram. Os esgares da floresta espessa não os tornaram prudentes. Arremessaram-se à luta e converteram-se em Midas delirantes. Tudo o que tocavam, na sua marcha de retorno à capital baré, se convertia em ouro. Reluzia o sói perpendicular, farfalhavam em chispas as lâminas crenadas, fuzilavam reflexos as angras e os estirões, mumificavam-se em brilhos foscos os utensís mais modestos. Os argonautas voltavam da selva trazendo o ouro nas pupilas e na imprevidência. Acendia-se charutos com pelegas polpudas, esbanjava-se, queimava-se o dinheiro, forrava-se de notas o leito das hetaíras, o champanhe era um hábito de embarcadiços, a vertigem era o toque agônico do tempo, escorria sangue e cansaço das frinchas das almas, ansiosas de prazer e de inércias. O Amazonas era imenso acampamento de ciganos. E, insatisfeitos com as eclosões da carne e com a velocidade dá vida noturna, na capital amazonense, para onde acorriam mulheres dos serranhos europeus mais nobres, objetos de uso raro, quinquilharias caríssimas, rumaram êsses jashões intrépidos para o velho mundo, sorvendo a longos haustos os rebotalhos de uma civilização que teria de ceder lugar à América.

As maiores capitais do planeta ficaram na intimidade dos comandantes da aventura amazônica.

Ao voltar, essa geração vinha intoxicada de ritmos, inebriada de sonhos, vasia de dinheiro e; ávida pela repetição da vida luxuriosa.

E, ao chegar, sofreu o impacto da realidade dura e enorme da Amazônia. O monstro telúrico não suporta o cancah sacudido ou os clarins carnavalescos. O bátrio, escancarado e solérte, esperava os foliões do sexo e da cultura, para devorá-los. Já não traziam eles a coragem dos desbravadores, a ousadia dos cinegétas, a ambição dos fortes, a pureza dos lutadores. Vinham esfacelados pela insídia da civilização. Vinham batidos pela moleza dos divans e dos piqueniques da Arte e do Talento. Haviam colhido as vélas e escamoteado os rêmos, tangidos pela doce vocalização das serêias humanas. Debussy teria motivos estranhos, traduzindo o estado de alma dêsses náufragos.

Desambientaram-se.

Já não eram gladiadores impávidos e decididos. Voltavam feridos pelas úlceras da batalha sensorial, profundas úlceras, inapagáveis condecorações de uma época de fastígio e de corrupção.

Veio, depois, a queda. A geração dos nossos pais conheceu, então, o outro lado da sorte. A economia do Estado, mercê da dissipação de forças e da imprudência cigana, deslisou para o nada. O desfileiro foi íngreme e difícil. Sobraram monumentos, sonatas antigas, saudades nevoentas, obras de orgulhecer. Mas, daí por diante, o deserto material chegou até o beirai do acampamento de beduínos.

Nós nascemos e crescemos sentindo os onus da “dèbacle”. A pobreza nos vestiu de pudor, nos incentivou o civismo, nos deu a verdadeira coragem de combater dentro do nosso país, alijados da nossa terra pelas necessidades do progresso. Tivemos que emigrar. Os novos de ontem mergulharam na intimidade das grandes capitais brasileiras. Foram buscar no Brasil, o que os nossos pais procuraram na Europa. Mas a Amazônia é um estado de espírito. Onde quer que vá o seu filho, aí estará ela, fustigando-o com o seu apêlo, castigando-o com a sua ternura, chamando-o, na desesperada carícia da saudade. Ambientada no turbilhão do Brasil meridional, a nossa geração sentiu-se um pouco estranha à sua própria terra, embora teimosamente identificada à sua condição amazônida. O primeiro surto da borracha descobriu a Europa para os seringueiros. A pobreza e a crise descobriram a nossa pátria para os caboclos planiciários. Contudo, essa geração de hoje, por cujo testemunho leal vos falo, também sofreu um tremendo impacto no dever de continuar, de permanecer, de misturar-se ao sonho dos remanescentes, de unir-se à gléba nos altiplanos da fortuna ou nas sinclinais da miséria.

Mas não perdeu o sentido amazônico da ação. Se os déltas humanos do universo desaguarão um dia na Amazônia, é porque existe uma vitamina ignota, dispersada no sentimento, que identifica as almas, ligadas a esta terra, estejam onde estiverem, surjam onde surgirem. O trabalho da geração de hoje será o prêmio vosso, que aqui ficastes, heróis das jornadas amargas, vindo trazer-vos, nas grandes realizações, a prova de um amor eterno, de uma eterna fidelidade à Amazônia estremecida!

A nossa geração perfila-se diante de vós, na consagração de um marco de honra e de fé, que hoje se inaugura.

E cabe, a essa geração sacrificada e vitoriosa, que daqui partiu para as rechãs do sul, a glória de demarcar, na geografia do tempo, os limites de dois amazonas. Um, que pertenceu aos nossos pais. O outro que pertence a vós, com o nosso testemunho.

UM EXEMPLO E UMA ESPERANÇA

Desde a infância, liga-me a Adalberto Ferreira do Valle, o vaticínio das longas caminhadas, estudamos juntos. Juntos assistimos, espantados, o começo da ruína. Juntos colhemos, na fruição da meninice, os pomos dourados daquela imprevidência. O Amazonas nos era amável e trepidante. Tudo nos empolgava, dos brinquedos de rua aos cinemas de província, supervisionados por um velho professor que, se aqui estivesse, descido do mundo dos espíritos, sentiria os olhos marejados de emoção pela vitória do seu discípulo diléto. É êle o vanguardeiro da nossa geração, o que subiu a golpes de talento e de pertinácia, palmo a palmo, degráu a degráu, da humildade à opulência, vencendo nas estratosféricas do poderio financeiro do país, como um condôr invencível que, ruflando as asas, na planície se ergueu aos píncaros da força, enrijando a confiança dos irmãos de terra, orgulhando-nos e comovendo-nos, nas demonstrações ardentes e imperecíveis de um devotado amor pelo Amazonas!

Constitui Adalberto Ferreira do Valle um exemplo e uma esperança. A vós que aqui ficastes, o seu caminho marcará os rumos de um desbravador. Como, certa feita, referiu Menotti Del Picchia, São Paulo é uma floresta ao contrário. Levantam-se, ao revés de troncos e de caules, chaminés e torres, todo o potencial moderno da energia e da beleza. O caboclo menino, que transmuntava furos e sangradouros, enveredou para a sélva de cimento armado e abriu, ali, a sua clareira, repousou o seu jamaxí de sonhos, empunhou o lápis e manejou o cálculo, vestiu o escafandro das bandeiras modernas e triunfou, claro e sonoro como um toque de alvorada.

O seu exemplo vingará. Um exemplo de dignidade e de caráter, de brio, de honra e de coragem. O vedeta já venceu. Aprestai-vos.

A inauguração do “Hotel Amazonas” marca o divisor de suas épocas. Esta formidável iniciativa da Prudência Capitalização, através do gênio empreendedor de Adalberto Ferreira do Valle, que Assis Chateaubriand classificou, no seu brilhante artigo “Dos Grisões à Amazônia” como o único rival do Anexo do “Copacabana Palace”, representa, nas suas linhas arquitetônicas, na excelência do seu material prestante, no arremêso de suas colunatas, no emaranhado moderníssimo dos seus detalhes técnicos, um monumento ao amazonense singular, cujo espírito, envolto nas tarlatanas da graça e do poder positivo, jamais se esqueceu, como o fez Ruy, do ninho onde nascêra.

É um símbolo histórico êste hotel. Antes ’e depois dêle, se marcará a vida amazônica. A geração dos nossos pais, tonta de iluminuras, contagiada por um fanatismo gomífero que parecia não acabar mais, ergueu palissadas magníficas, nos terrenos da arte e da cultura.

Aí estão, como estêios de um passado de desvaios e incêndios sentimentais, o Teatro Amazonas, o Palácio Rio Negro, o Forum, as maravilhas do bronze e do mármore, que eram diversões e doçuras para os olhos e o coração. Numa cidade edificada a 1.000 milhas do mar, em pleno coração da América, o estrangeiro encontrava a majestade da ribalta solene, o prestígio da Justiça sóbria e rica, o deslumbramento dos palácios governamentais, mas não tinha um hotel para morar. Isso, só isso, marcava o signo de uma época dispersiva e fácil. É que não se vinha aqui para ficar. A mentalidade de acampamento seguia adentro do cérebro dos próprios dominadores da jungia. São êsses palácios, os monumentos da opulência perdida. Outra época surge agora. Vós que aqui viéstes, a honrar-nos com a vossa solicitude, tendes o pensamento vertiginoso do século. Um hotel, no deserto, é o princípio de uma jornada. Neste oásis se abrigarão os que aqui vierem, sem um minuto de decepção, para as contingências de uma dinamização do Amazonas, através do exército poderoso de suas reservas inesgotáveis.

E êste hotel, fruto da vontade firme e do pensamento caboclo de Adalberto Ferreira do Valle, significa uma revoada de técnicos, dos maiores e melhores, unidos numa equipe robusta e admirável, para uma construção de gigante.

Nascido da idealização arquitetônica de Paulo Antunes Ribeiro e construído pela competência de Joaquim da Costa Leite, teve êste edifício a assistência de Helmut Quacken, garantindo-lhe a estrutura.

Levantado o monolito, foi convidado êsse fulgurante Roberto Burle Marx, pintor dos mais renomados e jardinista, que enriqueceu o patrimônio do Hotel com uma coleção de cêrca de cem telas, algumas figurantes do Museu de Arte Moderna de Nova-York.

E, junto a eles, com o controle pertinaz desse infatigável Mario Guerreiro, a farândula, necessária e fecunda dos técnicos anônimos, que, nos misteres da filtragem da água, na instalação dos motores elétricos, dos elevadores, da lavanderia, das câmaras frigoríficas e do ar-condicionado, deram a este palácio a rigidez e a perfeição de uma estrutura preciosa.

Erguida e conclusa a obra, chegou o pessoal diretivo. Veio, à cabeça da turma, êsse encantador Maurício Fernandes, diretor do “Copacabana Palace” pelo espaço de 33 anos e a sua brigada de mestres; Genovêze, o gerente, herdeiro das tradições de um dos maiores hoteleiros do mundo; Gabriel Cornte, que cobriu o universo com a sua arte, na China, na França e no “Romanoff” de Hollywood e José Scheffer, que foi Chefe da Cosinha do Jockey Club do Rio de Janeiro e dos hotéis “Vila Inglesa” e “Rancho Alegre” de Campos do Jordão, o “barman” Pereira, veterano do “Palace Hotel”, especialista em “copetins”, que tutelou duas gerações de boêmios cariocas.

Completando a equipe, na irradiação mundial deste acontecimento brilhantíssimo, aqui está Eddy Bernoudy, cinegrafista de Hollywood, veterano da “Universal Films”, que foi chamado para filmar em tecnicolor e televisionar depois nas mais adiantadas capitais do mundo êste momento em “que se principia a marcha do Amazonas para os seus novos destinos!

E um toque amável, que reflete, na sua delicadeza, o espírito planiciário, sincero e profundo, de Adalberto Valle: a “hostess” deste Hotel, a dona da casa, a supervisionadora do seu mecanismo doméstico e do seu conforto, é Esmeralda Normando, filha desta terra, escolhida como um élo de comunicação entre o Amazonas redivivo e os professores de elegâncias e de culinárias que nos inebriam com a sua arte perfeita. Na especialidade, aqui se encontra também Richardi

Landi, delegado dos hoteleiros suíços, que veio assistir a esta inauguração, no testemunho dos mais sedutores hospedeiros do globo. 71

E, completando o cenário de surpreendente elegância e bom gosto, miraculosa sugestão de um reino de galanteria, possuiu também êste momento decisivo em nossa história, a presença de Barbara Moore Mattman, madrinha do “Hotel Amazonas”, que acaba de batisá-lo, palácio à beira de um monstro de águas negras, um monstro brasileiro, com água trazida diretamente do Mississipi.

Ela e o seu esposo, Mr. Charles Mattmann, um dos diretores da Moore Mc Cormick, vêm de demonstrar, neste gesto de alta solidariedade, que as águas dos enormes mediterrâneos do hemisfério, fundindo-se em Manáus, oferecem ao Brasil a imagem serena de uma unidade física e espiritual das Américas!

Êste o conjunto oferecido ao Amazonas pelo amazonense Adalberto Valle, fincando o marco miliário de uma nova civilização, que nos trará os recursos da técnica, os auxílios financeiros, a sedimentação de uma nova cultura, o início de um período de construção e de dinamismo, reintegrando êste Estado nos seus quadros pujantes do pretérito e nos caminhos muito mais lógicos e mais decisivos do futuro.

O RASGÃO DO ANFITEATRO

Já não é possível duvidar do soerguimento do Grande Vale. No mesmo instante em que se inaugura em Manáus, um dos melhores hotéis da América, o mesmo homem que o plasmou, êsse mesmo Adalberto Ferreira do Valle, póde nos dar notícia da organização definitiva de uma Companhia de Fiação e Tecelagem de juta, com um capital de 25 milhões, o maior já realizado na Amazônia para um empreendimento industrial, sob sua inspiração e estímulo. Daqui poderá sair o melhor artefato de borracha do planeta. Com o concurso dos formidáveis argonautas da indústria meridional, poderemos exportar o melhor papel, aproveitar e industrializar óleos e essências vegetais inigualáveis, mobilizar as madeiras e os compensados mais resistentes e mais belos, conseguir, pelo aproveitamento das sementes, óleos alimentícios de alto padrão, assim como metodizar a transformação das fibras, cujo país de origem é esta Amazônia dadivosa e amiga!

Se olharmos para a fauna ictiológica, onde Martius encontrou duas mil espécies de peixes diferentes, aí teremos um largo campo de atividades, tanto mais sedutor quanto abundante e profícuo.

Uma destruição aparente, criou, na ambiência amazônica, uma riqueza imediata. A caça aos jacarés representa um crescimento da população fluvial. Cada hidros sáurio devora 12 quilos de peixes por dia. Com uma exportação já feita de 500.000 couros de jacarés, teremos 6.000 toneladas de peixes de excedente, por dia, o que significa o carregamento de um navio frigorífico de tonelage idêntica, diariamente!

Essa a realidade que o Amazonas entrega a vós, visitantes do sul, capitães de indústrias, comandantes de organizações, autoridades generosas do meu país, que aqui vindes para sentir-nos e para orgulhar-vos de nossa pátria!

Os sentinelas da fronteira vos saúdam! E vos pedem o concurso leal, antes que o desespero transfigure os seus homens, tornando-os, cada dia mais distantes da pátria!

Há um punhado de brasileiros, esquecido e injustiçado, batido pela ignorância e pela displicência dos poderes fenderias, ligados à terra como seres extraplanetários, jungidos à gléba com um desmesurado amor e um fervente sacrifício, à espera que o Brasil, despertado pelos rumores desta consagração histórica, venha ao encontro daqueles que, por tantos anos, no heroísmo da sélva, têm mantido incólumes as suas fronteiras e as riquezas tão desejadas pelos povos do mundo!

Que seja êste discurso o depoimento de uma geração! Que os amazônidas de amanhã recebam, com êste edifício, o facho de ressurreição de nossa terra e que os brasileiros que nos visitam levem consigo o brado de um pugilo de estoicos, cujo patriotismo se dilata ao infinito, na amargura dos que, por muito lutarem e por muito sofrerem, são, por isso, eternamente esquecidos e humilhados!

O Amazonas agradece, neste momento a Adalberto Valle, diante do Brasil!

E abençoa ao seu filho, na modéstia dos que vivem pobres, sobre o mais tremendo manancial de riquezas do mundo moderno!



{ CONFERÊNCIA }

— A sciencia da religião e a religião da sciencia¹

ORLANDO LIMA

Não ha, creio, em Manáos, quem não conheça o grande coração de Adriano Jorge, o medico-sacerdote, clarividente, bondoso e culto, o estheta primoroso da palavra escripta ou fallada, cujo nome insigne, de muito, transpoz as fronteiras desta formosa e viridente parcella da Federação, para se gravar, lá fora, em caracteres de ouro, no horizonte azul do merecimento, como um exemplo e um paradigma á mocidade que surge.

De posse do conceito, não vos surpreenderam, de certo, as demasias dessa generosidade, verdadeiramente singular, que, caindo dos seus lábios, me envolveram, agora, aos vossos olhos, num irradiante halo de sympathia e de apreço que fundo me perturba e gratamente emociona.

Senhores acadêmicos. Devo á desvanecedora lembrança de um de vossos companheiros, meu egregio collega dr. Araújo Lima, o convite gentil para a ascensão desta tribuna. A espontaneidade do apelo, á qual se juntou a penhorante adhesão de todos vós, paralysoi-me o gesto instinctivo da recusa. E' que já vos havia visto reunidos, num preito de gratidão, em assembléa memorável. E desta tendo sentido os beneficos effluvios, receava não corresponder, como devêra, á vossa captivante expectativa.

Venceu-me, porem, o desejo de haurir, de mais perto, essa atmospheria sadia de intellectualidade que se respira entre vós, e aqui me tendes.

1 Conferência do médico e escritor Orlando Lima, pronunciada na noite de 11 de abril de 1935 na sede própria da Academia Amazonense de Letras, mantida a grafia da época. (Cópia no Arquivo da Academia).

Das palavras que ouvirdes, não lucilarão relâmpagos capazes de vos illuminar, tamanha e tão arraigada é a crença que tenho na cultura soberba do vosso espírito. Dar-me-ei, entretanto, por satisfeito, se as minhas phrases, sobre trazerem concurso, embora pallido, á vida do vosso mais graduado centro de sabedoria, possuírem também o miraculoso condão de vos dar a prova flagrante do apreço que me inspirastes.

Obreiros que sois do mesmo templo, agora que encontrou o seu Mecenas, não o quizestes ver fechado, por prazo mais longo, e de par em par lhe abristes as portas ao ingresso do visitante, que, em goso de ferias, algum tempo lá fóra, conviveu convosco, para que mais a vontade elle pudesse apreciar os vossos inhexauriveis thesouros de espiritualidade.

Prestes a regressar ao meu recanto, que é vosso também, aqui prometto, solennemente, nunca jamais esquecer as vossas esmagadoras gentilezas, as quaes, neste momento, culminam, pelo chamado a esta tertúlia, onde nenhum fulgor vereis a não ser aquelle que de vós e da luzida assistência naturalmente decorre.

De alma aberta agradeço o carinho com que tratastes o vosso hospede, e muito especialmente aos meus queridos amigos Waldemar Pedrosa e Leopoldo Peres, estreites de primeira grandeza que lucilam nesta casa, o trabalho a que se deram, chamando com o prestigio dos seus grandes nomes, toda essa assistência, a qual, num attestado eloquente de sympathia, não trepidou em desertar o macio do leito, para a expectativa semsaborona de quarenta minutos de arida audição littero scientifica.

A humanidade, senhores, ha de ser sempre a eterna insatisfeita, a contumaz viajora do oceano revôlto. Como a vaga hnmensa, ella vae e vem, á cata de um ideal que sonhou e que não encontra nunca. E nessa viagem, que não tem começo e que não tem fim, durando sempre enquanto o mundo fôr mundo, agita-se a sociedade em todos os seus recantos.

Cheio de intelligencia ou de cerebro obtuso; lindo como os amores ou feio como a necessidade; activo ou indolente; doido ou equilibrado; perverso ou regumando bondade por todos os póros; pecunioso como Crésó ou pobre como Job, o homem, uma vez lançado

na arena da existência, encontra acerrimos partidários que o elevam 77
ao ethereo das alturas, e detractores que o decalam mais razo que o
chão. Se trabalha e guarda, por avarento é conhecido. Se gasta o que
ganha, é perdulário e incide no conceito de quem dá o que tem a pedir
vem. O desejado seria o meio termo. Nelle é que a virtude reside. Esse,
porém, é o mais difficil, não existindo cultivada a doutrina do self
controll. O predestinado abre as azas e vôa, libra-se ao alto, e quanto
mais elevado for o surto, tanto mais fragorosa será a queda.

Em meio á turbamulta social, onde se entrechocam os interesses e
a lucta pela vida se trava, o homem levanta um pouco mais alto a cabeça,
e a cacetada lhe vem, certa, no vertex do craneo. Humilde, encolhido,
não escapa á inveja do semelhante. Alli, na sua humildade e no seu
retrahimento o vão buscar, expondo-o á luz para que soffra também.

Seja qual for a maneira pela qual, na vida, procedamos, não
lograremos, jamais, fugir á invidencia dos nossos pares, áquella
sensação extranha que invade o ser humano quando outrem frue ou
parece fruir uma prerogativa de que elle não goza. Não vale, porem,
condemnar sem remissão o delinquente, para que não nos condem-
nem também em peccadilhos originários da mesma fonte. Não ha
escapar á censura alheia, seja qual for a linha de conducta que nos
traçarmos. Alvo da injustiça ou da maledicência irrequieta, teremos
todos que soffrer. Não se comprehende a vida sem soffrimonto. Uma
cousa é correata da outra. Quem vive, soffre. Quando tudo nos sorri,
não raro, procuramos a contrariedade para poder viver. Não sendo
possível contentar a todos, teremos que agir de accordo com a nossa
consciência. Em paz com ella, o nosso somno será tranquillo.

A nossa consciência responderá perante Deus, a quem, só, deve-
mos temer. Certos da sua existência e da bem aventurança que nos
aguarda, talvez, para além da morte, temos que considerar esta como
a nossa esperança maxima. Em meio ás infinitas exteriorisações da
existência divina, uma ha, na qual recebemos, perfeita e nitida, a idéa
da morte. Tal facto se passa quando dormimos.

O homem que dorme somno profundo, é um homem apparente-
mente morto. Nada lhe fala no meio exterior. E o homem sonha, entre-
tanto Que é o sonho, porem, senão a prova eloquente da existência da
alma? Se, todavia, facilmente dormimos, é porque temos a certeza de

78 acordar. Acalentemos nós a esperança ardente na vida futura, que a morte será por nós esperada com o máximo de serenidade. Nenhum remedio tonifica melhor do que o somno, assim se trate dos males corporeos, como dos psychicos. Declara a philosophia que a melhor coisa a fazer-se neste mundo é dormir; assim como o maior castigo que se pode inflingir ao homem é deixa-lo viver, visto que a morte é o prêmio da vida.

Aquelle que crê em Deus e na bem-aventurança futura, morre tranquillo. O incréo, ao revés, fallece desesperado, como um cão a quem a raiva damna. Nenhum consolo elle encontra na hora suprema, tal como o que não procedeu bem, e a qual a consciência morde, retirando-lhe o somno. Por mais voltas que dê na cama, macia e fôfa, não conseguirá dormir, pelo menos com aquella mansidão das almas justas. Agitabão pesadêllos horríveis.

Por esta forma se exprimia Jean Jacques Rousseau: – Foge daquelles que, sob pretexto de explicarem a natureza, espalham doutrinas desoladoras, que destroem tudo o que a humanidade encerra de mais santo. Foge daquelles que roubam ao infeliz a ultima consolação nas suas dores, e que com as suas idéas arrancam aos ricos e poderosos o freio único capaz de lhes sustar o impeto das paixões, blasonando, ao depois, de benfeitores da humanidade.

Quem quer que compulse a historia do universo, se ha de certificar que duas grandes epochas a encerrarão – O Paganismo e o Christianismo. A treva e a luz, a inacção e o trabalho, o polytheismo e a crença num Deus unico. «Comparae, senhores, a crueza e o desenfreimento do vicio, e sobretudo a brutalidade das instituições antigas com as leis modernas e os costumes de hoje, e vereis quanto deve o mundo áquelle que ligado aos braços de uma cruz, olhos fitos no céu, entre martyrios mil, implorou o perdão para todos, com um objectivo unico: – A felicidade humana pela misericórdia divina.

Um dos primeiros cuidados do christianismo foi derribar a velha theoria do trabalho acceita pelos pagãos. Gregos e romanos consideravam o trabalho como uma abjecção e, por isso, aos últimos clarões da democracia latida, dizia Cicero: – Têm uma profissão degradante todos os que vivem do commercio. Nenhum sentimento nobre pode nascer numa casa de negocios. A invenção das artes pertence aos mais

vis escravos; a sabedoria vive em regiões mais altas e não emprega 79
nunca as suas mãos no trabalho.

O christianismo, senhores, sobre ter sido a maior conquista do mundo civilizado, foi, incontestavelmente, o mais poderoso elemento de reabilitação do trabalho no desmoronar fragoroso da sociedade pagã.

Quem quer que estude, profundo, a historia da humanidade, ha de verificar que, de quando em quando, sobre o planeta, violentamente sopra, agitando-o em doidas e extranhas convulsões, o tufão revolucionário. De um quarto de século para cá, em tanta maneira são frequentes as suas insanas arremetidas, de effeitos tão nefastos, que a gente fica, attonito, a pensar na consumação próxima dos séculos, conforme Deus predisse.

Arrancados do seu posto, desaparecem os chefes das nações. Em nome da liberdade, modificam-se as formas de governo. Na procura louca de melhor solução aos problemas sociaes, surgem novos credos, escolas e doutrinas. Dobra-se a pagina do livro do destino e, não raro, os novos eleitos fazem o mesmo que nos outros censuraram. Dai-o conceito celebre de Solon, no “Banquete dos Sábios”, de que o maior governo é aquelle que considera o damno feito ao individuo isolado, como se praticado fosse contra a collectividade.

A liberdade, com advento das recemnatas theorias, ao envez de mais ar para viver, cahe por terra, estrangulada. A queixa constante contra o despotismo de outrora – dá lugar á lamentação surda dos escravizados. Ai destes, porem, se a imprecação mais alto se ouve. A bala absolutista vara-lhes o coração. Praza aos céos, confrades, possamos nós todos conservar sempre, firme, inabalavel, grande, extraordinária, a nossa fé religiosa. E’ ella a nossa melhor arma. Com eila venceremos sempre, ainda que por sobre as nossas cabeças passe, na vertigem de uma carreira desenfreada, a vaga insana e louca da revolta.

Senhores.

A Rússia, na reforma social a que se entregou, houve por bem inaugurar um systema nunca, até então, jamais visto, na historia do mundo: – a guerra contra Deus. Que se me releve a imagem, confrades.

80 Tenho porém, que, sobre aquelle immenso paiz, adejou um phantasma cyclopico, por esta forma lhe faltando.

Povo russo, que soffreste longos annos, sob a mão harculea e possante dos Tzares! Sahe dessa inércia. Revolta-te e toma conta daquellas posições e daquella fortuna, seja por que meio fôr. Não conseguirás, jamais, a opulência por forma diversa. Se a família e o direito de propriedade, antiquissimas instituições que o mundo inteiro respeita, atrapalham-te na ação, retira-as do teu caminho. A tua rebeldia se deve exercer contra o genero humano. Não esites. Persegue-o sem pena antes, porem, que veja a luz do dia. Toda a gente civilizada condemna o incesto. Tolerá-o. A religião é um dique que a essas medidas se oppõe. Passa por cima delia. Deus é objectivo máximo de todos os credos religiosos, o escopo principal de todas as creanças. Suprime-o das tuas cogitações.

E a voz foi ouvida. Pela revolta dos descontentes, rolaram do throno os governantes, cahiram os potentados, os nobres, os ricos, passando os de condição humilde a occupar os seus logares. E desfarte se installou o communismo, não aquelle pregado pelo christo, e entre nós observado nas ordens religiosas, mas o communismo sem Deus, contra quem se faz, principalmente, a guerra, no fito satânico de deschristianizar o mundo.

A família e o direito de propriedade foram extinctos. Com o amparo da lei, passou-se a perpetrar o assassínio do producto da concepção antes de vir ao mundo exterior. Sob a tolerância da toga, em simulacro de casamento, á mãe foi permittido unir-se ao filho em horroroso connubio. Filhos e netos simultâneos appareceram. Templos catholicos, protestantes, judaicos, mussulmanos, nada resistiu á furia iconoclasta. A ordem social foi invertida.

A miragem soviética, entretanto, senhores, que entrevira um paraíso de delicias sociaes na distribuição das riquezas pelo proletariado, agora que sobre ella quasi quatro lustros decorreram, apresenta-se ao mundo em toda a sua negra realidade. A' dictadura da pobreza, succedeu-se a dictadura sobre a pobreza, que vive mais escrava do que nunca. O que se dizia dever de pertencer-lhe, passou a constituir-se propriedade do Estado. Descoroçados com a evidencia dos factos, milhares de camponeses deixaram de trabalhar, instalando-se a

fome em grande parte do território moscovita, cujos habitantes, para 81
attender ás urgentes aperturas do estomago, tiveram que devorar,
sem repugnância, talvez, o proprio semelhante. Aqui, o Roll Royce de
Staline, a marinha e o exercito regiamente pagos; além, o caponio, o
misero, o necessitado, a curtir a fome; ao longe, no extrageiro, expulso
do território pátrio, espoliado de suas propriedades, o fidalgo de linha-
gem alta ou o homem que se elevou pela cultura e pelo trabalho, a
occupar posições humillimas, na lucta pela manutenção da existência.

Jesus estabelecera a igualdade humana perante Deus. A revolu-
ção franceza igualou os homens perante a lei. O socialismo pretende
a mesma igualdade perante a natureza. Deus, porem, não foi riscado
de cogitação alguma. Não se pode viver sem religião.

Essa onda gigantesca de insania, que afogou a Rússia collos-
sal, foi, em grande parte, o resultado das licções professadas nas
universidades por mestres atheus, que distribuíram, larga mana, pela
juventude inexperiente, o leite esteril de descrença. Desgraçados pela
impiedade, procuraram entre os moços companheiros para a desven-
tura. Se o incréo repelie a idéa de Deus, nenhuma prova dá de que Elle
não existe. Quando o interpellam sobre a explicação dos mysterios
da vida, em paroxismos de desespero, appella para a sciencia. Esta,
porem, agita os largos flancos onde se entrechocam, bailando, seduc-
toras theorias, nada de verdadeiro e positivo responde, seja quando
procura o infinitamente pequeno, seja quando indaga do infinita-
mente grande.

Ainda que a gente estude, e viva oitenta annos. Deve confessar
que nada conseguiu e nada apurou, tal o pensamento de Alexandre
Humboldt, asseverador de que a maior felicidade a colher no mundo
é ter nascido idiota.

Nenhuma desgraça pode mais fundamente ferir o homem, do
que a ausência de fé religiosa. Sobre ser o dynamo que lhe justifica
os movimentos na existência, a fé se tem de constituir o objectivo
máximo da sua vida, o seu consolo supremo na adversidade. A alma
humana se inclina, sempre, de começo, para o verdadeiro. Que se não
violente nunca essa ingenita qualidade, que ella proseguirá sempre
na sua rota, – a verdade divina da fé.

A crença nenhuma dificuldade tem em acreditar no que se lhe diz. Evoluindo para a idade adulta, soffre uma serie de influências que a desviam da trajectory que o berço lhe herdou. Dentre essas, duas ha, sobre todas, nefastas, – o respeito humano e os falsos ensinamentos scientificos. Sentindo dentro de si, alfinetá-lo, o prurido da crença, o homem faz praça de atheismo, ou de critico divino, por elegancia ou receio que o acoimem de piégas ou crédulo. Entretanto, nada mais é passível de compaixão do que o irreligioso. Bem mais digno de lastima só e ser o que alardeia incredulidade, do que aquelle que, abertamente, publicamente, professa o seu credo.

Não pude nunca compreender o homem intelligente, equilibrado e ... atheu. Se lhe repugna á clarividência acreditar na existência divina, a sciencia, para que elle appella, no desespero da impotência explicativa, se esquivava, se furta a lhe confirmar as hypotheses. Nella baseada, a incredulidade, disse algures alguém, é uma formula de loucura como outra qualquer, porque loucura é desprezar a fé natural, e querer firmar-se unicamente na experiencia própria e immediata. A quasi totalidade dos conhecimentos humanos, têm por base a fé no testemunho alheio. Se acreditamos na palavra humana, que é fallivel, porque recusamos acceitar o testemunho divino, que não falha nunca?

Exclusiva e apaixonadamente cultivadas, as sciencias, do mesmo passo que o vinho embriagante que sóbe á cabeça, perturbando os sentidos, quando d'elle se abusa, as sciencias, repito, não raro, conduzem o homem ao orgulho desmedido, ao sentimento exagerado do poder humano. Se individuos ha que se podem deter no meio da vertigem, reconhecendo a insufficiencia dos seus conhecimentos, outros existem que inflam de prosapia, e se consideram detentores de todos os se gredos, abandonando a crença. Dahi a utilissima intervenção da fé religiosa, que attenúa a extensão do orgulho humano, chamando os sapientes á consciência da própria debilidade, aroma das grandes almas, apontando-lhes a vereda tranquilla da modéstia.

O saber humano, senhores, se compara a uma casca de noz a fluetuar no oceano immenso da ignorância. Quanto mais ella viaja a immensidade daquelle mar, mais tem que seguir, não attingindo nunca a desejada méta, porque sossobra antes do teinpo para isso necessário. Assim o homem. Quanto mais elle estuda, mais se deve

convencer de que muito tem que estudar, e de que nada sabe porque 83
recebe de Deus, a cada passo, uma lição inesperada, por longas que
tenham sido a sua vida e a sua experiencia.

Sócrates, quando lhe perguntaram, em memorável assembléa,
o que sabia do mundo, respondeu convencido: «Tudo que eu sei é
que nada sei ».

Apoiado á fé, o scientista caminha seguro nas suas indagações.
Traçae, senhores acadêmicos, no vosso intimo duas linhas paralle-
las, sobre ellas assentando a sciencia e a fé, cada qual do seu lado.
Emquanto que a sciencia, de pesquisa ein pesquisa, cedo esbarra no
inexplicável, a linha da fé continua longa, infinita, interminável,
attrahindo a sciencia para novas indagações. Sobre as duas linhas,
como se trihos fossem, se assesta o grande vehiculo, que é a vida
humana. Conservado o parallelismo, não ha negar se á impossibili-
dade de descarrilamento.

Não é possivel existir antagonismo entre a sciencia e a fé, porque
ambas visam apenas a procura da verdade. O conflicto só exequível,
seria entre a verdade e o erro. Goethe dizia que a maior felicidade do
homem culto consiste em comprehender o que é comprehensivel, e
inclinar-se, reverente, perante aquillo que não pode comprehender.
O que reconhece a sua insufficiencia, por elevado que tenha o seu
preparo, está mais proximo da perfeição. A verdadeira sciencia appro-
xima de Deus, emquanto que a falsa delle se afasta. Longo seria por
demais, percorrer, agora, diante de vós, toda a gamma de verdadei-
ros sábios crentes. Que se me permitta, entretanto, recordai' apenas
alguns, de proposito escolhidos entre os que não commungaram no
nosso credo apostolico, apostolico, romano, como Kepler e Newton.

O primeiro, que descreveu a trajetoria eliiptica dos planetas,
assim rematou a sua grande obra: – Agradeço-vos, Senhor meu Crea-
dor, que pela luz da Natureza excitaes em nós as saudades da luz da
graça, para nos exortardes á luz da gloria –. O segundo, considerado
príncipe da astronomia, assim se exprimiu: «A ordem admirável que
reina entre o sol, os planetas e os cometas, não póde ser senão a lei de
um autor sábio e omnipotente».

Não é raro ver-se fulgurantes intelligencias que, tendo rece-
bido na infancia a noção da fé, modificam, ao depois, em plena

84 idade adulta, o modo de pensar, passando a ser, senão hostis, pelo menos indifferentes á religião. Quando, porém, passada a quadra dos devaneios, reflectem melhor, abraçam todos a cruz sacrosanta da redempção. Duas personalidades apenas agora aponto: Ruy Barbosa, a ultra-potente cerebração do continente americano e Guerra Junqueiro, o maior e mais consagrado poeta portuguez do seu tempo. Tocados pelo arrependimento, reconheceram, ambos, a verdade divina da fé.

O erro, a falta, o proprio crime, de tudo é capaz o homem, exposto que fica no mundo a mil e uma intemperies. Maior erro, maior falta, maior crime é, por sem duvida, a perseverança na claudicação da consciencia. Feliz, portanto, aquelle que em tempo se arrepende do delicto, e tudo faz por attenuar-lhe o effeito, pensamento ao longe, na certesa da punição na vida de além-túmulo.

Profundo psychologo asseverou, oufrora, que nenhum meio existe melhor, para fazer cahir um homem no conceito de uma mulher, do que o elogio perenne daquelle que ella ama e se constituiu o objecto de seus devaneios. Outro, versado em sociologia, accredita que nenhum factor de monta para fazer tombar os grandes homens públicos, excede á louva – minha continua com que os anebriam os *thu riferarios* do poder. Cahem elles mais depressa no conceito dos seus coévos e, quiçá, no proprio, até que arrebetam como a rã da fabula quando quiz ser boi. Assim o scientista. De indagação em indagação, elle se eleva, fazendo luz sobre casos até aquelle momento obscuros. E prosegue, mais e mais, colhendo louros. Depois, de nada mais precisa. Sabe tudo, e tudo pretende explicar pela sciencia que cultivou, ou pelo clarão da sua intelligencia, que nenhuma iguala. E assim elle vae, até que uma lufada da verdade força-o a vacillar nas suas convicções, fazendo-o conhecer-se a si proprio. E' o nosce te ipsun, da escola socratica. Considere elle, porem, cada conquista, como uma graça divina, que muito mais ampla será a sua felicidade, porque se abriga no manto da modéstia, collocando, acima das suas conquistas scientificas, o consolo supremo da fé, essa que emana de Deus.

A humanidade, senhores acadêmicos, foi, é, e será sempre, assim constituída, porque o dia do beneficio é a vespera da ingratição. Implora-se a graça no momento augusto da amargura. Obtida ella, esquecemos para logo quem nol-a deu.

Senhores, Deus não abandona nunca os que nelle crêem, firme e vehementemente, por mais que isso façam acreditar as apparencias. Elle disse que o seu reino não era deste mundo, e nós diremos, seguindo os seus ensinamentos, que a nossa vida verdadeira não pertence a este planeta, mas, ao alerii, ao incognoscivel. Aqui, somos passageiros de frágil batei, e como elle, vogamos, expostos á furia dos vendavaes que são as contrariedades, as infamias e as injustiças. Lá, está a vida eterna, a unica que nos deve interessar e para cuja conquista temos que nos esforçar em cumprir, tanto quanto o permitiam as nossas fraquezas, os preceitos divinos. Somos debeis, pouco resistentes ás tentações, peccamos todos. Não é possível viver sem peccado. Mistér, porem, se faz exerçamos sobre nós o proprio contrôle, dominando nos. E é a fé que melhor nos contém. Tenhamos, pois, os olhos fitos em Deus, e acceitemos tudo quanto de mal nos acontece, como uma provação necessária á posse da vida tranquilla na Eternidade. Não se opponha nunca a sciencia aos benefícios que para nós traz a pratica da fé. O sceptico morre calcinado pelo desespero. O crente desaparece com o phanal da esperança a rutilar no coração.

Irmanadas por idêntico objectivo que é o combate ao mal, Religião e Medicina têm de caminhar de mãos dadas. Emquanto que uma cogita da resolução dos problemas psychicos, moralisando o evoluir dos povos, a outra cuida dos interesses do corpo, alliviando o soffrimento physico. Se a primeira se impõe como imperiosa necessidade social, a segunda se recommenda pelo saliente papel que desempenha no drama da moléstia. Religião e Sciencia não se repellem, antes se approximam e aconchegam, se verdadeira e sinceramente cultivadas.

Se na bruma espessa do passado longiquo, se perde e dissolve a noção de que a supplica era o agente responsável pela cura de todos os males, a epocha actual não permite, apesar dos seus clarões, que a sciencia, ainda omissa e falha, considere a fé como inimiga do seu progresso. O enigma do mundo e o mysterio santo da vida, ainda hoje são, e provavelmente o serão por muito tempo, problemas que o scien-tista não poderá solucionar. Se, até certo ponto, elle recúa o limite do incognoscivel, não attingirá nunca, talvez, o fim supremo.

Quem quer que tenha atravessado o vestibulo da Faculdade de Medicina de Paris, se ha de recordar da estatua que alli, admiravelmente, symbolisa a Sciencia. E' uma formosa esculptura, nascida do buril de Barrias. Representa uma mulher em cujos lábios brinca um sorriso enigmático. Envolta em diaphana clamyde, ella deixa ver apenas uma parte do corpo, com todo o garbo da «coquetterie» feminina. Dir-se-ia que naquelle gesto semi-pudico, ella mostra que a sciencia não avança, senão lentamenie, e que nós não a veremos nunca, inteiramente núa, como a verdade, sahindo do seu poço, a contemplar-se no quadro que immortalizou Julio Lefevre. Aquelle sorriso brejeiro, desafia a argúcia e a curiosidade humanas. Quantos séculos e séculos se terão de escoar ainda, até que a humanidade, culta e sábia, o comprehenda inteiramente!...

Não ha por que repellir o dogma acreditando-o incompatível com a elucidação scientifica. Nós, médicos, quando tratamos dos doentes, temos sempre em vista, na procura da solução de intrincados problemas clínicos, o aphorisma de Hypocrates: – *Primum non nocere*. Os agentes therapeuticos de que nos servimos devem, antes de tudo, não prejudicar os enfermos. Que mal faria á sciencia a pratica da fé ? Nenhum. Qual a razão da repulsa, se a fé não tolhe, antes auxilia o avanço seiêntifico? O orgulho humano. Que somos nós, porem, senhores, senão minuscuro grão de areia que se fragmenta ainda, e perde, na immensidade do oceano? Na pleniposse dos nossos ideaes, cheios de soberba pelas conquistas que fazemos, julgamos ter ascendido ao pico da montanha, de onde, porem, uma tenuè brisa nos pode apear, chamando-nos á realidade da nossa absoluta insignificância.

Não se pretenda, penso eu, que a fé, tudo justificando, entrave e paralyse a indagação. Não. E' preciso que se estude e trabalhe, com afinco, na resolução das questões scientificas. A sciencia é um bem. Adquiril-o é um dever. Espalhal-o por ahi além, inapreciavel serviço.-Devassar lhe os arcanos, formidável tarefa. A sciencia, porem, sozinha, não é bastante. O espirito humano tem necessidade de algo mais transcendente ainda: – a Fé.

No exercício da medicina, quantas vezes, meu Deus, empregamos todos os recursos de que são capazes a sabedoria, e a iniciativa humanas, óra emanadas da nossa experiência pessoal, óra da alheia

de que nos soccorremos, e nada podemos fazer porque a morte nos 87
arrebata o ser querido. Se a sciencia, a festejada Deusa, de nós se afasta,
tilintando os guisos de suas decantadas theorias, o nosso espirito vòa
para o Omnipotente, a esperança ultima. Por que recusar nos o auxilio
da fé, quando a sciencia foge? Por que banir do espirito daquelle que
se contorce em estertores de agonia, o consolo supremo? Naquelle
instante de afflicção, medicina, sapiência, experiencia, tudo desa-
pparece, para ficar unicamente, dentro de nos, dominadora, grande,
extraordinária, radiosa de esperança, a Fé que salva!...

Se em minhas mãos estivessem os benefícios da fé, exclamava
Thiers, em 1845, da tribuna franceza, se em minhas mãos estivessem
os benefícios da fé, ha veria de derrama-los, em torrentes, sobre o meu
paiz, porque tenho a convicção de que as nações crentes são muito
melhor inspiradas que as incrédulas, quando se trata de obras sociaes,
e muito mais heróicas quando se cogita de lhes defender a grandeza.

Lança, srs. acadêmicos, demorado olhar sobre a velha Europa e
lá vereis, dois paizes que dormiam somno profundo acalentados pelo
echo longínquo de glorias passadas. Foi quando dois homens predesti-
nados, imitando o *Surge et ambula* do Christo, os ergueram do lethargo
collocando-os, de novo, na estrada larga da prosperidade, e impondo-os
ao respeito das nações contemporâneas. Mussolini e Salazar seguiram
sempre o seu caminho apoiados ao bastão religioso. Se um, logo de
começo dirimiui a decantada questão romana, o outro executou total-
mente o pensamento de Washington, asseverador de que a religião e a
moralidade são os esteios principaes da prosperidade publica. O homem
que procura solapar estas columnas, só pode ser inimigo da patria.

Srs. acadêmicos. A religião da sciencia, com ò fulgor das suas
conquistas, se infindas alegrias despertam, se o conforto e o bem, aqui
e alli, profusamente, derrama, por outro lado concorre immenso para
a prática do mal, como a planta mimosa de cuja seiva parte o remedio
que cura, e o veneno que anniquila.

A unica sciencia, a que só e exclusivamente o bem proporciona,
é a sciencia da religião. Estudemos, pois, uma, com afinco e gosto;
não malsinemos, porém, a outra, a que só o bem nos pode trazer, e
ponhamos ó orgulho de parte, para não entoarmos, ao depois, como
tantos outros, a palinodia final.



{ *Homenagens ao CENTENÁRIO* }



JOSÉ BERNARDINO LINDOSO

— José Lindoso em família. O pai, o avô, o amigo

PEDRO LINDOSO

A Academia Amazonense de Letras, sob a dinâmica presidência de Robério Braga, decidiu encetar homenagem alusiva ao centenário de nascimento do ex-confrade José Bernardino Lindoso. Tendo ocupado a cadeira de número 25, cujo patrono é Araújo Lima. A iniciativa é merecida, posto que além de acadêmico, Lindoso foi secretário de estado, deputado, senador e governador do Amazonas.

José Lindoso foi importante não só para a política do Amazonas. Foi importante e inesquecível como esposo, pai, avô, tio, professor, amigo e correligionário. Como filho, decidi compartilhar a elaboração desse trabalho com meus irmãos, sobrinhos e netos de José Lindoso.

Nos depoimentos colhidos e aqui reproduzidos ficará exposto a grandiosidade do caráter e da personalidade de meu pai. Não posso poupar adjetivos. José Lindoso era generoso, humanista, ético, agregador, e principalmente um grande pai. Pai e amigo, como se poderá constatar pelos depoimentos recolhidos.

UM PAI PRESENTE

Para todos nós ele foi um pai sempre presente e participativo em nossas vidas. Acompanhava o rendimento escolar de todos. Estava sempre disponível para nos explicar, nos ensinar e orientar. Todos os sete filhos são portadores de diplomas universitários.

Nenhum dos sete pode negar a importância que ele teve na formação intelectual de todos nós. Acompanhava o desempenho dos filhos, inclusive comparecendo às convocações de reunião de pais e mestres. Maurício e eu cursamos o ginásio no Colégio da Caseb, em

- 92 Brasília. Anos depois, como professor da Rede Pública, ouvi de uma colega que foi minha professora no CASEB:

Você não imagina o espanto da direção e dos professores com a chegada de um senador da república na escola. Encantou a todos com sua humildade e legítimo interesse no desempenho escolar do filho.

Como diz a Ir. Liliana Lindoso, acertadamente: “Nosso pai era um educador nato. Adorava dar aulas para a gente. Cuidava da gente com muito carinho”.

CONSELHO A UMA JOVEM NOVIÇA

Um dos conselhos que nos dava, bem lembrado por Liliana, era de que devíamos acreditar nos homens. O mundo está complicado porque o homem não acredita no homem. Dizia que deveríamos acreditar uns nos outros. Até que nos provem o contrário. Era um humanista, no sentido mais exato do termo.

Mas também sabia ser realista. Quando Liliana anunciou que seria freira salesiana, eis o seu conselho:

Minha filha preste atenção: tudo que existe aqui no mundo pode existir dentro do convento. Inveja, ciúmes e luta pelo poder. Mas vou te dizer uma coisa: seja leve nas mãos de Deus. Deixe Deus conduzir a sua vida.

Liliana tornou-se freira e faz um reconhecido e louvável trabalho com meninas em situação de risco social. Ajudou a fundar e administrar a Casa Mamãe Margarida. Ela me explicou que esse é seu grande propósito: ser leve nas mãos de Deus. Deixar que Deus conduza sua vida.

POLÍTICOS IMPORTANTES

Desde menino percebi que meu pai era importante. Não só para a família. Mas como homem público e como político. Era bem menino quando ele exerceu o cargo de Secretário de Educação do Amazonas. Foi no governo de Arthur César Ferreira Reis. Certo dia informou que iria despachar com o governador no Palácio Rio Negro. Pedi para acompanhá-lo. Tinha curiosidade em conhecer o palácio por dentro. O governador Arthur Reis me fez uma pergunta clássica, que se faz a

todo menino em que somos apresentados. Você estuda onde? Respon- 93
di-lhe que era aluno do Grupo Escolar Saldanha Marinho. O comentá-
rio do governador foi inesquecível: “Eu estudei no Saldanha Marinho”.

Outro encontro em que forcei a barra para ir junto foi já em
Brasília, em meados de 1967. José Lindoso era deputado federal pelo
Amazonas. Foi encontrar-se com o Senador Álvaro Maia no Hotel
Nacional. Disse-lhe que gostaria de ir para encontra-me com meu
amigo Dr. Álvaro. Perguntou-me espantado, de onde eu o conhecia.
Disse-lhe que da casa de minha tia Helmosa Fadoul quando passava
férias no Rio de Janeiro.

A amizade de Álvaro Maia com minha tia-avó era assunto a ser
evitado em face de óbvios constrangimentos familiares. Dona Amine
ficou lívida com minha resposta.

Não me lembro do que meu pai conversou com o Senador Álvaro
Maia. Porém me lembro de um comentário que muito me alegrou:
“Lindoso, te prepara. Ainda vais governar o Amazonas”.

Na época não gostava de Brasília. Então iríamos voltar para
Manaus. E ainda por cima morar naquele palácio do Governador
Arthur Reis. A previsão do Senador Álvaro Maia se concretizou em
1979. Doze anos após aquela manhã de sábado. Nessa época eu já era
um jovem adulto e gostava muito de Brasília.

O QUE SERIA DO AMARELO

Vera, minha esposa, lembrou-me que ele gostava muito da cor
amarela. Um ipê amarelo floresceu perto de sua sepultura no cemitério
Campo da Esperança em Brasília. Já me perguntaram se ele estaria
enterrado aqui no Cemitério de São João Batista. Lembro-me de ter
recomendado à família que não gostaria de fazer turismo depois de
morto. Se morresse em Brasília, lá deveria ser enterrado.

Vera me diz que: “Quando os ipês florescem em Brasília, não há
como não me lembrar de teu pai. Principalmente os amarelos. Sempre
que vejo algo bonito nessa cor, ele me vem à mente”.

José Lindoso era do signo de Leão. Os leoninos são sempre
brilhantes como o sol. Deve ser por isso que amava o amarelo. Um
amarelo solar. Vibrante como ele sempre foi. Em um de seus últimos
aniversários, Vera lhe deu de presente uma camisa de linho amarelo

94 claro. E me disse: “Ele usou a camisa várias vezes. O que me deixou muito feliz, porque eu que a escolhi, com muito carinho”.

Em visita a Santiago do Chile, onde moravam Renato e Mariade-laide, levou presente para os netos. Sergio Lindoso Baumann ganhou uma “linda” camisa de seda, de cor amarela. Sérgio lembra que não gostou muito do mimo. Recebeu do vovô Zecão uma “benção” para acabar com mal humor. Era a “benção do jacaré”. No final se ganhava um beliscão na mão. Como bem lembrado pela minha irmã Flávia Lindoso Fonseca, o “benzimento” é herança do catolicismo português. No Brasil virou um ritual “sincrético”. Ele adaptava e as vezes reinventava esses “benzimentos” com palavras de carinho com bom humor.

BENVINDAS COMO FILHAS

Na casa de José Lindoso sempre teve espaço para muito mais pessoas, além dos sete filhos. Tios, nossas avós, primos, amigos e todo tipo de parente e aderente. Aqui em Manaus sempre hospedava uma prima, chamada Erzila. Morou com a gente várias temporadas. Vinha para ficar uns dias. E ficava por meses.

Em Brasília, Rachel Kahané, amiga de minha irmã Mariade-laide, hospedou-se em nossa casa. Estava vindo de Manaus para cursar Medicina na UnB. José Lindoso não permitiu que ela saísse para morar sozinha. Ele e dona Amine adotaram a Rachel como filha durante todo o seu curso de Medicina. Saiu de nossa casa para casar e ir se especializar na Alemanha.

Nossa prima Lourdes Daou Vidal e o marido se transferiram do Rio de Janeiro para Brasília. Ela sempre diz que foi adotada. Lembra com saudades dos almoços de domingo, das comemorações e aniversários. Nos anos em que viveu em Brasília participou de todas as alegrias, e tristezas, da família.

Tia Ana Maria Daou Paiva, irmã de nossa mãe Amine, merecia um especial afeto e consideração por parte de seu cunhado José Lindoso. Ana Maria, sendo bem mais nova que minha mãe, recebia de José e Amine uma atenção quase filial. Esse tipo de atenção e carinho um tanto paternal que se dá a irmãos mais novos. Recentemente ao se lembrar dele, tia Ana Maria me disse: “Zecão, meu cunhado querido. Gostava quando me chamava para conversar, sempre me dava bons conselhos”

Toda a nossa família foi sempre bem-vinda à casa de Ana e 95
Evandro Paiva em São Paulo. Não só para férias e comemorações.
José Lindoso precisou e valeu-se do excelente sistema de saúde de
São Paulo. Nessas ocasiões tia Ana, Evandro e as primas Eliana, Ângela
e Renata não pouparam esforços em bem recebê-lo em sua casa. Em
oferecer toda assistência possível, inclusive aquelas que não se pode
comprar, mas merecer: carinho, afeto e consideração.

JOSÉ LINDOSO, O ANFITRIÃO

Sempre havia lugar para hóspedes das mais diversas origens.
Irmãos e cunhadas, sobrinhos, filhos de amigos, amigos dos filhos.
Bandeirantes e escoteiros. Ou até mesmo um simples eleitor de passa-
gem por Brasília.

A porta da nossa casa da rua Henrique Martins, em Manaus,
não tinha chave. As pessoas batiam palmas e já iam entrando. Ou nem
mesmo batiam palmas. Uma senhorinha de Manicoré, as vezes, chegava
na hora do almoço ou do jantar. Ele avisava: Tratem bem essa senhora.
Ela é do rio Madeira. Minha conterrânea. Uma das empregadas entendeu
“soberana”. Foi assim que aquela conterrânea de meu pai ficou conhe-
cida como dona Soberana. E parece que gostou do apelido. Ele sempre
dizia que gente do rio Madeira era gente da melhor qualidade.

As mesas de jantar de nossa casa sempre foram enormes. Lembro-
-me que a da rua Henrique Martins eram duas mesas juntas. A mesa
original de repente ficou pequena. Dona Amine manifestou a vontade de
ter uma sala de jantar em fórmica. Nos anos 1960, a fórmica era a grande
novidade em móveis para sala de jantar. Não encontrou no comércio
de Manaus uma mesa de fórmica para pelo menos 8 pessoas. Comprou
duas! Não havia também toalhas de mesa para essas duas mesas, obvia-
mente. Minha mãe comprava os tecidos em metro para confeccioná-las.

A fórmica saiu de moda para sala de jantar e foi parar nas cozi-
nhas. Nossas mesas eram bem grandes. Uma das últimas era enorme e
de vidro. Cabia umas 12 pessoas. Dona Amine sempre na cabeceira. Ele
sempre procurava prestigiar minha mãe em todos os sentidos. Como
ela era a dona da casa, devia ficar na cabeceira. Ele sempre demonstrou
muito carinho e grande amor por ela. Quando governou o Amazonas,

96 ela teve um papel importante como primeira-dama. Ficou muito feliz e agradecido com o empenho e trabalho feito por ela.

As mesas de nossa casa não serviam só para almoços e jantares. Era lugar de conversas e conselhos. Os netos adoravam brincar embaixo dessas enormes mesas. Veja os diversos depoimentos: Para Sérgio Lindoso Baumann a mesa era uma nave espacial secreta pronta para ser pilotada. Vários netos recordam das coloridas cadeirinhas de ferro com cordinhas de plástico colocadas por eles embaixo da mesa. Marco Antônio pegou uma cadeirinha dessas e colocou em cima da prima Marina que ria muito. Mas os adultos resolveram interferir na brincadeira. Espantados com a bagunça na tal nave espacial.

A chegada de minha avó Brigitta Daou em nossa casa em Brasília era motivo de grande alegria. José Lindoso gostava muito da sogra. Dizia que tinha tido sorte. Nunca entendia ou ria de piadas de sogras. Quando vinha à Manaus, hospedava-se na casa dela na Vila Municipal. Um casarão enorme, com vasto jardim e quintal, localizado na esquina oposta a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré.

Minha mãe quando ficou viúva, continuou a receber pessoas, filhos e netos em sua casa. As netas Marina e Gali moraram com ela. Certo dia, em viagem de trabalho a Brasília hospedei-me em hotel. Não havia como ficar na casa de minha mãe. Havia oito freiras salesianas por lá. Uma autêntica clausura. Se José Lindoso pudesse ver as freirinhas hospedadas em sua casa iria ficar muito feliz e achar graça da situação.

SOBRE IRMÃOS E IRMÃS DE JOSÉ LINDOSO

Seus irmãos e irmãs, nossos queridos tios sempre foram hospedados pelo meu pai com alegria e imensa satisfação. Tio Moisés, o querido padre que celebrou casamento de vários sobrinhos, inclusive o meu, era uma figura ímpar. Era padre secular, não vinculado a nenhuma ordem religiosa. No final da vida recebia ajuda do irmão José Lindoso para seu sustento básico. Muito amado e respeitado em Jaboatão do Guararapes, município de Pernambuco, onde faleceu.

Tio Antônio Lindoso, antes de morar em Brasília, ia constantemente à cidade profissionalmente. Antônio Lindoso é um tio inesquecível. Advogado brilhante, sempre muito bem-humorado, cordial e brincalhão. Tio Bernardes e tia Tânia moraram um tempo em Brasília.

Com residência no Rio de Janeiro, tio Bernardes visitava Brasília onde 97 atuava como consultor. Várias vezes hospedou-se em nossa casa. Minhas tias Odina e Vitória foram moradoras desde sempre na cidade maravilhosa. Dividiam-se entre nossa casa e de outro irmão, outro tio muito querido, Durval Lindoso, o mais novo deles. Tio Durval Lindoso também fez carreira no SESC, junto com sua esposa, a adorável tia Penha.

Por último, não posso esquecer tio Batuel e tia Auxiliadora, conhecida como Lulu. Figura carinhosa e de admirável generosidade. Batuel e Lulu moraram sempre em Manaus, na esquina da Ramos Ferreira com a rua Emílio Moreira, onde todos eram recebidos com festa e muito carinho.

Quando estavam juntos era muito comum evocar lembranças da época em que viviam no Seringal nos arredores de Manicoré, na beira do rio Madeira. A figura temida e impoluta do meu avô Zacarias em contraste com a dedicação e coragem de minha avó Zenóbia. Vovó Zezé, como era conhecida, não teve dúvidas. Corajosa, trouxe todos os filhos para Manaus, onde estudaram e se encaminharam na vida com sucesso. Em seu discurso de posse como governador, lembro-me o destaque que deu às duas grandes mulheres de sua vida. Minha vovó Zezé e minha mãe Amine Daou Lindoso.

NÃO AO NEPOTISMO

O Papa João Paulo II visitou Manaus durante o governo de José Lindoso. Morava em Brasília, mas estava por aqui na visita papal. Quem me contou esse fato, muitos anos depois, foi Elson Farias. Organizou-se um formidável centro de imprensa nas imediações da Praça General Osório, onde hoje é o Colégio Militar. Com muitos jornalistas estrangeiros credenciados, havia necessidade de contratação temporária de jovens políglotas, para atender os diversos jornalistas que visitavam a cidade. Elson lembrou-se de mim. Mas o governador achou que era inconveniente contratar um filho seu. Depois que o comitê ficou pronto, mudou de ideia. Mas era tarde. Não havia mais vagas. Eu soube disso anos depois. Sem ficar nem um pouco surpreso.

Na década de setenta, José Lindoso era senador. Foi líder do governo e vice-presidente do Senado Federal. Houve a construção de um magnífico centro gráfico pelo Senado. A gráfica serviria para

98 atender todo o Congresso Nacional. Soube por um amigo também filho de senador, que o Senado estava contratando, através de empresa terceirizada. Pedi uma vaga. Cada senador podia nomear até cinco pessoas. Eis a resposta. Inesquecível:

– Meu filho. Me desculpe. Eu fui contra essas contratações. Bata-lhei por um concurso público. O edital estava pronto. Os colegas senadores optaram por isso. Na minha opinião é ilegal, imoral e antiético. Se eu te nomear ficarei desmoralizado perante meus pares.

Até a manicure das senhoras de senadores foi nomeada. Uma moça até esforçada e estudiosa. Esse pessoal foi todo efetivado no que a imprensa denominou de trem da alegria. Muitos senadores têm filhos, genros ou noras funcionários do Senado Federal. Trata-se de um dos melhores empregos do Brasil. José Lindoso não. Todos os seus filhos são bem-sucedidos profissionalmente. Todos temos orgulho de nosso pai. Numa época em que há tanta denúncia de corrupção e mal feitos em política, nunca tivemos vergonha de José Lindoso. Ele foi secretário de estado, deputado, senador e governador. Jamais foi chamado à Polícia Federal para dar qualquer explicação de seus atos.

VOVÔ ZECÃO

Ao longo da vida, José Lindoso foi chamado de pai, tio, professor, deputado, senador, governador. Minha mãe o chamava de José. Ou de “meu bem”. Mas possivelmente o vocativo que mais o fez sorrir de contentamento deve ter sido o usado pelos netos: “Vovô Zecão”.

Sua irmã Vitória em visita à nossa casa em Brasília, certo dia pela manhã, perguntou: cadê o Zeca? Acostumados a ouvir as pessoas o chamarem de Dr. José ou por qualquer dos vocativos já ditos, ficamos encantados. Descobriu-se que seus irmãos o chamavam de Zeca. Foi assim que começamos a chamá-lo de Zecão. Zeca parecia pouco para sua estatura moral e intelectual. De início ele ouviu com certa apreensão. Mas logo sorriu e aprovou. Afinal, aquilo não era desrespeitoso. Ao contrário. Soava familiar e pleno de carinho.

Os netos foram apresentados a ele como vovô Zecão. Só quem é avô sabe como é doce ouvir a palavra vovô. Chega pela boca das crianças que Deus nos dá de repente e ilumina nossas vidas.

Penso que José Lindoso teve sua carreira política interrompida precocemente. Nas eleições de 1982, na qual Gilberto Mestrinho retorna ao governo do Estado, Lindoso perdeu a cadeira no Senado. Mestrinho o teria convidado para aderir ao MDB. Se tivesse aceito poderia ter tido uma sobrevida. Tanto na política como em vida natural. Mas dizia que não era “vira-casaca”.

Não se vangloriava de seus feitos políticos. Os netos não tinham ideia da importante carreira política do avô. Até tornarem-se adultos e saber que ele tinha tido destacada carreira na política. Como afirma Ana Baumann:

Eu só fui descobrir que vovô era mais do que o nosso avô quando fomos à Manaus pela primeira vez. Sentei-me ao lado dos meus primos para tirar uma foto. Estava em campanha política. E avô que é avô é assim: pode ser o mais famoso do mundo, mas eu só me lembro dele como meu vovô Zecão.

Vejam o depoimento da neta Marina Lindoso de Castro:

Vovô Zecão foi deputado, senador e governador do Amazonas. Eu nasci exatamente um ano depois que acabou o mandato dele de governador. Quando comecei a entender o mundo, a vida política do meu avô sempre me pareceu muito distante. Não conhecia Manaus. E não conheci o político do Amazonas. Ao meu lado eu tive o vovô Zecão. Aquele que saía de casa a pé para fazer compras no mercado e voltava cheio de biscoitos e guloseimas. Eu nunca fui de comer muito biscoito, mas aqueles eram especiais. Tinham inclusive um lugar separado no armário de porta azul da cozinha da 111 sul. Eu, pequenina, não alcançava o armário. Esperava o vovô ir à cozinha para pedir alguma coisa daquele cantinho dos netos. Ele abria a portinha e perguntava o que eu queria. Várias vezes eu não queria nada, mas pedia algo só para ver o ritual se cumprir. Ele abria a portinha azul e pegar algo para entregar a sua neta. Ele abria um sorriso largo, satisfeito. E aquilo me fazia mais feliz que comer qualquer biscoito. Muitas vezes nem comia o biscoito. Dava para Luísa, minha prima que trocava qualquer comida por biscoito. Essa é a lembrança mais doce que tenho do meu avô. Ele se foi quando eu tinha apenas 10 anos. O dia do seu falecimento é bem vívido na minha memória. Era criança, não pude ir ao velório e nem ao enterro. Fiquei em casa. Morava na Octogonal 7, em Brasília. Minha vizinha, Laura,

num ato de doçura e bondade de uma criança foi me consolar. Ela catou as moedinhas que tinha e me levou na banquinha de jornal. Comprou um picolé de chocolate. Entregou a mim com a ingenuidade de uma criança que acreditou no poder daquele picolé de acabar com qualquer tristeza. Eu não gostava de picolé e nem de sorvete quando era criança. Parece estranho, mas é verdade. Na infância, eu tinha muitos problemas na garganta por conta do clima seco da nossa Capital. Por conta disso, minha mãe raramente me dava algo gelado. Quando eu via as outras crianças tomando sorvete e pedia também ela dizia que eu tinha de esperar o sorvete derreter. Beber sorvete líquido não me parecia legal. Com isso, sorvete e picolé deixaram de ser atrativos. Naquele dia o picolé da Laura me pareceu especial. Era como os biscoitos do vovô, que comia apenas para ter um momento com ele. Nos meus 10 aninhos pensei que ele ia ficar feliz de me ver tomando aquele picolé. Fechei os olhos. Caíram algumas lágrimas. A Laura me abraçou e ficamos caladas. Na minha mente vi meu avô dando aquele sorriso. Tomei o picolé inteiro, bem devagarzinho para aproveitar cada instante daquela catarse que eu não tinha idade suficiente para perceber. Muito do picolé escorreu e cheguei em casa toda lambuzada de chocolate. Quando meus pais chegaram em casa eu já tinha tomado banho porque mamãe não podia descobrir que eu tinha comido algo gelado. Os dias seguintes seguiram tristes. Os adultos choravam e pareciam sempre muito preocupados com a vovó Amine. O armário azul da cozinha ainda tinha os biscoitos que ele deixou. Mas eu não queria mais aqueles biscoitos. Vovô não estava mais lá para pegá-los. Os biscoitos acabaram. Começaram a colocar outras coisas naquele cantinho do armário. Eu entendi que o armário encantado não existiria sem o vovô. Alguns anos depois fizeram uma reforma na cozinha. A família toda elogiava. A cozinha tinha ficado maravilhosa. Eu achei linda, mas não me deslumbrou. Nada seria capaz de me encantar mais que o armário azul com os biscoitos do vô Zecão.

AS MEDALHAS DO VOVÔ ZECÃO

Os netos contribuíram bastante para esse projeto. Muitas lembranças em comum a todos eles aqui já relatadas. Fernando Lindoso recordou-se das condecorações e homenagens. Houve muitas, principalmente em formas de placas, diplomas e medalhas. As mais relevantes ele orgulhosamente as colocou em um móvel, acessível a todos. Eis o que diz Fernando:

Lembro-me bem das cócegas na costela tocando “violão”. Das 101
caminhadas debaixo do prédio e das moedas no ano novo! Do
canhãozinho e do palhaço que adornavam seu escritório. Mas
sem dúvidas o que eu mais amava era ver cada uma das centenas
de medalhas e homenagens que ele ganhou. Só depois de me
mudar para Manaus conheci de fato quem foi o governador José
Lindoso. Um homem íntegro. Contribuiu muito para o desenvol-
vimento do Amazonas. Não só da capital, Manaus, mas valorizou
e não esqueceu o povo do interior.

PRESENTES TÍPICOS DO VOVÔ ZECÃO

Vários netos foram presenteados ainda novinhos, com um bom
dicionário de Língua Portuguesa. O presente vinha com uma aula sobre
como usar o dicionário. Há brasileiros (inclusive universitários) que não
tem costume de usar o dicionário. Hoje temos o famigerado google!

Outro presente que tinha um objetivo claramente didático e
educativo eram cadernos de caligrafia. Luís “Luico” Lindoso ganhava
vários extras. Precisa caprichar mais na letra cursiva. Lembro-me que
José Lindoso certa vez desceu do avião com um papagaio, que em
Brasília se chama de pipa. Era presente para esse neto, filho de Luís
Maurício Lindoso.

Ana Lindoso Baumann não esquece e relata com carinho: “levou-
-me a uma livraria católica para comprar lembrancinhas para minha
Primeira Comunhão”.

Há duas lembranças marcantes que vários netos relataram:
No Natal, e principalmente no Ano Novo, ele fazia uma “chuva de
moedas”. Clara Lindoso e Lima relata que tem uma foto. Ele subia
em cima de uma mesinha e jogava moedinhas para o alto. Os netos
corriam para pegar.

Outro evento inesquecível para os netos era no domingo de
Páscoa. Havia caça a ovinhos supostamente deixados pelo coelho.

TÓQUIO, NOVA ZELÂNDIA E LIMA

Em 1974, o Senador José Lindoso foi indicado para representar o
Senado Federal e o Brasil em reunião Interparlamentar em Tóquio, no
Japão. Uma viagem ao redor do mundo. Preparou-se com afinco, como
tudo que fazia. Seu discurso foi feito em francês. José Lindoso pertencia

102 a uma geração que preferiu estudar francês em detrimento do Inglês.

José e Amine aproveitaram a oportunidade para fazer duas viagens sentimentais e de cunho familiar, há muito tempo desejadas. Minha mãe se chama Amine em homenagem a sua tia, irmã de meu avô Philippe Daou. Os irmãos Daou emigraram do Líbano para o Brasil. Todavia, a única irmã seguiu com o marido para a longínqua Nova Zelândia.

José e Amine Lindoso foram recebidos com festa em Auckland, Nova Zelândia. Um país fantástico. Mas tão longe que o fuso horário ainda é maior do que o do Japão. Minha mãe finalmente conheceu os primos neozelandeses e sua tia Amine, já octogenária. Tia Amine faleceu com mais de cem anos, ainda bastante lúcida. Desde meu avô, a família se corresponde. Outrora com cartas que levavam meses, hoje com face book e e-mails.

A última escala, mas não menos importante, foi em Lima, no Peru. O filho mais velho, Felipe Lindoso, cursava antropologia na Universidade de San Marcos, em Lima. Ele e a renomada escritora Maria José Silveira, lhes deram o primeiro neto, José Gabriel. Antes de ser vovô, José Lindoso foi um feliz “abuelo dos Andes”.

FRASES, DITOS E AFORISMOS

Sobre força de vontade e superação, José Lindoso costumava dizer:

“Os grandes generais não são somente aqueles que vencem grandes batalhas. São aqueles que vencem a si mesmo”

Em situação de conflito com alguém. Ou quando se recebia um desaforo ou comentário desabonador, que não era condizente com a verdade ou ofensivo ele aconselhava:

“Não registra! Sopra e vai em frente”

Essa posição conciliadora (e não covarde) era característica de quem pertenceu ao velho PSD – Partido Social Democrata, cujo maior expoente foi Juscelino Kubitscheck. José Lindoso, como membro do PSD do Amazonas, foi à convenção do partido em 1956, no Rio de Janeiro. O PSD escolheu então JK para concorrer à presidência.

Era e sempre foi um homem de hábitos simples. Os jantares em 103
nossa casa nunca foram servidos à francesa. Ele costuma avisar aos
convidados importantes:

“Aqui em casa o cerimonial é de Manicoré. O protocolo não é do
Itamaraty, é do rio Madeira”

E quando meninos e estávamos perturbando muito ele, sem
cerimônias, mandava:

“Rapaz, vai enfiar pum no cordão”. O que equivalia ao “vai
pentear macaco”, dito por dona Amine.

Quando levávamos uma bronca por algo comprovadamente
errado. Um carão, como se diz aqui no Amazonas, ele costuma advertir
antes de começar a falar: “Não quero contestação. Sem resposta. ”. Em
algumas situações o carão era tão eloquente e tão eficaz que eu, pelo
menos, teria preferido levar uma boa surra de cinturão.

Não adiantava reclamar de professores. Os filhos de José Lindoso
sempre ouviram a seguinte máxima: “Em princípio, o professor tem
sempre razão”

Se algum de nós desafiássemos a autoridade de um professor
que sofresse as consequências. Hoje é comum pais irem às escolas
tomar satisfação. É lastimável tal atitude.

Jamais tirou a autoridade de nossa mãe. Não adiantava recorrer
a ele para revogar uma ordem de dona Amine. Ouvia-se sempre: “Sua
mãe decidiu. Está decidido”.

PREFERÊNCIAS CULINÁRIAS

Não gostava de estrogonofe. Nos anos oitenta havia uma
propaganda de creme de leite em que um sujeito ligava para a esposa
informando que levaria um amigo para almoçar. E terminava assim:
“Arnaldo! Vais comer um estrogonofe! Ele invariavelmente dizia:
“Coitado do Arnaldo”.

Geralmente comia de tudo. Sempre com moderação. Gostava
muito dos nossos peixes. Principalmente de caldeirada de tambaqui.
Apreciava um bom cozidão português. Vera Lindoso sabe fazer esse
prato como ninguém. Quando minhas irmãs moravam no exterior,
Vera e eu fomos muito requisitados para fazer companhia e ajudar nas
folgas de domingo das empregadas. Era só elogios. Gostava muito de

104 galinha ao molho pardo. Outro prato que também é muito típico de Pernambuco, onde Vera nasceu.

Quando sua mãe, a querida vovó Zezé nos visitava, pedia que ela fizesse ou orientasse alguém a fazer arroz Maria Isabel. Um prato que levava legumes e carne-seca.

À dona Amine cabia fazer o seu bolo preferido. Um bolo chamado tentador. Tinha uma calda muito gostosa, chamada de baba de moça. Consta do livro de receitas de minha mãe. Apreciava um bom cuscuz de milho com café com leite. Gostava de usar uma xícara grande. Havia sempre uma especial e reservada só para ele. Às vezes colocava farinha de mandioca. Sobre isso, vejam o relato de Ana Baumann:

“Vovô não comia farinha como qualquer um. Ele comia aquela “farinha de bolinha” jogando-a na boca. E eu ficava impressionada porque nada caía no chão! Como é que se faz isso, vovô?”. Abria um sorriso e dizia que era mágica”. Sabemos que é habilidade inerente a qualquer bom caboclo do Amazonas.

Não gostava de coca-cola e refrigerantes em geral. Eventualmente tomava um guaraná, desses produzidos no Amazonas. Não fumava. Bebia raramente. Preferencialmente vinho. Nunca o vi bêbado. Quando ainda morávamos na Henrique Martins tomava sempre um cafezinho. Vários ao dia. De repente parou de tomar. Foi por orientação do Dr. Moura Tapajós, seu grande amigo e médico. Tinha força de vontade. Seguiu as orientações médicas. Fez ponte de safena antes de ter infarto. Preventivamente.

Sempre cuidou do corpo. Fazia ginástica e caminhava. Mas nunca foi atleta. Era vaidoso, mas sem exageros. Estava sempre com a barba feita e perfumado.

ATENDENDO AS NECESSIDADES DOS FILHOS

Na década de 1960, antes da mudança para Brasília, José e Amine Lindoso lideraram um movimento para casais católico intitulado – MFC – Movimento Familiar Cristão. Seria o equivalente ao ECC de hoje – Encontro de Casais com Cristo. Um dos conferencistas e pensadores católicos da época era o Padre João Mohana. José Lindoso e dona Amine organizaram um seminário em Manaus, com a presença do

então famoso padre, pensador e conferencista. Foi um sucesso. Pesquisando sobre a filosofia de João Mohana descobri que ele preconizava três necessidades básicas do ser humano. Ensinava os casais a atuar nesses três níveis, a saber: Necessidades de nível psicobiológico, necessidades de nível psicossocial e necessidades de nível psicoespiritual. Um dos preceitos básicos desses movimentos de aconselhamento de pais é de que os pais não devem esperar que os filhos cheguem a eles. É obrigação de pais interagirem com os filhos. Buscar os meios de aproximação mais inusitados possíveis.

Outro padre que influenciou José Lindoso foi seu irmão mais velho Padre Moisés Lindoso. Tio Moisés tinha uma visão moderna da Igreja. Aconselhava os irmãos e os sobrinhos a sentir a Religião, o Sagrado e o Divino, com leveza, como libertação.

José Lindoso sempre interagiu com eficácia com os filhos. De maneira um tanto lúdica, procurava atingir e prover essas necessidades de minhas irmãs. Eis um significativo depoimento de uma delas, Flávia Lindoso da Fonseca:

A nossa infância e juventude foi permeada por episódios corriqueiros que o pai protagonizava e que deixava nossos dias mais leves e divertidos. Refiro-me mais especificamente a nós mais novas: eu, Clara e Lica (apelido familiar de Ir. Liliانا Lindoso). Estávamos entre a 6ª e 8ª séries do que hoje são chamados os anos finais do Ensino Fundamental. Uma amiga da Lica costumava pegar carona conosco para o colégio. Pontual, ela chegava na hora que estávamos tomando o café da manhã. O pai aproveitava para nos fazer companhia – ele sempre gostou de acordar cedo – e ler o nosso horóscopo do dia no Correio Brasiliense. Para tornar as previsões mais alvissareiras e personalizadas, ele fazia uma improvisada edição astrológica. Falava de garotos que poderiam nos interessar, de honestidade e lealdade, de amizades e sempre havia uma pitada sobre os estudos. E era assim o nosso ritual matutino. Uma certa ocasião, nossa amiga da carona ouviu do seu guru astrológico que estava precisando estudar mais português. Que deveria solicitar aulas particulares, senão a iminente prova da matéria seria um fracasso. E não é que a garota ficou apavorada com a previsão? Preocupada com a bronca que levaria dos pais, pediu ajuda à Lica, que era “fera” na matéria. As duas estudaram com afinco e conseguiram ótimos resultados. Essa era sua tática. E ele morria de rir da nossa ingenuidade. Até que um dia, cismamos com a autenticidade daquele horós-

copo. As previsões mencionavam muita coisa diversa. Principalmente sobre estudos de modo geral: matemática, história, geografia e até deveres de religião que éramos obrigadas a fazer. Começamos a ficar desconfiadas. Certo dia tivemos coragem e fomos sorrrateiramente conferir o que estava escrito no jornal. E comparar com a narração entusiástica do pai. E puff! A bolha da ilusão espocou e reagimos à realidade com muitos risos. Mas a tradição da leitura matinal do horóscopo não foi interrompida. Sabíamos que era editada, mas sabíamos também, mesmo que inconscientemente, que eram previsões disfarçadas de conselhos, de alertas, de valores enfatizados. Uma forma criativa de demonstrar amor!

Os depoimentos de Clara Lindoso e Lima também comprovam a preocupação de José Lindoso em atender as necessidades elencadas pelo Padre Mohana, de forma criativa, educativa e carinhosa. Vejamos o que diz Clara Maria:

O jogo do contente:

Eu deveria ter 5 ou 6 anos de idade, quando começou a “moda” do jogo do contente lá em casa. Esse “jogo” vinha descrito no livro *Pollyanna* de Eleanor H. Porter que o pai havia trazido para minhas irmãs mais velhas lerem. Era um tal de jogo do contente para lá, jogo do contente para cá. Não se falava em outra coisa. Eu não estava entendendo de onde vinha aquilo. Então, como eu ainda não dominava a leitura, meu pai passou a ler para mim toda noite um capítulo do livro Pollyana, Trata-se da estória de uma menina órfã de pai e mãe que vai morar com uma tia desconhecida em outra cidade. A tia é muito rica, muito severa e fria. Pollyana sofre com a saudade dos pais, a secura da tia, dentre outras coisas. Mas a garota de tudo tira um lado bom. Diante de todas as vicissitudes da vida Pollyanna jogava o “jogo do contente”. O jogo nada mais é do que pensar positivo. Enxergar o lado bom das coisas e tocar a vida assim, sem rancor ou amargura. Daí hoje eu penso, que pai sensível foi esse que nos anos 1970 traz esse livro para casa e tenta colocar em prática com as filhas? Que pai amoroso que se prestou a ler para a filha pequena toda noite um capítulo dessa estória? Meu pai.

Admiradores secretos:

Não lembro quando essa tradição começou, só sei que um belo dia 12 de junho, dia dos namorados, eu e todas as minhas irmãs recebemos um presentinho deixado perto de nossas camas. O

mais legal era que o mimo vinha acompanhado de um cartão 107
enaltecendo nossas qualidades e declarando um amor profundo.
Os cartões eram assinados por pseudônimos, o do meu admirador era “o nuvenzinha”. Tenho até hoje guardados alguns cartões dele. Gente, que pai era esse que, nos anos 1970, mandava presentes para as filhas no dia 12 de junho fazendo com que elas se sentissem amadas no dia dos namorados? Meu pai.

Amigas e poesia:

Naquela 309 Sul do final dos anos 1970 éramos três amigas inseparáveis: eu, Maria Aparecida e Maria Adélia. Vivíamos umas nas casas das outras, ou embaixo do bloco brincando ou conversando (assuntos intermináveis). Mas isso só era permitido nos finais de semana. Sair de casa durante a semana, nem pensar, de noite então, uma aventura! Daí o pai inventou uma “aula de português”. Ficamos empolgadas, poderíamos nos encontrar no meio da semana, que maravilha! Ele providenciou cadernos, canetas e lápis para cada uma de nós e um livro de poesia. Sim, um livrinho de poesias pelo qual nos apaixonamos. Ele nos ensinava a declamar os poemas com entonação correta, aprendíamos sobre as estrofes, sobre sonetos e rimas. Dali em diante vivíamos declamando nossas poesias pelo mundo afora. “Lá vai São Francisco de pés descalços tão pobrezinho... Sou feita de madeira, madeira matéria morta, mas não há coisa no mundo mais viva do que uma porta... Essa menina, tão pequenina, quer ser bailarina....” Que pai foi esse que em meio às suas atribuições como Senador da República encontrou um jeito de despertar o amor pela poesia na sua filha convocando para participar da aventura suas melhores amigas? Meu pai.

Padre Mohana e sua teoria sobre necessidades psicobiológicas, psicossociais e psicoespirituais, foram bem aplicadas por José Lindoso, com seus filhos. Mohana transmitiu a José e Amine Lindoso a sensibilidade necessária para entender a essência do homem, seu corpo, espírito e mente. Por outro lado, Padre Moisés, seu irmão mais velho, influenciava-o com sua visão de uma Igreja arejada. A religião não deveria incutir culpa ou medo e sim alívio e consolo. E assim José Lindoso virou uma espécie de psicólogo, que não satisfeito, virou pai exemplar, que não satisfeito virou um ídolo para os filhos, netos e amigos. Confirmam as lembranças de sua filha mais velha, Laide Lindoso Baumann:

Casa velha/Esteira rota/Homem bom/Mulher má/Suba ou desça/
Ou desmereça/Ou deixe de ser besta.

Isso, dito rapidamente e com entonação forte, poderosa, fazia com que nossos machucados infantis parassem de doer na hora. Eram os tais “benzimentos”.

Falar sobre meu Pai é difícil. São tantas as lembranças... Atento na formação intelectual dos filhos, nos dava livros de presente. Comecei a ler clássicos da literatura incentivada por ele. Lia em voz alta poesias para nos encantar. Usava todas as onomatopéias possíveis e imagináveis.

“Trem de Ferro” de Manuel Bandeira, na voz do meu Pai, me fazia viajar. Imaginava as paisagens, via os trilhos da janela do trem. Um dos meus desejos é viajar de trem. E a entonação que dava quando recitava “Nega Fulô” de Jorge de Lima. Inesquecível.

O meu preferido era “Vou-me embora para Pasárgada”, que tomo a liberdade de parafrasear: Vou-me embora pro passado/Lá eu era criança/Filha do meu Pai/Que nunca esquecerei.

Penso que José Lindoso aprendeu bem as lições do Padre Mohana. Ele procurava de todas as maneiras suprir às necessidades básicas dos filhos. Mesmo exercendo cargos importantes na vida pública. Nunca descuidou e estava sempre atento às nossas necessidades, nos três níveis ensinados pelo Padre João Mohana.

DOIS DEPOIMENTOS CRUCIAIS. O FILHO MAIS VELHO E UM JOVEM NETO

Recebi com alegria dois depoimentos de descendentes de José Lindoso cuja diferença de idade é nada mais nada menos do que 43 anos. Os depoimentos estão transcritos *ipsis literis*, dada a riqueza de informações históricas e pessoais contidas. Felipe Lindoso é o filho mais velho de José e Amine Lindoso. Antropólogo e um grande apaixonado por livros, como nosso pai. Paulo Bernardo Lindoso e Lima é um jovem e brilhante advogado da nova geração de juristas da família. Filho de Clara e Paulo Lima.

DEPOIMENTO DE FELIPE LINDOSO

O aspecto da vida do pai que mais me toca é o lado da sua atividade política, e da minha relação com ele no que diz respeito a isso.

Como sabemos, ele era politicamente conservador, mas com 109 algumas das características que hoje fazem muita falta na vida pública: coerência, tolerância, para não falar de honestidade.

Coerência por ser um conservador, mas não um homem de direita, raivoso e vociferante, como já o eram alguns de seus contemporâneos daquela época. O Amazonas tinha uma conformação particular no regime de '46. Embora o PSD, do qual era membro, levado ainda jovem pelo Ruy Araújo, fosse aliado nacionalmente com o PTB (ora como o polo dominante, Dutra e JK, ora como contraponto, Getúlio e Jango), no Amazonas era oposição aos governos petebistas (Plínio Coelho e Gilberto Mestrinho) e aliado da UDN. Nessa situação ele sempre manteve relações pessoais e contatos políticos com o PTB (e, suponho, com gente mais à esquerda). Tio Antônio, seu irmão, foi secretário do Gilberto Mestrinho, e os dois sempre se trataram com respeito. Lembro uma vez que vínhamos os dois da casa do tio Batuel (também seu irmão) quando Plínio Coelho, então governador e dirigindo seu conversível particular, passou e o viu, chamou e deu carona, e os dois foram conversando até a Henrique Martins. Eu no banco de trás, ouvindo.

Quando do golpe de 64, Arthur Reis o convidou para Secretário de Educação. Ficou poucos meses e saiu por intrigas da UDN.

Ainda em 64 lembro de dois episódios. Um foi quando ele viajou ao Rio para gestionar a libertação do Cosme Alves Neto, da Cinemateca do MAM, preso como comunista, a pedido do pai dele, grande amigo. O segundo foi ajudar o tio Antônio na redação de relatórios e outras gestões que o defendessem por conta da sua relação com o Gilberto Mestrinho. Essas pressões acabaram por levar tio Antônio a se mudar para Belém.

Em 1965, quando da convenção do PSD que lançou Juscelino como candidato, um acordo que incluiu o Umberto Calderaro o levou a assumir a direção d'A Crítica, e foi então que comecei a trabalhar como repórter. Isso durou até o AI-2, quando os partidos foram dissolvidos e ele se transferiu para a ARENA. Nesse período passei a estudar à noite no glorioso Colégio Estadual do Amazonas e a trabalhar no Escritório que ele mantinha com o João Martins na 7 de Setembro, cuidando dos serviços de datilografia, agenda e do funcionamento

110 geral do escritório. Só tinha outro funcionário, o contínuo. Note-se que uma parte substancial das atividades do escritório era vinculada a sindicatos patronais e à Associação Comercial, da qual ele fazia parte de órgãos diretivos. Eu datilografava petições e os pontos das aulas dele na Jaqueira, e cuidava da contabilidade. Aprendi muito de direito civil na época, e acabei amigo de vários dos seus alunos.

As minhas crescentes críticas ao golpe obviamente não passaram despercebidas do pai. Ele refutava, meio condescendente, com o retrato da administração caótica do Jango, e considerava a presença dos militares como “transitória”. Provavelmente considerava aquilo como arroubos de adolescente. Como sempre, eu lia muito, e nessa época também comecei a me afastar do catolicismo e da religião em geral, ainda que conversasse muito com os tios Moisés (meu padrinho) e Bernardes, (seus irmãos), e alguns outros padres amigos deles.

Quando mudamos para Brasília fui matriculado no Elefante Branco, onde fiz algumas amizades que duram até hoje (alguns morreram) e depois o vestibular para a UnB. Em dezembro, pai, mãe e os demais foram de férias para Manaus e fiquei no apartamento da 105 para estudar para o vestibular. Passei em quinto lugar na lista de classificação. Pouco depois comecei a trabalhar na sucursal do Estadão, como repórter. Participava do movimento estudantil, militava e a tarde cobria como setorista o Itamaraty e os três ministérios militares. À noite ia namorar, pois nessa época conheci a Maria José, repórter do JB, com a qual estou casado até hoje.

O pai sabia perfeitamente da minha militância, conversávamos, e ficou chocado quando um estudante da UnB foi assassinado pelo exército na invasão do Campus da UnB, ainda em 1968. Mas era vice-líder da Arena e votou a favor de que fosse dada licença para processar o Márcio Moreira Alves.

Em todos os momentos dramáticos da minha militância, ele, discordando de minhas atitudes, teve sempre a maior solidariedade. Consegui me visitar quando havia passado pouco mais de uma semana da minha prisão, semana pavorosa de torturas na Operação Bandeirante. Apesar dos militares me obrigarem a usar camisa de manga comprida em pleno fevereiro, percebeu claramente que eu havia sido torturado. Resolveu relatar o fato ao ditador de plantão,

Médici, que lhe disse que esse assunto era “da alçada” do Ministro do Exército, Orlando Geisel. Foi me visitar várias vezes no Tiradentes e providenciou meu advogado. Sempre com um clima de respeito, embora não deixasse de manifestar sua discordância com minhas posições políticas. 111

Por ocasião do julgamento da apelação no STM, ele estava viajando, e a mãe foi assistir, acompanhada pelo então Deputado Marco Maciel, grande amigo da família e, naquele momento, presidente da Câmara dos Deputados. Foi um ato de solidariedade e coragem ao qual sou muitíssimo agradecido.

Quando o advogado conseguiu minha liberdade condicional, depois de dois anos de prisão, estava subtendido que o melhor seria que eu fosse para o exílio. Conversamos sobre isso e ele ajudou muito para que eu fosse tranquilamente para o Peru. Ligações telefônicas eram muito difíceis na época, mas sempre que possível conseguia ligar para onde morávamos. Quando nasceu nosso primeiro filho, José Gabriel, em novembro de 1973, ficaram os dois (pai e mãe) felicíssimos com o nascimento do primeiro neto. Em 1974, a caminho do Japão, parou para nos visitar e conhecer a casa e o neto. Foram momentos muito bons. Na volta, eles ainda fizeram escala em Lima, embora muito rapidamente, pois já sabiam da doença da Flávia e estavam voltando com a maior rapidez para ajudar a filha.

A ansiedade que passamos quando ele fez operação de safena foi enorme. Felizmente a Laide conseguiu nos avisar logo depois que tudo havia corrido bem.

Destaque-se que meu nome estava em uma infame lista que o Itamaraty distribuiu para embaixadas e consulados proibindo que fosse emitido passaporte em meu nome. Por isso, não podia viajar para lugar algum com o passaporte brasileiro vencido. Só quando Geisel iniciou sua “abertura gradual e controlada”, para a qual contou com ajuda do Petrônio Portella e do meu pai, então Senador e Vice-Presidente do Congresso, um dos articuladores de encontros entre o presidente do Senado e personalidades da sociedade civil, a embaixada em Lima concordou em emitir um “laissez-passer” para que pudessemos voltar para o Brasil. José Gabriel voltou antes, com sua tia Jacinta, irmã

112 da Maria José, e passou dias com eles e os tios no apartamento da 111. “Zecón”, o avô, se divertiu muito com o portunhol do neto.

Quando foi indicado para a eleição indireta para Governador do Amazonas e lançou sua plataforma de governo, escrevi uma longa carta (tenho cópia carbono comigo), elogiando a iniciativa da plataforma, mas mostrando minhas razões pelas quais achava que ele não conseguiria desenvolver aspectos importantes do que propunha, inclusive na área do meio ambiente e do apoio à agricultura familiar. O choque com os industriais da Zona Franca e com o Andreazza, poderoso ministro do interior e “candidato” à sucessão do Figueiredo terminou por inviabilizar em grande medida o resto do seu governo. Na época dessa crise, conversando pelo telefone com tio Bernardes, (então seu assessor), manifestei a opinião que o restante de seu mandato seria boicotado e que melhor era ir para a oposição. O sentido de lealdade dele o impediu de fazer isso. Teria sido o primeiro governador arenista a passar para oposição. Quem sabe o que poderia acontecer?

Quando deixou o governo para se candidatar mais uma vez ao Senado, articulei com um dos sócios de uma grande agência de publicidade, que eu conhecia, para que produzisse a arte do material de campanha e, também, que marcasse alguns encontros.

Sei perfeitamente que minhas opções políticas, a prisão, a tortura e o exílio provocaram muitas angústias para ele e para a mãe, com reflexos inclusive na percepção dos irmãos sobre mim. Mas, repito, a solidariedade e a compreensão sempre foram pontos fortes das nossas relações.

Respeito cada vez mais sua coerência pessoal, a procura difícil de equilibrar o imenso desejo de servir ao Amazonas e aos amazonenses com a realidade de viver em uma ditadura, e com o fato de que ele sempre se alinhou com os que tentavam achar o caminho de volta para a democracia.

Sinto saudades.

DEPOIMENTO DE PAULO BERNARDO

SOBRE COMO DESCOBRI QUEM ERA O VOVÔ ZECÃO

José Bernardino Lindoso faleceu em 25 de janeiro de 1993, pouco mais de um mês depois que eu, seu neto – mais um de muitos – tinha

chegado a essas terras. Como nasci em Manaus e ele morreu em Brasília, não sei se chegamos a nos conhecer; se chegamos, conversamos muito pouco (na época eu apenas dormia e chorava). 113

Por muito tempo o conheci apenas como Vovô Zecão, tendo escutado uma história ou outra contada na minha infância, não raro pelos primos mais velhos que conviveram com ele, e vendo as fotos dos álbuns antigos e a *memorabilia* nas paredes e armários do apartamento na 111 Sul. Germinava, na minha cabeça de criança, a típica figura de avô que era o Vovô Zecão.

Acontece que cresci no Amazonas, onde o Vovô Zecão tinha sido Governador do Estado, Deputado Federal, Senador, advogado militante e respeitado professor da Faculdade de Direito – para dizer o mínimo –, e onde todos o conheciam. “Lindoso” não é lá um nome comum, e aqui por estas bandas ele carrega alguma história, de maneira que não demorou muito até que eu comesse a ouvir, com todas as variações possíveis: és parente do Governador José Lindoso? “Sim, sou neto”.

Ao longo de alguns anos, a figura calorosa do Vovô Zecão foi dando espaço – é claro, sem desaparecer – à figura do homem público de José Lindoso, que só fui conhecendo aos poucos, conforme a maturidade me vinha permitindo. Passei a ouvir relatos emocionados de ex-colegas da política, antigos eleitores, alunos, admiradores, sempre com um brilho nos olhos e uma nostalgia da época em que havia homens bons na política.

Certo dia um amigo me contou uma história que seu avô tinha lhe contado, de quando era militante comunista durante a ditadura militar, e particularmente durante o período em que vovô esteve Governador, de 79 a 82. Procurado pelos órgãos de repressão, o avô de meu amigo se escondeu na mata com outros companheiros para evitar a prisão; Vovô Zecão mandou encontrá-los... Quem diria? Levou para eles comida e mantimentos para que ficassem a salvo, dizia, emocionado, o avô de meu amigo.

Outra dessas histórias me foi contada pelo saudoso Miquéias Fernandes, num dia qualquer de fórum, quando ele viu meu nome em uma ata de audiência e descobriu que eu era neto de José Lindoso. Vovô tinha perdido a eleição e um grupo de homens estava sentado numa mesa ao redor dele, então Governador, em um clássico cenário

114 pós-derrota com clima de “e agora, o que fazer?”. Quebrando o silêncio, alguém sugere alguma chicana para atrapalhar a transição ao novo governo e é imediatamente repudiado: “*não, porque isso é política de terra arrasada, e em política de terra arrasada quem perde é o povo*”.

E o convite para o Supremo Tribunal Federal? Salvo engano, quem contou essa história foi José Fernandes, irmão do Miquéias, ao gravar um programa de televisão sobre o vovô, apresentado por Abrahim Baze. O governo central havia dado a ele duas opções: ser Governador do Amazonas ou Ministro do Supremo Tribunal Federal. Que dúvida cruel! Vovô era um advogado e professor de prestígio e poderia ter coroadado sua carreira com um cargo vitalício no Supremo. Era o que faria qualquer um que pensasse mais em sua carreira, em prestígio, em pompa; não foi o que fez o Vovô Zecão, que preferiu o caminho desvantajoso e temporário da política porque sabia que aquele era o meio mais eficaz para implementar as mudanças que sabia necessárias. Preferia servir ao povo do Amazonas do que servir a si próprio.

Fico vendo o cenário político atual, do Brasil e do mundo, e não posso evitar sentir uma certa tristeza e a sensação de que, se fosse o Vovô, em qualquer posição de liderança, ele estaria sendo um emocionante exemplo de humanidade, acima de tudo, que é o que tanto nos tem faltado.

Esse personagem que se desenhava em minha cabeça, às vezes Vovô Zecão, às vezes José Lindoso, é algo engraçado: uma presença tão forte que me faz sentir saudades, mesmo não o tendo conhecido. Sorte de quem o conheceu!

O ADVOGADO E O PROFESSOR JOSÉ LINDOSO

José Lindoso e João Marins da Silva tinham uma conceituada banca de advocacia na Manaus dos anos de 1960. A família passava férias no Rio de Janeiro. José Lindoso recebia passagens aéreas como parte dos seus honorários. Dentre outros partidos importantes era advogado das companhias aéreas. Deixou de advogar para entrar na política. Dona Amine nunca achou que isso fora muito vantajoso, principalmente em termos econômicos.

Nessa mesma época foi professor da Velha Jaqueira, nome carinhoso dado à Faculdade de Direito do Amazonas. Muitos dos seus

alunos tornaram-se magistrados, membros do Ministério Público e 115 advogados de renome da cidade. Os que tive ou tenho oportunidade de conhecer são unânimes em elogiá-lo como professor de extraordinária capacidade didática e enorme conhecimento em Direito Civil.

Sempre foi inspiração para os filhos em tudo e por tudo. Dos sete, três são advogados. E todos os sete atuaram como professores.

Clara Lindoso e Lima é procuradora do estado. Eu sempre fui advogado empregado. Primeiro de um banco público já extinto, o BNCC. Fui ainda procurador geral da Embratur e diretor no Ministério da Justiça em Brasília. Aposento-me após carreira como advogado concursado da Petrobras. Meu irmão Maurício Lindoso, além de procurador do INSS foi sempre um profissional liberal de sucesso na área de Direito de Família. Quando montou seu escritório em Brasília teve ajuda substancial do pai.

Nessa época, José Lindoso não estava mais na política. Além de ajudar Maurício em aparelhar seu escritório, ofereceu-se para fazer eventuais petições. Atuaria somente na área de Direito Civil. Não faria audiências nem tampouco iria aos tribunais. Havia advogado no Direito Processual dos anos de 1960. Ademais, se ocupava em dar aulas na UnB. Ofereceram-lhe a cadeira de Introdução ao Direito.

Maurício nos relata que se não tivesse sido político teria ficado milionário como advogado. Não temos a menor dúvida. Lembra-nos que pediu e ele minutou uma petição de embargos de terceiros. Os embargos foram acolhidos e Maurício venceu a causa. O advogado ex-adverso, ao encontrar o Maurício nos corredores do fórum, comentou: “Que bela petição de embargos de terceiro. Eu até guardei uma cópia para ter como modelo. Parabéns”. Constrangido, Maurício disse que não confessou ao colega quem teria feito a peça.

Como advogado militante em Brasília conheceu vários ex-alunos de nosso pai oriundos do Departamento de Direito da UnB. Um deles fez o seguinte depoimento:

Seu pai foi muito importante para mim. Cursava Introdução ao Direito como matéria obrigatória do curso de Relações Internacionais. Ele me convenceu que deveria trocar para Direito. O leque de opções seria bem maior. Inclusive e até a diplomacia. E complementou: Um mestre inesquecível.

Minha prima Lourdes Daou Vidal que sempre estava conosco em Brasília, lembrou-me que ele costuma receber alunos em casa. Havia uma aluna de um país africano que cursava direito na UnB. A moça tinha muita dificuldade em acompanhar o curso. Ele dava aulas extras para aluna. Compadeceu-se dela. Explicando-se a sua sobrinha Lourdes: “Coitadinha. Ela faz parte de programa internacional administrado pelo Itamaraty. O governo visa estreitar as relações do Brasil com países da África. Ela representa seu país aqui. Precisa de ajuda”

Realmente o professor José Lindoso parece ter feito a diferença na vida de vários alunos.

SESC E SENAC

O prédio do Sesc na rua Henrique Martins fica em frente ao prédio onde um dia foi nossa casa. Os filhos de José Lindoso foram escoteiros, fizeram cursos e recreação bem como participaram ativamente de várias outras atividades por lá. O SESC foi quase a extensão de nossa casa. José Lindoso foi diretor de lá e contribuiu muito pela instituição. Muitos dos funcionários se tornaram amigos da família. Destaco Cecília Franco de Sá, Natália Mendonça (minha inesquecível akelá). Meire Daou, prima de minha mãe, e muitos outros. Aníbal Normando, me remete e-mail para que eu não esqueça de citar Mirza, Cândida, Carlos Trindade, Nilo Leão Prado, Emerentino Manso, Prof. Saraiva, que era Coordenador de Esportes. E ainda, o Professor Chagas de Datilografia, a telefonista Geraldina, Seu Jurandir Motorista, Albânia e Odilon nos Serviços Gerais e tantos outros.

Normando me relata emocionado: “Convivi com seu pai no Sesc/Senac quando ele era o Diretor Regional e eu adolescente. Participei dos inúmeros grupos e atividades de jovens moças e rapazes. José Lindoso e seus técnicos estimulavam a juventude. As atividades no SESC muito contribuíram para a minha formação humana e social. José Lindoso foi protagonista de uma verdadeira ‘revolução silenciosa’ em termos de Educação. Com ênfase nas necessidades sociais e culturais. Além de incentivar o esporte, a música e a complementação educacional dos comerciários e seus dependentes.

Na cidade moram o presidente da República, ministros de estado, ministros dos tribunais superiores, diplomatas, dirigentes de estatais, governador e autoridades do Distrito Federal. Autoridades militares, civis e eclesiásticas. Deputados e senadores em centenas. Quando a pessoa se torna um simples cidadão comum, sem cargo ou função política, é literalmente um cidadão comum. Por mais importante que tenha sido.

José Lindoso faleceu em Brasília no dia 25 de janeiro de 1993. Se o velório fosse em Manaus, possivelmente haveria muita gente. José Lindoso estava definitivamente aposentado. Até mesmo do cargo de professor da UnB. Havia caído na aposentação compulsória. Não esperávamos que seu enterro fosse muito concorrido. Ledo engano.

Além da nossa imensa família, havia funcionários da Câmara, do Senado, ex-alunos, amigos e pais dos filhos. Todos os parentes de São Paulo estavam em Brasília. Era aniversário de São Paulo e feriado por lá. Mas era uma segunda-feira de trabalho normal em Brasília.

De repente, agentes da Segurança Institucional da Presidência da República informam à família que o presidente da República em pessoa viria ao velório. Todos ficaram surpresos. Não sabíamos que Itamar Franco fosse tão amigo assim de José Lindoso. Deixar o Palácio do Planalto em plena segunda-feira para ir ao velório de um ex-senador do Amazonas! Merecia uma explicação.

É preciso esclarecer que, em 1974, o regime Militar completara dez anos sem maiores percalços. Porém, nas eleições de 15 de novembro, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da oposição, se recupera espetacularmente, elegendo 16 senadores. Itamar Franco era um desses, por Minas Gerais. No velório, o então presidente da República, Itamar Franco, nos explica o que estava fazendo ali: “Os senadores do MDB foram recebidos com frieza pelos senadores da situação. Somente um deles, o senador José Lindoso, teve a coragem e a civilidade de nos cumprimentar. Nos deu os parabéns. Se pôs à disposição para ajudar em nossa atuação no Senado. Vim aqui render homenagens a um grande brasileiro, mesmo sendo parlamentar da Arena, era um democrata”.

O depoimento do Presidente Itamar Franco e sua presença no velório de José Lindoso foi uma grande homenagem a ele concedida. As palavras de gratidão e reconhecimento da grandeza moral de nosso pai, deixou-nos consternados e emocionados.

EM CONCLUSÃO

José Lindoso nasceu em 21 de agosto de 1920, em Manicoré, no rio Madeira, no Amazonas. Filho de Zenóbia Pereira Lindoso e Zacarias Afonso Lindoso. Nesse ano de 2020, completaria 100 anos de idade. Em pleno isolamento social em razão da pandemia, pedi a meus irmãos e sobrinhos que escrevessem alguma coisa sobre nosso pai em homenagem ao centenário de seu nascimento. Nossa irmã mais nova Clara Lindoso e Lima que me enviou um belo depoimento aqui transcrito, me questionou:

O que escrever? O que contar? São tantas as memórias, me coloco a pensar e a relembrar de momentos, pequenos momentos, momentos singelos, momentos inacreditáveis protagonizados por um homem que nasceu no interior no Estado do Amazonas no século passado, mas que poderia muito bem ser um desses pais descolados da chamada pós-modernidade.

— Os frutos da esperança

ELSON FARIAS¹

Entre uma série de providências antes de assumir a função de governador do Estado do Amazonas, o Professor José Lindoso precisava de uma baliza, um logotipo com a marca de seu governo. O artista plástico e publicitário Roberto Evangelista propôs um sinal logo adotado pelo governador. Era o formato estilizado de uma cuia de onde nascia o sol. A cor era o verde-amarelo da floresta e das águas do rio Amazonas. A imagem vinha ilustrada com a legenda *o amanhã será melhor*, último verso do discurso-poema de transmissão de cargo no Palácio Rio Negro, que vamos apreciar páginas à frente. Os criticoides maldiziam que o Amazonas precisava de um governo que resolvesse os problemas do hoje e não do amanhã. Chegados esses murmúrios aos seus ouvidos, o Professor Lindoso definia com a rapidez intelectual de sempre, que aquela era uma carta de esperança dirigida aos amazonenses, porque esperar é o melhor verbo da língua portuguesa. Mas esses opositores ao seu governo estavam mais uma vez equivocados. O governador não se esquecera do hoje em suas tarefas. Desde o início do seu governo, aprimorou a aplicação da lei com o redirecionamento da política de incentivos fiscais do Estado, relativa à Zona Franca de Manaus, fortalecendo de imediato o tesouro estadual e levando aos municípios essa vitoriosa política de desenvolvimento socioeconômico.

O procedimento não podia ser de outro modo. Os interesses pelo crescimento do interior sempre estiveram na pauta das suas atividades públicas, ainda quando no gerenciamento de órgãos da iniciativa privada. Na execução desse ideal de trabalho, o Professor José Lindoso esteve em Parintins, para instalar a escola comercial do SENAC, na qualidade de seu Diretor Regional no Amazonas. A notícia

1 Elson José Bentes Farias, titular da Cadeira 12, de Olavo Bilac.

120 do fato causava euforia no meio estudantil da terra que só dispunha, como equipamento destinado à educação, do Grupo Escolar Araújo Filho, um estabelecimento de ensino de primeiro grau, ainda que seus quadros contassem com a presença de mestras competentes e dedicadas, como as mestras Alzira Saunier e Beatriz Maranhão Nina, que não me contenho em referir neste momento. A escola do SENAC dava um passo à frente. O projeto do Professor Lindoso era oferecer aos jovens concludentes do curso primário uma alternativa de prosseguimento dos estudos sem sair da sua cidade. Havia urgência em se concretizar o empreendimento. O curso funcionaria à noite porque a clientela do público jovem, atingida pela escola, trabalhava de dia. Cedeu-se uma das dependências do grupo escolar para que funcionasse ali, logo nesse ano, a primeira série do curso. O corpo docente foi arregimentado entre profissionais de nível superior, moradores da ilha. Os alunos foram reunidos por meio de testes de seleção, aplicados entre os concludentes do grupo escolar. Nos encontros preparatórios à instalação dos cursos e na solenidade de inauguração da escola, soava a palavra do Professor José Lindoso, dotada sempre de um timbre de entusiasmo e otimismo, no crescimento do ambiente intelectual dessa bela cidade do baixo Amazonas. Aquele grupo de jovens, movido pela mensagem do professor, criou, logo em seguida, o Grêmio Estudantil Castro Alves, para debater questões relacionadas com o curso e outras vinculadas ao desenvolvimento cultural da terra do maior festival folclórico do país. No grêmio nasceu o Centro de Cultura de Parintins, com a ideia de mais tarde transformar-se na Academia Parintinense de Letras que, por fim, se instalou bem depois. Não tenho dúvida de que isso tudo floresceu com as sementes lançadas pelo Professor José Lindoso em sua passagem meteórica pela cidade dos bumbás, nos anos 50 do século passado.

Em Manaus, dedicava-se à educação e à advocacia. Além das funções gerenciais no SESC/SENAC, funcionava como catedrático da centenária Faculdade de Direito e como advogado no fórum da cidade. O ambiente político do Amazonas, nesses anos, punha-se agitado pelos debates em torno de correntes políticas de esquerda e de direita, como repercussão do que sucedia em todo o país. Os jovens se organizavam em grupos atuantes nos meios estudantis e universi-

tários e entre as classes trabalhadoras. Nos grandes centros urbanos, 121 durante o ciclo da Era Vargas, marcada por medidas transformadoras no início do processo de industrialização do Brasil, radicalizavam-se as contendas sobre as maneiras de ser no confronto dessas ideologias na conquista do poder. O Professor José Lindoso mantinha-se ao centro dessas posições, mantendo uma postura liberal em relação às políticas de estado. Defendia esses princípios por convicção e até por contingência de sua formação religiosa e da posição assumida como líder católico, engajado nos movimentos leigos da Igreja. A orientação de sua conduta política obedecia aos preceitos da democracia cristã, não gostava de nenhum tipo de autoritarismo político, repudiava o fascismo e os ditos governos fortes de direita ou de esquerda. Sua ação se alimentava da doutrina social da igreja, nos rumos firmados na filosofia tomista atualizada pelo neotomismo de Jacques Maritain e pela célebre encíclica *Rerum Novarum*, promulgada pelo Papa Leão XIII. A democracia cristã, entre suas diretrizes, militava com o compromisso de fortalecer a família, elemento que ele colocava no primeiro plano de suas preocupações, que, enfim, conflitava com os interesses de grupos abertos às tendências do amor livre, defendido por lideranças de prestígio mundial com repercussão no país. Dizia que a prioridade de sua atenção estava na família e que a propriedade intelectual ou material, constituía elemento de projeção da personalidade, preceitos que ele defendia, até por temperamento, em tom polêmico na tribuna ou na imprensa. A palavra era o seu instrumento de ação mais poderoso na luta pela melhoria da vida. Considerava que o procedimento democrático era a melhor forma de resolver os problemas do povo. O fenômeno Vargas, gerador daqueles embates ideológicos, culminou com a ascensão dos militares no poder em 1964, quando foi levado por eleição direta a assumir mandatos de Deputado Federal e Senador da República. No Congresso Nacional sempre lutou pela abertura democrática, após o esgotamento do período conduzido pelo movimento militar. Ajudou o Presidente Ernesto Geisel a proceder no processo de abertura democrática. Foi o último Governador do Amazonas eleito em votação indireta pela Assembleia Legislativa.

Se assim pensava, da mesma forma agia. Mantinha estilo de vida austero. Jamais usou os dinheiros públicos em benefício próprio

122 e jamais se enriqueceu com as mordomias dos cargos que exerceu, pois passara doze anos no Congresso Nacional, onde desempenhou, em determinados momentos, a função de porta-voz do governo do Planalto, e três no Executivo amazonense. Esse jeito de ser era uma questão de princípio familiar. No protocolo de sua posse como Governador do Amazonas, a parte de maior destaque foi a missa campal celebrada na Praça de São Sebastião, em que a maioria do povo pôde comparecer. Nos eventos mais significativos de sua vida como Chefe do Executivo amazonense, a missa foi sempre o lugar preferido para celebrar os acontecimentos da história e do seu governo. Tudo no intuito de manter vivas as diretrizes de seu caráter. Antes de ir para as solenidades de investidura no cargo, fez uma visita para tomar a bênção à sua mãe de idade avançada. Dona Zezé estava muito lúcida. Abençoou o filho rogando a Deus que o protegesse nessa função de tanta responsabilidade. Aconselhou-o a não deixar que ninguém roubasse no seu governo. Enfim, o sentido ali era ficar a serviço do povo, sem demagogia. Agia com austeridade, mas não saía propalando aos quatro ventos o conteúdo de sua ação. Em todas as funções políticas que exerceu, grande parte do tempo foi consumida no contato com o povo. Seus despachos no governo deixavam loucos os responsáveis por sua agenda, quaisquer que fossem os interlocutores, prefeitos, líderes políticos e empresariais, representantes de associações comunitárias ou um simples cidadão que precisasse de sua ajuda na forma da lei, em qualquer esfera do governo. Ele não se recusava a demorar-se mais tempo do que lhe estava reservado, posto não ser um frio administrador público, mas, especialmente, um educador, um professor. Quando esteve no Congresso, alimentava diariamente a imprensa de Manaus com notícias sobre suas atividades, para que os seus concidadãos lhe seguissem os passos. No governo, criou junto ao gabinete de despachos um Comitê de Imprensa, dirigido pelos próprios jornalistas, a fim de que os fatos do governo fossem levados com isenção e de forma imediata ao conhecimento da coletividade. Os assuntos tratados nas audiências eram levados ao Comitê de Imprensa, ainda no intuito de conferir conteúdo humano à sua administração. Dos três anos que passou no governo, dois foram reservados a visitas ao interior do Estado, levando para lá os benefícios do governo. Sua intenção

sempre foi fortalecer os municípios. Para ele, não era uma boa ideia 123 dividir a Amazônia em estados, os propostos estados amazônicos, que dotariam a região com maior poder de barganha, com o aumento do número de representantes nas duas casas do Congresso. Afirmava ele que um estado federativo, enfim, é uma instituição muito cara de se manter. O ideal mesmo é o município que possui máquina administrativa muito mais barata e dispõe de todas as condições institucionais para promover as melhorias necessárias à coletividade. Na reforma da política de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, deu ênfase à interiorização dos estímulos do Estado à economia, seguindo os princípios determinados pelo Decreto-lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, que formulou essa política de incentivos fiscais. Vamos cuidar ainda desse assunto linhas à frente, visto serem inúmeras as iniciativas de seu governo adotadas na linha do fortalecimento dos entes municipais, como foi a criação do Tribunal de Contas dos Municípios, um órgão especializado na aplicação de normas do Direito Municipal nas esferas da administração financeira. Infelizmente, não vingou o Tribunal, embora a instituição esteja em pleno funcionamento em outros estados da federação, abrigados pela Constituição de 88.

Em uma de suas viagens de trabalho, ele fez visita a uma escola no rio Ipixuna, afluente do Juruá. Todos nós que moramos na Amazônia sabemos que os rios são os nossos melhores caminhos. Os nossos veículos naturais são as canoas e as pequenas embarcações movidas a remo, vela ou motor. Ao examinar as instalações da escola o Professor Lindoso encontrou na biblioteca livros que ensinavam as pessoas a se movimentarem no Rio de Janeiro, em veículos urbanos, trens, ônibus e automóveis, totalmente desconhecidos pelos moradores daquele rio. O governador, ante tal evidência, acentuou ainda mais as suas convicções nas mudanças que precisavam ser feitas nos métodos educacionais, da necessidade de se inaugurar uma política educacional voltada para a realidade de cada município. Um processo educacional que não escravizasse o homem à terra, mas lhe dotasse de conhecimentos capazes de mudar a vida para melhor na experiência de um novo mundo, o novo mundo que está na descoberta do próprio mundo do cidadão e que lhe reforça o caráter ao longo de toda a vida. O governador dizia que aquela escola era uma escola expulsiva, que precisava ser mudada

124 imediatamente. Uma escola que induzia os jovens a abandonarem a terra na visão ilusória de um mundo melhor; ilusória, sim, posto inúmeras vezes aquele mundo ser um mundo de miséria e desamparo. Cada vez mais se convencia da ideia de implantação dos princípios da Educação Rural, presente nos seus discursos de campanha. Ele sonhava com uma escola do rio e da floresta, que firmasse a

tentativa de reformulação num sistema de integração que busque identificá-la com o meio e que prepare o homem em níveis de profissionalização voltados para as exigências do atual estágio e das aspirações desenvolvimentistas urbanas e rurais.

Uma escola que se identificasse com a realidade do interior, com as necessidades de trabalho.

Uma escola voltada para o traço cultural da proteção da natureza e melhoria do meio ambiente. Dizia ainda o Professor Lindoso que o processo de ocupação é um processo que deve procurar uma ação de ideologia amazônica. E acrescenta: essa integração deve ser feita na soma dos esforços, na valorização da cultura local de modo que, não haja um choque, uma desestabilização da sociedade rural.²

Mas ele tinha consciência de estar lançando uma semente apenas, numa providência governamental de futuro, que se deveria realizar em longo prazo. Infelizmente não viveu para testemunhar as ações do PROFORMAR, um processo de formação de professores realizado com a mobilização dos mestres implantados em seu próprio ambiente de trabalho nas suas cidades, nos rios e na floresta, através da telescola e comandado pela Universidade do Estado do Amazonas, nos inúmeros e mais distantes municípios amazonenses. As dissertações produzidas por esses professores, na conclusão do curso, constituem um diagnóstico geral, jamais realizado no Amazonas, sobre a situação da educação no Estado e os modos de vida no interior, abrindo janelas a novos caminhos nos procedimentos educacionais na região.

Antes de assumir o governo, o Professor Lindoso decidiu reunir-se com os secretários e presidentes de estatais num final de semana, durante dois dias, para debater e definir as políticas de governo a

2 Sequência de citações de *Palavra e ação*, livro de discursos do Governador José Lindoso, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 1980.

serem adotadas no período. Um dos pontos fundamentais identifi- 125
cados era a participação do Estado na política de incentivos fiscais da Zona Franca, implantada em 1967.

No Governo José Lindoso essa lei vigia por mais de 10 anos e a realidade regional já era outra. A cidade de Manaus que, em 1967, ano de início das operações da Zona Franca, possuía uma população por volta de 320.000 habitantes, em 1979, início do Governo Lindoso, atingira mais de 400.000, composta por contingentes vindos do interior, de outros Estados e de países com investimentos no parque industrial da SUFRAMA. O tesouro estadual debilitara-se, ficando sucessivamente inabilitado a investir nas áreas de infraestrutura, que a expansão comercial, industrial e agrícola resultante da nova política proporcionara. A decisão era provocar o redirecionamento dessa política, para que o poder público pudesse cumprir as suas obrigações nos setores essenciais de infraestrutura, na educação, saúde e segurança.

Realizar essa mudança foi a tarefa mais difícil e espinhosa do seu governo. Mas o Professor José Lindoso não era de se amofinar ante a cara feia de qualquer desafio. Aparou o pião na unha e partiu para a luta. Os investidores já estavam acomodados com o sistema e qualquer forma de mudança os aborrecia. Passaram, então, a afirmar que a Zona Franca era intocável e ninguém estava autorizado a mexer numa linha sequer dos instrumentos legais vigentes sobre o seu funcionamento. E, nessa linha de argumento, foi montado um *lobby* pretendido acima do bem e do mal, azeitado contra o governo. Mobilizaram-se especialistas na matéria para bater no governo. Ocorre que o Professor Lindoso, como homem do interior, sabia que esse negócio de intocável era conversa fiada para boi dormir e de gente dominada pelo hábito de capinar sentado. O desenvolvimento sociocultural é produto da ação do homem, do toque do homem na realidade. O atraso das sociedades em regra é produto da intocabilidade na filosofia e na prática dos fatos e atos sucedidos na história. As chamadas elites intelectuais urbanas balançaram em seu entendimento sobre a matéria, discretamente posicionadas contra o governo, face ao bombardeio provocado com o *lobby*. Mas não atinaram para um elemento novo constante do projeto do Professor Lindoso. Ele firmava a consciência de que o Estado gere as políticas, o empresariado dinamiza os setores da economia e o povo estimula o processo criador.

126 Ao governador cabia, portanto, eleger a melhor política para aquele momento do Amazonas e assim agiu. O projeto propunha o redirecionamento da política de incentivos fiscais a empreendimentos voltados para o interior da região, comprometendo-a com o destino das populações que viam em Manaus a solução para seus problemas, esvaziando cada vez mais a coletividade hinterlandina. Examinado esse aspecto do projeto, o Governador José Lindoso ganhou o entusiasmo das lideranças do interior e viu o seu projeto de lei receber aprovação unânime dos deputados à Assembleia Legislativa.

Há no Amazonas hoje uma nova realidade. Com o plantio de mais uma semente de esperança, a economia da Amazônia Ocidental, que reúne os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, ganhou novas dimensões com o projeto da Zona Franca, ao mobilizar o poder criador dos investidores voltado para a realidade da terra. Hoje vemos empreendimentos florescentes nos setores de criação de peixes e quelônios, no consumo de matérias-primas naturais da região usadas na indústria de alimentos, perfumaria e fármacos. O governador acreditava na criação de peixes. Um dia, ele descobriu que havia em Rio Branco do Acre uma experiência da criação de peixes em cativeiro. Não teve dúvida, partiu para lá e confirmou a viabilidade do procedimento como alternativa de produção de alimentos sem arruinar o meio ambiente. E saiu pregando a boa nova. Muitos foram os seus ouvintes e muitos aplausos recebeu em suas manifestações. No entanto, poucos foram os que em verdade acreditaram no governador. E os que acreditaram viram florescer aquela semente de esperança e o tambaqui, o pirarucu e o quelônio de criatórios abarrotam hoje a mesa dos amazonenses, a preços acessíveis ao bolso da população. O tucupí, o açaí, o tucumã, a pupunha, as polpas de frutas como o cupuaçu, o maracujá, a graviola, a manga, o limão, o caju, a acerola, a goiaba, que eram consumidos em porções limitadas decorrentes de atividade artesanal, assumiram escala comercial, enriquecendo as montras dos supermercados e a cozinha dos restaurantes da moda.

O Professor José Lindoso cultuava também a *caboclitude*, expressão criada por Álvaro Maia para definir o jeito de ser do caboclo do Amazonas. O Dr. Álvaro era um dos seus modelos de homem público, principalmente no reconhecimento dos valores da terra. O Profes-

127

sor Lindoso estava no Senado quando se deram as comemorações do sesquicentenário de adesão do Amazonas à Independência, dia 9 de novembro de 1973. Mobilizou a intelectualidade de então a celebrar a data e pronunciou um discurso na Câmara Alta do país sobre o evento. Promoveu pelo Senado uma reedição da *Canção de fé e esperança*, a conferência pronunciada por Álvaro Maia, na noite do dia 9 de novembro de 1923, no Teatro Amazonas, comemorativa ao centenário dessa data. Ainda como demonstração do esforço em fixar cada vez mais a individualidade do amazônida, por indicação do Conselheiro Djalma Batista, do Conselho Estadual de Cultura, que reclamou de o Amazonas não possuir ainda o seu hino oficial, o governador providenciou a elaboração do Hino do Amazonas. A letra do hino resultou de um concurso julgado pelo próprio Conselho, em que foi escolhido o poema de Jorge Tufic. Para compor a música, por sugestão do maestro Nivaldo Santiago, o Professor Lindoso convidou o compositor e maestro amazonense Cláudio Santoro, que realizou o trabalho com a maior alegria. No dia 1º de setembro de 1980, na solenidade de abertura da Semana da Pátria e Semana do Amazonas, Praça do Congresso às 8 horas, o hino foi lançado pelo Governador. Nessa bela manhã, ante a multidão formada por jovens estudantes da rede de ensino de Manaus e o povo dos bairros reunidos nessa praça central da cidade, o Governador Lindoso lançou oficialmente o hino. Assinalou que

o Hino é a expressão de tudo o que está dentro dos nossos corações. Ele fala, na musicalidade e na expressão de sua letra, de todos os nossos anseios, impulsionados pela nossa tradição, traduzindo a síntese do milagre da história na afirmação de uma nova nacionalidade.

Acrescentou, ainda, que

o Hino traz, entranhado nas suas expressões, na sua sublimidade, esse sentido profundo da harmonia de civilização que vamos construir com a própria natureza.³

Foi o momento de lançar mais uma semente de esperança no futuro do Amazonas.

3 Sequência de citação do discurso publicado em *Hino do Amazonas*, Imprensa Oficial do Amazonas, 1981.

Ao assumir uma cadeira na Academia Amazonense de Letras, José Lindoso não ia de mãos abanando. Levava uma bagagem intelectual composta de ensaios sobre Direito, Economia, Política, Educação e Amazonologia. Sua oratória era estruturada ao sabor das metáforas que lhe dotavam de genuíno conteúdo poético.

Desde jovem escreveu belos poemas em versos livres e disse num desses versos;

Tenho ânsias de conquista.

Os seus poemas, em geral, eram uma forma de colóquio com D. Amine, sua esposa e companheira de toda a vida:

Em plena juventude, ele escreveu:

Poema que está no meu coração
Cantando em todas as gotas do meu sangue
Poema que é a minha vida
Meu grande Poema! Meu Amor!

A vida prosseguiu e chegaram os filhos e vieram os netos:

Já estamos no entardecer
da vida
O sol se põe e a luz
perde a sua força
Mas ainda ilumina o
nosso caminho.

Na solenidade de transmissão de cargo no Palácio Rio Negro, sede do governo, seu discurso foi dominado em grande parte pela poesia. Era um momento de grande emoção e nada melhor do que o poema para expressar essa alegria.

Fala do rio, o caminho por onde veio.

O rio

No rio a gente pesca
No rio a gente se banha de cuia
No rio a gente mergulha
Do rio se carrega água para beber
O rio é caminho de ir
e de voltar também...

O rio é mistério e fonte de fantasia
afoga na maresia.
O rio é tudo pra gente viver...

129

O palácio precisava de obras de restauração. O Governador Lindoso já havia autorizado como primeira providência da Secretaria de Obras, a restauração do palácio. Seu gabinete de despacho, durante todo o governo, portanto, foi transferido para o terceiro andar da Secretaria da Fazenda. Mas o palácio jamais deixou de ser o símbolo do poder do Estado, produto da emoção e do trabalho do povo. Um dos seus últimos atos como governador foi entregar ao público o Palácio Rio Negro totalmente recuperado em suas linhas originais e urbanizado o seu entorno.

Diz o Governador Lindoso:

Palácio do seringueiro
amassado
sofrido
espoliado
Seringueiro que teve sede
de riqueza
e foi simplesmente logrado.

Anuncia a sua chegada naquela casa:

Chego ao Palácio Rio Negro
Sem encantamento
Com sofrimento
Com Esperança.

Prossegue analisando o palácio no seu discurso em forma de poema:

Este Palácio
cofre vazio das Esperanças que se acabaram
Mistério de vontades perdidas
de governantes do passado
Mistura de amor, de sonhos
com cheiro de intrigas
Cofre vazio de Esperanças que se acabaram
Tem um pouco de mistério

Então o que ele acha que deve ser feito para salvar o palácio?

Deve ser exorcizado
lavado
benzido
por todos os santos e pelo Divino
Para que seja trincheira da Esperança
Guarida vigilante da Justiça
Encontro de todas as águas.

Até chegar a Manaus o Professor José Lindoso empreendeu uma longa jornada. Veio do rio Mariepaua, afluente do rio Madeira, no município amazonense de Manicoré. Estava com 12 anos quando chegou a Manaus.

Fala dessa aventura em seu discurso-poema de transmissão de cargo:

Viagem

Vim de longe
na costa do rio
na montaria do sonho e da obstinação
A minha canoa fez viagem
carregada de Esperança
E foi puxada pela
sirga do sonho
nos estirões da vida
subindo o rio
vencendo correntezas.
Fiz o rio caminho
da incerteza, a certeza
do sonho, realidade.

Fico olhando no desenho gráfico do poema e me pergunto sobre a intenção do poeta em grafá-lo assim, em linhas sinuosas e irregulares. Não desejava ele deixar aí, ainda, na cartografia da sua imaginação, a mancha gráfica do rio?

E vai o orador-poeta contando a sua história:

No sofrimento do meu irmão

131

preso no lago
perdido no mato
no igarapé dos escondidos
fui crescendo,
viajando na costa do rio
na mistura do sonho e da obstinação.

Aos 12 anos de idade já assistira e vivera muitos episódios da vida dos seus irmãos ribeirinhos, enumerados nos seguintes versos;

No choro do menino
na barriga da mulher
na seza do meu irmão
na agilidade do peixe
no voo do pássaro
no verde da várzea
No barro da terra
Na lama da várzea
na paciência do pescador de linha
no trabalho da roça
nas conversas do meu pai
nas crenças da minha mãe
ganhei força e determinação.

E volta a falar de sua viagem, figura presente com insistência em sua vida:

Vim de longe
na costa do rio
na montaria do sonho e
da obstinação
Guardei no coração a pureza
das manhãs lavadas de chuva

Olha a chuva, prezado leitor, caindo cruzada na configuração dos versos do poeta!

Aí teve início o seu aprendizado:

As lições da maresia forte
 O vai e vem do rio
 Cheia grande e seca
 repiquete
 parada do rio
 Ciranda da vida.

O poema então se encerra com as linhas do plano de governo, numa síntese que só a arte poética tem o condão de expressar. Com palavras ditas, sem dúvida, em forma de poesia, a poesia herdeira de sua origem mais velha chamada magia. O que não percebemos posto estarmos sempre aflitos em interpretar a ciência das coisas de um ponto de vista racional, é que a magia também possui a sua técnica, técnica anterior, muito anterior às técnicas da ciência, técnica desprezada por um tempo, mas resguardada para o uso do homem por meio da poesia.

O Governador José Lindoso, encerra o seu discurso com a seguinte estrofe:

A roça precisa de limpa
 A panela está vazia
 E vamos fazer um puxirum
 Todo mundo dá um pouco
 de boa vontade e de sonho
 E com um feixe de esperanças
 com sorriso de criança
 Vamos trabalhar
 e o amanhã será melhor...

Em verdade, pelo menos na história política do Estado, não se conhece outro governador que tenha pronunciado discurso de transmissão de cargo em forma de poema. Álvaro Maia, poeta reconhecido por uma vasta obra poética reunida em **Buzina dos Paranás**, não avançou no estilo. O que se sabe é do preconceito com que as lideranças políticas encaravam a atividade poética de qualquer autoridade em suas funções públicas. Poeta, nessa sociedade, era sinônimo de boemia e vida irresponsável. Não sei como está hoje. Nesse tempo a coisa andava muito complicada. Conta-se a história de um Prefeito

de cidade do interior amazonense que pleiteava junto ao governador 133
Álvaro Maia, que removesse daquela comarca, o promotor Américo Antony, maldizendo que o homem vinha criando problemas na cidade, que até poeta o homem era. O interessante nessa história é que o indigitado senhor mal sabia que poeta era também o governador. Por causa desse tratamento corrente na época, muitos poetas não gostavam de ser tratados como tais. O meu amigo e mestre Bruno de Menezes, por exemplo, quando algum desavisado o chamava de poeta, ele se apressava em corrigir com humor: poeta é quem chama. Luiz Bacellar, quando chamado de poeta por algum peralvilho qualquer, corrigia-o com uma palavrada monumental: “poeta é o (ia aí o palavrão)”. Mandou até imprimir um cartão com essa frase que era entregue imediatamente a alguém que viesse com essa história de chamar o meu amigo Luiz Bacellar de poeta.

O Governador José Lindoso não ligava para isso. Ao contrário, ele respeitava e prestigiava os poetas. Um dia dissera em casa, solenemente, aos filhos, que iria receber a visita de um poeta. A meninada aprontou-se curiosa para receber aquela pessoa tão importante. Era ninguém menos que o autor destas notas. E, sem dúvida, devem ter ficado desapontados com o prosaísmo da figura...

Ora, mas foi exatamente esse entusiasmo para as coisas do espírito que impulsionou a ação do Professor José Lindoso em tudo o que fazia. Era em tudo o que fazia uma pessoa da convivência. Suas decisões de trabalho eram tomadas após exaustivas reuniões em que eram ouvidos todos os participantes da mesa de debates. Era efetivamente um professor, um parlamentar, mas sabia decidir e quando se determinava a tomar uma posição, qualquer que fosse, ninguém o demovia dos seus rumos. Nos debates preparatórios à convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que promulgou a Carta Magna de 88, instrumento jurídico formulador de novas caminhos após o período autoritário do movimento militar de 1964, o professor escreveu e lançou pela Editora Saraiva, 1986, o livro intitulado *Estado, Constituinte e Constituição*.

Logo no primeiro capítulo desse livro, na parte intitulada *Sociedade e convivência*, ele define:

O homem vive convivendo. Ele mantém em tessituras, muitas vezes quase imperceptíveis e, outras vezes, reveladas de modo marcante, relações de dependência, de coordenação, de subordinação. O pai, nas relações com os filhos, o marido e a mulher, o empregado e o empregador, o chefe e o subordinado, o governante e o governado. Uma gama enorme de relações de matizes variados se desdobra, dinamizando a vida na sociedade.

Há o mau costume de os novos mandatários públicos não prosseguirem as políticas dos governos anteriores. Mas, felizmente, a grande virtude dos sistemas democráticos de governo é impedir que eventuais governantes pratiquem desmandos conduzidos pelo próprio bestunto. A rotatividade no poder, determinada pelas normas democráticas, redirecionam procedimentos bem-sucedidos e bem recebidos pela sociedade, transfigurando-os. Pelo menos dois exemplos disso podem ser lembrados com relação ao Governo José Lindoso. No período das piracemas, isto é, da fartura de peixes nos rios amazônicos, cai o preço do pescado por excesso de peixes. Há tanto peixe que leva ao desperdício nas sobras diárias lançadas ao rio já apodrecidas. Há períodos, no entanto, em que o pescado rareia na época das entressafras e do defeso e os preços do pescado oscilam para cima. No intuito de resolver essa questão e pavimentar estabilidade nos preços do pescado, foi criado o sistema regulador dos preços. Era armazenado o excedente dos tempos de piracema e, na entressafra esses estoques de peixes protegiam os bons preços ao consumidor, sem desperdício. Para armazenar os estoques, o governo firmou convênio com a rede de frigoríficos privados do Estado, proporcionando, ainda, uma boa movimentação de dinheiro entre instituições da iniciativa particular. Mas o sistema foi desprezado pelos governos seguintes. Foi também distorcida a política do crédito direcionado em relação à lei dos incentivos fiscais da Zona Franca, na parte de responsabilidade do Estado. No original, o sistema reservava uma significativa parcela de recursos a ser aplicada em projetos de empreendimentos localizados nos municípios e dedicados à transformação de matérias-primas regionais. Isso também foi abandonado. A lei que determinava a aplicação dos recursos retidos na interiorização da economia foi alterada. E os recur-

sos retidos foram assimilados pelo tesouro e usados como despesas correntes da administração. 135

Não ouvi jamais do Professor José Lindoso um comentário de amargura. Afastado no final do terceiro ano de governo, por exigência da lei eleitoral, para disputar a sua volta ao senado, vendeu um imóvel de sua propriedade para financiar a campanha. Mas o povo achou que ele não merecia tal reconhecimento. Fico imaginado, no entanto, se foi o povo ou a traição de supostos amigos e eventuais correligionários, insatisfeitos em pleitos contrários às determinações austeras, convictas e honestas do Governador.

A vida continuou. Pronuncia conferência na University Georgetown, em Washington, sobre o *Desenvolvimento da Região Amazônica*, ensina *Direito Municipal* na Universidade do Amazonas, recebe o *Grande Colar da Ordem do Mérito do Estado do Amazonas*, leciona *Introdução ao Direito* na Universidade de Brasília e dirige aulas de pós-graduação no CEUB.

Na comemoração do centenário de seu nascimento pode-se conferir que o Professor José Lindoso estava certo na sua mensagem de esperança.

— José Lindoso, o professor e o jurista

JÚLIO ANTONIO LOPES⁴

Em feliz iniciativa a Academia Amazonense de Letras (AAL), por inspiração de seu presidente, doutor Robério Braga, decidiu homenagear dois grandes vultos de sua selecionada e centenária composição, os professores, juristas e ex-governadores do Amazonas José Bernardino Lindoso e Plínio Ramos Coelho.

Optei por discorrer sobre José Lindoso, o menino nascido em 21 de agosto de 1920, na cidade de Manicoré, região sul do Amazonas, às margens do rio Madeira, já próximo de Porto Velho (RO), e que se tornou uma das figuras mais expressivas de sua história, senhor que era de múltiplos talentos: advogado, jornalista, escritor, jurista, professor e político, atividades que desempenhou com notáveis níveis de competência, zelo e probidade, predicados, infelizmente, que não encontramos mais, conjugados, com raras exceções, nos homens públicos da atualidade. Eu diria até, sem medo de errar, que José Lindoso foi o último governador do Amazonas, independente do matiz ideológico, que se diferenciava pelo estofo intelectual, a exemplo de Álvaro Maia, Plínio Coelho e Arthur Cézar Ferreira Reis, dentre outros mais antigos.

Sei que meus confrades e confreriras explorarão com brilho as outras e variadas nuanças da vida de José Lindoso. Eu preferi cuidar de um aspecto pouco explorado de sua biografia, embora em palavras alígeras, que é, justamente, o seu trabalho na esfera do direito, em especial na condição de jurista e professor.

Lindoso, como a maioria dos jovens de sua geração, fez seus estudos em escolas públicas, que primavam pela excelência. Começou no Grupo Escolar Marechal Hermes e, a seguir, foi para o Gymnasio

4 Júlio Antonio de Jorge Lopes, titular da Cadeira 23, de Cruz e Sousa.

Amazonense Pedro II, hoje mais conhecido como Colégio Estadual 137 do Amazonas. A única concessão, neste sentido, consistiu num curso pré-jurídico oferecido pelo Colégio Dom Bosco, eis que ele almejava ingressar na Faculdade de Direito do Amazonas, a “Velha Jaqueira”, localizada na Praça dos Remédios, centro histórico de Manaus, logrando aprovação. Em 1942, iniciou o curso e passou a dividir o seu tempo com a subdiretoria da secretaria da Associação Comercial do Amazonas (ACA), cargo que já ocupava. Tanto era a sua capacidade que, no mesmo ano, foi promovido a consultor jurídico da entidade.

Estudioso, leitor voraz, criterioso e metódico, o jovem acadêmico José Lindoso logo se destacou entre os seus pares. Suas pesquisas, leituras, tarefas de classe, anotações dos tempos de estudante, de tão bem elaboradas e organizadas, deram origem aos planos de aula do futuro professor e, também, de esboço de roteiro para os livros de Direito que viria a escrever. Lindoso graduou-se na turma de 1946, tendo 14 bacharéis como companheiros, oriundos de lugares diversos: Áureo Bringel de Melo (Mato Grosso), que se tornaria senador pelo Amazonas; Aury Góes da Silva Mateus (Acre); Edílio Ribeiro de Farias (Amazonas); Francisco Zenon Téofilo Lessa (Acre); José Ivan de Hugo da Silva (Amazonas); Kideniro Stefenson Teixeira (Ceará); Mário Sílvia Cordeiro de Verçosa (Amazonas), que viria a ser presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas e membro da Academia Amazonense de Letras; Mário Ypiranga Monteiro (Amazonas), historiador e membro da Academia Amazonense de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas; Mateus da Silva (Portugal); Maurício Pereira de Araújo (Portugal); Neper Antony (Amazonas); Ranulfo Lima Bacury (Amazonas); e Waldir Garcia (Amazonas).⁵

Formado, Lindoso estabeleceu a sua banca de advocacia, uma das melhores de Manaus, em sociedade com o amigo, o também renomado advogado João Martins da Silva. O escritório ficava na avenida Sete de Setembro, Centro, entre a rua Marechal Deodoro e a Praça da Polícia. No elenco de seus clientes estavam as poderosas e então nascentes empresas de aviação, como a Panair do Brasil e, mais adiante, a Varig. Os resultados eram tão bons que, muitas vezes, os

5 Revista da Faculdade de Direito do Amazonas, 2ª fase, número 3, ano 3, 1955.

138 honorários e algumas gratificações eram pagos em passagens para qualquer destino no país, com a inclusão dos familiares.

Mas o sonho – e a vocação – de José Lindoso era o magistério. Desde os bancos estudantis vinha acalentando o desejo de disputar uma cátedra na Faculdade de Direito do Amazonas, algo que era muito difícil de fazer e, sobretudo, de obter êxito, em razão do altíssimo nível dos disputantes, da qualificação dos examinadores e dos rigorosos critérios adotados pela Casa para o acesso de seus novos lentes. O certame mobilizava não apenas os meios jurídicos, mas também eletrizava a própria cidade, que acompanhava as provas com vivo interesse. Nomes de proa do Direito nacional, como Caio Mário da Silva Pereira (1953), Hélio Tornaghi (1957/1958) e Bilac Pinto (1957), aqui estiveram e compuseram as bancas desses eventos.

Em 1954, abriu a concorrência para a Cátedra de Economia Política. Confiante, Lindoso inscreveu-se e focou nos preparativos. Achava que teria boas chances. Seu oponente, porém, era nada mais nada menos do que Samuel Benchimol, simplesmente um gênio, o qual, em breve, revelar-se-ia o mais aclamado especialista no assunto, no contexto dos estudos sobre a Amazônia, no Brasil e no mundo, autor de mais de cem trabalhos, entre livros e artigos e que, mais tarde, tal como Lindoso, ingressaria igualmente na Academia Amazonense de Letras. Uma pedreira para o jovem manicoreense.

Os dois, entretanto, cavalheiros, mantiveram sempre uma relação de cordialidade, durante o concurso e pelo resto da vida. As famílias Benchimol e Lindoso eram vizinhas e se davam muito bem. Dona Lili, mãe de Samuel; e dona Amine, esposa de Lindoso, eram amigas. Ambos, Lindoso e Samuel, empenharam-se ao máximo. Guardadas as devidas proporções e fazendo uma analogia com o futebol, foi uma verdadeira final, digna de tão valentes e talentosos contendores.

Às 7h de 14 de dezembro de 1954, na sala da Congregação da Escola, reuniu-se, sob a presidência do professor Adriano Queiroz e secretariada pelo professor David Alves de Mello, tendo como membros, ainda, os professores Antonio Martins Filho, João Perboyre e Silva e Magdaleno Girão Barroso, da Faculdade de Direito do Ceará, a Comissão Julgadora do concurso para Professor Catedrático da disciplina Economia Política da Faculdade de Direito. As provas eram de

títulos; didática (dentro de uma lista de 15 pontos selecionados), o 139
selecionado foi o ponto “O lucro”; e escrita, havendo sido sorteado
o ponto “Relação entre a Economia e o Direito”, com duração de seis
horas. No dia 15 daquele mesmo mês, reuniu-se novamente a Comissão
para aplicação da prova didática, garantindo-se o tempo de 50 minutos
para cada um dos concorrentes. Benchimol falou em primeiro lugar.
José Lindoso falou no dia seguinte, defendendo a tese “Dos Elementos
Conceituais da Economia Política”. Na mesma data, os candidatos
procederam à leitura de suas provas escritas para a Comissão. Por fim,
às 20h daquele dia, a Comissão Julgadora, apurando as notas, definiu
o resultado nos seguintes termos:

[...] Demonstrando assim ficar haverem os examinados obtido as
seguintes médias gerais: Samuel Isaac Benchimol, média geral
oito e oitenta e cinco centésimos (8,85), com quatro indicações;
José Bernardino Lindoso, média geral oito e cinquenta e cinco
centésimos (8,55), com uma indicação, resultando ter sido classi-
ficado em primeiro lugar Samuel Isaac Benchimol e em segundo
lugar José Bernardino Lindoso.

Uma luta de gigantes! A diferença foi de meros vinte centésimos
(0,20)!

O desempenho dos dois foi tão equilibrado e brilhante, que a
Comissão sugeriu a contratação de ambos, atribuindo-lhes, via de
consequência, o grau de Doutor, como se pode ver do texto a seguir
transcrito, extraído das fls. 248, da *Revista da Faculdade de Direito do
Amazonas*, nº 3, ano 3, 2ª fase, de 1955:

PARECER

Em face de que a Comissão Julgadora, que este subscreve, propõe
a Douta Congregação considere habilitado os dois candidatos, e,
tendo em vista a respectiva classificação, indicar para o preen-
chimento do cargo de professor catedrático de Economia Política
da Faculdade de Direito do Amazonas o candidato Samuel Isaac
Benchimol, e, para livre docente, o candidato José Bernardino
Lindoso, de acordo com a legislação em vigor, conferindo-lhes
do grau de Doutor, na forma da lei.

Manaus, 16 de dezembro de 1954.

Dr. Adriano Queiroz – Presidente

Dr. Magdaleno Girão Barroso – Membro

A tese que Lindoso defendeu, transformou-se, aperfeiçoada, em livro, publicado pela editora Forense.

Realizado o sonho, José Lindoso passou a integrar imediatamente o time de monstros sagrados da “Jaqueira” que, em 1955, estava assim formado: Diretor: Prof. Dr. Análio de Mello Rezende. Conselho Técnico-Administrativo: Prof. Dr. Abdul Sayol de Sá Peixoto; Prof. Dr. Aderson Andrade de Menezes; Prof. Dr. Adriano Queiroz; Prof. Dr. Ariosto de R. Rocha; Prof. Dr. David Alves de Mello; e Prof. Dr. Lúcio Fonte de Rezende. Professor Emérito: Doutor Análio de Mello Rezende. Professores Catedráticos: Dr. Lúcio Fonte de Rezende (Direito Civil 2º); Dr. Adriano Queiroz (Direito Civil 3º); Dr. David Alves de Mello (Direito Comercial 2º); Dr. João Ricardo de Araújo Lima (Direito Civil 4º); Dr. Viriato José de Oliveira (Direito Comercial 1º); Dr. Aderson Andrade de Menezes (Teoria Geral do Estado); Dr. Abdul Sayol de Sá Peixoto (Direito Internacional Privado); e Dr. Samuel Isaac Benchi-mol (Economia Política). Docente-Livre: José Bernardino Lindoso (Economia Política). Professores interinos: Mithridates Álvaro de Lima Corrêa (Direito Administrativo); Ernesto Roessing (Direito Romano); Benjamin Magalhães Brandão (Introdução à Ciência do Direito); Sadoc Pereira (Direito Judiciário Civil 2ª); José Augusto Telles de Borborema (Direito Industrial e Legislação do Trabalho); Jauary Guimarães de Souza Marinho (Direito Judiciário Civil 1ª); Henoch da Silva Reis (Direito Constitucional); Olavo das Neves de Oliveira Mello (Medicina Legal); Oyama César Ituassu da Silva (Direito Internacional Público); Francisco Manoel Xavier de Albuquerque (Direito Judiciário Penal); José Bernardino Lindoso (Direito Civil 1º); Paulo Pinto Nery (Direito Penal 1º); Raimundo Vidal Pessoa (Direito Penal 2º).

Ainda no seu primeiro ano como integrante do corpo docente da Faculdade de Direito do Amazonas José Lindoso passa a ser o secretário da Comissão de Redação da revista científica da entidade, na qual, registre-se, desde os tempos de estudante, vinha exercendo função

análoga, ao lado diretor Análio de Mello Rezende e do redator-chefe 141
David Alves de Mello.

No mesmo ano, no dia 11 de agosto, em sessão solene da Congregação da Faculdade de Direito do Amazonas, o professor José Lindoso profere o seu discurso de colação do grau de Doutor em Direito, que segue transcrito para perpétua memória do fato:

Exmo. Sr. Doutor Lúcio Fonte de Rezende, Diretor, em exercício, da Faculdade de Direito do Amazonas.

Exmas. Autoridades. Senhores Doutores que integram a erudita Congregação desta Faculdade de Direito.

Minhas Senhores,

Meus Senhores:

In magnis et voluisse sat est.

É bastante, di-lo Propércio, nas grandes coisas ter apenas querido.

O fundamental é querer.

O homem, em sua passagem pela terra, há de marcá-la positivamente com o fogo do idealismo, no sentido de contribuir para o alevantamento moral e espiritual de seu grupo, de sua gente.

Não poderá ser corpo inerte a ocupar um lugar no espaço por tempo determinado. Possui alma, espírito, inteligência e somente se realizará, através da dinâmica do ideal, pelas vibrações espirituais a favor da beleza do espaço e do encantamento do tempo.

O entusiasmo pela vida entende-se na razão direta da consciência de ser útil, de amor ao próximo como a nós mesmos.

Inspirado por essas ideais, acabo de colar o grau de Doutor em Direito.

Não me detenho em indagações sobre se sou ou não merecedor do honroso título. Amparo-me, com único apanágio, no dispositivo de lei que mo confere.

Recebo-o altivamente. Estímulo ao desejo de servir ao Direito e à Cultura, num grave compromisso perante a mocidade, o que significa deveres para com o futuro da Pátria. Uma lição – dadas as magníficas circunstâncias que a explicam pelas ressonâncias do prélio intelectual – de que a personalidade não se constrói, exclusive, no galarim de vitórias, mas, igualmente, se retempera

e resplandece na própria adversidade, quando embebida da sabedoria poética de Kipling, não conspurca, arremessando palavras amargas ou consentindo em pensamentos maus, a glória alheia, para que esta possa refletir, na pureza dos cristais, a sua imagem poliédrica.

Ouvi as palavras de saudação do eminente Professor Dr. Aderson de Menezes. Grato e comovido estou, porque sinto foram ditadas pelo coração que, dessa forma, alcançou marcante triunfo sobre o seu espírito esclarecido.

Nesta Faculdade de Direito, que se tronou motivação excepcional para a minha vida, incandescida pela vocação do magistério, hei encontrado sempre o vinho generosíssimo da amizade, que se traduz numa confiança inquietante para mim, porque repousa nos domínios do saber.

Pesadas e duras essas provas de amizade, quanto reconfortantes. Justificam o fato de ter sido indicado e nomeado professor de Direito Civil, em substituição a jurisconsulto de renome nacional, como é o professor emérito desta Casa, Dr. Análio de Melo Rezende, nosso Magnífico Diretor.

Conduz comigo a alegria e mantenho o propósito decisivo de caminhar. A estrada é longa e chegarei, por ela, um dia, ao desmarginado da eternidade.

Essa consciência da eternidade de nosso destino representa força extraordinária, que nos norteia, e resulta, para nós, que as glórias do mundo, a bem de ver, não chegam, às vezes, a adquirir a beleza dos voluteios de uma ave, na claridade do céu e na proximidade da árvore umbrosa. Ao voo da ave ultrapassam em efemeridade e não as anime a leveza inconsútil dos poemas eternos.

Que Deus me permita, neste instante em que assumo, solenemente, novos compromissos de inteligência e de espírito, saber dignificá-los, se não com o brilhar sideral do talento e a seiva da erudição, pelo menos com aquilo que em sua misericórdia infinita, há de sempre me proporcionar o esforço do estudo, a capacidade do martírio bendito a vigília intelectual.

Obrigado!.

Apesar das atividades políticas, que consumiram parte expressiva de seu tempo, o fato é que José Lindoso teve uma vida acadêmica superlativa. Ele é autor das seguintes obras: *Do Estado – aspecto da socialização no Direito Constitucional*, 1947; *Valorização econômica*

da Amazônia (estudo), 1947; Preliminares sobre o estudo da Economia Política; Dos Elementos de Economia Política, editora Forense, 1954; O Estado brasileiro e a evolução do Direito Civil (livro), 1960; Vinte anos de CLT, 1960; Sá Peixoto: o jurista amazonense da codificação civil, 1961; O Sesquicentenário de adesão do Amazonas à Independência do Brasil; Estado, Constituinte e Constituição, 1980, editora Saraiva. Aqui, assume especial revelo a revisão e atualização que fez da clássica obra Teoria Geral do Estado, de autoria de seu dileto mestre e amigo, professor doutor Aderson Andrade de Menezes, obra pioneira e de referência em nosso país, tarefa que lhe foi solicitada pela editora Forense e da qual se desincumbiu com invulgar brilho, embora sempre conservando a modéstia que era peculiar ao seu caráter. Disse ele, em nota a uma das edições:

A Teoria Geral do Estado, de autoria do saudoso professor Aderson de Menezes, que iluminou com o seu saber jurídico a Universidade do Amazonas e a Universidade de Brasília, sai, agora, em sua 5ª edição.

A Companhia Editora Forense presta ao mestre, com esse lançamento, tão reclamado por docentes e discentes das nossas Faculdades de Direito, homenagem merecida.

Coube-me a honra de revê-la e esse trabalho não envolveu, como já assinaei quando da 4ª edição, alterações no conteúdo mesmo da Teoria Geral do Estado, limitado que foi a atualização de alguns dados ilustrativos, principalmente no respeitante à nova ordem jurídico-política, inaugurada no Brasil com a Constituição de 1988, e as transformações que o mundo está sofrendo neste fim de século.

Brasília-DF, ano letivo de 1991.

José Lindoso.

O mestre era sempre requisitado para conferências no Amazonas e, também, fora do estado, como as que proferiu sobre Direito Agrário, na PUC-SP; sobre Direito Eleitoral, na Universidade de Santa Catarina; e sobre o Desenvolvimento da região Amazônica, na University Georgetown, em Washington, USA. Em 1957, o doutor José Lindoso assumiu a presidência da representação do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) no Amazonas, a entidade jurídica mais antiga das

144 Américas, fundada por decreto do Imperador D. Pedro II em 1843. Em 1958, José Lindoso deu o seu contributo ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) na condição de juiz substituto da Corte.

Durante os mandatos parlamentares e de governador que exerceu, José Lindoso esteve licenciado da Faculdade de Direito do Amazonas. Ele foi deputado federal, entre 1967 a 1971; senador, entre 1971 a 1979; e governador, entre 1979 a 1982. Após a última eleição, em que não obteve êxito, voltou a lecionar na Universidade do Amazonas, mas logo a seguir foi requisitado para a Universidade de Brasília (UNB) e, lá, ficou responsável pelas disciplinas de Introdução ao Estudo do Direito (IED) e de Direito Constitucional. Não voltou ao Direito Civil. Também fora professor de Direito Internacional Privado e de Economia Política na Universidade do Amazonas.

Lançou-se o professor José Lindoso, então, a um novo projeto: escrever um livro sobre o que a sociedade pedia naquelas circunstâncias, o Brasil em transição de um regime político excepcional para outro de plena liberdade: uma nova Carta. A obra, publicada em 1986 pela editora Saraiva, intitulada “Estado, Constituinte e Constituição”, foi prefaciada pelo professor Aderson Pereira Dutra, ex-reitor da Universidade do Amazonas, cujas palavras sintetizam, como ninguém, a importância daquelas análises para o momento histórico que vivia o país:

Com esta obra o professor José Lindoso oferece importante contribuição ao debate em torno da reorganização institucional do país, a cargo da Assembleia Nacional Constituinte.

O autor, que é professor titular do curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas, alia à erudição acadêmica a vivência parlamentar, haurida em doze anos de atuação no Congresso Nacional, como deputado e senador, experiência enriquecida no exercício do cargo de governador do Estado do Amazonas.

Tão rica experiência faz do autor um homem realista, objetivo, avesso a formulações abstratas, dissociadas da realidade nacional.

A obra ora entregue ao público – Estado, Constituinte e Constituição – é um autêntico manual de Direito Constitucional, uma vez que não se limita ao tema específico da Constituinte, mas passa em revista, com abundância de argumentos, conceitos e antecedentes que conduzem a uma melhor compreensão da matéria, o que nos induz a afirmar que a obra sobreviverá ao episódio da Constituinte.

Lindoso, mesmo sem mandato, dava a sua iluminada contribuição aos debates. Ele defendia no livro, por exemplo, uma Constituinte exclusiva, ou seja, aquela formada apenas para conceber a Constituição, sendo após dissolvida, o que, no seu entendimento, garantiria maior autonomia aos eleitos, que não estariam vinculados, a posteriori, às classes dominantes. Não foi o que vingou, como sabemos. Lindoso, ainda, preocupava-se com a fragilização dos partidos políticos, dizia que deveria haver fidelidade partidária e barreiras à proliferação de partidos políticos. Ele sustentava a tese de que o conteúdo da nova Carta deveria ser abrangente e não enxuta, como preconizavam alguns. O grande número de temas que acabaram por constar no texto final revelam que ele estava certo. Múltiplas eram as demandas da sociedade, haja vista que saíamos de um período de exceção e todos queriam deixar as suas digitais naquela que ficou conhecida como a Constituição Cidadã. Dentre tantos outros assuntos, infelizmente até hoje discutidos, mestre Lindoso alertava também para que se criassem mecanismos contra as fraudes eleitorais. E ele finalizava, explicando as motivações dos estudos contidos na obra, como uma colaboração, e aqui ponho em relevo, inestimável para a formatação do futuro texto constitucional:

Levemos aos trabalhadores das diversas categorias, estudantes, profissionais liberais, comerciantes, industriais e ruralistas, funcionários públicos e lideranças políticas um punhado de conhecimento, de informações que, desmistificando os temas políticos, lhes possibilitem, motivados convenientemente, participar da eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, não só com o voto, mas com ideias e opções válidas, firmadas nos debates, nos círculos de estudo. [...]. É uma contribuição para o diálogo popular sobre Estado, a Constituinte, a Constituição. Contribuição animada do propósito de ajudar o país a tomar posições na construção dessa etapa da História, a ser inaugurada com a Constituição Brasileira de 1987.⁶

A ida para a UNB foi muito importante para Lindoso superar um pouco a decepção, natural, por não ter sido eleito, pois em Brasília ele fizera boas e queridas amizades, em especial no mundo acadêmico. Os alunos, de todos os tempos, sempre gostaram muito dele. A sua

6 Lindoso achava que a Constituição seria promulgada em 1987, mas ela só o foi em 05 de outubro de 1988.

146 característica mais lembrada é a didática. Suas apostilas configuravam um roteiro seguro e abrangente das matérias que ensinava. Após cada ponto havia uma bateria de questionários, algo que não era muito utilizado na época. O advogado e escritor Gaitano Antonaccio, que foi aluno de Lindoso na “Velha Jaqueira”, deu o seguinte depoimento ao autor:

Professor Lindoso era um cavalheiro, um homem polido, que nunca se exaltava ou desrespeitava o aluno. Era um ser humano íntegro, não fazia mal a ninguém. Como professor não tinha falhas, não faltava às aulas, aplicava todo o conteúdo, explicava o assunto minuciosamente e cumpria todos os seus deveres como verdadeiro educador.

A volta às salas de aula deu-lhe novo ânimo. Tanto, que o fez produzir a obra sobre a Constituição, pensando, também, em habilitar-se mais ainda, junto ao eleitorado, para disputar uma vaga de deputado federal na Assembleia Nacional Constituinte. Infelizmente não foi eleito. Uma pena, pois estava no auge de sua maturidade intelectual e muito poderia contribuir naquela quadra histórica tanto para o seu querido Amazonas quanto para o Brasil.

Um dia, no entanto, ao chegar à UNB, foi chamado pelo reitor, que era seu amigo, o qual lhe falou constrangido: *“Professor, lamento dizer-lhe, mas o senhor terá que se aposentar pela compulsória”*. Lindoso completara 70 anos de idade. Aquilo era esperado, sabido, mas talvez não lembrado naquele instante pelo notável mestre, que tanto amava o magistério. Entristecido, fez um último e comovente pedido ao reitor: *“Posso terminar o semestre? Penso muito nos meus alunos”*. O reitor lhe respondeu: *“Pode, sim, para nós será ótimo; só não poderemos lhe remunerar”*. Lindoso disse que não havia problemas e seguiu em frente.

Terminado o semestre, despediu-se, recebeu homenagem dos estudantes e da própria UNB. Foi convidado, logo depois, para dar aula de pós-graduação no Centro Universitário de Brasília (CEUB). No intervalo de dois anos, no entanto, adoeceu e faleceu aos 72 anos, exatamente no dia 25 de janeiro de 1993. Seu corpo repousa em Brasília. Ele vive, no entanto, na memória dos amazonenses e ocupa, por tudo o que foi, por tudo o que fez e por todo o formidável legado que deixou, um lugar de honra no panteão dos imortais da Academia Amazonense

de Letras (AAL) e também na galeria de ouro dos grandes políticos e educadores de nosso estado e de nosso país. 147

REFERÊNCIAS

DUTRA, Aderson Andrade. **Teoria geral do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 7ª edição, 1995.

DINZ, Almir. **Acadêmicos Imortais do Amazonas**: dicionário biográfico. Manaus: Uirapuru, 2002.

<https://www.camara.leg.br/deputados/131274/biografia>.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-bernardino-lindoso>.

<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1890>.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Bernardino_Lindoso.

LINDOSO, José Bernardino. **Elementos conceituais de economia política**. Manaus: Editora e tipografia Fênix, 1954.

LINDOSO, José Bernardino. **Estado, constituinte e constituição**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1986.

LINDOSO, Pedro Lucas. **José Lindoso**. Edição histórica da Academia de Ciências e Letras Jurídicas do Amazonas (ACLJA), 2020.

Revista da Faculdade de Direito do Amazonas, 2ª fase, número 3, ano 3, 1955.

— Nota biográfica

José Bernardino Lindoso nasceu em Manicoré (AM) no dia 21 de agosto de 1920. Filho de Zacarias Afonso Lindoso e de Zenóbia Pereira Lindoso. Zacarias e seu irmão Carlos migraram do Maranhão para o Amazonas. Suas famílias se instalaram em seringal na cidade de Manicoré, no rio Madeira. Zacarias e Zenóbia (conhecida como dona Zezé) já vieram para o Amazonas casados, da cidade de Caxias no Maranhão. A origem dos irmãos Lindoso é o norte de Portugal, fronteira com a Espanha, localidade de Ponte da Barca, Distrito de Viana do *Castelo*, em *Portugal*.

José Lindoso veio para a capital amazonense em 1932, aos doze anos de idade. Fez os primeiros estudos no Grupo Escolar Marechal Hermes, depois no Ginásio Amazonense Pedro II, onde fundou o Grêmio Estudantil Humberto de Campos. Ainda jovem ministrava aulas de Português e com apenas 22 anos de idade assumiu a diretoria da Secretaria da Associação Comercial do Amazonas – ACA em 1942.

Ingressou na Faculdade de Direito do Amazonas, de cuja revista oficial foi secretário, bacharelando-se em 1946. Foi nomeado consultor jurídico da ACA – Associação Comercial do Amazonas. Em seguida, em 1946, assumiu os cargos de diretor técnico da Associação Comercial em acumulação à diretoria técnica do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e do Serviço Social do Comércio – SESC.

Passou ao magistério superior em 1950, como professor de economia política da Faculdade de Direito do Amazonas. Em 1951, deixou a Associação Comercial do Amazonas, integrando o conselho técnico e administrativo daquela faculdade a partir do ano seguinte e o Conselho Técnico de Educação do Estado a partir de 1953.

Por volta de 1952, José Lindoso foi a Parintins para fundar a escola comercial do SENAC, a primeira instituição de Ensino Médio em Parintins. Em 1954, assumiu as funções de professor de economia social da Escola de Serviço Social de Manaus e de Delegado Regional

do SENAC e SESC. Nesse ano, obteve o título de doutor em Direito pela 149 Faculdade de Direito do Amazonas com a tese sobre a relação entre Economia e o Direito. Nomeado livre-docente de economia política da Faculdade de Direito do Amazonas, passou a lecionar direito internacional privado. Depois assumiu a cátedra de direito civil, lecionando por muitos anos.

Nomeado em 1956 presidente da Comissão Regional de Serviço de Inspeção do Ensino Comercial do Amazonas e territórios do Acre e Rio Branco (hoje estados do Acre e Roraima).

Ocupou o cargo de juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Iniciou sua vida política em 1962, como primeiro suplente de deputado federal pela União Democrática (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD). Presidente do PSD em Manaus de 1963 a 1964. Foi Secretário de Educação do Amazonas em 1965. Elegeu-se deputado federal pelo Amazonas no pleito de novembro de 1966, quando foi vice-líder do governo na Câmara Federal e membro efetivo das comissões de Constituição e Justiça, Serviço Público e Comissão Econômica da Câmara dos Deputados.

Em 1970, elegeu-se senador pelo Amazonas obtendo votação recorde do povo amazonense. No Senado tornou-se vice-líder de seu partido e da maioria. Foi sempre um conciliador e membro efetivo das comissões de Constituição e Justiça, de Redação e de Segurança Nacional e suplente das comissões de Relações Exteriores, do Distrito Federal e de Economia no Senado. Representou o Senado na Reunião Interparlamentar em Tóquio, no ano de 1976. Em 1977, foi eleito vice-presidente do Senado Federal, em par com Petrônio Portella, defendendo a abertura política iniciada no governo do general Ernesto Geisel.

Em 1977, recebeu a comenda de Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional, a mais relevante dentre inúmeras medalhas e comendas recebidas.

Foi eleito governador do Amazonas no dia 1º de setembro de 1978, assumindo em fevereiro seguinte e permanecendo no cargo até 1982, quando renunciou para concorrer a eleição para o Senado da República.

Membro da Academia Amazonense de Letras, escreveu em jornal, tendo sido redator de “O Jornal”, em Manaus, e diretor da Folha Acadêmica.

No pleito de novembro de 1982 foi derrotado pelo candidato do PMDB ao Senado, Fábio Lucena.

Faleceu em Brasília no dia 25 de janeiro de 1993. Era casado com Amine Daou Lindoso, com quem teve sete filhos: Felipe José, Mariadelaide, Luís Maurício, Pedro Lucas, Liliana Maria, Flávia Maria e Clara Maria.

Trabalhos publicados: *Preliminares sobre o estudo da economia política*. Manaus: 1952; *Dos elementos conceituais da economia política*. Manaus: Fênix, 1954; *Estado: aspecto da socialização no direito constitucional brasileiro*. Imprensa Oficial, 1947; *Sá Peixoto: o jurista amazonense da codificação civil*. Manaus: Sergio Cardoso, 1961; *O sesquicentenário de adesão do Amazonas à independência do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1977; *Estado, constituinte e constituição*. São Paulo: Saraiva 1986.

Artigos de periódicos: A cooperação econômica internacional e o bem-estar social. *Boletim da Associação Comercial*, n. 136, nov. 1952; Da indústria extrativa na economia amazonense. *Boletim da Associação Comercial*, n. 79, jul. 1947.

Registros de diversos discursos e pronunciamentos nos anais da Câmara Federal e Senado. Inúmeros projetos de lei que modificaram leis importantes, como a CLT, dentre outras leis federais.





PLÍNIO RAMOS COELHO

— Partiu o Estadista

CLÁUDIO CHAVES⁸

Em agosto de 2001, a sociedade amazonense foi tomada com a pesada notícia da passagem para a eternidade de Plínio Ramos Coelho.

Perdia o Amazonas, naquele momento, um dos filhos mais ilustres e uma das figuras emblemáticas do Estado!

O Dr. Plínio Ramos Coelho, que era advogado e político, nasceu em Humaitá (AM) e, na mocidade, veio para Manaus estudar, inicialmente concluindo o curso de professor normalista na antiga Escola Normal, em seguida, Direito na Faculdade de Direito do Amazonas, e aqui constituiu família.

Além de advogado militante, o Dr. Plínio foi uma das maiores expressões da política do Amazonas. Destacou-se como Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito de Manaus (nomeado, período de janeiro a agosto de 1960) e Governador do Amazonas por duas vezes (março de 1955 a março de 1959 e março de 1963 a junho de 1964).

Foi também um notável intelectual da literatura e membro titular da Academia Amazonense de Letras, ocupante da poltrona 21 (ex-9) patronímica de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, a qual teve como seu sucessor o poeta Luiz Bacellar. Dr. Plínio Ramos Coelho, representou um símbolo para a minha geração.

Desta forma, a passagem do Dr. Plínio para a eternidade deixou uma lacuna muito grande para ser preenchida, tanto da moral na política, quanto no meio intelectual, especificamente, na literatura, no que concerne ao campo da poesia, sendo o título *Vozes da Amazônia* a sua obra mais consagrada.

7 Em alusão ao centenário do Dr. Plínio Ramos Coelho, cujo texto original foi publicado na revista da AAL, no ano de 2002.

8 Cláudio do Carmo Chaves, titular da Cadeira 14, de Barão de Sant'Ana Nery.

Lamentavelmente, não tive o privilégio de poder chamá-lo, em vida, de par da Academia Amazonense de Letras. Mas, tanto na minha posse na cadeira 14 da AAL, que tem como patrono o Barão de Sant'Anna Nery – a qual tenho a honra de ter passado a ocupá-la, desde 14 de setembro de 2001 –, quanto na minha vida acadêmica na Casa de Adriano Jorge, tenho sempre o exemplo do Dr. Plínio como espelho e paradigma da amizade, da lealdade, de honestidade, da honra e da dignidade.

Lembro-me quando menino vibrava com a sua fala nos comícios do PTB, à época, no Boulevard, nos quais Plínio promovia nos presentes uma emoção como se eles estivessem ouvindo a pregação de um evangelho, ao mesmo tempo em que enriquecia a todos com as citações em latim de sua erudita oratória.

Também na antiga sede do Nacional Futebol Clube na rua Saldaña Marinho, entidade na qual ele era seu presidente, nas tertúlias do tradicional jogo de dominó, ele e meu saudoso pai professor Cleômenes do Carmo Chaves faziam dupla invencível nessa consagrada diversão.

O bom humor e a espirituosidade eram suas marcas que, frequentemente, fazia uso. Delas, lembro-me de algumas, que ilustram muito bem o seu bom humor:

- Quando prestes a assumir o governo do estado, pela segunda vez, no ano 1962, Plínio em traje esporte jogando seu dominó, eis que chega um senhor desconhecido dos presentes trajando passeio completo e com o bottom do Nacional na lapela, sem que alguém ali o conhecesse como nacionalino, esse recebe de pronto de Plínio, a seguinte saudação: “não precisavas vir me bajular, pois já está certa a tua nomeação como secretário”;
- Em outras ocasiões quando formandos vinham lhe pedir a autorização para ser o patrono ou o paraninfo da turma, após ouvi-los, Plínio sempre dizia sim, acrescentando, ironicamente, “quanto custa a homenagem”?;
- Numa das eleições do Nacional em que ele foi reeleito por aclamação, sendo governador eleito pela segunda vez, a sede do clube ficou pequena e os intrometidos tiveram que ouvir de Plínio também a seguinte saudação irônica: “o bom tempo trás bastante aves de arribação”!;

- Com a sua presença na presidência do Nacional e estando também governador do Estado, essa agremiação desportiva passou a receber torcedores, sócios e colaboradores de todos os lados, enfim todos queriam estar próximos e fazer graças ao chefe, o que na realidade eram apenas áulicos, interesseiros e oportunistas, o que ficou bem evidente em determinado momento em que um jovem cuja família era rionegrina colocou-se para ser o diretor social do nacional, e aí quando o assunto foi levado ao presidente (no caso Plínio Coelho) este de pronto dissera ao interlocutor: “agora até os rionegrinos querem virar nacionalinos, tudo bem, mas vamos ficar de olho porque boa coisa ele não vem fazer aqui”!. E assim se foi, contando a lenda que esse rapaz após o saldo financeiro de elevada monta, resultante das festas de carnaval daquele ano e que resultava em uma quantia vultosa, essa foi subtraída por esse sujeito para o seu deleite de férias no nordeste brasileiro. E quando o assunto voltou ao conhecimento do presidente Plínio, esse com mais uma de suas máximas, disse: “meninozinho esperto e ladrãozinho, conseguiu ao mesmo tempo enganar, o clube, sua diretoria e o governador. Imaginem quando ele crescer, como não será tão danadinho”!.
- Quando governador cassado pelo regime militar, no ano de 1964, encontra o coronel da PM de sua confiança chorando atrás de uma cortina feito uma criança, e recebe de Plínio uma gargalhada acompanhada da frase: “como estarão os soldados se o coronel está desse jeito!”;
- Fora da vida política ao falar das criaturas que se beneficiaram com ele e dele se afastaram, Plínio repetia: “os porcos que eu crio no sítio do Puraquequara são melhores e mais dignos que eles!”.

Político com visão de estadista, advogado, escritor e poeta, representa o Dr. Plínio Coelho um dos ícones da cultura e da política do povo amazonense.

No seu primeiro governo, no período de 1955 a 1959, o Estado do Amazonas viveu o momento político mais significativo de sua história, como se descreve a seguir:

- Saneamento das finanças, com o pagamento de salários atrasados e a instalação do imposto sobre o consumo, hoje o ICMS;
- Criação do Banco do Estado do Amazonas;
- Instalação de entidades de serviços e fontes de renda, como “alimentamazon”, “transportamazon”, “papelamazon” e olaria do estado, dentre outros;
- Reativação do sistema de transporte de bondes elétricos;
- Criação da faculdade estadual de ciências econômicas;
- Construção de bairros urbanizados como por exemplo o denominado de São Jorge, inaugurado com dois conjuntos habitacionais – o dos comerciários e o dos bancários;
- Construção do conjunto habitacional Juscelino Kubitschek no bairro da Cachoeirinha;
- Planejamento do crescimento de Manaus na direção nordeste, tendo o Puraquequara como piloto.

Mas, como nem tudo são flores na vida de qualquer mortal, Plínio experimentou dissabores e sofreu humilhações pelo seu sucessor, a partir de 1959, tendo recebido desse, a exoneração do cargo de prefeito de Manaus para o qual havia sido nomeado oito meses antes e mandado de prisão arbitrária (via o chefe de polícia Klinger Costa), ambos no ano de 1960, e reprovado nas urnas para a eleição de prefeito de Manaus na disputa travada com Josué Cláudio de Souza no ano de 1961.

No transcurso do ano de 1962, por convocação do Presidente João Goulart para uma reunião em Brasília, foram aplainadas as arestas e Plínio Coelho é reeleito governador pela segunda vez tendo governado o Estado do Amazonas, de maio de 1963 a junho de 1964, quando foi cassado pelo regime militar, exclusivamente, por pressões políticas locais de partidos adversários, vez que o presidente Castelo Branco gostava da pessoa dele e do seu trabalho como político, tendo inicialmente hesitado nessa tomada de decisão fazendo-a quando tornou-se inexorável pelas articulações políticas locais da época.

Eis aqui uma síntese do correr de vida de um exemplar e probo 157
personagem da nossa história: Plínio Ramos Coelho.

Descanse em paz, Ganso do Capitólio, tua memória será eternamente reverenciada!

P.S.: Fatos narrados com fidedignidade ao autor por pessoas e amigos próximos seus, enriqueceram este artigo. Dentre eles os saudosos: Cleômenes Chaves (meu pai), Milton Cordeiro, Phelippe Daou, Leopoldo Peres Sobrinho, Klinger Costa, aos quais faço o reconhecimento *in memoriam*, ao amigo-irmão José Bernardo Cabral e ao desportista nacionalino Jandecir Sarnento, todos protagonistas oculares de muitos dos momentos descritos neste texto, aos quais o autor registra seus agradecimentos.

— A visão de governo de Plínio Coelho

ROBÉRIO BRAGA⁹

INTRODUÇÃO

Ao ocupar espaço político importante no Amazonas nos anos finais de 1940 a 1964, notadamente como governador do Estado (1955-1958 e 1963-1964) após experiência parlamentar estadual e federal, tornando-se o principal responsável pela ruptura institucional e política com a plêiade histórica liderada por Álvaro Botelho Maia, Plínio Ramos Coelho¹⁰ viria a se notabilizar, especialmente em razão do primeiro governo (1955-1958), por visão muito particular sobre os problemas regionais que carece, ainda, de detido exame sobre vários pontos de vista.

A oportunidade do centenário de seu nascimento (2020) ensejou que a Academia Amazonense de Letras, a que ele pertenceu na cadeira do poeta Tenreiro Aranha, provocasse os atuais titulares do Silogeu a que se debruçassem sobre a vida e a obra desse político, professor, advogado, jornalista, poeta, polemista e orador, e procurassem refletir sobre as várias nuances de sua vida pública, magisterial e de intelectual.

Deslocar o apoio do eleitor amazonense das raias pessedistas e parte dos udenistas então sob a liderança tradicional de Álvaro Maia e outros próceres de expressão nacional, para o eixo trabalhista, foi marco considerável na carreira do jovem deputado federal, porém, o que mais se destacou em sua passagem neste campo foi a nova visão

9 Robério dos Santos Pereira Braga, titular da Cadeira 22, de Raimundo Farias Brito.

10 Nasceu em Humaitá, estado do Amazonas, a 21 de fevereiro de 1920. Filho de Francisco Plínio Coelho e de Ana Ramos Coelho. Contraiu dois matrimônios: o primeiro com Nazaré de Albuquerque Coelho, com quem teve sete filhos; o segundo com Aliete Borges Coelho, com quem teve três filhos. Faleceu em Manaus, em 5 de agosto de 2001.

de governo que procurou implantar, precisamente a que se pretende 159 demonstrar nesse estudo, talvez uma alameda que ele impôs ao Estado em tempos de apatia do Poder Público para com a realidade econômica local e regional, a qual pode ser considerada como visão de estadista, aqui abordada sem ufanismo, partidarismo ou paixão.

Desenvolvido com base em documentos oficiais e, aqui e ali, recortado por considerações de contemporâneos, sejam eles partidários ou não do trabalhismo que em pouco tempo se constituiu em “plinismo”, esse trabalho pretende ser contributo a reflexões mais aprofundadas sobre essa figura carismática da política que, traído pelo próprio impulso, viu-se arrastado pelo movimento civil-militar de 1964 como se fosse partidário de ideologia comunista e teve sua carreira interrompida sem que conseguisse restabelecê-la após a anistia, como sucedeu com outras personalidades de seu tempo, algumas sem tanto valor e expressão.

As considerações sobre outras facetas de sua vida, ainda que importantes, são utilizadas apenas para contextualizar e sugerir que podem ser objeto de estudos específicos. O ponto central desse trabalho, entretanto, se cinge ao pensamento de Plínio Coelho em relação à gestão pública e ao papel do Estado diante da necessidade de romper a letargia econômica e de promover o desenvolvimento social, conforme o cenário da época.

AS ORIGENS E A FORMAÇÃO

A terra de nascimento de Plínio Coelho – Humaitá – é a mesma de muito outros intelectuais e homens públicos de boa cepa do Amazonas, alguns dos quais alcançaram projeção nas searas da política, da literatura e do jornalismo, destacando-se Álvaro Maia com quem rivalizou e se aliou, Almino Monteiro Álvares Affonso, em certo tempo seu aliado, Raimundo Monteiro, Paulo Coelho, Antônio Maia e Ubiratan de Lemos, dentre outros.

Foram seus pais Francisco Plínio Coelho, serventuário de justiça e depois vereador e presidente da Câmara Municipal de Manaus, e Ana Ramos Coelho. Conforme a tradição e condições da época, fez os primeiros estudos em Humaitá e deslocado para a capital amazonense foi salesiano do Colégio Dom Bosco, escola das mais rígidas de então,

160 transferindo-se para o Ginásio Amazonense que era o centro de intensa agitação da política estudantil e de larga tradição na preparação de líderes. Coursou a formação de professores da Escola Normal, quase sempre dedicada a jovens do sexo feminino, e a que visava preparar para emprego na iniciativa privada e era prestada pela Escola de Comércio Sólon de Lucena.

Concluído o curso de magistério, pela própria índole ou por falta de opção, ele ingressou na Faculdade de Direito do Amazonas, bacharelando-se em 1947 na companhia de Aderson Dutra, Arthur Virgílio Filho, Augias Gadelha, Fueth Mourão, João Martins da Silva, Oldeney Farias de Carvalho e Waldemar Salles, dentre outros, parainfados pelo professor Manuel Barbuda.¹¹

No terceiro ano da faculdade despontava com liderança para disputar as eleições para a presidência do Diretório Acadêmico,¹² apontado por Áureo Mello, oportunidade em que em entrevista à imprensa, salientou: “Creio na limpidez do Direito. Encaro a função diretorial como uma representação da mocidade, e, conseqüentemente, de energia, equilíbrio, entusiasmo vibrante”,¹³ e, mais adiante, demonstrou a têmpera do líder combativo em que viria a se constituir ao assinalar que “o Diretório Acadêmico não foi feito para abrigar homens de ânimo trêmulo, nem obedecer orientações estranhas, muito menos para receber elementos indecisos que hoje assumem uma atitude para amanhã vir negá-la aos demais”.¹⁴ Na ocasião, outros nomes despontavam na disputa, alguns se solidarizavam com Plínio, diversos alunos referiam as lideranças de Mário Verçosa e Agnello Bittencourt Filho, este que era o presidente do Diretório. Ao final, Plínio saiu vencedor.

Suas primeiras atividades funcionais constam ter sido as de escrivão da Vara Privativa do Crime, na comarca de Manaus (1944-

11 MENEZES, Aderson Andrade de. **História da Faculdade de Direito do Amazonas**: 17 janeiro de 1909 a 17 de janeiro de 1959. 2. ed. (fac-similado). Manaus: Edua, 1999. p. 182.

12 Na ocasião era vice-presidente da diretoria sob a presidência de Agnello Bittencourt Filho.

13 JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 4 mar. 1944, p. 4.

14 Ibid.

1950)¹⁵ e de inspetor de Ensino¹⁶ para acompanhar a qualidade da escola pública no Amazonas, mas o magistério na Faculdade de Direito do Amazonas e na Faculdade de Ciências Econômicas, a advocacia e, principalmente, a política é que seriam a constante de sua trajetória.¹⁷ 161

Ao se preparar para a vida pública, integrou a Frente Democrática Getúlio Vargas ao lado de Vivaldo Lima, Áureo Melo, Kideniro Teixeira, José Paixão, João Pinheiro e José Araújo, os quais empalmavam a candidatura de Vargas à presidência da República para o que mobilizavam a opinião popular e realizavam comícios,¹⁸ normalmente levados a efeito na Praça São Sebastião e nos quais Plínio se firmou como orador destacado ao lado de Áureo Melo. Assim foi em larga sequência de eventos,¹⁹ ora em defesa de Vargas, ora em festejos da revolução de 1930,²⁰ mas sempre a promover o movimento queremista ao qual também se filiaram Francisco Pereira da Silva (Pereirinha) e Octavio Câmara,²¹ movimento este que foi organizado em muitas cidades brasileiras e que redundou em Manifesto à Nação em favor da candidatura de Vargas desde pouco antes de sua deposição em 1945 e mais adiante em 1950 na campanha que redundou em sua eleição presidencial.

Essa preparação para a vida pública e partidária, em particular, deu-se em várias frentes a partir das experiências em política estudantil e centros de cultura e arte, comuns naqueles meados de 1940. Nesse sentido, cabe destaque ao Centro de Estudos da Mocidade que, tal

15 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/3075/biografia>. Acesso em: 6 jun. 2020.

16 Plínio Ramos Coelho. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/Plinio-ramos-coelho>. Acesso em: 23 mai. 2020.

17 Integrou a Associação Amazonense de Professores, a Associação Amazonense de Imprensa, a Academia Amazonense de Letras e a Academia Amazonense de Letras Jurídicas. No Academia Amazonense protagoniza caso único, pois eleito em abril de 1963 veio a ser empossado somente em março de 1984, quando o Regimento impunha posse em seis meses depois de eleito, prorrogável uma única vez. Atuou na imprensa como jornalista, foi proprietário-redator de “O Trabalhista” e de “A Gazeta”, nos quais conseguia sustentação política, além de ter contribuído com artigos para “O Jornal”. No magistério superior lecionou na Faculdade de Ciências Econômicas, por ele criada ao tempo de governador, e na Faculdade de Direito do Amazonas.

18 JORNAL DO COMMERIO, Manaus, 25 ago. 1945, p. 4.

19 JORNAL DO COMMERIO, Manaus, 29 ago. 1945, p. 4.

20 JORNAL DO COMMERIO, Manaus, 25 out. 1945, p. 4.

21 JORNAL DO COMMERIO, Manaus, 28 ago. 1945, p. 4.

162 como o Centro Estudantil Cearense,²² reunia jovens e debatia questões de realce para a sociedade, exaltava figuras paradigmáticas da história, defendia a construção de monumentos e hermas que os homenageasse. Na época, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, o Colégio Dom Bosco, a Escola Normal São Francisco de Assis, o Instituto de Educação, o Colégio Estadual, a União dos Estudantes do Amazonas, o Grêmio Estudantal “Heliodoro Balbi”,²³ o Centro de Estudos de Geografia e Literatura Pátrias²⁴ e o Centro Recreativo Estudantino,²⁵ por exemplo, animavam o interesse dos estudantes. O Centro da Mocidade, de caráter acadêmico e cultural, entretanto, parecia congrega maior interesse de boa parcela da categoria estudantil,²⁶ e foi neste clube intelectual que Plínio idealizou a “Campanha do cumprimento do dever” e Jurandir Batista de Salles apresentou estudo sobre o nordestino na Amazônia.

O boletim *Inubia* (1944), de responsabilidade do Centro, com seções críticas e científicas, motivou que a imprensa manauense o considerasse como “aparição de realce [...] como escopo para as melhores manifestações do pensamento [...] hino de guerra em favor da cultura moça”.²⁷ No corpo da revista, devidamente autorizada pelo D.I.P., eram anunciados artigos de Plínio Coelho, Pedro Lemos, Agnello Bittencourt, Caio Goés, Mário Ypiranga, Jurandir Salles, Kideniro Teixeira, Geraldo Pinheiro e Áureo Melo, dentre outros.²⁸

Em outra frente, próxima de seu primeiro mandato parlamentar, em 1946 integrou a Associação Amazonense de Imprensa sob a liderança de Aristophano Antony, compondo a diretoria da qual também faziam parte Herculano Castro e Costa, Geraldo Costa, Jovino Lemos, Áureo Melo, Manuel Barbuda, Geraldo Pinheiro, Djard Mendonça e Carlos Mesquita.

22 Unidade da qual um dos líderes foi Adail Barreto Cavalcanti, depois deputado constituinte estadual e deputado federal pelo Ceará, ao lado de Walter Sá Cavalcanti, um dos seus mais atuantes membros. O Centro manteve a *Folha Estudantil* como órgão de comunicação e propagação das ideias do grupo.

23 Neste grupo pontificavam, especialmente, J. e Souza, Evandro Carreira, Antônio Angarita.

24 Formado por alunos dos colégios religiosos católicos, Dom Bisco e N. S. Auxiliadora.

25 Com destaque para Sebastião de Souza e Garcitilzo do Lago e Silva.

26 JORNAL DO COMMERCCIO, Manaus, 28 mar. 1944, p. 6.

27 JORNAL DO COMMERCCIO, Manaus, 2 jul. 1944, p. 6.

28 JORNAL DO COMMERCCIO, Manaus, 19 nov. 1944, p. 6.

Tais passagens podem sinalizar o direcionamento que deu a sua vida pessoal, ao procurar ampliar espaços e se valer de oportunidades para firmar-se na sociedade e, conforme sucedeu em seguida, ingressar e conquistar mandato político. 163

NOTÍCIA DA CARREIRA POLÍTICA

Mesmo sem ser o foco principal do presente estudo, cabe referir a trajetória política traçada por Plínio Coelho no período de 1945-1947 a 1964, assim delimitada pois, embora tenha retornado à atividade partidária e disputado cargos eletivos, inclusive de governador do Estado²⁹ e senador da República após a abertura democrática e a lei de anistia pós-1964,³⁰ nessa nova fase ele não conseguiu obter êxito em eleições.

Esse período, no entendimento de João Rozendo Tavares Neto,³¹ ficou acentuado pela liderança de Plínio, “marcada por inúmeras vitórias políticas, desacordos internos dentro do PTB, confrontos duríssimos com seus opositores, e relações ora amistosas, ora conflituosas com várias representações sindicais”. Ainda que possa haver concórdia com essa configuração em relação ao panorama local, e vários fatos levam a essa conclusão, também é verdadeiro que foi período de igual cenário em outras regiões brasileiras e de transformações políticas e sociais significativas no País, em alguns dos quais Plínio teve participação.

De acordo com a proposta nacional, e na forma do que sucedera com o Partido Social Democrático (PSD)³², de inspiração de Getúlio Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Amazonas teve seu

29 Nas eleições de 1982, depois de anunciada sua candidatura ao senado República, em chapa com Gilberto Mestrinho, terminou disputando o governo do Estado. Foi votado por 1,12% dos eleitores, perdendo para Gilberto Mestrinho que alcançou 53,66% dos votos de 374.927 votos nominais (93,47%).

30 BRASIL. **Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: [31 TAVARES NETO, João Rozendo. **A breve trajetória política de Plínio Ramos Coelho e o golpe militar de 1964 no Amazonas.** p.1. Disponível em: \[file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/2213-Texto%20do%20artigo-5041-1-10-20181115%20\\(1\\).pdf\]\(file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/2213-Texto%20do%20artigo-5041-1-10-20181115%20\(1\).pdf\). Acesso em: 25 mai. 2020.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm#:~:text=LEI%20No%206.683%2C%20DE%2028%20DE%20AGOSTO%20DE%201979.&text=Concede%20anistia%20e%20d%C3%A1%20outras,Art. Acesso em: 25 mai. 2020.</p></div><div data-bbox=)

32 Criado em 17 de julho de 1945 e extinto em 27 de outubro de 1965.

164 diretório criado em 14 de julho de 1945,³³ liderado, inicialmente, por Manoel Dias Anunciação como presidente,³⁴ conforme a imprensa manauense.³⁵ Este não seria, entretanto, o diretório que haveria de permanecer na fase inicial do partido, pois, por desavenças ou necessidade de ajustes políticos, logo depois foi modificado.³⁶ A nova diretoria passou a ser liderada pelo jornalista Aristophano Anthony como presidente³⁷ e Plínio como segundo secretário, em fórmula utilizada para acomodar as lideranças de todos os setores que desejavam estar representados na nova sigla, inclusive Vivaldo Palma Lima.³⁸ A carreira partidária de Plínio Coelho foi iniciada, portanto, em 1945, na secretaria do diretório regional do PTB, ao se preparar, mais acentuadamente, para a disputa eleitoral, após os ajustes comuns nessas agremiações.

Esse marco inaugural da carreira deu-se ao tempo do novo ânimo injetado na sociedade nacional com as eleições para a Assembleia Constituinte Nacional e, a seguir, com a promulgação da Constituição da República de 1946,³⁹ o que despertou e fortaleceu o interesse de jovens líderes para o exercício da atividade política, dentre eles Plínio Coelho e expressivo grupo de companheiros de geração.⁴⁰

33 Deve ser registrado que este Partido Trabalhista Brasileiro nada tem de relação com o Partido Trabalhista Amazonense, criado em 1933, por Luiz Tirelly, Lourenço da Silva Braga, Antônio Vasconcelos, embora alguns dos seus filiados e diretorianos tenham tido vínculo com o PTA.

34 Compunham o diretório Olindo Salles Neto na secretaria, Bolívar Pereira Melo como tesoureiro, e mais com Amadeu de Castro, Serafim Augusto de Andrade, Almerindo Pantoja, Luís Catete Gonçalves, Vitor Veloso, Manoel Romão, Aurélio Lago, Sebastião de Oliveira Rego, Abílio Emiliano dos Santos, Antônio Vasconcelos e Raimundo Pinheiro Bastos.

35 JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 25 set. 1945, p. 4.

36 Ver, a respeito: SOUZA, Josué Claudio de. **Crônica de Manaus**. Manaus: Instituto Durango Duarte, 2016. p. 52. (Crônica de quarta-feira 16 de outubro de 1946).

37 A nova composição contou com e composta por Francisco Caetano na vice-presidência, Oséas Martins como 1º secretário, Plínio Ramos Coelho como 2º secretário, Octávio Câmara na primeira tesouraria e Almerindo Mendes Pantoja na segunda tesouraria.

38 JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 18 out. 1945, p. 6.

39 Promulgada no Rio de Janeiro em 18 de setembro de 1946, 125 da Independência e 58 da República.

40 Josué de Souza, Thomaz Meirelles, Homero de Miranda Leão, Aderson de Menezes, Áureo Mello, Abdul Sá Peixoto, Arthur Virgílio Filho, Carlos Soares de Mello, Paulo Nery, Alfredo Cabral, dentre outros.

Para não repetir o resultado das eleições para a Constituinte Federal (1945) e como sinal de novo cenário político no Estado, para o pleito estadual de 1947, o PTB do Amazonas divergiu da orientação nacional que era a de associar-se com o PSD e fez coligação local com a União Democrática Nacional (UDN)⁴¹ e com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), com objetivo de conseguir bons resultados para seus candidatos e impor derrota ao PSD e, mais propriamente, a Álvaro Maia, o principal líder da época.⁴² Isso porque, na Constituinte Nacional, o PSD elegera dois senadores e três deputados federais enquanto o PTB elegera apenas o deputado Leopoldo Neves, e a UDN sagrou Severiano Nunes. Para as eleições locais, portanto, a coligação anterior foi lição de alta serventia.

Advogado militante, orador fluente com vocabulário que nos dias correntes seria considerado démodé, mas que era absorvido pelo público daquele tempo,⁴³ Plínio foi eleito deputado estadual constituinte em pleito de 19 de janeiro de 1947,⁴⁴ pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, como o décimo terceiro mais votado dentre os trinta eleitos.

No curso do mandato na Assembleia estadual, ele se destacou pelos debates em plenário, pela contundência na tribuna e ampliou o conceito perante a sociedade, especialmente na capital amazonense, mas ainda de forma restrita a alguns círculos populares. Fato importante para ampliação desse posicionamento destacado foi haver liderado e presidido a chamada ala-jovem do PTB, em certo momento em

41 Criada em 7 de abril de 1945 e extinta em 27 de outubro de 1965.

42 A esse respeito, ver, também: SOUZA, Josué Claudio de. **Crônica de Manaus**. Manaus: Instituto Durango Duarte, 2016, p. 102. (Crônica de domingo, 17 de outubro de 1946).

43 A esse respeito, indagado se o povo entendia o seu vocabulário recheado de citações latinas, ele respondeu “que gostavam porque o pensamento era traduzido logo”. O MUHRA, Manaus, Ano I, n. 3, ago./set. 1997, p.8.

44 Elegeram-se, também: José Francisco Monteiro Neto, Jayme Araújo, Almeron Caminha, Josué de Souza, Thomaz Meirelles, Homero de Miranda Leão, Waldemar Machado, Abdul As Peixoto, José Negreiros Ferreira, Gama e Silva, Ney Rayol, Carlos Melo, Paulo Nery, Raimundo Nicolau da Silva, João Fábio de Araújo, Danilo Corrêa, Aderson de Menezes, Augusto Montenegro, Arthur Virgílio Filho, João Veiga, Áureo Melo, Aristophano Antony, José Carlos Nobre, Jackson Cabral, Vicente Mendonça Jr., José Henriques de Souza Filho.

166 franca dissidência aberta contra o governador Leopoldo Amorim da Silva Neves que haviam ajudado a eleger.

Vencida a fase constituinte,⁴⁵ como os demais deputados, exerceu o mandato parlamentar e firmou-se entre seus pares, especialmente, em oposição ao governo local. No exercício dessa fase do mandato Plínio⁴⁶ bateu-se pelo incremento do orçamento do Estado, pela fixação de imposto sobre bens de herança ou de transmissão “causa mortis”,⁴⁷ a instituição de Semana Inglesa para os professores, a criação de escolas distritais para desafogar a lotação dos grupos escolares, a defesa do petróleo como bem brasileiro, o abono natalino para os funcionários e a liberdade de imprensa, o fazendo, quase sempre, em meio a debates acalorados, ora com Alexandre Montoril e Augusto Montenegro, ora com Paulo Nery, os quais foram acirrados a tal ponto que o levaram a propor e defender, ardorosamente, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito contra Montoril.⁴⁸

Pouco depois, em 1948, em artigo pela imprensa, anunciou o distanciamento da ala-jovem petebista do governo estadual, quebrou a corrente que vinha do quererismo⁴⁹ e levou o governador Leopoldo Neves a afastar-se do grupo. A frase de efeito dita e repetida por ele na imprensa e na tribuna da Assembleia – “de ora em diante o Estado seguirá outros caminhos e nós trilharemos novos rumos políticos”⁵⁰ –, teria selado o rompimento. Com isso, Leopoldo Neves teria procurado fortalecer laços com a UDN e o PSD.

Entretanto, mesmo que Plínio mantivesse os ataques ao governador, o deputado federal Vivaldo Lima (PTB) procurava contornar a crise, mantinha apoio ao governador Leopoldo Neves e considerava

45 Essa fase foi encerrada com a promulgação da Constituição do Estado do Amazonas em 14 de julho de 1947.

46 Plínio Coelho foi presidente da Comissão de Educação e Saúde Pública da Assembleia Legislativa do Estado, em 1947.

47 JORNAL DO COMMERCCIO, Manaus, 25 jul. 1947, p. 1.

48 JORNAL DO COMMERCCIO, Manaus, 12 ago. 1947, p. 6.

49 Quererismo: movimento popular, em quase todo o País, iniciado em 1945, para estimular ou facilitar a permanência ou candidatura de Getúlio Vargas como presidente da República. Foi assim denominado em decorrência da expressão “Queremos Getúlio”. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos37-45/QuedaDeVargas/Quererismo>. Acesso em: 10 jun. 2020.

50 JORNAL DO COMMERCCIO, Manaus, 15 fev. 1948, p. 6.

o discurso de Plínio “um libelo insuflado pelos inimigos do Estado”.⁵¹ 167 Reuniões de solidariedade ao governador prestadas pelas bancadas estaduais da situação e um ou outro petebista, feitas repetidamente nos salões do Palácio Rio Negro em posição contrária à veemência do discurso plinista não levaram, entretanto, a que os governistas fizessem defesa pública do governador como anunciado,⁵² e o prestígio popular de Plínio cresceu. Verdade se diga que nem todos os membros do PTB acompanhavam, abertamente, a conduta do líder da ala-jovem, mas mesmo assim não se afastavam do tema central de seu discurso que era de apoio e reconhecimento às bandeiras difundidas por Getúlio Vargas.

Rompido com o governo estadual de Leopoldo Neves, mesmo após a sua renúncia para concorrer a uma cadeira senatorial, Plínio declarou apoio a Álvaro Maia para o governo com quem logo depois viria a romper essas relações políticas sob a alegação de que Álvaro, que à época era defendido por Arthur Virgílio Filho, teria deixado de seguir as orientações e inspirações varguistas.⁵³

Nesse pleito, Plínio candidatou-se a deputado federal, em 3 de outubro de 1950, compondo legenda entre o PTB e o Partido Social Progressista (PSP)⁵⁴, e logrou êxito para mandato de 1951-1954. Com base em sua performance na constituinte e deputação estadual, no plano federal manteve a atenção para com os problemas regionais e amazonenses em particular, ainda que, aqui e ali, não se tenha descuidado de algumas questões nacionais. O foco de seu mandato federal foi na realidade política, social e econômica do Amazonas.

O resultado dessa eleição demonstrou expressivo crescimento na votação do PTB que saiu de 10,2% dos votos na disputa anterior (1945), para 18,5% em relação à composição da Câmara Federal, mesmo permanecendo em terceira posição, após o PSD e a UDN,⁵⁵ em plena

51 JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 30 mar. 1948, p. 1.

52 JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 31 mar. 1948. p. 4.

53 JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 18 jun. 1947, p. 1.

54 Fundado em junho de 1946, sob a liderança de Ademar de Barros.

55 NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. Scielo. vol. 47, n.1, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100003&lang=pt. Acesso em: 24 mai.2020.

168 fase de nacionalização dos partidos, principalmente, em relação a estes que eram as maiores legendas. Note-se que o PTB ainda não representava a força eleitoral que passou a ter poucos anos depois, mas alcançou 12,4% dos votos estaduais e obteve a quarta colocação, enquanto o PSD chegava a 38,8%, a UDN a 22,4% e o Partido Democrata Cristão (PDC)⁵⁶ a 17,3%. Os partidos de menor resultado nas urnas foram o Partido Social Progressista (PSP) com 5,0%, Partido Republicano Progressista (PRP)⁵⁷ com 3,3% e Partido Republicano Trabalhista (PRT)⁵⁸ com 0,7%, para completar a composição dos votos estaduais.⁵⁹ Neste cenário foram eleitos sete deputados federais pelo Amazonas, com 3 da UDN, 3 do PSD, 1 do PTB: Plínio Ramos Coelho (PTB), o mais votado, Antônio Botelho Maia (PSD), André Vidal de Araújo (PDC), Rui Vidal de Araújo (PSD), Jaime Araújo (UDN), Paulo Pinto Nery (UDN) e Francisco Pereira da Silva. (PSD). Note-se que em nível nacional o PTB formou bancada de 51 deputados federais, dentre os 304 eleitos, constituindo-se na terceira maior força representativa da Câmara Federal.

Tratou-se de eleição levada a efeito com novas regras, sem a participação do Partido Comunista (PCB) cujo registro havia sido cassado em 1947, a mesma que incluiu dois novos partidos recém-organizados, Partido Social Progressista (PSP) e Partido Socialista Brasileiro (PSB), questões que implicaram em aumento da chamada fragmentação de partidos e em diluição de votos em cenário pouco diferente daquele em que se deram as eleições de 1947.

No resultado desse pleito é possível identificar, segundo estudos da história política do País, a forte influência das forças locais antes encasteladas nas interventorias federais sediadas nos estados, as quais foram favorecidas, também, pelo processo de votação que permitia a utilização de cédula eleitoral distribuída pelo partido político e por candidatos, em envelope na forma de sobrecarta que, recebida pelo eleitor na Mesa da secção de votação, era considerada como cédula oficial e pronta para ser depositada na urna.

56 Criado em 9 de julho de 1945 e extinto em 27 de outubro de 1965.

57 Criado em 1945 por Ademar de Barros e João Café Filho. E se transformou em PSP por união com Partido Popular Sindicalista e o Partido Agrário Nacional.

58 Criado em 1948 em substituição ao Partido Republicano Democrático, foi extinto em 1958.

59 NICOLAU, Jairo. op. cit.

Em termos de composição de forças locais, as eleições para o 169 governo, senado da República e as de deputado estadual, demonstraram a expressividade das mesmas agremiações partidárias tal como sinalizado para a Câmara Federal, pouco antes. O governador eleito foi Álvaro Maia (PSD-PDC)⁶⁰, o senador eleito foi Vivaldo Lima Filho (PTB-PSP) e os derrotados para o senado foram Leopoldo Neves (UDN-PRP) e Cunha Melo, do Partido Social Trabalhista⁶¹ (PST)⁶².

Eleito parlamentar federal, nesse mandato Plínio defendeu uma questão que provocou forte reação da igreja católica sob o argumento de representar comunização. É que ele pretendia estabelecer legislação especial do trabalho que “obrigava o dono do seringal a separar gleba para os seringueiros, cuja cultura seria própria deles, e na hora que ele fosse despedido seria indenizado pelas culturas e benfeitorias,”⁶³ a qual não conseguiu ver aprovada.

Ao se aproximarem as eleições de 3 de outubro de 1954 e aberta a sucessão amazonense pela ausência do instituto da reeleição para cargos executivos, após criar condições políticas para tanto, Plínio foi inscrito candidato a governador do Estado pela representação do seu partido, o PTB, e enfrentou as candidaturas da União Democrática Nacional (UDN) aliançada com o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN)⁶⁴ que, com apoio do governador Álvaro Maia, apresentou o nome de Ruy Araújo; e a outra candidatura, do médico José Francisco da

60 Formando a Coligação Aliança Frente Libertadora, Álvaro foi eleito com 29.950 votos ou 65,91%, em resultado bastante desproporcional para os demais candidatos (Severiano Nunes com 15.442 ou 33,99% e José Mendes Cavaleiro com 46 votos ou 0,10%, a sinalizar a forte concentração do eleitorado nas duas maiores lideranças de então). Ver: *Banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral*. Acesso em: 24 mai. 2020.

61 Criado em 1947, como desdobramento do Partido Proletário do Brasil e extinto em 27 de outubro de 1965.

62 Na votação para o senado deu-se o seguinte resultado: Vivaldo Lima com 17.897 ou 40,76%, Leopoldo Neves com 14.690 ou 33,46% e Cunha Melo com 11.316 votos ou 25,78%, a sinalizar a forte representatividade do candidato trabalhista e a representar a derrota de Leopoldo Neves que governara o Estado no período anterior. Ver: *Banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral*. Acesso em: 24 mai. 2020.

63 Plínio Coelho: a coerência de um cidadão que governou o Amazonas por duas vezes. **O Muhra**, Manaus, ano I, n. 3, ago./set. 1997, p. 11.

64 Criado em 1945 por eleitores vinculados ao Ministério do Trabalho, foi extinto em 27 de outubro de 1965.

- 170 Gama e Silva, proposto pelo Partido Social Progressista (PSP). O desfecho foi a eleição de Plínio com boa votação.⁶⁵

Vencedor nas urnas para o governo estadual e devidamente empossado, inicia-se, então, a fase da vida política de Plínio Coelho cuja atuação interessa, objetivamente, ao presente trabalho, pois foi a partir desse momento que ele manifestou ideias e implementou ações que podem ser consideradas transformadoras e revolucionárias, tomados os padrões da época. Pela imprensa chegou a revelar as bases do governo que pretendia empreender com “a urgência em moralizar a máquina pública”,⁶⁶ apoiado em pelo menos “quatro ações fundamentais: paz, moralidade, justiça e progresso”.⁶⁷

A continuidade natural do processo político, eleitoral e partidário, os interesses de grupos por sua sucessão, seu posterior afastamento da equipe palaciana que culminou com a imposição de sua derrota a prefeito de Manaus em 1961, e a reconciliação com o governador Gilberto Mestrinho⁶⁸ a qual redundou em sua eleição para novo mandato de governador, assim como a cassação do seu segundo mandato governador e a suspensão dos direitos políticos, em que pese a relevância para a história política do Estado e para a vida pessoal de Plínio, não se enquadram nos objetivos desse estudo, e, por isso, deixam de ser analisadas.⁶⁹

65 Nessa eleição votaram 68.502 eleitores, dos quais 31.750 sufragaram Plínio Coelho, 24.258 Rui Araújo, 5.208 Gama e Silva, 3.606 em branco e 3.570 anularam o voto. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/dados_estatisticos_vol3\(parte2\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/dados_estatisticos_vol3(parte2).pdf). Acesso em: 5 jun. 2020.

66 DIÁRIO DA TARDE, Manaus, 1 fev. 1955. p. 1.

67 Ibd.

68 Consta que essa reconciliação teria decorrido de interferência pessoal do presidente João Goulart, e redundado no alinhamento de candidaturas ao governo e ao senado da República, em composição de Plínio Coelho, Gilberto Mestrinho e Arthur Virgílio Filho. Nesta eleição (1962) Plínio derrotou a coligação PSD/UDN, ao vencer Paulo Pinto Nery, antigo deputado estadual e deputado federal e que faria carreira política posterior como vereador, prefeito de Manaus, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado até alcançar a governança em 1982, em substituição ao governador José Lindoso que renunciou ao cargo candidatando-se ao Senado da República.

69 Permitida a sua participação nos pleitos eleitos, diretamente, como filiado ao PTB e fiel às suas origens, Plínio disputou o governo do Estado em novembro de 1982, oportunidade em que foi derrotado por Gilberto Mestrinho (PMDB). Plínio Coelho obteve o quarto lugar, com 1,12 % dos votos, contra 53,66 % do primeiro colocado.

O que se pode compreender como primeira diretriz de amplo alcance do que ele anunciou devesse ser o governo sob sua administração encontra-se na abertura da mensagem inaugural apresentada à Assembleia Legislativa, em 1955, a qual, embora impregnada pelas consequências da campanha eleitoral, abre o cenário que se pretende traçar nesse estudo. Disse ele:

O Estado Contemporâneo já não comporta o alheamento intencional ou a apatia inconsciente dos homens e mulheres, mesmo que tenham apenas um mínimo de responsabilidade no organismo gregário.

O autoritarismo do chefe, a auto-suficiência do Governante e as injunções oligárquicas, cedeu lugar ao Estado-dinâmico, que interessa a todos, que necessita do esforço cooperativo e conjugado de todas as classes sociais, por representar a opinião e encerrar os anseios da maioria.

É o Estado-serviço, em que o povo exerce o Governo, governando-se a si mesmo.⁷⁰

Pode-se antever que o discurso político sinalizava caminho de completa transformação se cumpridos os objetivos alinhavados, seja pela mudança de comportamento do líder, pelo ferimento aos interesses oligárquicos, e, muito mais, pelo que era anunciado como Estado-dinâmico, ou Estado Contemporâneo, ponto que se vai apreciar.

O Estado Contemporâneo de que falou, embora não tenha sido aclarado suficientemente pelo governador, tomando-se o que ficou demonstrado na prática da conduta administrativa que adotou, seria como o Estado Social, aquele que se inscreveu na Constituição da República Federal da Alemanha de 1949, caso em que a economia deve ser voltada no sentido do bem-estar social, tendo como traço considerável a empresarialidade, circunstância na qual o Estado tanto participa com o capital privado em empresas mistas, quanto promove a estatização das empresas. Outra característica desse Estado

70 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955.** Manaus: Estado do Amazonas, 1955. p. 3. (Lida em 15 de março de 1955).

172 é a primazia da função social da propriedade, quando esta perde o seu significado de direito adquirido e deve assumir a condição de interesse ao bem-estar social, com a limitação do direito de propriedade.

Destaque-se que a Fase do Estado do Bem-Estar Social (1945-1975/80) foi caracterizada pela intervenção do Estado como elemento de indução da economia e mediador das relações entre o capital e o trabalho, exercendo, assim, o controle das lutas de classe. Tem como pressuposto a expansão dos serviços públicos e em que o liberalismo/capitalismo assimilou os pressupostos da social-democracia.⁷¹

A função do Estado é, então, social, relativa ao bem comum, ao destinar parte do patrimônio estatal para o cumprimento desse papel, ainda que esteja incluída a segurança do território.

Nesse aspecto econômico de prestação de serviço do Estado é que se pode verificar certa identidade da visão de governo de Plínio Ramos Coelho com a teoria do Estado Contemporâneo, aqui demonstrada na abordagem identificada como “caminhos da modernidade”.

Veja-se que ele herdava estrutura administrativa e de poder originária da Primeira República (1889-1930) com pequenas modificações no largo período de exceção ou regime ditatorial de 1930 a 1945, pois, embora os últimos oito anos tivessem sido de governos legitimamente eleitos pelo voto popular, não teria havido mudanças que significassem, expressivamente, cenário transformador de organização, nem de visão de gestão pública.

O que Plínio Coelho esclareceu ao final do período de sua primeira administração foi seu esforço de filiação à teoria de John Keynes⁷², na verdade a teoria alternativa às duas que se contrapunham: a marxista e a liberal. Plínio afirmava que esteve em busca da “economia do pleno emprego, facultando que a todos seja assegurado, trabalho, conforme suas aptidões”⁷³.

71 BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2005, p. 28-29.

72 John Maynard Keynes, foi um dos grandes pensadores do século XX, especialmente à partir de 1936, com a publicação de sua obra “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”.

73 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1958**. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1958, p. 8. (Lida em 15 de março de 1958).

De fato, John Keynes priorizou sua abordagem na análise 173 macroeconômica do pleno emprego e nos fatores que permitem o crescimento do investimento e seus impactos sobre a renda e o emprego. Sua teoria ganhou expressividade durante a década de 1930, anos em que a crise nos mercados financeiros, especialmente o americano, deu lugar ao estabelecimento de governos intervencionistas, em substituição àqueles mais liberais, que atuaram para sustentar a economia e conseguir reduzir o desemprego, utilizando-se de obras públicas e outros instrumentos de proteção da economia nacional.⁷⁴

A principal contribuição de Keynes foi ensinar que o bom funcionamento do sistema capitalista tem como ingrediente básico a ação do Estado, através da política econômica. Dessa maneira, o ativismo Estatal é indispensável e complementar ao funcionamento dos mercados, de forma a se obter o maior nível de emprego possível e, portanto, maximizar o bem-estar da coletividade.⁷⁵

Neste caso, o que teria se verificado era a revisão de teoria liberal e assim, aplicada a intervenção do Estado na economia, sempre que fosse necessário para evitar a retração econômica e garantir o pleno emprego. Tendo essas teorias como norte, Plínio buscou imprimi-las em seu governo ao investir em áreas nas quais as empresas privadas não estivessem ou não pudessem atuar, papel estatal que ele reafirmou pública e oficialmente, naqueles anos.

Como pode ser constatado no delineamento que propôs aos deputados, Plínio queria um Poder Executivo

dinamizado, que não vive de apenas cobrar impostos e pagar funcionalismo, mas que, ativo, vigilante e atuante em todos os setores completa a iniciativa privada, supre a falta de capitais, faz-se distribuidor de bens, instalar fábricas, transformar riquezas, a fim de dar ao povo, sem dessangrá-lo com tributos, melho-

74 BRAGA, Rosa Oliveira de Pontes. **O direito ao desenvolvimento, o papel do Estado e os meios constitucionais de efetividade**: a experiência do Estado do Amazonas. Tese (Doutorado em Direito Constitucional). Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional. Universidade de Fortaleza (Unifor). Fortaleza, 2020. p. 80-81. Disponível em: <https://www.unifor.br/web/pos-graduacao/doutorado-direito-constitucional>. Acesso em: 10 jul. 2020.

75 SILVA, Adroaldo Moura. Apresentação. In: KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas). p. 20.

res serviços públicos, absorvendo a mão de obra e facilitando as condições de vida de quantos vivam sob a sua égide.⁷⁶ (grifamos)

Para este fim esperava que o Poder Legislativo, e cada parlamentar, cumprisse o papel que lhes estava reservado constitucionalmente, especialmente, em razão das graves dificuldades atravessadas pelo Poder Público estadual. Entendia que a administração amazonense havia sido “atirada ao caos administrativo-financeiro”⁷⁷ e se debatia com alguns problemas insolúveis, dentre os quais destacava as precárias condições da educação e da saúde, além de registrar que o governo estava a braços com herança de beneficiamento a grupos, leis inconstitucionais e outros atos ilegais que teriam embasado pedido de intervenção federal no Estado na legislatura anterior. Para concluir, enfatizou: “a situação do Estado é de uma massa falida.”⁷⁸

Compreendidas algumas dessas expressões como fruto do clima político de oposição ferrenha ao governo anterior, como consequência dos naturais embates eleitorais e por não estar, ainda, submetido ao cotidiano da nova gestão governamental, o discurso inaugural de Plínio Coelho, entretanto, parecia responder à gravidade da situação econômico-financeira do Estado que ele descrevia como de desordem administrativa. O tempo, entretanto, mostraria não representar prática de desonestidade e conduta criminosa por parte do governador Álvaro Maia, a quem, anos depois, Plínio diria não ter feito “nenhuma acusação direta”,⁷⁹ e fez questão de registrar a sua condição de beletrista, e, embora tenha se estendido em críticas políticas ao governo alvarista, assinalou, com ênfase: “não se conhece nem um caso de perseguição de Álvaro Maia, e ele governou num regime de estado forte”.⁸⁰

Na mensagem oficial de 1955 pode-se depreender que o novo papel do Estado na sociedade amazonense, representado pelo Poder

76 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955. Manaus: Estado do Amazonas, 1955. p. 4. (Lida em 15 de março de 1955).

77 Ibid.

78 Ibid. p. 4-6.

79 Plínio Coelho: a coerência de um cidadão que governou o Amazonas por duas vezes. **O Muhra**, Manaus, ano I, n. 3, ago./set. 1997, p. 9.

80 Ibid.

Executivo, estava delineado. As nuances intestinas de cada repartição e as fragilidades da estrutura de gestão e controle, praticamente inexistentes conforme os padrões atuais, foram demonstradas na mesma ocasião. 175

Plínio assinalou que havia descompasso grave entre a receita e despesas públicas, com expressivo déficit, situação que o teria obrigado a exonerar centenas de servidores e, embora tenha declarado que o fizera “sem ódios, e sem espírito de vingança”,⁸¹ há de ter praticado ou permitido o cometimento, aqui e ali, de desvios a esse sentimento, sobretudo em razão de alguns inquéritos que depois se demonstraram injustos ou desnecessários.

Reagia, segundo suas palavras, à superlotação da máquina administrativa que teria sido feita em busca de votos. Respondia ao interesse público na “salvaguarda da autonomia estadual, a sobrevivência do regime, o resguardo das instituições.”⁸² Neste panorama, acenava com a conduta positiva do governo ao afirmar que, “ajudado pelo Capital privado, irei criar o clima do pleno emprego, a fim de que todos tenham trabalho, conforme suas aptidões,”⁸³ repita-se, ocasião em que fixou o prazo de dois anos para a promoção dessa mudança.

Ainda com o objetivo de demonstrar a precariedade das condições em que recebera o governo, se referiu a prédios públicos que desabaram e outros que se encontravam sem as mínimas condições de uso. Salientou, como significativa, a dívida pública com fornecedores e funcionários,⁸⁴ além de condições nefastas na conservação e construção de estradas e o abandono do homem do interior, o mesmo discurso, diga-se de passagem, que sustentou vários políticos durante

81 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955. Manaus: Estado do Amazonas, 1955. p. 6. (Lida em 15 de março de 1955).

82 Ibid.

83 Ibid. p. 7.

84 A esse respeito a crônica de Josué Cláudio de Souza, em 8 de novembro de 1946, salientando que o funcionalismo “continua, pois, passando fome, sofrendo privações, humilhado pelo contraste que vê entre a sua vida de homem de responsabilidade definida e a dos que tiveram a sorte de ser apenas especializados em um ofício... Vem aí as eleições”. SOUZA, Josué Cláudio de Souza, **Crônica de Manaus**. Manaus: Instituto Durango Duarte, 2016, p. 88.

176 muitos anos. Para Plínio⁸⁵ o interiorano era tratado como “o grande pária” que permanecia “na condição de marginal da sociedade amazônica, insulado pelas distâncias, esmagado pelas forças telúricas, asfixiado pela natureza bravia [...] assalteado por inescrupulosos chefes políticos, delegados e cobradores de impostos”, para cuja proteção atuaria tomando o caso como “uma das preocupações maiores de nossa administração”, inclusive, com planos para sua fixação no solo “em glebas próprias”.⁸⁶

Concluído o relato das condições gerais em que recebera o governo, acenou com soluções paliativas, imediatas, principalmente para a saúde do homem do interior e a educação, neste caso com o estabelecimento do dobro de escolas estaduais em relação às existentes, para cuja medida se valeria do apoio das Missões Religiosas. Neste aspecto cabe destacar o anúncio que dispenderia esforços para a criação da Faculdade de Medicina e de escolas do ensino secundário.

Na verdade, o que herdara no começo de 1955 fora estrutura administrativa bastante diversa em relação a atual, com unidades gerenciais de múltiplas funções como a secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social composta por vários departamentos e unidades praticamente autônomas;⁸⁷ a secretaria de Estado de Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas que envolvia, também, a produção agropecuária, o abastecimento de água, a economia agrícola, a construção de casas populares e a Junta Comercial, portanto, espectro por demais amplo, diverso das condições atuais e daquelas que legaria a seu sucessor.

A reafirmação desses propósitos deu-se um ano depois, vencidas algumas etapas administrativas, ocasião em que se demonstrou interessado, mais uma vez, em formar mentalidade nova para a gestão

85 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955. Manaus: Estado do Amazonas, 1955. p. 9. (Lida em 15 de março de 1955).

86 Ibid. p. 10.

87 Neste caso se incluíam o departamento de Educação e Cultura, Colégio Estadual, Instituto de Educação, Instituto Benjamin Constant, Escola de Comercio Sólón de Lucena, Biblioteca Pública, Teatro Amazonas, Setor de Assistência Social, Departamento de Saúde do Estado.

pública. Nesse sentido, na segunda mensagem aos deputados,⁸⁸ Plínio 177 reafirmou o empenho em estabelecer o Estado Contemporâneo como aquele que “não admite para com a administração pública a incúria ou desinteresse, consciente ou mesmo inconsciente [...] ainda que não tenham responsabilidade de mando no organismo gregário”, ao mesmo tempo em que realçava que no curso do primeiro ano de trabalho havia enfrentado problemas cruciais, mas contara com a compreensão da Assembleia e do Poder Judiciário em relação ao período de moralização com “inquéritos abertos e demissões feitas”⁸⁹ os quais deveriam ser tomados como exemplo para o futuro. No bojo dessa declaração, no entanto, não se desculpou com aqueles que, eventualmente, possam ter sido arrolados sem que tivessem praticado conduta indevida, preferindo reafirmar que não teria tido o objetivo de perseguir. Para tanto, explicou que, no seu entender, em um Estado de vida tumultuada com verbas estornadas, malbaratadas e desviadas, como o que encontrei, obedecer à Lei e colocar-se sob o manto da justiça, poupando, economizando, erradicando o supérfluo e o ilícito, como o Governo atual procura agir, é o mesmo para muitos, que perseguir, governando sob ódio.⁹⁰

Na sequência da exposição demonstrou as medidas adotadas em cada área de atuação, nas quais é possível identificar os primeiros sinais da mudança de comportamento gerencial do Estado conforme havia anunciado.

O CAMINHO DA MODERNIDADE

Na direção do que pode ser considerado como o caminho da modernidade para aquele tempo, Plínio adotou providências admi-

88 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 3. (Lida em 15 de março de 1956).

89 Ibid. p. 5.

90 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 3. (Lida em 15 de março de 1956).

178 nistrativas e medidas legais que conseguiram modificar o perfil da gestão pública estadual, até com razoável rapidez.

Estabeleceu as bases para a criação de novos municípios, promoveu reforma tributária, reorganizou a máquina estatal ao promover reforma administrativa e plano de cargos de pessoal com redução de quadro funcional, criou empresas na forma de sociedades anônimas para atividades específicas e relevantes para a ocasião, atuou no sentido de agir com austeridade e demonstrar esse comportamento no governo, adotou providências para melhoria da educação, da saúde e incremento da receita, inclusive, para a população do interior.

Ao prestar contas ao parlamento do primeiro ano de mandato várias foram as mudanças estruturais e gerenciais que apresentou, dentre elas a aprovação de lei que autorizou a criação de novos municípios no Estado,⁹¹ como forma de ampliar a receita do interior com a transferência de recursos dos impostos de Renda e Rodoviário. Essa providência, aliás, havia sido adotada em outros estados da Federação⁹² os quais haviam criado, nos últimos anos, mais de setecentos municípios. Na sua opinião, “a simples presença do prefeito, orientando e dirigindo, ajudando e fomentando a produção, resolvendo e decidindo problemas locais, às vezes até de órbita doméstica – é a clareira de esperança que se abre na “selva selvaggia”.⁹³

Em outra frente, criou várias empresas públicas para a prestação de serviços que, na época, se faziam necessários ou eram indispensáveis, e cujas áreas a iniciativa privada não podia suprir em razão do cenário econômico. A esse respeito, anos depois, ele explicou qual o fundamento de que se valeu para essa prática:

Eu partia do pressuposto trabalhista de que o Estado deve intervir todas as vezes em que se possa criar riqueza para a população e que não seja de interesse da iniciativa privada. Então era de

91 AMAZONAS. **Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955.** Cria novos Municípios no Estado do Amazonas, dispõe sobre seus limites, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;amazonas:estadual:lei:1955-12-19:96>. Acesso em: 25 mai. 2020.

92 Especialmente em São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

93 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho.** Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 9. (Lida em 15 de março de 1956).

mister aglutinar capitais. O Estado funcionaria como o capital e funcionaria também como agente catalítico, atraindo particulares.⁹⁴

179

Na mesma ocasião, ao olhar para o passado com a isenção de maturidade ainda maior e sem o calor da vida partidária, afirmou que um dos seus objetivos foi “fazer o Estado presente ao que não interessava à iniciativa privada”⁹⁵. Nesse sentido, as propostas de criação da Papelamazon, Transportamazon, Cimentamazon, Banco do Estado do Amazonas, Departamento de Assistência Social e Previdência, fazenda-modelo de Humaitá, Cooperativa da Produção e Consumo dos criadores de Humaitá, Olaria do Estado, entre outras ideias e investidas do governo.

O que pode ser verificado no exame detido das mensagens oficiais e leitura de críticas e comentários de imprensa, mesmo de opositores e de governos subsequentes é que Plínio adotou amplo espectro de trabalho para renovação das estruturas encontradas, sejam elas administrativas, econômicas e sociais, e, ao mesmo tempo, assim como para impor seu partido político, sucessivamente, na administração do Estado e dos municípios do interior.

Para dar andamento a seu projeto de governo cuidou de criar a base legal de que precisava e à qual se refere na mensagem de 1956 ao assinalar que “as reformas de bases, o que demandava principalmente de leis, a organização jurídico-econômica”⁹⁶ já teriam sido providenciadas em seus passos preliminares, e, diante disso, competia “principalmente executar, transformar em ação o que está planejado.”⁹⁷ A essa medida, seguiram-se diversas providências e realizações em várias frentes, algumas das quais apreciadas em breve olhar nesse trabalho.

Conforme pode-se observar ele foi do campo educacional ao social-assistencial, ao de obras e edificações urbanas, viárias e civis e

94 Plínio Coelho: a coerência de um cidadão que governou o Amazonas por duas vezes. **O Muhra**, Manaus, ano I, n. 3, ago./set. 1997, p. 9.

95 Ibid.

96 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 30. (Lida em 15 de março de 1956).

97 Ibid.

180 à remontagem interna da Administração e dos órgãos e repartições, mas, também, ao campo da economia e das finanças públicas. Não é possível observar, entretanto, que tenha havido iguais resultados nessas frentes de trabalho, destacando-se umas, mais que outras, e, algumas delas de forma mais efetiva através dos tempos. Esse descompasso se justificaria por várias razões, inclusive, pela quebra da orientação administrativa com a transferência do governo, a falta de quadros profissionais para a Administração, as disputas e interesses políticos e econômicos.

Nessa fase, ele promoveu reforma administrativa orientada pelo professor Wilson Aguiar, membro do Departamento de Administração do Serviço Público – DASP, órgão federal de grande respeitabilidade. Desse trabalho decorreu a reorganização na estrutura funcional do Poder Executivo em razão das leis n.º 108, de 23 de dezembro de 1955 e n.º 111, de 26 de dezembro de 1955. Na ocasião, o Estado foi organizado com cinco secretarias: do Interior e Justiça (SIJ)⁹⁸; de Educação e Cultura (SEC)⁹⁹; de Assistência e Saúde (SAS)¹⁰⁰; de Agricultura,

98 Art. 3º. – São órgãos constitutivos da Secretaria do Interior e Justiça: I – Procuradoria Geral do Estado (PGE); II – Divisão de Administração (DASIJ); III – Polícia Militar do Estado (PME); IV – Penitenciária Central do Estado (PCE); V – Conselho Penitenciário do Estado (CPE); VI – Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP); VII – Divisão da Imprensa Oficial (DIO); VIII – Abrigo Rural Melo Matos (ARMM); IX – Instituto Maria Madalena (IMM); X – Divisão do Arquivo Público (DAP).

99 Art. 6º. – São órgãos constitutivos da Secretaria de Educação e Cultura: I – Conselho Estadual de Ensino (CEE); II – Instituto de Educação do Amazonas (IEA); III – Colégio Estadual do Amazonas (CEA); IV – Instituto Benjamim Constant (IBC); V – Instituto de Ensino Profissional do Estado (IEPE); VI – Faculdade de Ciências Econômicas (FCE); VII – Faculdade de Filosofia (FF); VIII – Escola Normal Rural de Manaus (ENRM); IX – Biblioteca Pública do Amazonas (BPA); X – Rádio do Estado (RE); XI – Escola Técnica “Solon de Lucena” (ETSL); XII – Teatro Amazonas (TA).

100 Art. 9º. – São órgãos constitutivos da Secretaria de Assistência e Saúde: I – Conselho de Assistência e Saúde (CAS); II – Divisão de Administração (DAS); III – Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS); IV – Serviço de Profilaxia da Lepra (SPL); V – Serviço de Assistência aos Psicopatas (SAP); VI – Serviço de Socorros de Urgência (SSU); VII – Departamento Estadual da Criança (DEC); VIII – Centro de Saúde de Manaus (CSM); IX – Serviço de Laboratório (SL); X – Divisão Técnica (DT); XI – Serviço de Assistência Médica ao Interior (SAMI).

Indústria, Comércio e Obras Públicas (SAICVOP);¹⁰¹ de Economia e 181
Finanças (SEF)¹⁰².

Por meio da lei n.º 111/1955 fez aprovar o plano de cargos e salários dos funcionários, com base na qual “foram revistos e reestruturados os quadros dos servidores públicos”,¹⁰³ agrupados em carreiras na mesma repartição, certamente para responder às alegações precedentes de que havia excesso de pessoal nos órgãos estaduais, sobreposição de cargos e funções e admissão graciosa de empregados com fins políticos.

No campo educacional, organizou comissão de estudos para a criação da Universidade do Amazonas no âmbito da secretaria do Interior e Justiça, desmembrou as áreas de saúde e educação em secretarias distintas,¹⁰⁴ dobrou o número de escolas primárias, instalou o Conselho Estadual de Ensino,¹⁰⁵ fez funcionar em três turnos as aulas do Instituto de Educação para ampliar as possibilidades dos estudantes que precisavam trabalhar;¹⁰⁶ criou dois anexos ao Colégio Estadual para aumentar as vagas disponíveis; criou a Faculdade de Ciências Econômicas;¹⁰⁷ estabeleceu as bases para a criação da Faculdade de Filosofia, a qual, aliás, era imposição da Constituição

101 Art. 15º. – São órgãos constitutivos da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas: I – Departamento de Terras (DT), com as divisões de Colonização (DC), de Indústria e Comércio (DIC) e de Doação, Arrendamento, Vendas de Terras (DDAVT); II – Departamento de Águas (DA); III – Departamento de Produção Mineral (DPM), com a divisão de Produção (DP) e a Divisão Comercial (DC); IV – Junta Comercial do Amazonas (JCA); V – Serviço Florestal do Estado (SFE) VI – Serviço de Mecanização da Agricultura (SMA); VII – Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP); VIII – Comissão Permanente dos Produtores e Exportadores de Guaraná (CPPEG).

102 Art. 12º. – São órgãos constitutivos da SEF: I – Divisão de Administração (DASEF); II – Divisão da Despesa Pública (DDP); III – Divisão da Receita Pública (DRF); IV – Procuradoria Fiscal do Estado (PFE); V – Contadoria Geral do Estado (CGE).

103 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 40 (Lida em 15 de março de 1956).

104 Tratava-se de Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, criada pela Lei nº 12 de 09/05/1952, Diário Oficial de 09/05/1953, a qual, por meio da Lei nº 108 de 23/12/1955: foi desmembrada, criado a Secretaria de Assistência e Saúde – SAS.

105 Ibid. p. 17. O Conselho havia sido criado pela Constituição do Estado, mas não funcionara, ainda. Foi regulamentado pela Lei. nº 108, de 23 de dezembro de 1955.

106 Ibid. p. 18.

107 Ibid. p. 20. Criada pela Lei n. 108, de 23 de dezembro de 1955.

182 do Estado¹⁰⁸ e que ele considerava “imprescindível para [...] melhorar a formação de nossa gente”;¹⁰⁹ publicou edital para a construção da sede da Faculdade de Agronomia¹¹⁰ no antigo campo do Luso;¹¹¹ concedeu 30 bolsas de estudo para estudantes amazonenses estudarem na Escola Agrônômica do Pará; e, ampliou o número de vagas no Instituto Benjamin Constant. Estas foram medidas mais imediatas, destacadas nos primeiros anos de governo e consideradas importantes, mas não conseguiu implementar a Faculdade de Medicina conforme anunciado originalmente.

A área socioassistencial do governo foi organizada a partir de nova forma de trabalho do Departamento de Assistência e Serviço Público – DASP o qual, além de ações diretas em favor da população de menor poder aquisitivo, criou a Olaria do Estado que serviu a obras públicas na capital e no interior, instituições filantrópicas e sociais e a particulares de baixa renda empenhados na construção da casa própria, em período em que a iniciativa privada não atuava no setor.

O Amazonas não aproveitava a possível descentralização de impostos federais para melhor circulação de riqueza no interior do Estado, principalmente porque não promovera a criação de novas unidades políticas municipais. Municipalista, na essência, inclusive com trabalho publicado a respeito do tema,¹¹² Plínio se empenhou e venceu as resistências à aprovação da Lei nº 96/1955 e conseguiu criar 18 novos municípios, depois de mais de dez anos sem que o Amazonas ampliasse a sua organização política.

108 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1955, p. 40. (Lida em 15 de março de 1955).

109 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1958. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1958, p. 14. (Lida em 15 de março de 1958).

110 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1958. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1958, p. 14. (Lida em 15 de março de 1958).

111 Em área na atual Avenida Constantino Nery com Estrada de São Jorge.

112 Esse trabalho, intitulado *Em defesa da autonomia municipal* mereceu um dos raríssimos prefácios de Adriano Jorge, então presidente da Academia Amazonense de Letras.

No seu entendimento havia duas razões fundamentais para essa 183 medida: de ordem política, propriamente dita; e, de ordem econômica. No primeiro caso seria forma de enfrentamento aos coronéis de barranco que, segundo Plínio e a história eleitoral confirma, costumavam “dominar a população inculta e abandonada”,¹¹³ e faziam questão de impedir que o Estado acompanhasse as medidas adotadas por outros estados, a partir de 1945, de criação de municípios Brasil afora,¹¹⁴ providência que permitia a presença do prefeito junto a comunidade, “a mais importante garantia do poder público”.¹¹⁵

Sob o ponto de vista econômico dar-se-ia a possibilidade de melhor destinação de verbas para a comunidade local, em face da distribuição do Imposto de Renda e do Imposto Rodoviário, como assinalado antes, com impacto positivo nas receitas municipais.

Foi no campo econômico que sua visão foi mais moderna, seja ao perceber a necessidade de reorganização da estrutura estatal de arrecadação e controle de receita e despesas públicas, seja ao adotar providências para a reforma tributária e criação de plano rodoviário, assim como no incremento expressivo do setor primário e sua organização nas etapas de produção e distribuição. Porém, foi a abertura de possibilidades de atuação do Estado na economia, diretamente ou em parceria com a iniciativa privada, que destacou a nova forma de governar.

A modernização do aparelhamento arrecadador da secretaria de Economia e Finanças, inclusive, com fiscalização nos estabelecimentos comerciais e industriais como entendia que se fizesse necessária, foi reunida à reforma tributária que realizou em bases práticas e objetivas, segundo se depreende da descrição que fez na terceira mensagem de governo (1957).

No caso, a produção amazonense estava onerada em 15% e até 20% de impostos e taxas, ao passo que as mercadorias importadas em 6,6 %, em razão do termo de opção que era permitido. A reforma modificou esse cenário. Para as mercadorias importadas o imposto

113 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 41. (Lida em 15 de março de 1956).

114 Ibid. p. 41.

115 Ibid.

184 de vendas e consignações foi reajustado de 8 para 10 % e os gêneros alimentícios produzidos no Amazonas até então tributados em mais de 15%, foram isentos de tributos. Conforme o relato oficial essa medida teria implicado em aumento da receita pública na ordem de 25 %.¹¹⁶

Ao mesmo tempo, extinguiu o imposto de exploração de terras e o que incidia sobre peixes, reduziu a tributação sobre produtos industriais com concorrência nos mercados e isentou aqueles que eram transformados no Amazonas e exportados, e, com isso, no seu entendimento, conseguiu ganhar na absorção de mão de obra e no capital de giro.

Assim, teria modificado o clima econômico local, além de ser rigoroso nos gastos e no controle da despesa pública.

Ao desmembrar a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e criar a Secretaria de Viação e Obras Públicas, levou o Estado a atuar mais largamente na produção agrícola ao criar oito colônias as quais fez incluir no Plano Quinquenal da SPVEA¹¹⁷, naturalmente para fins de aporte de recursos federais.

Ao visar a integração municipal determinou o desenvolvimento de Plano Rodoviário do Estado com onze frentes preestabelecidas, ao mesmo tempo em que reformou os Serviços Técnicos do Estado encarregados da energia elétrica à época bastante precária, seja em razão de rede distribuição, bem como de caldeiras e máquinas obsoletas e de difícil manutenção,¹¹⁸ mas a solução de maior porte viria poucos anos com a criação da Companhia de Eletricidade de Manaus.

Nesse mesmo campo de desenvolvimento econômico, algumas ações isoladas merecem referência como a criação do Fundo de Fomento Econômico, objeto da lei n.º 71, de 5 de novembro de 1955 e da lei n.º 72, de 7 de novembro de 1955 “para imprimir um cunho científico a atividade

116 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1957. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1957. p. 11. (Lida em 15 de março de 1957).

117 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1958. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1958, p. 10-11. (Lida em 15 de março de 1958).

118 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 28. (Lida em 15 de março de 1956).

econômica do Estado”¹¹⁹ e centralizar os estudos dos projetos econômicos, 185 naturalmente para facilitar a orientação político-institucional conforme seu pensamento de gestão; a criação do Departamento de Produção Mineral para “pesquisar e explorar as nossas até então desconhecidas riquezas naturais¹²⁰; além de seu empenho pessoal na solução do desembarque de máquinas e equipamentos para permitir o funcionamento da Refinaria de Petróleo “para que o Amazonas contasse com esse primeiro e grande centro irradiador do nosso progresso.”¹²¹

Ao reconhecer haver outras questões importantes a serem superadas e nas quais o papel do Estado deveria corresponder ao espírito do que traduzia como Estado Econômico, verificou que o problema do abastecimento de gêneros alimentícios reclamava atenção particular do governo, tal como o transporte, o crédito bancário, a exploração e uso de bens e riquezas naturais, assim como habitação, água e energia. Nesse sentido, a par de adotar medidas administrativas e organizacionais na estrutura do Poder Executivo, e de leis que favoreciam empreendimentos da iniciativa privada, Plínio se determinou a fazer com o que o Estado fosse impulsionador da economia, seja por meio de obras realizadas de forma intensa e em várias frentes de serviço, às quais classificava como “obras públicas úteis a melhoria das condições de riqueza do Estado e do bem-estar das populações”,¹²² e ao afirmar que o Estado criaria “sociedades de economia mista, dando, se julgar oportuno, a direção dessas sociedades a acionistas particulares”,¹²³ como de fato criou, e nas quais o Poder Público passou a atuar diretamente.

119 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 40. (Lida em 15 de março de 1956).

120 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 3. (Lida em 15 de março de 1956).

121 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1957. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1957, p. 8. (Lida em 15 de março de 1957).

122 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1958. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1958, p. 8. (Lida em 15 de março de 1958).

123 Ibid.

A esse respeito, observado o cenário de então, pode-se verificar a justificativa para essa decisão, apesar das dificuldades e atropelos de toda a ordem, mas, também, constatar que os resultados dessa ação não mereceram a mesma atenção no governo subsequente, e o andamento da maioria desses projetos não foi favorável.

Para enfrentar o problema da falta de abastecimento de gêneros para a população foi criada a Alimentamazon S/A, com rede de postos de subsistência para atendimento com gêneros de primeira necessidade, sem representar a substituição do comércio,¹²⁴ como ele assinalava, mas, também, para funcionar como “regularizadora das atividades comerciais, válvula de escape para refrear o capital especulativo”,¹²⁵ empresa que pretendia que viesse a se constituir em órgão de fomento agropecuário, mas de maneira especial cumprisse o que ele chamava de “disciplina do mercado”¹²⁶ e defendesse a economia popular.

Embora os relatórios oficiais demonstrem bom resultado da empresa e o papel efetivo no cumprimento dos objetivos para os quais foi criada, em tempos de campanha política, a oposição, liderada pelo deputado Paulo Pinto Nery, denunciava desperdício de recursos e alegava que o “comendador Plínio Coelho pensava em transformar o Estado em firma comercial”, em clara manifestação oposta à ideia de investimento do Poder Público em forma de capital para impulsionar a economia e buscou o pleno emprego.¹²⁷

Em outra frente, criou a Papelamazon S/A para aproveitamento da “imensa e inesgotável reserva florestal”,¹²⁸ e uso, inclusive, de mais

124 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 31. (Lida em 15 de março de 1956).

125 Ibid. p. 31-32.

126 Ibid. p. 32.

127 Anos depois, em sua primeira manifestação oficial, aos seis meses de administração, o governador Arthur Reis afirmou que recebera a Alimentamazon completamente falida. REIS, Arthur César Ferreira. **Seis meses de administração**. Rio de Janeiro: Edigraf, 1964, p. 5.

128 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 32. (Lida em 15 de março de 1956).

de 80 mil toneladas de varetas de juta,¹²⁹ medida que representaria 187 absorção de mão de obra, circulação de capital e seria destinada a atender a “fome de pasta mecânica, de celulose e de papel”,¹³⁰ porque produziria para exportação. Para este fim teria se baseado em relatório da Cepal e da FAO, datado de 1953, e ao modo do que sucedia na República do Peru e no estado da Bahia.

Nesse sentido, em entrevista à imprensa, ao retornar de viagem ao Sul do País, o governador declarou que mantivera entendimentos com grupo empresarial chinês e com capitalistas paulistas para se interessarem pela Papelamazon, oportunidade em que afirmou que “será dentro em breve uma realidade e o povo ficará sabendo mais uma vez que só se pode fazer revolução econômica sendo-se visionário.”¹³¹ Havia resistências políticas locais e atropelos administrativos para essa iniciativa, mas a ação do governo e, em particular, de Desirée Guarany da Silva, que inicialmente ficou à frente do empreendimento na qualidade de secretário de Economia e Finanças, superou algumas dessas dificuldades, inclusive por haver obtido apoio da SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia,¹³² representada pelo dr. Hamilton Ferreira de Souza,¹³³ entidade que costumava reafirmar o compromisso institucional com o projeto.¹³⁴ O empreendimento avançou com aquisição de máquinas e contratação de técnicos para instalação, em Parintins,¹³⁵ ainda que não tenha sido no ritmo naturalmente desejado pelo governador.

Ao sintetizar a justificativa desse esforço do governo, Plínio explicava que seria para “criar uma nova economia para o Amazonas”.¹³⁶ Nesse sentido, também, cogitou da criação da Cimentamazon S/A, destinada a

129 Ibid.

130 Ibid. p. 33.

131 JORNAL DO COMMERIO, Manaus, 3 mar. 1956, p. 5.

132 JORNAL DO COMMERIO, Manaus, 6 abr. 1957, p. 1.

133 JORNAL DO COMMERIO, Manaus, 18 jun. 1957, p. 3.

134 A presidência da empresa foi entregue a Victoriano Borges, e Louis Claude como secretário, Clóvis Barbosa no Conselho Fiscal, Ning Tjian do grupo empresarial do mesmo nome, Walter Zuani.

135 JORNAL DO COMMERIO, Manaus, 15 mai. 1958, p. 4.

136 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 35. (Lida em 15 de março de 1956).

188 oferecer “maior mercado para o trabalho, evitar a saída de capitais e revolucionar a indústria da construção”,¹³⁷ como empresa mista voltada para a produção de cimento a partir das jazidas de calcário do Parauari ou do Rio Urubu.¹³⁸

Com o mesmo objetivo de promover nova dinâmica na economia, mas com razões de ordem prática, criou a Transportamazon S/A para atuar em Manaus, ao visar a superação do grave problema de transporte urbano da época, consequência da perda das condições de contrato com as empresas estrangeiras que prestavam o serviço de bondes e promoviam a manutenção dos equipamentos e linhas. Trata-se da Transporte Amazonas S/A¹³⁹ que tinha como meta prestar serviços no transporte terrestre, urbano, fluvial e aéreo, para a capital e o interior do Estado, diante da enorme deficiência desse tipo de serviço no território amazonense.

A empresa, posta em funcionamento em 31 de dezembro de 1957, com toda a pompa, entretanto, não conseguiu se estabilizar embora tenha tido vida longa na capital com transporte coletivo urbano, mas foi, sequencialmente, perdendo a importância e ficou sem conseguir prestar os serviços com qualidade, como pretendido, até seu encerramento nos fins dos anos 1960 após embates políticos, denúncias de malversação de recursos públicos e desvio de finalidade.¹⁴⁰

Uma das mais importantes iniciativas dessa fase de governo, entretanto, e que perdurou por muitos anos, foi a criação do Banco do Estado do Amazonas, o qual, segundo a visão plinista, se fazia necessário porque “os capitais rareiam e as fortunas vivem comprometidas em novas inversões”¹⁴¹. O Banco que ele pretendia criar e criou, deveria, além do papel comum às demais casas de crédito, ser fomen-

137 Ibid.

138 Ibid.

139 AMAZONAS. **Lei n. 11, de 21 de março de 1957.** Cria a Transporte Amazonas S/A.

140 Em pronunciamento em dezembro de 1964, o governador Arthur Reis afirmou que a Transportamazon com noventa por cento dos seus veículos parados ou inutilizados. REIS, Arthur César Ferreira. **Seis meses de administração.** Rio de Janeiro: Edigraf, 1964, p. 5.

141 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho.** Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 35. (Lida em 15 de março de 1956).

tador da agricultura e da pecuária, estimular novas indústrias, apoiar 189 o comércio e a indústria existentes as quais “sobrevivem por entre as mais agudas crises pela inexistência de capital”.¹⁴² Em verdade, o Banco foi organização de crédito que persistiu no tempo e por longos anos, vindo a encerrar suas atividades em programa de privatização estimulado pelo Governo Federal, como sucedeu em vários outros estados da federação.

CONCLUSÃO

Observada a palavra inaugural de Plínio Ramos Coelho na mensagem de 1955 ao traçar os objetivos do governo que começava a empreender, e o que conseguiu realizar em termos de reorganização da Administração, função estatal para estimular a economia, e, principalmente, sinalizar como conduta política austera e diretriz de gestão pública para um novo papel do Estado para com a sociedade, há liames importantes que se consumaram positivamente e ações que permaneceram ao longo dos anos. É fato que determinadas iniciativas, em que pese os objetivos traçados inicialmente, não conseguiram se firmar, algumas que frustraram as expectativas governamentais e empresariais, outras que, em razão do curto prazo do governo, da descontinuidade na gestão posterior, do desvio de finalidade, da utilização de práticas não republicanas por terceiros, da ausência do interesse ou condições da iniciativa privada em participar de forma mais significativa, não prosperaram como era do seu projeto, ou não saíram do campo das propostas.

É compreensível que assim tenha sucedido, seja porque foram muitas frentes abertas ao mesmo tempo, ou porque o cenário era de economia local empobrecida e de sociedade sem massa crítica suficiente para entender, participar e impulsionar as várias propostas do governo sem confundir com ideologia, com questões partidárias e eleitorais, nem se submeter a interesses subalternos. Por essas e,

142 AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956, p. 35-36. (Lida em 15 de março de 1956).

190 certamente, outras razões, nem todas as suas iniciativas se confirmaram ou tiveram os resultados pretendidos.

De todo modo, o que não se pode deixar de destacar é que, de fato, esse primeiro governo trabalhista, como ele gostava de fixar, modificou a estrutura do Estado, redirecionou a gestão pública, rompeu a letargia que dominava a sociedade da época e, embora os embates políticos e a sua trajetória pessoal e posterior a esse mandato tenham assumido papel de maior preponderância no conjunto da obra plinista, dele não se pode retirar a primazia do rompimento com o *status* dominante no Amazonas desde 1930 e a decisiva redefinição do papel do Estado como agente de desenvolvimento, para o que, nesse sentido e de forma emblemática, vale, apenas, os exemplos do Banco do Estado do Amazonas e da nova geração que se educou em outras bases e possibilidades de ensino superior e condições de vida e perspectiva de futuro.

Não há como falar-se, entretanto, que tenha representado governo irrepreensível, mesmo porque a contradição política e os interesses econômicos, sociais e partidários presentes em regime democrático persistiram, mas não ao ponto de levar à redução do valor desse marco singular que foi a revisão da forma de gerir o Estado e de preparar novos caminhos sociais, políticos e, notadamente econômicos, às vezes com realce expressivo a ponto de toldar ou dificultar práticas de governo que ele demonstrava de forma insistente que deveriam ser e desejava fossem salutar e modernizantes.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955.** Cria novos Municípios no Estado do Amazonas, dispõe sobre seus limites, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;amazonas:estadual:lei:1955-12-19;96>. Acesso em: 25 mai. 2020.

AMAZONAS. **Lei nº 11, de 21 de março de 1957.** Cria a Transporte Amazonas S/A.

AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho.** Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955. Manaus: Estado do Amazonas, 1955. (Lida em 15 de março de 1955).

AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa 191
apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura
da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956. (Lida
em 15 de março de 1956).

AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa
apresentada pelo governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura
da sessão legislativa de 1957. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1957. (Lida
em 15 de março de 1957).

AMAZONAS. **Plínio Ramos Coelho**. Mensagem à Assembleia Legislativa
apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura
da sessão legislativa de 1958. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1958. (Lida
em 15 de março de 1958).

BRAGA, Rosa Oliveira de Pontes. **O direito ao desenvolvimento, o papel
do Estado e os meios constitucionais de efetividade:** a experiên-
cia do Estado do Amazonas. Tese (Doutorado em Direito Constitucional).
Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional. Universidade de
Fortaleza (Unifor). Fortaleza, 2020. Disponível em: [https://www.unifor.br/
web/pos-graduacao/doutorado-direito-constitucional](https://www.unifor.br/web/pos-graduacao/doutorado-direito-constitucional). Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá
outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/
leis/L6683.htm#:~:text=LEI%20No%206.683%2C%20DE%2028%20DE%20
AGOSTO%20DE%201979.&text=Concede%20anistia%20e%20d%C3%A1%20
outras,Art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm#:~:text=LEI%20No%206.683%2C%20DE%2028%20DE%20AGOSTO%20DE%201979.&text=Concede%20anistia%20e%20d%C3%A1%20outras,Art). Acesso em: 25 mai. 2020.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed.
Ijuí: Ed. UNIJUI, 2005.

DIÁRIO DA TARDE, Manaus, 1 fev. 1955.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 4 mar. 1944.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 28 mar. 1944.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 2 jul. 1944.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 19 nov. 1944.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 25 ago. 1945.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 28 ago. 1945.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 29 ago. 1945.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 25 set. 1945.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 18 out. 1945.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 25 out. 1945.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 18 jun. 1947.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 25 jul. 1947.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 12 ago. 1947.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 15 fev. 1948.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 30 mar. 1948.

- 192 JORNAL DO COMMERCCIO, Manaus, 31 mar. 1948.
JORNAL DO COMMERCCIO, Manaus, 3 mar. 1956.
JORNAL DO COMMERCCIO, Manaus, 6 abr. 1957.
JORNAL DO COMMERCCIO, Manaus, 18 jun. 1957.
JORNAL DO COMMERCCIO, Manaus, 15 mai. 1958.

MENEZES, Aderson Andrade de. **História da Faculdade de Direito do Amazonas**: 17 janeiro de 1909 a 17 de janeiro de 1959. 2. ed. (fac-similado). Manaus: Edua, 1999.

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. **SciELO**. vol. 47, n. 1, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100003&lang=pt. Acesso em: 24 mai.2020.

Plínio Coelho: a coerência de um cidadão que governou o Amazonas por duas vezes. **O Muhra**, Manaus, ano I, n. 3, ago./set. 1997.

REIS, Arthur César Ferreira. **Seis meses de administração**. Rio de Janeiro: Edigraf, 1964.

SILVA, Adroaldo Moura. Apresentação. In: KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

SOUZA, Josué Cláudio de. **Crônica de Manaus**. Manaus: Instituto Durango Duarte, 2016. (Crônica de quarta-feira 16 de outubro de 1946).

TAVARES NETO, João Rozendo. **A breve trajetória política de Plínio Ramos Coelho e o golpe militar de 1964 no Amazonas**. p. 1. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A9rio/Downloads/2213-Texto%20do%20artigo-5041-1-10-20181115%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A9rio/Downloads/2213-Texto%20do%20artigo-5041-1-10-20181115%20(1).pdf). Acesso em: 25 mai. 2020.

— Nota biográfica

Plínio Ramos Coelho nasceu em Humaitá, Estado do Amazonas, no dia 21 de fevereiro de 1920, filho de Francisco Plínio Coelho e de Ana Ramos Coelho. Seu pai foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Manaus, e seu irmão, Paulo Ramos Coelho, foi senador entre 1962 e 1963 e deputado federal pelo Amazonas entre 1963 e 1967.

Foi formação escolar foi feita na capital amazonense, primeiro no Colégio Dom Bosco, e, em seguida, em escolas públicas no Ginásio Amazonense, Escola Normal e Escola de Comércio Sólon de Lucena. Formou-se professor pelo Instituto de Educação e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Amazonas. Suas primeiras atividades no serviço público foram as de escrivão da Vara Privativa do Crime, e de inspetor de ensino, mas foi, também, Professor da Faculdade de Direito do Amazonas e Procurador Fiscal do Estado.

Em janeiro de 1947, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte Estadual do Amazonas na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Participou dos trabalhos constituintes e, em seguida, exerceu o mandato regular após a promulgação da Carta. Foi eleito deputado federal pelo Amazonas no pleito de outubro de 1950, na legenda da coligação formada pelo PTB e o Partido Social Progressista (PSP), sendo empossado em fevereiro do ano seguinte.

Destacado parlamentar federal, advogado em Manaus se sobressaiu na oposição ao governo estadual e, nas eleições de outubro de 1954, foi candidato do PTB ao Governo do Amazonas, vindo a vencer o pleito contra Rui Araújo, que concorrera pela coligação da União Democrática Nacional (UDN) com o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN), e ao médico José Francisco da Gama e Silva, do PSP. Em janeiro de 1955, assumiu o cargo de governador com exercício até janeiro de 1959, transferindo a chefia do Poder Executivo a Gilberto Mestrinho

194 de Medeiros Raposo, por ele indicado, vencedor do pleito de outubro de 1958, com o qual viria a romper relações políticas logo depois, o que impôs derrota a Plínio para a Prefeitura Municipal de Manaus. Em 1962, reconciliados, Plínio Coelho elegeu-se governador do Amazonas, pelo PTB, derrotando Paulo Pinto Nery, apoiado pelo PSD e pela UDN. Foi empossado em 31 de janeiro de 1963.

Após o movimento político militar de 31 de março de 1964, e em razão do Ato Institucional nº 1 (AI-1), em 13 de junho, Plínio Coelho teve o mandato cassado e direitos políticos suspensos por dez anos, sendo substituído no governo pelo professor Arthur César Ferreira Reis, indicado por Castelo Branco e ratificado pela Assembleia. Teve a prisão decretada em 19 de abril de 1965.

Retornou a vida pública em novembro de 1974, apoiando Flávio da Costa Brito para o Senado pelo partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), derrotado por Evandro Carreira, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1979, se filiou ao PTB, de Ivete Vargas, e concorreu ao governo em novembro de 1982, sendo derrotado por Gilberto Mestrinho, no MDB.

Retornou, então, ao magistério, de direito comercial e ciências econômicas na Faculdade de Direito do Amazonas, aposentando-se posteriormente. Foi casado com Nazaré de Albuquerque Coelho, com quem teve sete filhos, e em segundas núpcias com Aliete Borges Coelho, com quem teve três filhos.

Foi membro da Associação Amazonense de Professores, da Associação Amazonense de Imprensa, da Academia Amazonense de Letras e da Academia Amazonense de Letras Jurídicas. Faleceu em Manaus no dia 5 de agosto de 2001.

Publicou: *Em defesa da autonomia municipal e Amazônia, Vargas e o imperialismo*.





PAULO HERBAN MACIEL JACOB

— Minhas lembranças do avô Paulo Jacob

JOÃO PAULO JACOB¹⁴³

A vaidade quando não nos engrandece, acaba por nos diminuir. Falar de Paulo Jacob, além de uma grande responsabilidade, honra-me e me envaidece, não só por falar de um homem que admiro *ad aeternum*, mas por ter uma carga emocional gigantesca, por ser meu avô e padrinho, o que por si só, me emotiva e engrandece. Paulo Jacob era (e é), um homem multifacetado, nunca fez nada que não se dedicasse ao extremo e conseguisse produzir com excelência.

Poderia recordar-me dos momentos em que ele me chamava para um passeio no Tribunal de Justiça, já aposentado, mas com respeito e tratamento digno dos que ainda estavam na ativa, aquilo me assustava, tão novo e vendo o vovô ter livre acesso à lugares em que se lia “proibida a entrada de pessoas não autorizadas”. De sua parte como jurista e Desembargador, pouco pude acompanhar, porém, até hoje ouço relatos, não apenas de minha avó Marilda (sua eterna companheira), mas também de diversos servidores da Justiça e de antigos juízes que hoje se tornaram desembargadores. Rígido, legalista e humanista são adjetivos que quase unanimemente escuto quando da sua atuação na seara jurídica.

Meu avô ia quase que diariamente me buscar no colégio, era um pai para mim, a família afirma que pude dar mais 10 anos de vida a ele com meu nascimento, era uma paixão mútua e imensurável. O almoço quem aprovava era eu, os diversos presentes que ele me dava eu que escolhia, a mesada que nunca recebia dos meus pais era ele quem me fornecia, e ainda dizia “tô usando o cheque especial, mas vá

143 Advogado, mestre em Direito pela PUC-SP.

198 lá que você merece”. Diferente de muitos pedidos, de diversas outras pessoas, meu avô nunca deu um não para mim.

Nascido de família pobre, filho de lavadeira, com um pai que cometeu suicídio com um paletó marrom – daí sua rejeição a esta cor –, por um crime que fora acusado e anos depois provado que não havia cometido, meu avô se encantou pelo Direito. Lecionou na antiga UA, estudou, prestou concurso e fez carreira na magistratura, passando por diversos municípios do interior do Amazonas antes que chegasse à capital, e, posteriormente, diante da escolha do então Governador Arthur Cezar Ferreira Reis, alçado ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Paulo Jacob queria mais, diferentemente de hoje em que se abarrotam assessores para cada juiz ou desembargador, Paulo escrevia suas sentenças, muitas publicadas nos anais da Revista dos Tribunais, e com o tempo que lhe sobrava e os conhecimentos adquiridos em sua vivência nua e crua em um interior árido, muito mais difícil do que hoje em dia, ele começou a escrever livros, romances. De sua carreira como escritor, todos já sabem, de seus prêmios, de suas amizades com grandes personalidades nacionais como Antônio Olinto, Jorge Amado, Zélia Gattai, Toquinho, Vinícius de Moraes, até alguns políticos como Jarbas Passarinho e o ex-presidente Batista Figueiredo, que frequentavam o sítio da família, localizado no Tarumã, onde, com novas instalações morei até os 15 anos de idade.

Faço um registro de dois grandes livros de meu avô, *Chuva Branca* e *Cassianã*, dois marcos para uma época em que Guimarães Rosa falava do Nordeste e ninguém falava da Amazônia. Aguinaldo Silva, romancista e novelista, chegou a dizer que Paulo Jacob seria o Guimarães Rosa da Amazônia. De forma até constrangida, confesso que não tinha o apego à leitura até meus 17/18 anos quando fui surpreendido com um professor de literatura que em sala de aula, começou a elogiar as obras de meu avô, claro que reconhecendo a linguagem difícil e a necessidade de ler e reler para entender o que ele havia escrito. Anos depois, já como diretor da Escola do Legislativo da Assembleia do Amazonas, um servidor da Casa, me trouxe sua dissertação de mestrado em letras pela UFAM, era um trabalho totalmente focado nas obras de meu avô. Impossível não sentir orgulho. Pesquisando mais encontrei uma gama

de artigos em português e inglês que tratavam de diversas obras dele, 199
um deles de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais.

A obra Cassianã, iria virar minissérie da Globo, escrita por Leila Miccolis e Glória Perez, o que por desentendimento entre as duas acabou que a produção não foi adiante. Milton Gonçalves, ator e produtor, tentou transformar a história em filme, mas à época não conseguiu o financiamento necessário. Essas histórias me foram contadas por ele, não em forma de lamúrias, mas com satisfação e orgulho. Hoje tenho a consciência de que meu avô colocou a Amazônia – em uma época em que não se falava das nuances amazônicas – no centro de um debate, só não fez mais sucesso como escritor por estar longe dos grandes centros, pelos meios de informações não serem como hoje e tudo correr muito rápido.

Inúmeras vezes em que eu ficava na casa de meus avós, eu dormia na cama com minha avó, e ele na rede – sempre dormiu em rede – , o horário do jantar era logo às 18:30, depois assistia o Jornal da Record com Bóris Casoy e adormecia – assim também faleceu, como um pássaro – , eu acompanhava o ritmo e dormia logo em seguida.

Algumas vezes acordava de madrugada, por volta de 04:30 da manhã, e Paulo já estava acordado, tomando seu guaraná em pó com água e sentado frente a sua máquina de datilografar, escrevendo seus novos livros – deixou dois não publicados. Ainda era escuro, mas para ele, já estava na hora de iniciar os trabalhos.

Recordo-me de uma vez em que estava saindo da escola e ele me convidou para desenhar a capa do seu livro que iria ser lançado, chamado *Tempos Infinitos*, ele me disse qual era a ideia e eu fiz, um desenho que mais se aproximava a um hieróglifo, mas ele amou, eu tinha 5 anos. A Editora quis recusar a capa mas ele insistiu, bateu o pé, e colocou uma frase em um de seus personagens, que eu sempre dizia: “quando eu quero eu quero, quando eu não quero eu não quero”. O fim desta história foi eu e ele, sentados no salão do Ideal Clube, em coquetel organizado pelo saudoso Alex Deneriaz, colunista e promotor, assinando todos os livros para os convidados.

Lições que jamais esquecerei, como ele me ensinando a usar o dicionário, me ensinando a pescar mas quando não pegávamos nada,

200 ele dizia “vou usar minha outra isca”, aí passava um ribeirão e ele comprava todos os peixes, ou seja, sempre vencida a pescaria.

Aqui farei um parêntesis, meu avô era um Amazônida, um apaixonado pelos rios, florestas, animais, e a população que mora nos rincões do Amazonas com seu linguajar próprio, que ele fazia questão de anotar, aprender e assimilar. Certa vez para escrever um livro morou durante 3 meses em uma tribo “ianoname”, sim, segundo ele, essa era a escrita correta, e assim uso até hoje. Meu maior *hobby* com meu avô era irmos até o sítio de nossa família que fica em uma área chamada Jaiteua, distante 25 minutos de “voadeira”, do município de Manacapuru. Lá nos isolávamos, ele escrevia, comíamos peixe, ele me ensinava as coisas, época de cheia, de várzea, as plantas, me contava sobre o grito do macaco, geralmente era guariba, que ele já decifrava de longe, interpretando até o motivo, sabia também qual era o pássaro apenas pelo som emitido por eles, sem sequer vê-los. Nunca errava.

Voltando para a cidade, a casa que considero como minha é a que fica na rua Major Gabriel, onde hoje há um parque que leva seu nome (ele tem uma rua em sua homenagem também, haja vista que na época de seu falecimento meu pai era Secretário de Obras do Município e o então prefeito Alfredo Nascimento quis homenageá-lo). O parque fica em frente a sua casa, onde ainda mora minha vó, e cumpre destacar que também fora uma homenagem do então governador Eduardo Braga, haja vista que aquele parque fazia parte do projeto PROSAMIN.

A casa da Major Gabriel era onde eu almoçava todo dia. Ficávamos, eu e vovô, ansiosos esperando que minha vó tocasse o sino para que pudéssemos descer e almoçar, diversas vezes na companhia do saudoso imortal Áureo Nonato. Era, na maioria das vezes, um peixe com farinha, sempre deliciosos, e cozinhados pelo até hoje pelo colaborador de minha vó, Seu Antônio. A despeito da casa da Major Gabriel, importante dizer que é um dos últimos espaços verdes e preservados no centro de Manaus, onde diariamente passam e se alimentam uma infinidade de aves de diversas espécies.

Vovô deixou algo que poucos homens que passam por este plano terreno conseguem deixar, deixou um legado. É fonte de inspiração, criou, educou e formou seus 8 filhos, sempre ajudou seus diversos netos, mas não teve a chance de conhecer eventuais bisnetos. Era um

apaixonado pela leitura (pulava páginas de livros que ele considerava 201
que arrodeavam muito, além de fazer grifos em passagens importantes), pela Amazônia, pela família, pelos amigos, e admirado por todos que o conheciam.

Finalizo com uma estória que retrata bem como meu avô era, certa vez em um julgamento no Tribunal, ele conhecia o réu, mas não tinha intimidade, e sabia que o réu não era culpado com o que fora apresentado nos autos. Daí que um colega Desembargador, disse: “me declaro suspeito de julgar por conhecer o réu”, e meu avô replicou “por este mesmo motivo, e conforme os autos julgo a favor da absolvição do réu”. Esse era Paulo Jacob, que faria 100 anos em 2021, e que em sua lápide, não poderia deixar de ter no epitáfio, algo que não parecesse mais com ele do que seu amor pela literatura, e pela sua felicidade em ser membro e imortal da Academia Amazonense de Letras – medalha a qual ele me presenteou como lembrança de sua memória neste plano. Misturando o título de seus diversos livros, lá está escrito “Macurutama contava, em noites de chuva branca, nos acercados do Cassianã, em tempos infinitos, que um pedaço de lua caía na mata.”

— Chuva Branca o discurso da sobrevivência

ALDISIO FILGUEIRAS¹⁴⁴

Ao assumir, nesta Academia, a cadeira número 7, que pertencera a Paulo Herban Maciel Jacob (1921-2003), destaquei de sua prolífica obra o romance *Chuva Branca*, como o seu “momento mais brilhante”. Seis anos depois desse discurso de posse, e nos cem anos de nascimento do meu antecessor, continuo a considerá-lo a “mais perfeita metáfora” da nossa condição humana de gente da Amazônia.

A chuva branca apaga os contrastes e reduz a paisagem a uma tela sem mácula e tira do homem a sua humanidade: suas referências territoriais, primeiro, e por último, sua condição de gente, sem história e cultura. É claro que ninguém precisa estar perdido dentro da floresta, desencaminhado por uma chuva branca. Manaus, com todos os seus contrastes de cor e sinalizações de trânsito, pode perfeitamente ser, a qualquer momento, uma chuva branca. São Paulo também. E Nova York. E Paris. Não apenas a floresta amazônica em que se aventurou, movido pela fome, o caboclo Luís Chato, à caça de uma anta e onde se perdeu, reduzido à nudez e ao delírio.

Mais amplamente, a chuva branca não é uma questão de clima ou geografia. Para chegar a esse clímax, Jacob percorreu um caminho errático, em cerca de 16 livros, guiado por uma luz bastante traiçoeira: a linguagem. Em *Chãos de Maiconã*, anexou ao romance um dicionário da língua yanomami, para “traduzir” o que falavam seus personagens já contaminados pela sociedade de entorno e situá-los no cenário da sua ficção.

Naquele discurso de 2005, referi mais de uma vez essa questão de existir na Amazônia, desde o momento em que o mundo ocidental e cristão já definira o seu chão de fábrica e a produção de desejos, praze-

¹⁴⁴ Aldisio Gomes Figueiras, titular da Cadeira 7, de Maranhão Sobrinho.

res e saberes. Que proveito, eu perguntava à plateia, naquele momento, 203 e a mim mesmo, desde sempre, nós escritores temos feito da língua portuguesa, carregada de catolicismo, em nossa breve civilização de trópico úmido? Ou somos cristão ou somos índios. Ou somos caboclos ou somos brancos. Não nos passa que possamos ser tão mestiços quanto já o eram os portugueses que se lançaram às aventuras marítimas, depois de longo, íntimo e promíscuo convívio com os árabes e os judeus e os ciganos e os pagãos de todos os matizes, até virarem católicos, apostólicos e romanos.

Samuel Benchimol (1923-2003) escreveu que “é muito difícil ser, viver e ficar judeu em qualquer parte do mundo e, sobretudo, na Amazônia”. Não é preciso ser judeu ou nativo de qualquer outra tribo, para ser estrangeiro, em um mundo em que o tempo e o espaço foram transformados em moeda divisionária. A chuva branca que envolve o mundo transforma tudo e todos em obstáculo; quer dizer, em inimigo. O branco da chuva não é paz, mas angústia, ansiedade e dor. Paulo Jacob tentou a decifração desse enigma humano, pela linguagem. Construiu uma linguagem para traduzir a realidade – como se sabe a linguagem não brota do chão, mas a chuva branca oblitera a criatura. A chuva branca é toda a impossibilidade. A chuva branca é o princípio do fim e o fim do princípio, a eternidade; quer dizer, a morte (por isso, os acadêmicos têm a prudência de ser imortais, e não eternos).

A linguagem tem duas faces, uma que ilumina, outra que cega. No princípio da nossa recente história, não existiam nem os índios, nem a Amazônia. Só a Europa existia. Menos que a Europa: Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda (o que mais poderia ser Europa? Ah, sim, o Vaticano). Só depois chegou o Brasil à Amazônia, com suas encrências de sempre, seu império e sua república de casa grande e senzala... e seu clima de chuva branca

Paulo Jacob lançou-se à sua aventura literária munido de uma poronga, a luminária típica do ambiente que escolheu para explorar. A poronga de *Macunaíma* (Mário de Andrade), Raul Bopp (*Cobra Norato*) e Guimarães Rosa (*Grande Sertão: veredas*, *Sagarana*, etc.), luminosos do modernismo brasileiro, todos antropófagos, no sentido que lhes deu Oswald de Andrade, em seu manifesto famoso. Condição antropofágica que já mostrara sua gastronomia experimental de antes do modernismo,

204 na cozinha bárbara do maranhense Joaquim de Sousa Andrade (Sousândrade) e do gaúcho José Joaquim de Campos Leão, o Qorpo Santo.

Sousândrade e Qorpo Santo, como faria Oswald, preferiram assuntar o perfil urbano do brasileiro, em uma leitura que amadureceria no Machado de Assis das incongruências da acomodação de classes da sociedade brasileira (o patrimonialismo nas relações de dominação, a aplicação fraudulenta das ideias importadas, como o conceito de república, por exemplo, e de democracia liberal-burguesa... o cardápio é imenso). Mário apropriou-se de Macunaíma, mito indígena da região de Roraima, do Brasil, e o carnalizou em um desfile deslumbrante, criando o cidadão sem nenhum caráter, passista da ala dos sobreviventes. Não há cidadão sem pecado.

Os saborosos resultados dessa antropofagia nem sempre foram bem digeridos por quem julgou tê-los apreciado. Eles sofreram indigestão na cópia (não na digestão, como aconselha o manifesto oswaldiano) apressada dos originais (Bopp, Mário, Rosa) e adaptá-los às suas localidades. No caso amazonense de Paulo Jacob, também figura de proa do Judiciário, é claro o interdito não declarado por Manaus, capital do Amazonas, sobre a opção pela territorialidade cabocla do interior do Estado, que não é vista nem cheirada pelas políticas públicas: poetas e romancistas e artistas plásticas é que conseguem dar-lhe atenção. Nos artistas, essa opção é política: imagine-se o escândalo de um Macunaíma, digamos, governador do Estado, e um universo de vereadores, deputados estaduais, federais e senadores e desembargadores, mobilizando-se para evitar que essa Excelência saia da coluna social para a crônica policial...

Então, vamos navegar pelo Amazonas que faz divisa com Manaus. É lá que floresce a imaginação e a pureza do oxigênio propicia o surgimento de insights; e os pecados são frutos da natureza e sequer chamam atenção do latinório da Justiça. Não apenas a ficção e a poesia evitam pôr lenha nessa briga de vizinhos; a sociologia, a economia e outras ciências sociais também respeitam o pacto de boa vizinhança... afinal, na cidade todos são vizinhos, embora nem se cumprimentem; no interior, onde fica o Estado do Amazonas, todos são parentes, distante até dez quilômetros de rio e barranco, um do outro. O caboclo não é o “onde o povo estar”, mas a opção mais segura

para esse artista se movimentar por ruas e rios amazonenses, principalmente se não sair da zona de conforto de Manaus. 205

Em Manaus, é nítido o esforço em inventar uma “identidade amazonense”, que não seja apenas aquele documento sacramentado pela Secretaria de Segurança Pública. A cada momento, uma tradição nova, um som amazônico, uma dança amazônica. Os inventores são incansáveis. Tem-se até um novo coronavírus nativo de Manaus, na qualidade ovacionada de mais um amazonense que se destaca lá fora.

Quando um sujeito ou um grupo de sujeitos se preocupa em estabelecer uma identidade, significa que o que ele (o sujeito ou o grupo) é não o satisfaz, algo o incomoda; esse algo é o que ele não é, mas não tem a menor ideia do que seja esse incômodo. A primeira identidade começa em não ser, depois vem a angustiante procura do que se deseja ser e não se sabe o que é. Um cenário perfeito para uma chuva branca se instalar.

Paulo Jacob foi para o interior do Estado à procura dessa raiz linguística que transforma amazonenses em amazonenses. A raiz não era um chá, muito prosaico para a ambição de Jacob. A raiz seria a palavra, como Guimarães Rosa desencavou nas veredas do seu sertão. Mas a palavra que compunha a geografia humana de Rosa e o sertanejo que a articulava e de que tirava a compreensão do mundo em que vivia e o reconstruía, incessantemente, era bem mais antiga do que aquela que Jacob supunha ouvir do caboclo amazonense. A língua católica da Idade Média e todos os conflitos entre a matéria e o “espírito” – o corpo e o pecado – estão sempre presentes nas personagens de Rosa. A língua do caboclo de Jacob já não tem esse arsenal de preocupações: ele é despachado para cá no final do século XIX e, como observou Samuel Benchimol, ao comparar migrações solitárias, como a dos nordestinos para a Amazônia da modernidade do ciclo da borracha, com a imigração dos judeus, que traziam a família na bagagem.

O caboclo de *Chuva Branca*, não à toa, chega sem família. As amizades se apresentam em lembranças, também de pessoas solitárias. Luís Chato é um sujeito só, até quando está com a mulher e os filhos que, não raro, passam fome. Luís Chato é um sobrevivente. Seu discurso é de um sobrevivente que luta contra o ambiente que não lhe dá espaço, embora o tempo que lhe reserve seja infinito. E mente

206 desocupada, a gente sabe, é onde se instala a chuva branca e sua massa líquida de dúvidas.

Se Manaus é hostil ao pensamento crítico, a floresta não pensa, por isso sua geografia não dialoga com quem a invade. A floresta não escreve romances, poemas ou tratados filosóficos. A floresta, como a cidade, não é para amadores. A chuva branca, esse fenômeno que tira a visão e nos deixa sem direção, é o espectro que ronda o artista do Amazonas e o deixa nu, com a mão no bolso. A única certeza que sustenta esse artista é a dúvida.

Paulo Jacob não brincou em serviço. Ele investiu em uma etnografia da palavra, mais do que em uma antropologia ou sociologia. O homem em seu romance é naturalizado. Ele dialoga com a natureza (a flora e a fauna), porque ainda lhe resta uma humanidade de origem, mas sua fala é disléxica, não tem resposta, e quanto mais fala e menos tem resposta, ele vai se tornando mudo, surdo e cego. Tudo o que ouve e vê são as suas lembranças que vão se diluindo até se confundirem de uma vez por todas com a fauna e a flora e a liquidez dessa atmosfera asfixiante. A natureza não guarda lembranças, não fala. Em breve, Luís Chato também será caça e se diluirá na natureza.

O branco dessa chuva jacobiana é o marco-zero com que, nós artistas nos defrontamos, quando insistimos em trabalhar nossa expressão, sem lembrar que língua e linguagem são circunstâncias diferentes e não nascem do chão. Nossos desencontros talvez se deem porque a língua portuguesa, mesmo sendo uma língua de cultura ainda não tenha se confundido com a história e a cultura da região; talvez porque convivamos com ela há pouco mais de cem anos, ou talvez porque não saibamos, ainda, domá-la e submetê-la ao nosso gênio. Talvez não queiramos saber a resposta, para não incomodar a parafernália de parentescos da estrutura social, que é opressora, tem lembranças e fala.

... É difícil, senão impossível, continuar a ser gente em uma chuva branca. E o Amazonas sempre esteve afogado por essa poderosa chuva branca que Paulo Jacob foi cutucar com vara curta na mata virgem, porque em Manaus ela não é só branca, é ácida e muito mais traiçoeira. E a linguagem exige a força que existe no exercício da sobrevivência. É preciso tirar da chuva branca alguma substância proteica. A linguagem ilumina e cega. Qualquer descuido pode ser fatal.

— Topografia literária da ficção Jacobiana

JAMESCLEY ALMEIDA DE SOUZA¹⁴⁵

INTRODUÇÃO

Tem sido volumosa, nas últimas décadas, a publicação de estudos que abordam a categoria literária espaço. Tanto estudiosos da área da literatura quanto geógrafos interessados em enxergar a realidade geográfica por meio de textos literários têm se debruçado sobre narrativas, fazendo com que o interesse pelo espaço literário, sobretudo o romanesco, ultrapasse até mesmo o interesse por aquelas categorias que outrora dominavam os estudos na literatura, tais como o tempo e a personagem. É nesse contexto de despertar para o estudo do espaço na literatura, impulsionado pela Topoanálise (BORGES FILHO, 2007) e pela Geografia Humanista/Cultural (DARDEL, 2011; TUAN, 2012, 2013), que se inscreve esta abordagem sobre a obra de Paulo Jacob.

Passou a ser comum, no âmbito das abordagens sobre o espaço romanesco, o itinerário por meio do qual o pesquisador inicia a investigação com a localização das personagens. Tanto Borges Filho, por parte da Topoanálise, quanto Oliveira, por parte dos estudos sobre a geograficidade, são categóricos ao afirmar que o percurso a ser seguido é esse. Diz Borges Filho (2007, p. 44), a primeira tarefa de uma topoanálise é o levantamento dos espaços do texto, uma espécie de topografia literária. E, Oliveira (2016, p. 252), concordando, afirma: [a geograficidade] começa na localização dos seus homens-personagens e na sua respectiva periodização para fazer o estar-aí da existência do ser (social ou não) no meio.

145 Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). E-mail: jamescleya@gmail.com.

Ora, em se tratando da ficção jacobiana, isso significa, sob muitos aspectos, visitar praticamente os quatro cantos do Amazonas, tais como a metrópole Manaus, algumas sedes municipais, comunidades ribeirinhas, seringais, rios e um território indígena (Terra Indígena Yanomami). Isso inclui ainda outros estados brasileiros (Ceará, Pará, Roraima e Acre), a Amazônia peruana (rio Ucayali), a região do Minho (fronteira entre Portugal e Espanha), na Europa, e Beirute, no Líbano. Sobre os lugares da Amazônia, em particular, Paulo Jacob tanto os explorou como o espaço onde se movimentam as suas personagens que é possível fazer a seguinte afirmação: todo caminho (ficção) que parte de Paulo Jacob leva ao espaço amazônico.

O ESPAÇO ROMANESCO JACOBIANO

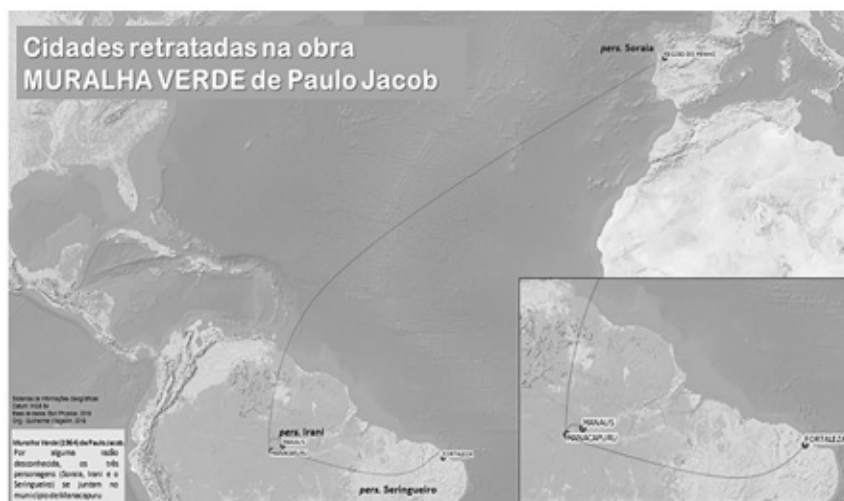
Conquanto se passe quase que inteiramente na Amazônia, essa ficção, cuja publicação teve o seu início em 1964 e foi finalizada em 1999, ambienta-se em um espaço físico de dimensões consideráveis. Mais precisamente, como podemos observar (vide mapa 1), ela abrange três continentes diferentes (América do Sul, Europa e Ásia (Oriente Médio), quatro países (Brasil, Peru, Portugal e Líbano) e cinco estados brasileiros (Amazonas, Pará, Roraima, Acre e Ceará). Dentre os 13 romances, *Muralha verde*, que marca a estreia de Paulo Jacob como ficcionista, é aquele que mais se dispersa espacialmente, indo para Portugal e também para Fortaleza, no Ceará. A sua narrativa, porém, não se demora nesses lugares: vem logo tomar o seu lugar na Amazônia. Abstraindo: o espaço romanesco jacobiano é vasto assim como são vastas as 2.662 páginas que compõem a sua obra ficcional.

MURALHA VERDE E VILA RICA DAS QUEIMADAS

Dois romances de Paulo Jacob possuem enredos cuja cadeia de eventos mostra oposição entre continentes: *Muralha verde*, que foi o seu romance de estreia, e *Vila rica das queimadas*, romance histórico, pois é uma representação da chegada e adaptação dos sírio-libaneses na Amazônia. *Muralha verde* mostra uma oposição entre Europa e América do Sul, dado que nele o escritor empregou a técnica narrativa da alternância, misturando três histórias diferentes, e uma delas tem como espaço inicial a região do Minho, na fronteira entre Espanha e

210 chamavam carinhosamente de Petita. É ela que migrará para a Amazônia junto com Gonçalo (vide mapa 2), seu marido, e Verônica, sua filha, fugindo dos sofrimentos perpetrados pela Ditadura Franquista (1936-1975). A razão do exílio é que os pais de Gonçalo, revolucionários, haviam desaparecido em uma masmorra e Joaquim, seu irmão, fora fuzilado por soldados. Foi então que o casal optou por realizar essa grande viagem, vindo “a exilar-se no Brasil, almejando fixar residência no Amazonas, terra de sonhos e fantasias” (JACOB, 1964, p. 131).

Ocorre que, antes de as ações sobre Soraia virem se desenrolar no Amazonas, precisamente em Manacapuru, local para onde Gonçalo veio com a missão de demarcar lotes de terra, a descrição espacial da região do Minho exige um parêntesis. Vários cenários (espaços criados pelo homem) e naturezas (espaços não criados pelo homem) são descritos pela voz narrativa, fornecendo um bom panorama tanto da habitação de Soraia e de sua família, e bem assim dos lugares frequentados por eles, quanto dos espaços naturais que ajudam a formar o quadro do lugar-rejo. A descrição desses cenários ibéricos nos leva a contrastá-los com a natureza que será, mais tarde, predominante no espaço amazônico.

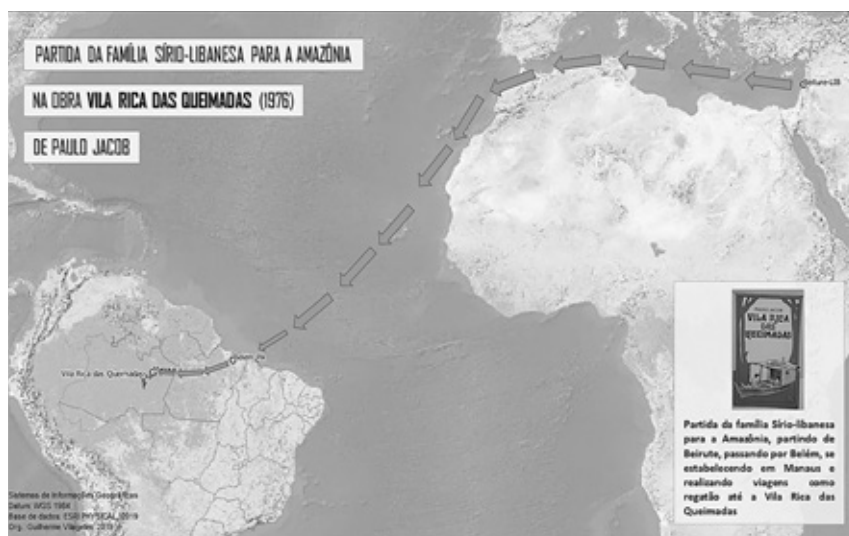


MAPA INFOGRÁFICO 2. Cidades retratadas no romance *Muralha verde*, de Paulo Jacob. Fonte: Elaborado por Guilherme Vilagelim, a partir de ideia do autor.

Entre os cenários descritos, para citar apenas alguns, estão a 211
velha casa que Paulo e Janete herdaram de seus antepassados, o lugar
onde Soraia passou a sua infância e ficou marcado em sua memó-
ria: “corroído pela velhice, um teto construído de argamassa e pedra,
herdado de avoengos cultivadores de trigo, situado ao sopé de um
cerro” (JACOB, p. 1964, p. 14); o templo de Salvaterra (Ibid., p. 16),
o centro da sala da casa de Janete (Ibid., p. 35), os moinhos onde os
lavradores faziam a moagem do milho (Ibid., p. 35), os casebres da
vila, que sofriam com a frigidez do inverno (Ibid., p. 51) e a estação de
trem que ligava a vila à cidade de Madri (Ibid., p. 74).

Em relação à natureza, é possível destacar a “serra do Meira”
(Ibid., p. 14), as “límpidas águas do Minho” (Ibid., p. 14), “o tapete
esmeraldino da relva” (Ibid., p. 14), “as árvores frutíferas da linha-
gem das rosáceas” (Ibid., p. 17), os “caminhos acidentados” da vila
(Ibid., p. 18), as “encostas” do Minho (Ibid., p. 36) e o “desfolhar das
árvores” no outono (Ibid., p. 37). A natureza de outras estações anuais
também aparece, em uma linguagem um tanto quanto empolada, tais
como o inverno e seus “caminhos atulhados de neve” (Ibid., p. 54) e a
primavera, temporada na qual voejam “bandos de milhares de pardais,
recortando o branco espaço primaveril, em nuvens vivas, a pilharem
alegres em revoadas, à cata de pouso e repasto” (Ibid., p. 70).

Sobre uma razão para esse encadeamento dos espaços de *Mura-
lha verde*, cujo enredo se inicia no Minho e depois se desenvolve e
se complica na Amazônia, considero útil apontar que, talvez, esse
romance inaugural seja um retorno às origens do autor, uma origem
ligada a três lugares diferentes: a Península Ibérica, o Nordeste brasi-
leiro e a Amazônia. Esses três espaços são representados por meio de
três histórias alternadas nesse mesmo romance: a da europeia Soraia,
a do sertanejo Jason e a do manauara Irani, cujas vidas se cruzam na
Amazônia, especificamente no interior, em Manacapuru.



MAPA INFOGRÁFICO 3. Partida da família sírio-libanesa para a Amazônia no romance *Vila rica das queimadas*. Fonte: Elaborado por Guilherme Vilagelim, a partir de ideia do autor.

Como mostra o mapa 3, outro macroespaço que faz oposição entre continente e continente ocorre em *Vila rica das queimadas*. Neste romance, os continentes que estão polarizados são a Ásia (Oriente Médio) e a América do Sul, dado que Paulo Jacob planejou representar a chegada e a adaptação dos sírio-libaneses na Amazônia. A ideia que teve o ficcionista, então, foi colocar como espaço inicial o cenário do porto de Beirute, no Líbano, cheio de vapores que tomavam “destino de rumo” (JACOB, 1976, p. 3). Nagib e seus pais, Jamil e Zarife, tinham como terra natal a cidade de Hama, na Síria, mas é do porto de Beirute que eles partem ao ouvirem que a borracha estava dando muito dinheiro. O vapor irá percorrer uma longa distância, passando “dias aí corrigindo água, o marzão aberto na frente, batendo afoitoso” (Ibid., p. 3), até chegar ao Amazonas.

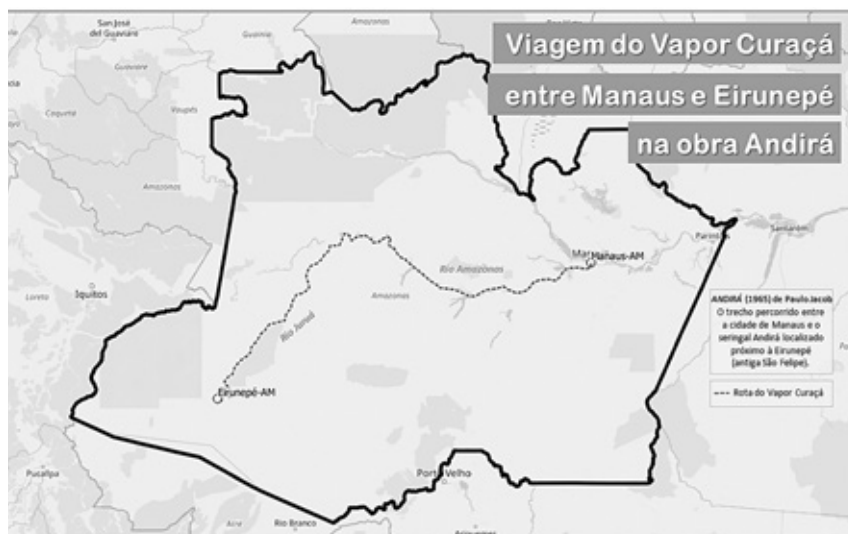
Convém observar que *Vila rica das queimadas* compartilha aspectos intertextuais com muitos romances brasileiros que representaram a emigração árabe para o Brasil. Na Amazônia, temos os romances *E Deus chorou sobre o rio*, de Elisabeth Azize, *Relato de um certo oriente* e *Dois irmãos*, de Milton Hatoum. Outros romances brasileiros que mostraram a chegada, adaptação e colonização dos sírio-libaneses em terras brasileiras são *As aventuras de um mascate libanês*, de Jabal Lubnàn, *Mohamed, o latoeiro*, de Gilberto Abrão, *Nur na escuridão*, de

Salim Miguel, que narra a saga de uma família libanesa que se estabeleceu em Santa Catarina, *A descoberta da América pelos turcos*, de Jorge Amado, e *Amrik*, de Ana Miranda. 213

ANDIRÁ

De maneira idêntica, na cidade de Manaus se passa o início da narrativa e parte do desenvolvimento do romance *Andirá*, o de menor título dentre todos os livros de Paulo Jacob (vide mapa 4). Esse romance é igualmente o mais romântico de todos, o único a ser publicado com ilustrações presentes no início de cada capítulo e também o único com epígrafes. *Andirá* tem início em Manaus, com a sua elite se aglomerando na principal catedral da cidade, a de São Sebastião, solicitando ao santo “a paralização [sic] das chuvas que ameaçavam os lucros na safra da borracha” (JACOB, 1965, p. 23). Enquanto isso, em algum ponto no cais da cidade corriam os preparativos da viagem do “gaiola da firma M. V. Carioca, que zarparia naqueles instantes com destino ao Juruá” (Ibid., p. 28). O destino, mais exatamente, era o seringal Andirá, localizado nos domínios da antiga cidade de São Felipe (atual Eirunepé), e de propriedade do Coronel Alírio Feitosa, desafeto declarado do Coronel Tibúrcio César Guerreiro.

Andirá, o primeiro romance de Paulo Jacob cuja temática predominante é o ciclo da borracha, é outro que pode ser segmentado em dois macroespaços regionais. A cidade de Manaus, onde se passa uma parte considerável do enredo, situa-se na região leste e o município de São Felipe está situado no outro lado do território estadual, na região oeste. Mais exatamente, seria preciso dizer que o seu enredo é um constante ir e vir entre Manaus e São Felipe, encadeando esses dois grandes espaços. Isso ocorre não somente pelo fato de a narrativa se iniciar na capital, mas, principalmente, por ser o lugar onde alianças políticas são firmadas, disputas judiciais são travadas e negócios envolvendo o látex são fechados.



MAPA INFOGRÁFICO 4. Viagem do vapor Curuçá na narrativa do romance *Andirá*. Fonte: Elaborado por Guilherme Vilagelim, a partir de ideia do autor.

Manaus é tanto o espaço inicial quanto o espaço final do enredo de *Andirá*. O romance se inicia com o povo se aglomerando em uma paróquia da cidade e pedindo a São Sebastião que cesse as chuvas para que as atividades anuais relacionadas à borracha pudessem começar:

De todas as paróquias da velha Manaus, ao chamado insistente e atormentante dos sinos, o povo atendia em massa constante, em filas silenciosas, tomando caminho e posição na pomposa catedral da cidade, cobrindo de festas o milagroso São Sebastião, o guerreiro invencível, curvado agora às orações fervorosas que enchiam o templo, num objetivo quase comum: a paralização das chuvas que ameaçavam os lucros na safra da borracha (JACOB, 1965, p. 23).

Faziam parte desse povo que formava filas diante da catedral de São Sebastião, os poderosos coronéis da borracha, entre eles Aniceto Barroso, Arlindo Prado, Jerônimo Façanha, Pancrácio Brito e os arqui-inimigos Alírio Feitosa e Tibúrcio César Guerreiro. Alírio Feitosa é o proprietário do seringal Andirá, que dá nome ao romance, e possui uma boa casa em Manaus, onde vivem Corina, sua esposa, e os filhos Mariazinha e Quincas. Já Tibúrcio César Guerreiro também era dono de seringal no rio Juruá, possuía casa em Manaus, onde viviam a esposa

Lúcia e os filhos Jacira e Silverinho, e disputava com Alírio a hegemonia política e econômica de São Felipe. 215

É principalmente por meio dessas personagens que a ação romanesca ora se concentra em Manaus, ora em São Felipe, indo de uma região a outra do Amazonas. Após essa apresentação de Manaus, por exemplo, a ação acompanha as três longas semanas de viagem. Narrado em terceira pessoa, *Andirá* volta a ter Manaus como espaço no final do enredo, mostrando o fim econômico de Alírio Feitosa e a força do amor entre Mariazinha e Fabrício. Este tivera o órgão sexual cortado pelo pai da jovem quando o namoro foi descoberto. Alírio Feitosa foi denunciado e processado pelo que fizera ao rapaz e também por todos os assassinatos que haviam sido cometidos sob suas ordens em seu seringal. Empregando todos os seus recursos para pagar advogados e se defender, ele termina na miséria e socialmente humilhado, passando a viver em sua casa em Manaus. Doente e em amargura, ele diz: “antes a casa cheia de gente, fartos almoços aos domingos. Muitos convidados. Viver naquela miséria... O casarão ôco, sem móveis, sem nada [...]. Todos têm medo de mim. Quem vê pensa que estou leproso” (JACOB, 1965, p. 265-266).

O GAIOLA TIRANTE RUMO DO RIO DA BORRACHA

Com capítulos curtos e com um volume de discurso direto considerável, o narrador de *O gaiola tirante rumo do rio da borracha* é o comandante Antônio Damasceno, o prático que há 25 anos navega pelos rios da Amazônia “na proa de gaiola” (JACOB, 1987, p. 40). A embarcação sobe o rio Amazonas (vide mapa 5), passa por cidades paraenses, tais como Óbidos, Prainha, Breves, Curralinho, Almerim, Gurupá, Alenquer e Monte Alegre, entra no Estado do Amazonas e chega a Manaus, onde realiza uma parada para passar por reparos em seu casco. O tempo dos acontecimentos contados é o da Manaus do período áureo da borracha, embora já tardio. Mas ainda é possível perceber “o Roadway apinhado de gente. Cais flutuante. Bóias de ferro. Beleza de porto. Trabalho dos ingleses” (Ibid., p. 68).

O lugar de fala do narrador coincide hipoteticamente com o dos fatos narrados e vivenciados por Antônio Damasceno. Por onde passa, entre uma conversa e outra com os passageiros que visitam a

216 sua cabine de comando, ele vai citando o nome de cidades, rios, furos, paranás, comunidades, assim como ensinando os segredos da navegação fluvial, contando um pouco da história e da cultura desses lugares e dando a distância em milhas: “o avanço do prático, muito depende do cuidadoso de olhar. Anotar os escudos, os se visto, mais depois de fazer. Gurupá, duzentas e setenta milhas. Almerim, trezentas e trinta e cinco. Prainha, quatrocentos e catorze. Monte Alegre, quatrocentos e cinquenta e sete” (JACOB, 1987, p. 21).

De Manaus, o gaiola continua a subir, navegando pelo rio Solimões. O seu destino é chegar ao rio da borracha, o Juruá, entregando uma carga em São Felipe. Ao longo da viagem não deixa de citar os municípios amazônicos localizados às margens do Solimões, entre eles Anamá, Anori, Coari, Tefé, Carauari, Alvarães, Uarini, Juruá e São Felipe. Ao entregar a carga da qual estava responsável nesta cidade, o gaiola entra no Estado do Acre pelo rio Tarauacá e visita a cidade de Sena Madureira. O desenlace do romance se dá com a decisão do comandante Antônio Damasceno – motivado pela ganância do dono do gaiola, o judeu Salomão – de esticar a viagem até o rio Iaco, local da desventura do gaiola. Navegando por este rio, com o objetivo de chegar ao rio Purus, o Curuçá bate numa tronqueira, parte o seu casco ao meio e encalha numa praia.

Dentre todos os romances de Paulo Jacob, esse é o único que se passa quase que inteiramente dentro de uma embarcação, seguindo viagem, parando apenas em alguns portos para abastecimento, entrega de carga e desembarque de passageiros. Outro ponto interessante é que o espaço desse romance é móvel, isto é, as águas dos rios Amazonas, Solimões, Juruá, Tarauacá e Iaco. De resto, vale a pena mencionar que a narrativa dessa longa viagem faz o percurso inverso daquele realizado por outro romance do escritor, que é *Amazonas, remansos, rebojos e banzeiros*. Enquanto *O gaiola tirante rumo do rio da borracha* é uma subida pelo rio Amazonas (vide mapa 5), aquele é uma descida, desde a Amazônia peruana, pelo mesmo rio. Tanto parece haver um paralelo quanto a esse ponto entre as duas ficções que parte do título de *Amazonas, remansos, rebojos e banzeiros* aparece na narração do comandante Antônio Damasceno: “Dias aí subindo, olhando o verdoso da mata. Terra caída, rebojo, remanso, banzeiro” (JACOB, 1987, p. 53, grifo nosso).



MAPA INFOGRÁFICO 5. Roteiro de viagem do vapor Curuçá no romance *O gaiola tirante rumo do rio da borracha*. Fonte: Elaborado por Guilherme Vilagelim, a partir de ideia do autor.

UM PEDAÇO DE LUA CAÍA NA MATA

Bem entendido, entretanto, o romance jacobiano que melhor mostra a metrópole Belém, detendo-se de forma mais demorada na cidade, é *Um pedaço de lua caía na mata* (vide mapa 6). A narrativa se passa prevalentemente em Parintins, contando a história de Salomão, personagem judeu que vive na Amazônia e procura se aculturar à nova realidade, mantendo as tradições e as crenças do judaísmo. Todavia, quando Salomão já se encontra velho, Jacó, seu filho, muda-se para a capital paraense com Sara, sua mãe, para estudar medicina e se tornar “doutor das curas” (JACOB, 1990, p. 153). É nesse momento que, qual um cicérone, guiando o leitor pelos locais mais populares e turísticos de Belém, os olhos de Jacó se transformam nas lentes pelas quais passamos a enxergar e conhecer a cidade.

Cabe dizer igualmente que imagens literárias do espaço rural de Parintins também aparecem em *Um pedaço de lua caía na mata*. E isso decorre em virtude da vida de comerciante que Salomão teve enquanto jovem, antes de se casar e fincar raízes na Ilha Tupinambarana (vide mapa 6). É como dono de regatão, portanto, que vamos ver Salomão descer e subir o rio Amazonas, andando de barranco em barranco, apaixonar-se por uma cabocla e ter boas imagens desse

218 espaço: “homem também tem da fraqueza chorar. Lembrança do regatão, saudade de Janoca. Vivença de riso, felicidade. Amando uma cabocla das barrancas do rio” (JACOB, 1990, p. 85).



MAPA INFOGRÁFICO 6. Cidades do romance *Um pedaço de lua caía na mata*. Fonte: Elaborado por Guilherme Vilagelim, a partir de ideia do autor.

Importante dizer que é com base nesse olhar que Marques, ao analisar *Um pedaço de lua caía na mata*, desenvolve o argumento – bem antes de nossa pesquisa – de que Parintins é mostrada como um lugar intersticial: “no romance, Parintins está geográfica e politicamente dividida entre a selva e as capitais regionais, sendo palco de uma luta de interesses entre a autoridade mezinha e castradora do coronel da borracha e o controle centralizador e corrompido do governo do estado” (MARQUES, 2017, p. 30). A cidade parece, pois, flutuar entre as influências regionais dessas duas metrópoles – Manaus e Belém. Como observou Milton Santos, lembrando uma frase de Georges Chabot¹⁴⁶, “não existe cidade sem região, nem região sem cidade” (SANTOS, 1959, p. 9).

Dedicado a “Israel, a quem os séculos pesam dor, sofrimento, resignação, amor à Torá e temor a Deus” (JACOB, 1990, p. 5), o romance tem como cronotopo do narrador o início do século XX, em especial os anos pré-boi-bumbá (antes de 1925). A partir desses anos, a narrativa se estende anacronicamente para o passado, com uma amplitude que cobre o período que vai do ano 1850, ano em que chegam os

¹⁴⁶ Geógrafo francês (1890-1975). A famosa citação de Chabot se encontra no seu livro de título *Les villes*, publicado em 1952 pela editora parisiense Librairie Armand Collin.



MAPA INFOGRÁFICO 7. Comunidades ribeirinhas presentes nas obras de Paulo Jacob. Fonte: Elaborado por Guilherme Vilagelim, a partir de ideia do autor.

primeiros judeus de origem sefardita à Amazônia, vindos de Tânger, no Marrocos, ao ano 1925, momento em que oficialmente¹⁴⁷ já existiam em Parintins os dois bois-bumbás – garantido e caprichoso: “– Que aconteceu com esse foguetório? – Hoje é São João. E mesmo deu-se a chegada do boi Garantido, do boi Caprichoso” (Ibid., p. 154).

COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA FICÇÃO JACOBIANA

Passemos a comentar, agora de forma mais detida, o espaço que engloba comunidades ribeirinhas nomeadas ao longo da narrativa. Já mencionamos anteriormente duas delas, que são o seringal Andirá, que serve de cenário para o romance de mesmo nome, e a comunidade Manari, onde tem início o romance *A noite cobria o rio caminhando*. A essas comunidades convém acrescentar outras duas: por ordem de publicação, o seringal Cassianã, do romance *Dos ditos passados nos acercados do Cassianã*, e o seringal Cabuquena, onde se passa *Tempos infinitos*, o último romance publicado por Paulo Jacob. São essas quatro

147 Há divergências.

220 comunidades rurais que formam o espaço da ficção jacobiana que chamamos de espaços rurais.

Como mostrado acima, no mapa 7, o romance *Dos ditos passados nos acercados do Cassianã* se passa no rio Purus, no seringal de mesmo nome e de propriedade do Coronel Anastácio Trajano, descrito no livro como um bom seringalista e patrão: “De muitas dessas presenciar. Coronel Anastácio Trajano, isso nunca. Bondosidades de homem” (JACOB, 1969, p. 27). De conformidade com a sua narrativa, o seringal ficava localizado próximo às terras dos índios apurinãs, dentro do território do município amazonense de Lábrea. Não sem razão que o romance relata a constante disputa por terras na região, inevitavelmente levando ao conflito entre as duas partes, com ordens explícitas de genocídio indígena por parte dos seringalistas:

patrão acabou com esses desabuses dos bichos. Duns cem morridos no rifle. De restar um esses nada. O fogo rompeu na maloca. No tomarem as flechas, a bala cercou os danados. A paragem ficou de uma beleza, trabalhar no sossego. Os de restarem, desmudaram pro centro. (JACOB, 1969, p. 24)

Chuva branca, o mais famoso romance de Paulo Jacob e também aquele por meio do qual ele chegou a ensaiar uma aparição em nível nacional, é o mais psicológico de todos eles. Nesse sentido, podemos certamente dizer que ele é o mais moderno e o mais proustiano ou joyceano de todos os romances jacobianos. Mister dizer que, numa abordagem tal como a nossa, essa característica apresentada pelo romance se reveste de especial significado. Nessa ótica, é sabido que Paulo Jacob foi amigo do escritor piauiense Assis Brasil, com quem chegou a concorrer durante os anos de prêmio Walmap, e que este chegou a comparar o escritor amazonense com o estadunidense Faulkner. Esse ponto vem bastante a propósito, uma vez que, em *Chuva branca*, a análise psicológica proporcionada pela narrativa de Luis Chato parece se fundir com o espaço ao seu redor. Ao que parece, foi isso o que viu Samuel, crítico literário amazonense, ao ler este romance de Paulo Jacob.

Dentre os quatro romances de Paulo Jacob que se passam em comunidades ribeirinhas ao longo da narrativa, *Dos ditos passados nos acercados do Cassianã* é aquele que, em termos de referencialidade, isto

é, “o liame da literatura com o real” (SAMOYAUULT, 2008, p. 101), melhor 221 apresenta referências espaciais com o mundo físico. Abstraindo, não sabemos ao certo se realmente existiu um seringal no rio Juruá denominado Andirá, ou um seringal chamado Cabuquena, no rio Madeira ou, ainda, a comunidade Manari, de *A noite cobria o rio caminhando*. No entanto, uma busca rápida na rede mundial de computadores nos permite observar que realmente existiu um seringal por nome São Luiz do Cassianã, que hoje é uma comunidade localizada dentro de uma reserva extrativista, a Resex Médio Purus de Lábrea-AM, denominada “São Luiz do Cassianã” (CHAGAS FILHO e SANTOS, 2015, p. 7).

Ademais, em pesquisas no site da Hemeroteca Digital Brasileira, encontramos, somente no antigo jornal *O correio do Purus*, que era publicado em Lábrea, 92 ocorrências ligadas ao nome “Cassianã”. Uma boa parte delas, vale mencionar, são notas sobre a movimentação de coronéis da borracha e de pessoas ilustres da região publicadas na seção Hóspedes e Viajantes: “Esteve nesta cidade o Exmo. Sr. Coronel Luiz da Silva Gomes, conceituado comerciante em S. Luiz do Cassianã”.¹⁴⁸ Ou o anúncio de festas religiosas: “Em regosijo ao seu aniversário natalício quiz o Exmo. Sr. Coronel Luiz da Silva Gomes, proprietário e residente em S. Luiz do Cassianã, d’esta comarca, fazer alli baptisar uma Capella”.¹⁴⁹

Romance mais volumoso de Paulo Jacob, com 359 páginas, e também aquele por meio do qual o escritor chegou mais perto (2º lugar) de ganhar o prêmio literário nacional Walmap, *Dos ditos passados nos cercados do Cassianã* se passa igualmente no período áureo do látex: “a borracha na grande alta de preço” (JACOB, 1969, p. 22). Seu narrador, Raimundo Marcelino é um sertanejo pernambucano que vem fugido da seca para a Amazônia, sonhando, como muitos, em fazer riqueza com a extração da seringa: “daí se dar o causo, evir para o Amazonas. A borra-cha, um dinheirão de preço. Gente voltada ao sertão, comprava fazenda, engenho, outros adquiridos de basta avaliação” (Ibid., p. 16). O sonho de

148 Hóspedes e viajantes. **O correio do Purus**. Lábrea, 22 out. 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=214264&pasta=ano%20190&pesq=cassian%C3%A3>. Acesso em: 28 set. 2019.

149 Festa Catholica. **O correio do Purus**. Lábrea, 16 fev. 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=214264&pasta=ano%20190&pesq=cassian%C3%A3>. Acesso em: 28 set. 2019.

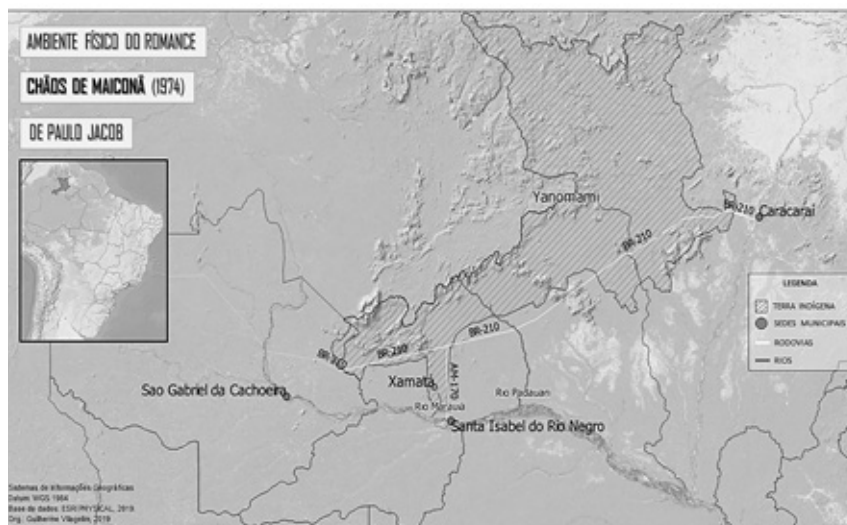
222 Raimundo Marcelino se transforma, no entanto, em leda fantasia, pois uma coisa apenas era certa nos seringais amazônicos: a vigilância, os maus-tratos, o trabalho desgastante e até mesmo assassinatos.

O mapa 7 também nos apresenta o espaço físico, nesse universo ficcional, onde se ambienta *Tempos infinitos*, o último romance a ser publicado por Paulo Jacob. Dedicado a Robério Braga e sua esposa, com capa elaborada por um de seus netos, João Paulo Jacob, o escritor retoma, neste livro que fecha o seu ciclo literário, a temática da borracha. Uma observação aqui: dessa vez, o rio escolhido é o Madeira e – a mudança mais importante – o seringal é dirigido por uma mulher. Pela primeira vez, na ficção jacobiana, temos uma seringalista, Dona Maria Mariana, e não um seringalista: “histórias do tempo. O quieto da mata escutando. Dona Maria Mariana, a verdade obedecida. A mulher urarecuéra (nasceu veneno)¹⁵⁰. Dona do seringal Cabuquena (porta de marimbondo). Margem do rio Madeira. Mulher afamada, ranzinza” (JACOB, 2004, p. 11).

Localizado “nos beiradões do Madeira” (JACOB, 2004, p. 15), o seringal Cabuquena, de *Tempos infinitos*, possui ligações econômicas, socioculturais e políticas com um município amazonense que, pela primeira vez, aparece na ficção de Paulo Jacob – Humaitá: “o cofre da dona Maria Mariana abarrotado de dinheiro. Só o comandante Mariano trouxe mais de trinta contos. Uns de restantes mais, recebeu em Humaitá. Dinheiro da venda de cumaru, castanha, puxuri, babaçu, couro de onça, maracajá, lontra, caititu” (Ibid., p. 146). É um seringal famoso na região do rio Madeira e, como a maioria deles, é também lugar de maus-tratos e cemitério de vidas: “[...] Cabuquena. Seringal famoso, falado. Cemitério de muitas vidas. Lugar de muita tristeza, pouca alegria. Poder da borracha respeitado no Madeira” (Ibid., p. 212).

Tempos infinitos também marca o retorno de Paulo Jacob, de forma mais focada, à temática indígena, tal como ele já havia feito em *Chãos de Maíconã*, no início da década de 1970. Tanto isso é verdade que assenta bem ressaltarmos que é possível fazer alguns paralelos entre os dois livros. Ambos parecem querer divulgar a língua indígena,

150 Neste romance, Paulo Jacob experimenta a inserção de vocábulos da língua geral ao longo da narrativa, aos moldes daquilo que ele já havia realizado na década de 1970 com a língua dos yanomamis (uaicás), em *Chãos de Maíconã*.



MAPA INFOGRÁFICO 8. Espaço físico onde se ambienta a ficção *Chãos de Maíconã*. Fonte: Elaborado por Guilherme Vilagelim, a partir de ideia do autor.

com uma diferença, entretanto: em *Tempos infinitos* o escritor insere a tradução em língua portuguesa da palavra ou expressão em língua indígena utilizada dentro de parêntesis, ou seja, elas parecem fazer parte da narrativa. Já em *Chãos de Maíconã*, isso ocorre ao final, por meio de um glossário¹⁵¹. Neste último livro a língua indígena empregada é a uaicá, enquanto no primeiro é o nheengatu. Em *Tempos infinitos* temos um indígena sendo “amansado” em um espaço social dito civilizado (seringal) e sendo alvo da paixão de uma mulher de pele branca; no outro, o indígena está em seu espaço natural e em litígio com o homem branco em virtude de este avançar sobre as suas terras.

CHÃOS DE MAÍCONÃ

Caracterizado por uma leitura que corre truncada, uma vez que o romancista decidiu nele inserir palavras e expressões da língua uaicá cuja tradução só é apresentada ao final, *Chãos de Maíconã* é uma narrativa sobre a etnia Yanomami. No romance, um narrador que não se identifica relata as histórias contadas por um velho guerreiro chamado Macurutama: “Macurutama contava todas dessas coisas. Histórias

¹⁵¹ Esse glossário foi inserido após a narrativa de *Chãos de Maíconã* e ocupa sete páginas: de 281 a 287.

224 dos velhos, dos muitos do antigamente” (JACOB, 1974, p. 14). Essas histórias são relatos das migrações do povo Yanomami, vindos do norte (Venezuela e Roraima) em direção ao lugar Xamatá, no Amazonas (vide mapa 8).

Podemos ressaltar, então, que essa ficção, fruto em parte da estadia de quatro meses de Paulo Jacob entre os índios Yanomamis, ambienta-se nesse território indígena cuja parte brasileira se estende pelos estados de Roraima e Amazonas. Parece-nos que a materialidade para tal afirmação vem do próprio escritor que, neste romance, inseriu um “Glossário da língua uaicá” e, em seguida, deixou claro que os uaicás são “índios que habitam na faixa da perimetral norte [BR-210]” (JACOB, 1974, p. 281). De fato, não é supérfluo afirmar que, por meio dos olhos das personagens, podemos identificar diversos signos geográficos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não seria exagero afirmar que a ficção jacobiana visita praticamente os quatro cantos do Amazonas: o noroeste (*Chãos de Maíconã*), o nordeste (*Vila rica das queimadas*, *Um pedaço de lua caía na mata*, *A noite cobria o rio caminhando* e *Muralha verde*), o sudoeste (*Andirá*, *O gaiola tirante rumo do rio da borracha* e *Amazonas, remansos, rebojos e banzeiros*) e o sudeste (*Dos ditos passados nos acercados do Cassianã* e *Tempos infinitos*). E o que é mais: com exceção de *Chuva branca*, de *Estirão de mundo* e de *Tempos infinitos*, cujas personagens se movimentam apenas dentro do espaço que engloba a comunidade em que elas vivem, todos os demais romances de Paulo Jacob são politópicos, isto é, suas narrativas possuem diversos espaços onde as suas personagens podem se mover.

Recorrendo ao que diz Chiappini (2002, p. 6), “quem narra, narra o que viu, o que viveu, o que testemunhou, mas também o que imaginou, o que sonhou, o que desejou”. E grande parte da toponímia que aparece em suas narrativas ficcionais e que é empregada para caracterizar o espaço amazônico ficcional corresponde a lugares que o próprio Paulo Jacob conheceu e vivenciou: “eu conheci quase todas: as cidades do Solimões, as cidades do Rio Negro, as cidades do baixo Amazonas, do rio Madeira, Purus, Juruá, todas” (JACOB, 2020 [1995], 3m, 49-58s).

Mais que isso: “porque quando eu fui desembargador corregedor eu andei novamente o interior todinho” (Ibid., tempo 6m, 38-42s). 225

A considerável fome por espaço da parte do romancista Paulo Jacob, o faz levar as ações de suas personagens para os quatro cantos do Amazonas. Essa afirmação, conquanto categórica, de maneira nenhuma chega a ser um exagero: o universo ficcional criado por ele se estende de leste a oeste e de norte a sul do estado. Visita cada formação humana dessa Amazônia profunda: seringais, comunidades ribeirinhas, territórios indígenas, localidades, flutuantes, tapiris, sedes municipais e metrópoles. E, de mais a mais, também não deixa de errar e de tatear por cada acidente de sua superfície terrestre: florestas, rios, igarapés, igapós, furos, costas, bocas, lagos, praias, barrancas e abeirados. Reafirmando: o espaço romanesco jacobiano é vasto assim como são vastas as 2.662 páginas que compõem a sua obra ficcional.

REFERÊNCIAS

BORGES FILHO, Oziris. **Espaço e literatura**: introdução à topoanálise. Franca, São Paulo, Ribeirão Gráfica e Editora, 2007.

CHAGAS FILHO, Admilton Freitas das; SANTOS, Jonise Nunes. Narrativas do Purus: história e memória no trajeto Manaus-Lábrea. In: **III CONGRESSO PAN-AMAZÔNICO E IX ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA ORAL**, 2015, Parintins. Anais do III Encontro Regional Norte de História Oral, 2015. Disponível em: http://www.historiaoral.org.br/resources/anais/12/1444781129_ARQUIVO_Encontrosdamemoria.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021.

CHIAPPINI, Lúcia Moraes Leite. **O foco narrativo** (ou a polêmica em torno da ilusão). 10 ed. São Paulo: Ática, 2002.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

JACOB, Paulo. Vídeo (56m55s). Os notáveis – Paulo Jacob e Erasmo Linhares. Publicado pelo canal TV Encontro das Águas, Programa Via de Regra, Entrevistadora Norma Araújo (exibido em 15.11.95). 2020. Acesso em: 06 jul. 2020.

———. **Dos ditos passados nos acercados do Cassianã**. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.

———. **Estirão e mundo**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1979.

———. **Amazonas, remansos, rebojos e banzeiros**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1995.

- 226 ———. **Andirá**. Manaus: Editora Sergio Cardoso, 1965.
- . **A noite cobria o rio caminhando**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1983.
- . **Chãos de Maíconã**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1974.
- . **Chuva branca**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.
- . **Muralha verde**. Manaus: Editora Sergio Cardoso, 1964.
- . **O coração da mata, dos rios, dos igarapés e dos igapós morrendo**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1991.
- . **O gaiola tirante rumo do rio da borracha**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987.
- . **Tempos infinitos**. 2 ed. Manaus: Editora Uirapuru, 2004.
- . **Um pedaço de lua caía na mata**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1990.
- . **Vila rica das queimadas**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1976.
- MARQUES, Karina Carvalho de Matos. Parintins, entre a capital e a selva, a cidade-flutuante. **RE-UNIR**, v. 4, nº 2, 2017b, p. 29-48. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/article/view/2448>. Acesso em 24 jan. 2019.
- OLIVEIRA, Natallye Lopes Santos. A experiência ontológica na geografia de Jorge Amado e o viés epistemológico. In: SUZUKI, Júlio César; LIMA, Angelita Pereira de; CHAVEIRO, Eguimar Felício (Orgs.). **Geografia, literatura e arte: epistemologia, crítica e interlocuções**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016, pp.247-271.
- SAMOYAULT, Tiphaine. **A intertextualidade**. Trad. Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- SANTOS, Milton. **A cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

— Nota biográfica

Descendente de judeus sefarditas transferidos para a Amazônia, Paulo Herban Maciel Jacob (1923-2003), ou Paulo Jacob, como ficou conhecido, nasceu em Manaus (AM). Seu pai se chamava Hermeto de Sá e Silva Jacob, e sua mãe, Josefa Maciel Jacob. Formado em Direito (antiga Faculdade de Direito do Amazonas, hoje UFAM) e exerceu a carreira de magistrado em várias cidades do interior de seu Estado.

Nomeado juiz municipal no Termo de Itapiranga (AM), no baixo Amazonas, nesta cidade começou a percorrer a Amazônia e a observar o drama social de seu homem em 1951. Nos idos de 1952, prestou concurso e tornou-se Juiz de Direito da comarca de Canutama (AM), cidade fundada em 1874 às margens do rio Purus. No ano seguinte, em 1953, é removido para a comarca de Manacapuru (AM), lugar onde trabalhará até 1961, ano em que será promovido a Juiz de Direito da Capital – Manaus (AM). Três anos depois, em 1964, é alçado ao cargo de Desembargador, e em 1967, ao de Corregedor-Geral de Justiça. Em 1968 foi Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM), assumindo a presidência no biênio de 1982 e 1983. Durante este período, como Presidente do TJ-AM, Paulo Jacob chegou a assumir o Governo do Estado do Amazonas.

Como professor, lecionou disciplinas do Direito na Universidade do Amazonas (à época sob a sigla de UA, passando, posteriormente, a UFAM) durante dez anos. Foi membro do Instituto Geográfico e Histórico do Estado do Amazonas (IGHA), da Academia de Letras Jurídicas do Amazonas e, de 1971 a 2003, tornou-se um imortal como membro da Academia Amazonense de Letras.

Paulo Jacob escreveu muito. Ao todo, entre inúmeros trabalhos jurídicos, sentenças e acórdãos na Revista Forense, foram 14 romances publicados, incluindo um Dicionário da língua popular da Amazônia (1985). Quinze livros, em um período de 35 anos: de Muralha verde (1964) a Tempos infinitos (1999). Durante esse tempo, ele recriou o modo de falar da Amazônia e descortinou a realidade vivida pelo homem que ocupa este espaço.

Em 1968 surge o seu mais famoso romance, *Chuva Branca*, com o qual conquista o 4.º lugar do mais prestigiado prêmio literário do país à época – o Walmap. Narrando a história do ribeirinho Luis Chato, Jacob mostra que esta Amazônia vive infiltrada por mitos, por crenças e por sincretismo religioso. No ano seguinte, tenta novamente o prêmio Walmap e, desta vez, quase o vence. Dos ditos passados nos acercados do Cassianã (1969) conquista o 2.º lugar.





MÁRIO SÉLVIO CORDEIRO DE VERÇOSA

— Mário Verçosa: entre fatos e lembranças

TELMA DE VERÇOSA ROESSING¹⁵²

Para homenagear Mário Verçosa é preciso abrimos o coração, em pétalas de saudade e silêncio, em honra a sua trajetória de vida. *Robério Braga*

- Acabou!
- Estou pronto.
- Estou pronto, vovô!

Estas foram as últimas palavras ditas, repetidamente, por meu pai Mário Verçosa, sentado com as mãos apoiadas nos joelhos e de olhos fechados, como se estivesse em uma espécie de transe, em leito de Semi UTI de hospital em São Paulo.

Minha mãe, com espanto e angústia, se aproximou dele e disse:

– Qual avô você está chamando, o Pedro ou o João? – Os dois – ele respondeu.

– Não chame por eles, chame por mim que estou aqui ao seu lado – falou sua fiel companheira de mais de 40 anos, Nazaré. Mas, meu pai, permanecendo de olhos fechados, silenciou e voltou a deitar na cama. Logo em seguida uma enfermeira foi ao quarto e injetou uma medicação no soro que ele recebia. Algumas horas depois, os aparelhos que o monitoravam começaram a indicar alterações em seus batimentos cardíacos, fazendo com que médico chegasse ao quarto e decidisse transferi-lo para UTI, aonde, logo em seguida, ele faleceu. Era madrugada, 03:00 horas do dia 18 de junho de 1989, dois dias antes de seu aniversário.

Pedro e João, de alguma maneira, estavam lá, como espíritos ou nos pensamentos e memórias de meu pai, ajudando-o a compreender

¹⁵² Filha de Mário Verçosa. Juíza de Direito aposentada, mestra em Direito e doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia.

232 que aquele momento era o fechamento de seu ciclo na esfera terrena e que estariam ao seu lado na trajetória para o plano da Divina Luz. Ele estava sereno e pronto, como afirmou, todavia o que acabou foi sua existência em matéria, pois o espírito de Mário Verçosa continua vivendo em seus familiares, parentes e amigos, que continuam a estimá-lo. E, 32 anos após sua morte, seu exemplo e o amor que ele semeou persistem como força e inspiração para os que, ainda, aqui permanecem.

Mário Verçosa nasceu em Manaus, em 20 de junho de 1922, mas, por algum motivo, teve sua idade aumentada em 1 ano, conforme registram seus documentos, os quais apontam o ano de 1921 como o de seu nascimento. Costumava dizer que o fato de ter ficado órfão de pai, aos 15 anos de idade, impôs que ele comesse a trabalhar e, desde cedo, tivesse que se empenhar para ajudar sua mãe a terminar de criar seus irmãos, todos mais novos do que ele, alguns de tenra idade.

Seu nome de registro é Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa, porém costumava simplificá-lo para Mário Verçosa, como assinava e gostava de ser chamado. Dizia que nomes compostos, quase sempre, não são totalmente chamados.

Era filho de João Baptista de Verçosa e Edmée Cordeiro de Verçosa. Ele, professor e político, morreu aos 40 anos, em 1937, quando era Deputado Estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas. Ela, funcionária pública federal, faleceu aos 68 anos, em 1971. Sendo o irmão mais velho, Mário Verçosa foi apoio e forte referência para seus irmãos Carlos, Pedro Henrique, Edgard, Maria Helena, Maria Antonieta, João Baptista Filho (Jonga) e Luiz Felipe (Lulu).

A ancestralidade que trazia consigo e as suas relações familiares, moldaram, por convivência, memórias e histórias, a maneira de Mário Verçosa ser no mundo. Com alguns não conviveu, como o avô João Antônio de Verçosa, coronel da Guarda Nacional, líder político de prestígio na área do Baixo Amazonas nas primeiras décadas do século XX, o qual faleceu poucos anos antes do nascimento de meu pai, em 1919, aos 52 anos. Mas estava sempre presente em seus relatos sobre Maués, sua terra de coração, por conta de suas origens familiares. Ernestina Águeda Negreiros de Verçosa, esposa de João Antônio, a vovó Nesta,

foi a avó com quem ele teve grande proximidade, da qual cuidou e se 233 preocupou com seu bem-estar até a morte dela, aos 97 anos, em 1971.

Conviveu, igualmente, de forma intensa, com seus avós maternos Pedro Henriques Cordeiro Júnior e Antônia Nogueira Cordeiro, os quais foram seu amparo, de sua mãe e de seus irmãos, quando mudaram para a casa ao lado da residência deles, após a morte prematura de seu pai. Pedro Henriques Júnior, Coronel do Exército Brasileiro e figura de destaque na política local, foi signo de apoio, admiração e respeito para meu pai. Ele falava muito sobre o mesmo e narrava muitas histórias a seu respeito. Dentre várias, contava que na época em que fazia o curso do Núcleo de Preparação de Oficial da Reserva do Exército Brasileiro (NPOR) tinha que prestar continência ao avô, por solicitação deste, caso saísse de casa fardado e o encontrasse na janela de sua casa. Gozou da companhia desse avô até ele falecer, em 1945, com 81 anos. A avó Antônia, esposa de Pedro Henriques, a vovó Tonica, mudou-se, tempos depois, para o Rio de Janeiro e lá faleceu, em 1965, aos 87 anos.

Mário Verçosa adorava saber sobre a família, sobre seus antepassados. Sabia muita coisa sobre muitos e arriscava fazer genealogia, principalmente das famílias Verçosa, Negreiros e Cordeiro. Dizia que os Verçosa tinham origem espanhola e certa vez, após encontrar, em Manaus, o poeta mineiro Marcondes Verçosa, afirmou que os dois identificaram indícios disso, além de terem conseguido chegar a um provável tronco comum de suas famílias, constatando que os descendentes se espalharam pelo norte, nordeste e sudeste do país, como os que chegaram a Maués, supostamente vindos do Ceará.

Em documentos, encontrados após sua morte, verifiquei anotações, certidões obtidas em Cartório de Manaus e Maués e outros papéis que davam pistas de seus ancestrais. Seguindo essas pistas, consegui, com reforço de pesquisas pessoais, traçar um pouco disso, para além de seus avós, como registro a seguir:

Bisavós paternos:

– Antônio José de Verçosa e Floripes Secundino de Verçosa. Ele, político influente de Maués, foi Deputado da Assembleia Provincial do Amazonas, no biênio 1882/1883.

– Joaquim Francisco Negreiros e Maria de Sant’Anna Negreiros, cearenses que migraram para o Amazonas. Foram grandes proprietários de terras no Município de Maués, com plantações de guaraná, cacau e seringa, no último terço do século XIX.

Bisavós maternos:

– Pedro Henriques Cordeiro e Luiza Amélia Salgado Cordeiro, paraenses que mudaram para o Amazonas em 1869, quando seu filho Pedro Henriques Cordeiro Júnior tinha 6 anos de idade. Ele, militar, reformado como major, veio exercer o cargo de 1º conferente da Alfândega na Província do Amazonas.

– Domingos Gonçalves Nogueira e Rita Gomes d’Araújo Nogueira, paraenses, residentes na Província do Grão-Pará. Ele, funcionário público, exerceu os cargos de guarda e de oficial de descarga da Alfândega, em Belém, entre os anos cinquenta e oitenta do século XIX.

Trisavós paternos:

– João Antônio de Verçosa e Roza Francisca de Verçosa, moradores da Villa da Conceição, atual Município de Maués. Ele foi agente dos Correios e coletor de rendas local, nos anos sessenta do século XIX. Ela foi proprietária de casa comercial naquele local, juntamente com seus filhos.

– Joaquim Francisco Negreiros e Joana Francisca de Brito Negreiros, cearenses, moradores de Iracema/CE, cujos filhos migraram para o Amazonas em 1878.

Trisavós maternos

– Pedro Xavier Cordeiro e Maria da Conceição Cordeiro, paraenses, viveram em Belém. Ele, capitão do Exército, reformado em 1840. Exerceu, posteriormente, funções no Comando Superior da Guarda Nacional da capital da Província do Grão-Pará.

– Marcos Antonio Salgado e Maria Anna Mézia de Góes Salgado, paraenses, moravam em Belém, na época da Província do Grão-Pará.

As memórias antigas de meu pai remontavam à cidade de Maués, terra dos Verçosas e dos Negreiros, duas famílias que se inseriram na história da cidade e multiplicaram-se em muitos descendentes. Políticos, produtores agrícolas, professores e empreendedores, contribuíram para o desenvolvimento daquele município. Naquele

local, seu bisavô Antônio José, seu avô João Antônio e seu pai João Baptista, ocuparam, em épocas diversas, o cargo de prefeito, dentre outros cargos públicos exercidos por vários de seus antepassados. 235

Ali passou os primeiros anos de sua infância, convivendo, principalmente, com suas tias paternas Cinira, Priscila e Aracy, das quais sempre procurou estar próximo. Lá, iniciou seus estudos do Curso Primário, os quais foram concluídos em Manaus, em 1934. E foi para aquela cidade que retornou no mês seguinte ao da morte de seu pai, ainda bem jovem, e ficou por algum tempo para trabalhar, ocupando o cargo de auxiliar de escrita na Prefeitura Municipal.

Mário Verçosa sempre esteve ligado, portanto, de maneira interessada e afetiva, à Maués. Sua prima Thereza, filha de pai Negreiros e de mãe Negreiros de Verçosa, foi, junto com ele, e continua sendo grande entusiasta da preservação da memória dessas famílias. Morando na Colômbia, Thereza veio várias vezes à Manaus quando meu pai ainda era vivo e, em algumas dessas vezes, hospedava-se na casa dele e lá os dois conversavam, até tarde da noite, resgatando as memórias familiares e traçando com realce a linha de seus ascendentes. Eram conversas que os uniam e reforçavam seus sentidos de pertença, atitude que fizeram questão de transmitir aos seus filhos.

Pouco tempo antes de sua morte, Mário Verçosa começou a escrever um livro, cujo título provisório era “Fatos de ontem e de hoje”, conforme rascunhos encontrados entre seus papéis. O capítulo I, da primeira parte, foi intitulado: “O Município e a cidade de Maués: uma abordagem generalizada”. E assim iniciou:

As terras entre os rios Madeira e Amazonas começaram a ser colonizadas a partir de 1750. Essa região, conhecida no século XVIII como Mundurucânia, em virtude de ser habitada, na época, pelos Mundurucus, tribo indígena com um contingente humano em número muito superior ao dos Maués e ao dos Muras, também ali existentes, compreende hoje o Município de Maués, com uma área de 4.200 Km. Distante a 258 km de Manaus, limita-se com os municípios amazonenses de Itacoatiara, de Urucurituba, de Barreirinha, de Nova Olinda do Norte e de Borba, como ainda, através dos municípios de Juruti e Itaituba, do Pará, abrangendo toda extensão da linha geodésica delimitadora dessa Unidade da Federação Brasileira com o Estado do Amazonas.

O capítulo II, também da primeira parte do livro, recebeu o título provisório de “Homens que fizeram sua história”, o qual meu pai não chegou a iniciar. Dentre as figuras ilustres que fizeram a história de Maués, por certo, ele incluiria seus antepassados, pois disso ele se orgulhava como ficou evidente em trecho de seu discurso pelo recebimento do “Diploma de Mérito Cidade de Manaus”, concedido pela Câmara Municipal de Manaus, em 12 de junho de 1985. Na ocasião afirmou:

Permitam, ainda, Vossas Excelências Senhores Vereadores, que meus filhos também recebam o galardão que me foi ofertado, pois neles encontra-se depositada a minha esperança de que, como descendentes legítimos dos nativos da Mundurucânia, possuindo no seu sangue a energia serena e indômita do homem dessa região amazônica, saberão empregar todos os esforços no sentido de engrandecer a terra onde nasceram, se criaram e estão vivendo e desenvolvendo suas atividades profissionais.

Deu indícios, ainda sobre Maués, que descreveria em seu livro algo sobre a lenda do guaraná, cuja produção e cultivo estão ligados àquela região, pois, junto aos escritos daquilo que seria o seu livro, encontrei um registro da mencionada lenda, escrita por Paulo Marinho, marido de sua tia Aracy, quando este, em 1932, como Secretário da Prefeitura de Maués teria ido, juntamente com o Prefeito da época, visitar um aldeamento indígena da região do Rio Marau e lá, segundo ele, o Pajé Mazara Jurupiuna fez-lhe a narrativa oral, na qual, dentre outras coisas, disse “que o fruto do guaranazeiro é o olho do curumim, filho de Onhiamuaçabê, perenizado no vegetal, com a missão de oferecer conforto, refrigerio e bem-estar à humanidade até o fim dos séculos”.

A vida acadêmica de Mário Verçosa foi profícua, propiciando-lhe êxitos em sua vida funcional. Concluiu seu Curso Secundário, atual Ensino Médio, em 1939, no Colégio Dom Bosco, instituição Salesiana na qual seguiu seus estudos fazendo o Curso Pré-Jurídico entre 1940 a 1941. Era datilógrafo formado pela Escola Royal de Manaus, em 1940. E, em 1941, exerceu o cargo de Auxiliar de Escritório na Empresa Concessionária de Melhoramentos do Porto de Manaus, a companhia inglesa Manaós Harbour Limited.

Formou-se como Contador no Instituto Comercial Bosco, em 1942, passando a exercer essa função em várias firmas da Praça de

Manaus, conforme anotou em seu currículo. Foi ainda, em 1943, auxiliar de escrita na Secretaria de Polícia Civil do Estado do Amazonas e, de 1944 a 1946, foi Secretário da Penitenciária deste Estado. 237

Em 25 de agosto de 1944 concluiu o Curso de Comandante de Pelotão no Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva – NPOR, anexo ao 27º Batalhão de Caçadores, tendo sido declarado Aspirante a Oficial de 2ª classe de Infantaria. Em 1946, foi promovido por Decreto Presidencial de 9 de maio daquele ano, ao posto de 2º Tenente da Reserva de 2ª classe.

Ocupou, em 1945, o cargo de Gerente da Companhia Brasileira de Guaraná S.A., em Manaus, época em que Pedro Manuel d'Oliveira Negreiros e Cosme Ferreira Filho eram, respectivamente, Diretor e Vice-Diretor da referida Companhia. O primeiro foi casado com Alice Djanira e o segundo com Francisca Canindé, tias paternas de meu pai.

Como estudante e acadêmico, Mário Verçosa teve atuação engajada em movimentos e associações estudantis. Foi membro do Grêmio Cultural “Humberto de Campos”; da União dos Estudantes do Amazonas, como um dos fundadores; e da Sociedade Amazonense de Imprensa Estudantil, também como fundador. Fez parte do Diretório Acadêmico e da Associação Atlética da Faculdade de Direito do Amazonas, na qual recebeu o título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 14 de dezembro de 1946.

Atuou como Solicitador no Fórum de Manaus entre 1945 e 1946. No ano seguinte, em 18 de março de 1947, prestou compromisso legal e foi inscrito, sob o número 240, no Quadro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Amazonas. Em 1948, exerceu o cargo de Consultor Jurídico da Comissão de Estradas de Rodagem do Amazonas e atuou como Advogado até o ano de 1950.

Meu pai casou com minha mãe Maria de Nazaré Freire, no dia 18 de novembro de 1948. Foram testemunhados por seus tios Paulo e Aracy Marinho, iniciando convivência amorosa, forte e duradoura que resultou em 5 filhos (Tanamara, Thales, Taner, Themis e Telma); 10 netos (Larissa, Ernesto, Igor, Mariana, Thaís, Érico, Jéssica, Naruna, Tanna e Mário) e, até agora, 9 bisnetos (Letícia, Luiza, Cláudia, Miguel, Leonardo, Guilherme, Laura, Isabela e Gustavo).

Ele, praticamente, escolheu sozinho os nomes de seus filhos, pois penso que minha mãe só concordou com suas sugestões. Dizia que

238 Tanamara e Taner eram personagens de romances que leu. Thales teria sido em homenagem ao amigo Thales Loureiro. Themis, uma alusão à deusa da justiça e Telma, nome escolhido, com a ajuda de minha avó Edmée, para completar o quinteto com nomes iniciados pela letra “T”, o que demonstra o traço de ordem que predominava nele.

Dos romances que leu, retirou um nome que também lhe agradava, Naruna, retratada na obra lida como a Chefe das Icamíabas, índias que teriam formado uma tribo de mulheres guerreiras e foram, supostamente, encontradas por Francisco Orellana, em expedição exploratória na região do atual município amazonense de Nhamundá. Meu pai não atribuiu esse nome a nenhuma de suas filhas, talvez por não iniciar com a letra “T”, mas a cada vez que uma filha ou uma nora engravidava, ele insinuava que seria um nome bonito, caso fosse mulher. A Naruna de nossa família chegou, há exatos três meses após a morte dele. Seu nome foi dado por seus pais Thales e Amália, como homenagem ao meu pai.

Ao acolher genros e noras como se filhos fossem, meu pai foi amigo, protetor e se interessou por suas escolhas. Foi grande incentivador de meu esposo Cláudio, no início da carreira dele na magistratura, transmitindo-lhe conhecimentos e compartilhando experiências.

O encontro entre meus pais foi proporcionado pelo casal Ilza e Agobar Garcia, seus amigos e irmãos de vida. Nazaré, vinda do Acre, passava um tempo na casa de Chloé Loureiro quando conheceu Ilza e firmou amizade com ela. Dona Cota, mãe de Ilza, a acolheu como afilhada. Agobar e Mário já eram amigos e, assim, a aproximação se deu com a energia de uma fraterna amizade que se prolongou até a morte de meus pais. Ilza e Agobar foram os padrinhos de batismo de meu irmão Taner e nossos tios de coração enquanto viveram.

Após o casamento, meus pais foram morar na casa de minha avó Edmée, hoje pertencente à minha tia Maria Helena, na Rua Rui Barbosa. A casa fica ao lado da casa que foi do bisavô de meu pai, Pedro Henriques Cordeiro, de seu avô Pedro Henriques Cordeiro Júnior, posteriormente de sua tia Edail Antony e atualmente de seu primo Flávio Antony. A convivência com suas tias Edith, Edail, Edila e Edina, irmãs de sua mãe, foi muito próxima e se estendeu aos seus primos, os quais gozavam de sua amizade e demonstravam afeto por ele. Recordo,

dentre outras lembranças, das boas gargalhadas que ele dava juntamente com a prima Lourdes e das boas conversas com o primo Flávio. 239

Meu pai também se agregou plenamente à família Freire, de minha mãe, sendo esteio, força e conselheiro para muitos, em especial para sua cunhada Custodinha, cujos filhos consideravam minha mãe Nazaré como uma segunda mãe, convivência que foi reforçada positivamente por meu pai.

Já casado, Mário Verçosa tentou a carreira política, candidatando-se, em 1950, a deputado estadual, sem obter êxito no referido pleito. Em 08 de junho de 1951, ingressou na Magistratura, nomeado como primeiro suplente de Juiz de Direito da Comarca de Humaitá. No ano seguinte, prestou Concurso Público de provas e títulos, foi aprovado e nomeado, em 29 de outubro de 1952, para exercer, efetivamente, o cargo de Juiz de Direito da mesma Comarca.

Foi morar em Humaitá quando minha irmã mais velha tinha apenas 2 anos de idade e lá nasceram meus irmãos Thales, em 1951, e Taner, em 1953, os dois de parto normal, com a ajuda de freiras salesianas e, como dizia minha mãe, sob a luz de candeeiros de querosene, pois na época não havia luz elétrica naquela cidade. Minha irmã Themis e eu já nascemos em Manaus.

Por Decreto Governamental, de 4 de abril de 1956, foi promovido, por merecimento, para a função de Juiz de Direito de 2ª Entrância, onde assumiu, em 2 de maio do mesmo ano, a 6.ª Vara (Criminal) da Comarca da Capital. Foi transferido, por força de revezamento bienal previsto no Código Judiciário do Estado do Amazonas, à época, para a 1ª Vara (Feitos da Fazenda) da Capital, a qual assumiu em 2 de janeiro de 1958.

Em 31 de julho de 1959, Mário Verçosa foi promovido por Decreto do Executivo Estadual, por merecimento, ao cargo de Desembargador, na vaga verificada com a aposentadoria do desembargador Francisco da Rocha Carvalho. Tomou posse em Sessão Extraordinária do Egrégio Tribunal Pleno da Corte Estadual do Amazonas, em 4 de agosto de 1959, sob a presidência do Desembargador Roosevelt Pereira de Melo. Foi introduzido ao recinto da posse pelos Desembargadores Leôncio de Salignac e Souza, Oyama César Ituassú e Benjamin Magalhães Brandão.

240 Foi saudado pelo Desembargador João Rebelo Corrêa, o qual dentre outras coisas, afirmou:

Mas, como da praxe seguida nos atos desta natureza, devo apresentar-vos aos ilustres Membros deste seletto Colégio, mera e quase dispensável formalidade, pois, em verdade, sois por todos conhecido em todos os setores e muitíssimo estimado, pela inexcédível elegância moral com que vos comportais em todas as vossas atitudes. Direi, pois, a esses luminares do Direito congregados pelo sublime mister de julgar, reajustando o direito conspurcado, que sois amazonense e descendente de ilustre família também amazonense. Conheci, pessoalmente, os vossos ancestrais paternos e maternos. O vosso saudoso genitor, Professor João Baptista de Verçosa, que ilustrou o magistério amazonense, onde deixou traços vivos da sua proveitosa atuação; que presidiu os destinos comunais do próspero município de Maués, um dos mais antigos da Mundurucânia, em que floresceu a primitiva Luséa ou Uacituba, como preferiram chamar-lhe os nativos; que, mandatário do povo baré, integrou com denodo e sobrançeria próprios do seu caráter sem falhas, como deputado, de realce e de real valor, a Assembleia Legislativa do Estado, que teve a sua passagem pela vida terrena assinalada pelas virtudes tão bem conhecidas dos seus contemporâneos. Esse pranteado amazônida vos legou, por sem dúvida, esses dotes que vos tem guindado às alturas a que chegam aqueles que bem sabem se conduzir na coragem dos interesses que se entrechocam no egoísmo humano.

Naquela ocasião, conforme a Ata da posse, fizeram uso da palavra, ainda, o Doutor Adriano Queiroz, em nome do Ministério Público e o Doutor José Bernardino Lindoso, em nome da Ordem dos Advogados. Ao final, Mário Verçosa usou da palavra, reafirmando a sua fé imorredoura na defesa da Justiça e do Direito, encerrando seu discurso com as seguintes palavras:

Antes de terminar, permiti que vos declare de todo o meu coração o que sinto ao vir sentar-me entre vós. Aqui estarei, e isso tenho bem presente, para de perto aprender as vossas lições. Não trago experiência nem sabedoria, mas tudo farei para não desmerecer a confiança que foi em mim depositada. O que vos posso prometer, e isso estou certo de cumprir se Deus me ajudar, é que empregarei todo o meu entusiasmo, a minha força de vontade e a minha inteligência no trabalho perseverante que faz a vossa glória.

No Tribunal de Justiça do Amazonas foi eleito por seus pares e 241
exerceu os seguintes cargos: Presidente (1965 e 1979); Corregedor-Geral de Justiça (1963 a 1964 e 1977); Vice-Presidente (1978); Presidente da 1ª Câmara Cível (1967, 1970, 1973, 1975, 1984 e 1989); Presidente das Câmaras Reunidas (1978); Presidente do Conselho da Magistratura (1965 e 1979).

Em 31 de dezembro de 1985 assumiu, excepcionalmente, a Presidência da Egrégia Corte de Justiça do Amazonas, em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal, em sessão do dia 11 do referido mês, e, ainda, por ser o Desembargador mais antigo na época, acumulando, também, as funções de Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça. Situação que permaneceu até o mês de maio do ano seguinte.

Durante sua carreira na Magistratura, exerceu, ainda, as funções de Juiz Eleitoral em diversas Zonas Eleitorais do Interior e da Capital, bem como foi membro, Corregedor (1962), Vice-Presidente (1963 e 1965) e Presidente (1964) do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Quando faleceu, Mário Verçosa contava com cinquenta e dois (52) anos, onze (11) meses e dois (2) dias de Serviço Público, consoante certidão expedida pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Amazonas. Foram mais de trinta e oito anos no exercício da Magistratura e quase trinta anos como desembargador. Na época, era o decano daquela Corte e o mais antigo do país.

Após sua morte teve seu nome atribuído ao Fórum Central de Justiça localizado na Rua Alexandre Amorim n.º 285, no Bairro de Aparecida, o qual abriga Varas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais. A homenagem, segundo a direção do Tribunal de Justiça do Amazonas, à época, decorreu da brilhante trajetória de Mário Verçosa dentro do Poder Judiciário amazonense, voltada para conciliação e a prática da justiça. Foi ressaltado, ainda, que o terreno que abriga o prédio do referido Fórum de Justiça foi adquirido durante uma das gestões dele frente àquela Corte de Justiça.

Professor por vocação, Mário Verçosa exerceu o Magistério Superior com devoção, por mais de trinta anos. Foi Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, ministrando aulas nos Cursos de Economia, Administração, Direito e Contabilidade. Em Economia lecionou as matérias “Moeda e Crédito” (1959 a 1960); “Comércio Inter-

242 nacional e Câmbios” (1961 a 1964); e “Noções Fundamentais de Direito” (1965). Em Administração lecionou as disciplinas “Direito Comercial IV” (1967 a 1972) e “Legislação Social” (1973). Na Faculdade de Direito ministrou a matéria “Direito Comercial I” (1974). Mas foi no Curso de Contabilidade que lecionou por mais tempo, ministrando as matérias “Instituições de Direito Público e Privado” (1966) e “Direito Comercial” (de 1975 até 1989, ano de sua morte). Durante sua carreira de Magistério na Faculdade de Ciências Econômicas, a qual naquela época reunia os Cursos de Economia, Administração e Contabilidade, exerceu por vários anos as funções de Chefe de Departamento de Direito (1965, 1967, 1968, 1969 e 1970) e Membro do Conselho Departamental (1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1973 e 1974).

Durante sua trajetória, Mário Verçosa buscava aperfeiçoamento profissional por meio de participação em Congressos, Conferências, Seminários, Palestras e Cursos de Extensão. Destaco sua participação nos cursos a seguir: Curso de Amazonologia, promovido, em 1956, pela Sociedade Amazonense de Professores e sob os auspícios do professor Arthur Cezar Ferreira Reis; Curso “Mecanismo dos Incentivos Fiscais na Área da Amazônia”, com duração de 10 horas, promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas e ministrado, em 1969, pelo professor Afrânio de Sá; Curso de extensão universitária “Planejamento Didático” oferecido pela Universidade do Amazonas, em 1980, com duração de 30 horas, ministrado pelo professor José Nicodemus Fontes; Curso de Metodologia do Ensino Superior, organizado pelo Núcleo de Especialização e Aperfeiçoamento Profissional do Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará, em 1982, com 120 horas de duração.

Mário Verçosa foi membro da Associação Internacional de Lions Clubes, vinculado ao Lions Clube Manaus Centro, com grande engajamento nas causas comunitárias locais. Esse sentimento de fraternidade, presente em sua personalidade, o fez, também, um Obreiro Maçom, papel que ele exerceu com destaque e orgulho. Em seu *Curriculum Vitae* Maçônico, como ele intitulou e cuja cópia que possuo está escrita à mão pelo próprio, constam várias funções que o mesmo exerceu, além de homenagens e condecorações que indicam a importância que ele teve, localmente e nacionalmente, nessa Instituição. Lembro que durante toda minha infância e adolescência

vivenciei meu pai Grão-Mestre da Grande Loja do Amazonas. Aquilo 243 me gerava curiosidade por não ter a noção exata do que significava e, em algumas ocasiões na minha infância, causava-me aflição quando eu ouvia dizer no Colégio de freiras onde estudava, que os Maçons eram excomungados pela Igreja Católica. Cheguei a levar essa angústia infantil para ele, o qual, com a serenidade que lhe cabia, dava-me explicações curtas, em linguagem clara e acessível para uma criança, as quais me acalmavam.

Com o tempo fui entendendo, mesmo sem conhecimento profundo, que a filosofia maçônica foi grande reforço para sua formação humanística e pacificadora. Ilustrando sua trajetória maçônica, trago um trecho do discurso proferido pelo Vereador Ivanildo Gomes Cavalcanti, da legislatura 1983-1988, durante a solenidade da Câmara Municipal que concedeu a Mário Verçosa o “Diploma de Mérito Cidade de Manaus”, fato aqui já mencionado.

Há, na vida de Mário Sílvia Cordeiro de Verçosa, em toda essa longa relação de inteligência, cultura, abnegação ao trabalho e vontade lúcida e persistente de vencer a luta com o esforço próprio, um *curriculum vitae* à parte, do qual, igualmente, muito tem razões e orgulhar-se – o maçônico.

Obreiro de melhor sentimento de fraternidade da loja “Conciliação Amazonense”, iniciou-se, como aprendiz, em 1947, no mesmo ano em que chegou à elevação de Companheiro e à Exaltação de Mestre Maçom. Em 1962 foi declarado Mestre Instalado pela Grande Loja do Estado de São Paulo. Em 1966 chegou à Grande Inspetoria Geral, grau 33, do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito para a República Federativa do Brasil. No período de 1962 a 1977, foi Grão-Mestre da Grande Loja do Estado do Amazonas.

Nesse trabalho beneditino e humilde de obreiro, dedicado ao verdadeiro espírito da fraternidade, é, atualmente, Grão-Mestre Honorário da GLEAM e membro do Conselho Superior Maçônico desta Grande Loja, e, por ter sido Sereníssimo Grão Mestre, pertence a todos os quadros das Lojas Simbólicas jurisdicionadas da GLEAM. É membro honorário, ainda, das Grandes Lojas de Santa Catarina, Alagoas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso, Goiás e Paraná.

No operariado dessa respeitável instituição livre e de bons costumes, Mário Sílvia Cordeiro de Verçosa fez-se merecedor

das condecorações maçônicas de Medalhas “Jubileu de Prata”, “Testemunho do Mérito”, “Ordem da Águia” e “Mário Bering”, além da comenda “Ordem do Mérito Dom Pedro Primeiro”.

O envolvimento de Mário Verçosa, desde a época em que era estudante, com movimento culturais e literários o fez integrar como membro as seguintes instituições: o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas; a Academia Maçônica de Letras; a Academia Amazonense de Letras Jurídicas; a União Brasileira de Escritores do Amazonas; e a Academia Amazonense de Letras.

Escreveu e publicou as seguintes obras: *Orientação Eleitoral*, 1965; *Realidade do Poder Judiciário do Amazonas*, 1971; *Mosaicos do Judiciário Amazonense*. Manaus, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1983; *Trinta Capítulos de Direito Comercial*. Manaus, Editora Umberto Calderaro, 1985 e *Registros Maçônicos*. Manaus, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1985.

Sobre o livro *Mosaicos do Judiciário Amazonense*, o escritor e amigo Robério Braga escreveu em seu prefácio:

Rompendo o respeitoso silêncio que a toga impõe principalmente a quem a por vocação, o desembargador Mário Verçosa, de tradição democrática, e de formação espiritual maçônica, dedicou-se por algum tempo a preparar farto documentário, em forma de livro, para divulgar a vida do judiciário amazonense, o qual ele integra há mais de 30 anos.

Ao apresentar a obra *Trinta Capítulos de Direito Comercial*, o professor José Humberto Michiles ressaltou:

Por derradeiro, é com prazer que recomendo aos alunos e profissionais das áreas de Contabilidade, de Direito e de Administração a leitura constante deste livro, pois o considero, sem nenhuma dúvida, um trabalho digno de exame por todos quantos necessitam e se interessam pelo estudo desse ramo especial do Direito Privado que é o DIREITO COMERCIAL.

Ao escrever o livro *Registros Maçônicos*, Mário Verçosa o dedicou aos seus Irmãos maçons Manoel Ribeiro e José Menezes Ribeiro, amigos leais com quem conviveu por muitos anos. Prestou, ainda, homenagem póstuma ao Professor Agnelo Bittencourt, ao Contador Venâncio Igrejas Lopes e ao Desembargador Felismino Francisco Soares, considerando-os

“Mestres Eméritos que, pelo seu trabalho, seu espírito fraterno, seu zelo na defesa do que entendiam como certo, e sua abnegação, foram inegavelmente, os grandes forjadores da GLOMAM.” 245

Manoel Ribeiro, Grão-Mestre da referida Loja Maçônica na época, fez o prefácio desse livro afirmando, dentre outras considerações:

Constitui este trabalho, uma peça de arquitetura magnífica, pois a linguagem simples usada em suas páginas retrata fielmente ocorrências verificadas no decorrer de oitenta e um anos na jurisdição da Grande Loja Maçônica do Estado do Amazonas.

O autor, em virtude de haver exercido vários cargos na Potência Maçônica que tenho a honra de dirigir, é profundo conhecedor das atividades dos Obreiros da Arte Real no Amazonas, no Acre, em Rondônia e em Roraima.

Sintetizando as três obras mencionadas, escreveu o professor e amigo João Chrysostomo de Oliveira, em missiva enviada a Mário Verçosa:

Amado Mário:

Revelação de modéstia.

Com dedicatórias de compromisso de forte amizade que nos une, brindaste-me com os três livros acima, três sólidas demonstrações de cultura, critério de pesquisa e maturidade literária, revestida da mais beneditina modéstia. A tua modéstia foi tão evidente que a livro de história deste o título de “Mosaicos”, a um tratado de Direito Comercial intitulaste de “Capítulos” e a um epítome de história da Maçonaria deste o título de “Registros”.

O professor Chrysostomo conseguiu traduzir sinteticamente uma das características mais nobres da personalidade de meu pai, sua modéstia, a qual fazia com que ele se conectasse aos outros pela humanidade. Ao invés de impor obstáculos, procurava construir pontes relacionais, primando pela conciliação e sabendo ser empático. Não polarizava, pois procurava ver no outro aquilo que os unia e não as eventuais divergências que poderiam os afastar.

Tentava serenar aqueles que se aproximavam dele para conversar sobre algum problema e demonstravam muita ansiedade. Dizia: – Não seja cerveja quente. Calma! Vamos conversar – E quando tentava

246 mediar algum conflito interpessoal, de início, afirmava: – Desarmem os espíritos!

Mário Verçosa gostava de socializar, era festeiro. Atendia a quase todos os convites que recebia. Solenidades, aniversários, formaturas, batizados, não importava a celebração, pois o que ele gostava mesmo era de conversar e compartilhar momentos alegres com familiares e amigos. Quando era mais jovem frequentava festas e bailes carnavalescos de vários clubes, chegando a ocupar cargos na diretoria de alguns destes. Jovem ainda foi diretor social e de esportes do Nacional Futebol Clube e lá ajudava a promover atividades festivas, época em que seu tio Amadeu de Souza Mello, casado com sua tia Edith, dirigia aquele clube. Foi sócio proprietário e presidente do Grêmio Guanabara, lugar que frequentava regularmente com a família e, inclusive, morou durante um ano, no início dos anos sessenta do século passado, quando sua casa localizada à Rua 24 de Maio estava sendo reformada.

Frequentava as festas de carnaval do Cheik Clube, de onde era sócio proprietário, e tinha presença certa no baile da segunda-feira gorda do Atlético Rio Negro Clube, do qual foi Presidente entre 1968 e 1969, seguindo os passos de seu avô Pedro Henriques Cordeiro Júnior e de seu tio Aristophano Antony, esposo de sua tia Edail. Passos seguidos, ainda, por meu irmão Thales, que em tempos recentes foi presidente rionegrino. No Rio Negro celebrou muitos momentos felizes, dentre os quais, o casamento de meu irmão Taner com minha cunhada Vitória e o lançamento de seu livro “Mosaicos do Judiciário Amazense”, promovido pelo amigo Robério Braga.

Nos anos sessenta do século XX, Mário Verçosa foi jurado de edições do Festival Folclórico do Amazonas, quando esse evento era realizado na Praça General Osório, logradouro hoje integrado ao Colégio Militar do Exército, em Manaus. Lá armavam um grande tablado de madeira onde se apresentavam as agremiações folclóricas. Dessa época, lembro-me de certa vez, quando ainda era criança, ter sido levada por ele para assistir às apresentações sentada ao seu lado na bancada dos jurados, a qual ficava em cima do tablado. Foi uma noite de encantamento que ele me proporcionou, pois assisti, bem de perto, as apresentações dos bois, das quadrilhas, das tribos, das danças do tipiti e dos cacetinhos. E, nesse registro de memória, realça-se com

cores fortes o momento de excitação e tensão que vivi, quando a índia de uma das tribos que se apresentava, não recordei se Andirá ou Iurupixunas, tirou uma cobra que trazia enrolada no pescoço, esticando-a sobre a mesa dos jurados e eu, timidamente, toquei na mesma.

Da mesma forma, trago nitidamente nas minhas memórias de infância o dia em que compareci com meus pais ao Curral do Garrote Luz de Guerra, localizado, na época, no bairro da Matinha. Mário Verçosa tinha sido convidado para paraninfar aquele boizinho preto, o qual se apresentava no Festival Folclórico do Amazonas. Naquele local, todavia, parecia que se tratava de uma grande brincadeira de vizinhança. Lembro dos jovens brincantes rodopiando juntamente com o pequeno boi de pano em um terreiro de terra batida, iluminado por luzes penduradas, enquanto o Mestre Maranhão, dono do boi, em linguagem simples, cantarolava e executava uma espécie de ritual de batismo, no qual, entre-meando as prosas que tirava, dizia: – Eu te abatismo Luz de Guerra, tu já estás abatizado. – E, nesse contexto, meu pai foi o padrinho.

Em 1966, Mário Verçosa idealizou e viabilizou, juntamente com Irmãos da Maçonaria, a instalação do Acácia Clube, localizado na Avenida Joaquim Nabuco, em Manaus. Era uma associação maçônica recreativa e social, a qual teve como primeiro presidente o empresário Maximiniano Teixeira. Naquele clube eram realizadas pelas Lojas Maçônicas de Manaus a “Festa da Fraternidade”, além de outros tantos encontros e eventos festivos que congregavam a família maçônica e demais pessoas da sociedade local.

Nos anos setenta do século XX, entretanto, meu pai, apesar de sua postura alegre e positiva diante da vida, se desestabilizou emocionalmente. Foi um período em que a depressão se apresentou para ele. Viveu períodos de apatia e de choros, aparentemente, inexplicáveis. Ajudou a cuidar, por tanto tempo, das dores da alma de tantas pessoas que descuidou das dores de sua própria alma. Fez tratamento medicamentoso e psicoterápico com o Dr. Benedito Barbosa, professor de minha irmã Tanamara, a qual, na época, cursava Medicina. Porém, a força para que ele enfrentasse tudo aquilo e conseguisse voltar ao seu prumo veio de minha mãe Nazaré, mulher forte que encarava a vida com bastante pragmatismo, em face de sua orfandade de mãe e pai quando tinha apenas 1 ano de idade, tragédia que a fez viver a vida sem

248 muitas queixas e dramas. Ela esteve firme ao lado de meu pai nesse período e sempre, com seu amor corajoso e encorajador.

A união de meus pais proporcionou à minha mãe a convivência de uma família nuclear, com ele e os filhos, o que não pode ter com seus pais. Seu amor por meu pai evidenciava completude, gratidão e grande admiração, como ela mesma traduziu em duas pequenas folhas de papel, encontradas após a morte dela. O curto texto não está datado, mas deve ter sido escrito algum tempo depois da morte de meu pai. Aqui transcrevo:

Mário, quantas saudades!

Como foi fácil vivermos juntos quarenta anos de amor, compreensão, renúncia e muita força para passarmos por cima de todas as adversidades.

Foram quarenta anos e sete meses bem vividos, que hoje só me resta uma grande saudade que dói, profundamente, cada dia que passa sem você.

O que me conforta são as lembranças boas que me deixou.

Você foi tudo para mim!

Em 1983, meu pai apresentou problemas cardíacos e teve que ser submetido à cirurgia de Ponte de Safena, a qual foi realizada no Rio de Janeiro e, segundo os médicos, o fato dele ter feito o uso de cigarros, por muitos anos, contribuiu para a obstrução de suas artérias coronárias. Recuperou-se bem dessa cirurgia, mas, quatro anos depois, em meados de 1987, ele deu início à sua última grande batalha na vida.

Afetado por um tumor maligno bastante invasivo, chamado de pequenas células, o qual se instalou nos brônquios e pulmão, meu pai licenciou-se de suas atividades para tratamento de saúde em São Paulo. Lá, associaram o seu câncer, também, ao uso que ele fez de tabaco. Ali fez tratamento quimioterápico, até o final daquele ano. Alugou um apartamento no bairro de Higienópolis e, enquanto minha mãe permaneceu sempre ao seu lado, os filhos revezaram nas idas àquela cidade para ajudá-la.

O tumor regrediu com o tratamento e meu pai pode retornar a Manaus. E, mesmo sabendo da gravidade de sua doença, decidiu que voltaria às suas atividades na Magistratura e no Magistério. Talvez

pensasse que se tivesse que tombar em sua luta, tombaria de pé. E 249
assim fez, até bem pouco tempo antes de sua morte, pois procurou ser bastante produtivo, principalmente no Tribunal de Justiça, onde, nesse período, ajudou a produzir Resoluções; Propostas do Poder Judiciário para a Nova Constituição Estadual, a qual estava sendo elaborada na época; Propostas de alterações na Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Amazonas, com sugestões de criações de mais Varas na Capital e Comarcas no Interior; e outras contribuições, conforme constatei nos papéis que estavam na pasta executiva de couro que ele levava quando ia trabalhar. Tudo organizado, com grifos e anotações feitas às margens dos textos, como costumava fazer.

Insistiu em continuar ministrando aulas e, também, foi nesse período, que ajudou a instalar e tomou posse na Academia Amazonense de Letras Jurídicas, em 30 de abril de 1988, bem como foi empossado na Academia Amazonense de Letras, em 27 de outubro de 1988, momento em que ele corou sua trajetória de esforço e conquistas profissionais nessa esfera terrena.

Meu pai perdeu a batalha para o câncer, aos 67 anos de idade, ainda na plenitude de sua capacidade intelectual e produtiva. Cumpriu sua missão na terra e nossa família só teve a noção da dimensão de seu legado e daquilo que ele significou para muitas pessoas e para o ciclo social em que conviveu, quando ele se foi.

A chegada de sua urna funerária no aeroporto Eduardo Gomes, onde familiares e amigos já aguardavam, o trajeto do carro funerário acompanhado por vários carros até o Palácio da Justiça, onde seu corpo foi velado, a legião de pessoas presentes ao velório, o cortejo até o cemitério São João Batista e as homenagens feitas à beira de seu túmulo evidenciaram o quanto ele era querido, admirado e respeitado por familiares, amigos e demais pessoas que o conheciam.

O caixão de Mário Verçosa foi coberto com as bandeiras do Rio Negro e da Maçonaria. O amigo e Irmão maçom Ministro Washington Bolívar de Brito estava a dois dias de sua posse no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça, recém-instalado na época, quando veio à Manaus, especialmente para o velório e o enterro de meu pai, fazendo questão de ajudar a carregar seu ataúde, juntamente com outros amigos e familiares.

Manteve-se quieto e sofrido, como muitas pessoas que compareceram para prestar-lhe as últimas homenagens e quando algum jornalista tentava falar com ele, o mesmo se antecipava a dizer que não falaria sobre outro assunto que não fosse o falecimento de Mário Verçosa, pois estava nesta cidade somente para isso, representando o STJ, os Ministros e os amigos, afirmando que a figura dele foi uma das mais extraordinárias do nosso tempo.

A dor sentida por familiares e amigos estava estampada no rosto de cada um. Alguns ainda prestaram as últimas homenagens a Mário Verçosa, antes de seu sepultamento, como o Desembargador Paulo dos Anjos Feitoza, o qual falou por seus pares, mas fez questão de realçar, principalmente, a amizade que os uniu por longos anos de convivência na Magistratura. Meu irmão Thales falou em nome da família, causando grande comoção entre os presentes.

Os jornais da cidade noticiaram o falecimento de Mário Verçosa, bem como publicaram notícias sobre homenagens feitas a ele e artigos que o homenageavam. O jornal “Diário do Amazonas”, de 21 de junho de 1989, mencionou a repercussão de sua morte na Câmara Municipal de Manaus, destacando o pronunciamento do Vereador Robério Braga naquela ocasião, de cuja matéria intitulada “Silêncio pela morte de Verçosa”, transcrevo o seguinte trecho:

Para homenagear Mário Verçosa, é preciso abrimos o coração, em pétalas de saudade e silêncio, em honra de sua trajetória de vida, porque ninguém pode desconhecer seus méritos como professor, advogado, magistrado, intelectual e maçom, sempre voltado para a conciliação e a prática da justiça.

Salientou que “Mário Verçosa integrou todas as instituições culturais de nossa terra, como o Instituto Geográfico e Histórico, a Academia Maçônica de Letras, a Academia Amazonense de Letras Jurídicas.

Ao concluir, asseverou: Confio que, pelas convicções de vida, já está na hora em que o homenageamos, nos braços da luz eterna, sob as bênçãos do Grande Arquiteto do Universo, sendo justo tributarmos à sua memória as honras que fazemos aos grandes musicistas, os belos artistas, aos beletistas, aos homens probos e bons.

João Mendonça de Souza, membro da Academia Amazonense de 251
Letras, também lhe prestou homenagem em artigo intitulado “Adeus
ao Desembargador MÁRIO VERÇOSA” publicado no jornal “Diário do
Amazonas”, em 22 de junho de 1989. Dentre outras coisas, afirmou:

Em legitimidade plena, por tempo de saber distinguir, na capacidade de ajuizar, com o seu trespasse, perde-se, por isso, não apenas o decano do Brasil magistrático, Mas, igualmente, na superior honradez, nobre e magnífica, perde o Amazonas, um excelso juriconsulto de suas glórias jurídicas e faustosas. Perdem a Academia e o Instituto Histórico do Amazonas um afeiçoado cultor de suas boas letras. Perde a Glomam o seu sereníssimo Past-Grão Mestre e perde a Amazônia, em divulgação e lecionamentos maçônicos fraternais, um dos membros fundadores das Grandes Lojas dos Estados do Acre, de Roraima e de Rondônia.

O periódico maçônico “Vigilante do Norte”, em edição de Maio/Junho de 1989, publicou o artigo “Mário Verçosa: uma grande perda”, de autoria do Irmão maçom Paulino Bittencourt Cardoso, do qual destaco o fragmento a seguir:

É a inexorável e triste verdade. Não obstante, bem vivos ficam os seus exemplos dentro de cada um de nós seus Ilr.º Maçons. Exemplos que tanto dignificaram a sua personalidade marcante e dentre os quais três merecem o devido destaque de minha parte: seu espírito conciliador; sua simplicidade e, sobretudo, sua extrema bondade deverão ser doravante o escudo do caráter de cada um de nós. Que o Oriente Eterno onde se encontra, continue a espargir os raios de sua inteligência, a fim de que possamos dar continuidade a nobre e meritória missão maçônica que a nós está confiada dar prosseguimento, missão que ele em sua existência cumpriu com tanta dedicação e invulgar brilhantismo.

O sentimento dos funcionários do Tribunal de Justiça do Amazonas pelo falecimento de Mário Verçosa foi representado pela doutora Ana Zélia da Silva, Secretária da 3ª Câmara Criminal daquela Corte, á época, a qual fez homenagem póstuma ao meu pai em artigo datado de 22 de junho de 1989, que foi enviado à nossa família. Deste transcrevo:

Falar de ti, é preciso ter acima de tudo alma, sentimentos...

Tua esposa chora a perda do companheiro de longos anos de união. Vida.

Tão difícil na era atual.

Teus filhos crescidos voltam a ser crianças e choram o pai amado.

Os servidores deste poder onde labutaste até teus últimos instantes, choram calados tua partida.

Foste o mais jovem desembargador, partiste como o mais antigo. Ficamos órfãos como teus filhos. Perdemos o conselheiro, o amigo, o irmão. Perdemos o Desembargador.

Sobre a partida de Mário Verçosa, escreveu Elaine Ramos, em sua Coluna Social do dia 21 de junho de 1989, publicada no jornal “Amazonas em Tempo”:

Das dolorosas sensações, certamente a de perder um amigo. Muito mais quando desses a quem a idade não conta. Que te trata com carinho, projeta-te ensinamentos, jamais faz cobranças e elege-te também amigo.

Não me permito a tristeza material do adeus. Permaneço por inteira ao sentimento de sempre. Em mim não reside a sensação dos que estão e dos que foram. Fazem um todo presente.

Mário Sílvio, meu predileto contador de histórias. Uma inteligência extraordinária, um *savoir vivre* indescritível. Sempre surpreendendo. Sem mais aquela, evitou sofrimentos maiores para dona Nazaré, a companheira segura por toda a vida.

A casa está um pouco menos alegre. Cheguei e Mário havia ido. Deixou tudo em seu lugar. Não levou nada. Não precisa. Está num lugar ao sol, na região que lhe pertence porque Deus lhe deu.

Dona Nazaré e os meninos recebem a solidariedade de toda a sociedade e se mostram gratos. A família Verçosa continuará de pé, honrando, com certeza, Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa.

Fica a dorzinha machucando. A cabeça ferve. É, um homem que não tem dúvidas nem contradições íntimas deve preocupar os demais. A vida continua. Qualquer hora a gente se encontra, Mário.

Alguns anos depois de sua morte, o Poder Público Municipal, em ação conjunta com o Governo do Estado, prestou homenagem a Mário Verçosa, atribuindo seu nome ao logradouro situado na Avenida Pedro

Teixeira – Conjunto Dom Pedro I, antes designado “Praça Sesquicentário”. A praça sofreu restauração e foi reinaugurada com o nome de “Praça Desembargador Mário Verçosa”, no dia 26 de outubro de 1995. 253

Sobre essa homenagem, o Professor José Seráfico, em trecho de crônica denominada “Justa homenagem”, publicada no jornal “A Crítica” de 24 de outubro de 1995, escreveu o seguinte:

Mais importante que os aspectos suscitados, porém, é a denominação a ser dada àquele novo espaço. Praça Mário Verçosa é o nome que receberá o complexo, segundo anúncio das autoridades. Porque tive contato próximo e prolongado com o homenageado, aplaudo a lembrança da Prefeitura e aproveito para destacar quão útil seria batizar os próprios espaços públicos com nomes de pessoas às quais tanto deve, realmente, a sociedade local.

Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa, o nosso tão querido e saudoso desembargador Verçosa, era dessas pessoas que pareciam estar acima do bem e do mal. Mais velho que a maioria de nós, seus colegas no magistério da Faculdade de Ciências Econômicas e, depois, da Faculdade de Estudos Sociais, era a ele que recorríamos, sempre que alguma pendência ameaçava desunir o grupo do departamento de Administração. Mesmo sem pertencer ao departamento (pois vinculava-se à Faculdade de Direito), de tal forma sabia viver o cotidiano daquela unidade acadêmica, que dificilmente se encontrará algum mestre de outra unidade capaz de merecer a reverência e a amizade que ele granjeou entre os professores da FES.

À homenagem da Prefeitura certamente não faltará a manifestação de seus colegas e ex-colegas de departamento, sobretudo porque com ele talvez tenhamos aprendido muito mais do que teremos ensinado aos nossos alunos comuns.

Por meio desta bricolagem histórico-afetiva, juntei informações encontradas em diversos documentos, recortes e papéis do arquivo pessoal de meu pai, aos fragmentos de minhas lembranças, decorrentes de minha vivência com ele em família e de suas narrativas durante esse convívio.

Muitas peças estão ausentes desta montagem fática e emocional, pois há memórias não resgatadas por mim, outras que estão no íntimo de meus irmãos, familiares, amigos e de diversas pessoas que conviveram com ele, em cada contexto que ele esteve inserido em vida

254 e, ainda, muitas histórias que para serem reportadas careceriam de mais tempo e não caberiam neste espaço restrito.

As lembranças que ora trago estão revestidas pelo verniz do amor e da saudade, mas não deixam de ilustrar, juntamente com os fatos sobre a vida de meu pai aqui apresentados, o relevo da figura singular que ele foi, o qual ao viver plenamente sua humanidade, com erros e acertos, sempre teve o firme propósito de desempenhar com grandeza os papéis sociais que escolheu para construir sua trajetória. Por isso, finalizo homenageando-o com o poema de Fernando Pessoa, atribuído a um de seus heterônimos, cujo texto traduz para mim, a maneira que Mário Verçosa, meu pai, se conduziu na vida.

Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Pões quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.

(Ricardo Reis)

— Acadêmico Mário Verçosa

GERALDO XAVIER DOS ANJOS¹⁵³

A Academia Amazonense de Letras e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas comemoram o 1º centenário de nascimento do acadêmico Mário Cordeiro de Verçosa, primeiro ocupante da poltrona nº 20 do IGHA que tem como patrono Francis Castelnau, e quarto ocupante da cadeira nº 17 da Academia Amazonense de Letras que tem como patrono o médico Francisco de Castro.

O acadêmico Mário Verçosa nasceu em Manaus, em 20 de julho de 1921. Foram seus pais João Baptista de Verçosa e Edmée Cordeiro de Verçosa. Foi casado com a senhora Maria de Nazaré Verçosa com quem teve os filhos: Tanamara, Thales, Taner, Themis e Thelma. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Amazonas e ingressou na magistratura em 8 de junho de 1951 como 19º suplente de Juiz de Direito da comarca de Humaitá. Em 1952, prestou concurso público, sendo nomeado Juiz de Direito da Comarca de Humaitá. Em 1956, foi promovido por merecimento para a capital, onde ocupou como titular a 1ª e 6ª Vara. Foi promovido a desembargador por merecimento e tomou posse nesse cargo em 4 de agosto de 1959. Como desembargador, exerceu os seguintes cargos: Corregedor Geral da Justiça, Presidente da Câmara Civil, Presidente da Câmara Criminal, Presidente das Câmaras Reunidas, Presidente do Conselho da Magistratura, Vice-presidente do Tribunal, Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas em 1965 e 1979 e Decano do Tribunal de Justiça do Amazonas. Foi membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas onde ocupou a cadeira nº 20 que tem como patrono Francis Castelnau, e da Academia Amazo-

153 José Geraldo Xavier dos Anjos, titular da Cadeira 17, de Francisco de Castro.

256 nense de Letras, onde ocupou a cadeira nº 17. Esta tem como patrono Francisco de Castro.

O Acadêmico Mário Verçosa além de ser autor de várias teses jurídicas, é também autor do livro *Mosaicos do Judiciário Amazonense*. Foi membro da Maçonaria onde chegou a ser Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Amazonas em 1962 e em 1977, presidiu a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil.

O Acadêmico Mário Cordeiro de Verçosa faleceu em Manaus em 18 de Junho de 1989, aos 68 anos de uma bela existência.

REFERÊNCIAS

VERÇOSA, Mário. **Mosaicos do judiciário amazonense**. Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas, 1983, 249 p.

— Honra e dignidade

ROBÉRIO BRAGA¹⁵⁴

Não são poucos os homens e mulheres que serviram à vida pública em nosso Estado ao longo dos últimos anos especialmente devotados à justiça e à educação e que podem ostentar as melhores glórias de cumprimento da missão com honra e dignidade. Um deles, entretanto, se sobressai: Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa, razão pela qual merece destaque ao ensino dos registros oficiais e acadêmicos do centenário de seu nascimento.

Há um paralelo de vida pública a ser traçado entre Pedro Henriques Cordeiro Júnior e Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa, bem a propósito dos registros que a Academia Amazonense de Letras vem de fazer a respeito desse notável amazonense.

A estirpe do coronel Pedro Henriques Cordeiro Júnior, de rígida formação militar, rigoroso em critérios políticos e de gestão da coisa pública, repercutiu na vida e na história de sua família. Foi a ele que a população amazonense, especialmente a de Manaus, recorreu em outubro de 1930 quando da revolução getulista, para liderar a transição da administração estadual e exercer chefia à Junta de Governo que implantou o referido movimento em nossa terra. A comitiva popular, quase em passeata de expressivo número de pessoas foi a casa de sua residência para convocá-lo ao cumprimento de mais esta missão, e o fez, naturalmente, por sabê-lo capaz de contornar os óbices da ocasião, dar estabilidade institucional, impor a ordem e assegurar a democracia, especialmente após período por demais perturbado que se arrastava desde 1924 quando se deu a deposição do governador César do Rego Monteiro.

¹⁵⁴ Robério dos Santos Pereira Braga, titular da Cadeira 22, de Raimundo Farias Brito.

Sua participação, efetiva e segura, permitiu a transição que se fazia necessária ao lado de Francisco Pereira da Silva, jovem e revolucionário de então, e o professor José Alves de Souza Brasil, experimentado mestre e político, mas foi ao velho militar que a população recorreu de pronto e a ele que os incendiários das ruas atenderam fazendo cessar o quebra-quebra, o põe abaixo e o toca fogo que se seguiu à deposição dos decaídos da política da época, em movimento popular que percorreu ruas e avenidas, incendiou casas e carros e invadiu residências e oficinas de revistas que apoiavam os destituídos do poder.

Havia muitas razões para tanto. Conduta serena, firme, ilibada, moral inatacável, Pedro Henriques carregava consigo as honrarias de oficial superior, mas, sobretudo a firmeza de propósitos, de nacionalidade e dignidade. Seu prestígio e respeito popular se originavam de há muito, precisamente quando em 15 de novembro de 1889 esteve presente no Campo de Santana, no Rio de Janeiro, integrando a 2.^a Brigada do Exército composta por alferes alunos da Escola Superior de Guerra, sob o comando do alferes Marcos Curius Mariano de Campos e na companhia de inúmeros outros jovens militares, dentre os quais Fileto Pires Ferreira e João de Albuquerque Serejo¹⁵⁵, para falar dos que militaram em Manaus.

Foi a ele que coube receber o Batalhão Amazonas quando do retorno dos embates em Canudos em 1897, pela posição elevada de comandante do Regimento da Força Pública e, naturalmente, acolher a bandeira brasileira bordada a ouro pelas mulheres da Bahia e entregue a nossos soldados, a mesma que se encontra depositada no Museu Tiradentes do Palacete Provincial.

Anos mais tarde, Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa, por iguais méritos e reconhecimentos públicos, pelo menos em duas ocasiões igualmente delicadas e que exigiam firmeza e força moral, seria conclamado a missões; em uma delas, em confronto com o Poder Executivo e outra restrita ao Poder Judiciário, ambas tão delicadas quanto a atribuída a Pedro Henriques em 1930: superar grave desequilíbrio entre poderes constituídos do Estado e sanar desentendimento interno no Tribunal de Justiça do Amazonas quanto à sucessão de seus dirigentes.

155 SENA. Ernesto. **Deodoro**: subsídios para a história. Brasília-DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999, p. 99. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

Graves impasses! A princípio, reservados aos muros manauenses, ganharam foros de notícia publicada na imprensa, avançaram para ser debatidos na Corte Suprema e, ainda que não tenham se arrastado por longo tempo, provocando instabilidade, gerando insegurança jurídica, agravando rivalidades antigas. A tradicional forma estabelecida para alternância do exercício presidencial entre os membros da Corte estadual e que encaminhava a substituição de seu dirigente conforme a tradição e a regra regimental estaria sendo quebrada. Naquela ocasião, entretanto, tal não se configurou com a normalidade tradicional.

Estabelecido o impasse e crescente as desavenças internas, muitas delas de pouco conhecimento além dos paredões do Palácio construído por Eduardo Ribeiro e inaugurado por Ramalho Júnior, em 1900, coube ao Supremo Tribunal Federal solver o problema com a designação de Mário Verçosa como uma espécie de interventor presidencial, que, de plano, conseguiu restabelecer a boa convivência entre seus pares, harmonizar os ânimos, conduzir a sucessão para a principal cadeira da Corte e cumprir a missão institucional que lhe foi cometida transitoriamente.

Hábil, generoso, cauteloso, fraterno, mas firme em sua conduta sempre sem arroubos juvenis que deve tê-los tido na idade própria, Mário atravessou esse tempo de ondas revoltas recompondo a calma como se fazia imperioso. Doutra feita, com a mesma firmeza e autoridade moral inatacável, cruzou os portões do Palácio da Justiça quando cercado por forças militares em período excepcional da vida nacional. É que dele não seria possível esperar receios, medos, temores, nem conduta afoita ou desmedida, distante de critérios de civilidade e respeito às leis, mas, ao mesmo tempo, não seria possível esperar negligência, desvio ao cumprimento do dever legal, subserviência, benevolência.

Intellectual sem ostentação, professor de méritos, chegou a resistir por algum tempo ao convite que formulei para que permitisse que o apresentássemos a uma das cadeiras da Academia, e, antes de aquiescer, fez questão publicar *Registros Maçônicos* (19..) *Mosaico do Judiciário Amazonense* (1983), e já havia publicado seu livro de estudos de Direito Comercial (19..), com o qual aplicava conhecimento aos alunos da Universidade Federal do Amazonas nos cursos de direito,

260 administração e contabilidade. A meteórica passagem pela Academia Amazonense de Letras, tal como sucedera com Rodolpho Guimarães Valle e mais recentemente com Anibal Madureira Beça, Narciso Júlio Freire Lobo e outros ilustrados intelectuais, com ele foi ainda mais sentida, inclusive porque não nos permitiu a publicação de nem mesmo seu discurso de posse que, somente agora, e nessa edição especial da Revista da Academia, vem a público pela vez primeira.

Seu adoecimento físico e encantamento foram golpes fundos no Sodalício. Dele esperávamos contributo intenso, inclusive, na administração diretiva da Casa pela maestria com que sabia conduzir entidades, a exemplo da Maçonaria Amazonense.

— Nota biográfica

Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa, nasceu no Amazonas, em 20 de junho de 1921, filho de João Baptista de Verçosa e Edmée Cordeiro de Verçosa. Casou-se com Maria de Nazaré Freire de Verçosa e tiveram os filhos Tanamara, Thales, Taner, Themis e Telma.

Seus estudos foram feitos em Manaus, inicialmente no Colégio Dom Bosco, (1930 a 1934), secundário na mesma escola 1935 a 1939 na qual também fez o Pré-Jurídico (1935 a 1939) e o superior de Contador, no Instituto Comercial Dom Bosco (1942) e Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito do Amazonas, (1946). Concluiu serviço militar como 2º Tenente R/2 da Arma de Infantaria.

Sua formação humanista foi completada com outros cursos, como: 1944 – Curso de Comandante de Pelotão, concluído no Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, anexo ao 27º Batalhão de Caçadores, em Manaus; 1956 – Curso de Amazonologia, ministrada pelo Professor Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, sob os auspícios da Sociedade Amazonense de Professores; 1969 – Curso de Mecanismo dos Incentivos Fiscais na Área Amazônica, promovido pela Universidade do Amazonas; 1980 – Curso de Planejamento Didático, promovido pelo Departamento de Contabilidade da U.A; 1981 – Curso de Alto Nível sobre Direito Tributário, ministrado pelo Prof. Geraldo Ataliba, sob o patrocínio da Receita Federal no Amazonas; 1981 – Curso Prático de Contabilidade, promovido no Ciclo de Conferências sobre o Profissional de Contabilidade, sob os auspícios do DECON-UA, Sindicato de Contabilidade do Amazonas e Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas; 1982 – Curso de Metodologia do Ensino Superior ministrado pelo Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará, em convênio com a Universidade do Amazonas, iniciado a 28.03.81 e concluído em 25.06.82; 1987 – Curso sobre Mercado de Capitais para a Magistratura e o Ministério Público, realizado no mês de abril, em Manaus,

262 sob o patrocínio da Comissão Nacional de Bolsas de Valores – CNBV, através do Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais – CODIMEC.

No serviço público, antes de se tornar magistrado exerceu os cargos de Auxiliar da Secretaria da Polícia Civil do Amazonas – 1940 a 1943. Secretário da Penitenciária do Amazonas, de 1944 a 1946. Solicitador, em 1945 a 1946. Advogado, de 1947 a 1950.

Na magistratura, longa e profícua, fez carreira. Iniciou em 1951 como Primeiro Suplente de Juiz de Direito de Humaitá; 1952, Juiz de Direito de Humaitá, à vista das provas de habilitação exibidas em concurso; 1956, Juiz de Direito de Manaus, por merecimento, na 6ª Vara (Criminal) da Capital e depois na 1ª Vara (Feitos da Fazenda) da Capital. Em 1959, foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, por merecimento. Em 1963, foi eleito pela primeira vez Corregedor Geral da Justiça, reeleito e eleito em outras oportunidades. Em 1964 foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas; 1967, Presidente da 1ª Câmara Cível do Tribunal reeleito em 1970, 1973, 1975, e em seguida foi Corregedor Geral da Justiça. E em 1978, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Presidente das Câmaras Reunidas do Tribunal e em 1979 novamente eleito Presidente do Tribunal de Justiça; No ano de 1980 tornou-se Membro da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; 1984 – Presidente da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Amazonas; 1988 – Membro da 1ª Câmara Cível.

Fato peculiar é que, em 1986, foi Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, cumulativamente com os cargos de Vice-Presidente e Corregedor Geral de Justiça, por decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, diante de impasse estabelecido na Corte.

Integrou várias comissões de trabalho na magistratura estadual, tais como: para apresentar sugestões sobre a função dos Escreventes dos Cartórios da Comarca da Capital; de Direito Penal e Processo Penal na 3ª Conferência Nacional de Desembargadores, no Rio de Janeiro; Comissão Examinadora do Concurso de Juiz Auditor Militar do Estado; para apresentar sugestões sobre a reforma do Regimento de Custas do Estado; Permanente de Justiça do Estado do Amazonas; Permanente do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado; Examinadora do concurso para Escrivão do Judicial do Estado; Examinadora do concurso para Oficial de Justiça do Estado; do concurso para Juiz

Substituto da Capital; do concurso para Assistente Judiciária do Tribunal de Justiça; Examinadora do concurso para Juiz de Direito de 1ª Entrância. 263

Na Justiça Eleitoral foi: 1951 – Preparador da 17ª Zona, Humaitá; 1952, Juiz da 17ª Zona, Humaitá; 1954, Presidente da Junta Apuradora da 11ª Zona, Eirunepé; Membro da Turma Julgadora do TRE-AM, no pleito de 03.10.54, convocado, da Classe de Juiz de Direito; 1956, Juiz da 2ª Zona, Manaus e cumulativamente com 1ª Zona; Membro suplente do TRE-AM, da Classe de Juiz de Direito. Em 1957, respondeu pela 18ª Zona, Barcelos, cumulativamente com a 2ª Zona Eleitoral; 1959, efetivo do TRE-AM, da Classe de Juiz de Direito; 1960 – Suplente do TRE-AM, da Classe de Desembargador; 1962, efetivo do TRE-AM, da Classe de Desembargador e Corregedor Eleitoral; 1963 – Vice-Presidente do TRE-AM, Participante da reunião de membros dos Tribunais Regionais Eleitorais, realizada no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara; 1964 – Presidente do TRE-AM; 1965 – Vice-Presidente do TRE-AM; 1966 – Voto de Louvor mandado consignar pelo Plenário, em seus assentamentos funcionais, pelo desempenho de seu trabalho na Presidência do TRE-AM. Presidente em exercício, do TRE-AM, por trinta dias, por motivo de licenciamento do titular.

Em várias oportunidades mereceu aprovação de voto de louvor pelo trabalho desenvolvido no Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas. Em 1955, em virtude do trabalho desenvolvido na Turma Julgadora do pleito de 03.10.54. 1959. Em 1964, pelos serviços prestados à Justiça Eleitoral como integrante do TRE-AM da Classe de Juiz de Direito. Em 1964, Voto de Louvor mandado consignar pelo Plenário em seus assentamentos funcionais, pelos serviços realizados como representante do TRE-AM em Brasília e junto ao Ministério da Justiça.

No magistério, foi professor e diretor de escola de nível superior, chegando a Titular da Fundação Universidade do Amazonas, exercendo o Magistério de Nível Superior por vinte e oito anos. Foi Professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Amazonas. Curso de Economia, em várias disciplinas, e do Curso de Contabilidade, Curso de Administração e Direito.

Foi, também, diretor de Unidade, interino, chefe de departamento em diversos períodos, 1965, 1967, 1968, 1969 e 1970; membro

264 do conselho departamental de 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1973 e 1974; membro de comissão do concurso vestibular em 1970.

Publicou: “*Orientação Eleitoral*”, Jornal do Comércio, 1965; “*A Realidade do Poder Judiciário do Estado do Amazonas*”, Associação dos Magistrados e Servidores do Judiciário Amazonense, 1971; “*Mosaicos do Judiciário Amazonense*”, 1983; “*Trinta Capítulos de Direito Comercial*”, 1985; *A fundação da Grande Loja de Rondônia e Registros maçônicos*, 1985.

Merece as seguintes medalhas e condecorações: Medalha do “Mérito Judiciário”, concedida pela Associação dos Magistrados Brasileiros – 1965; Medalha “Dom Pedro II”, concedida pelo IGHA – 1975; Medalha “Tiradentes”, concedida pela Polícia Militar do Estado do Amazonas – 1980; Medalha “Cruz de Serviços Relevantes”, concedida pelo Governo do Estado do Amazonas – 1983; Medalha de “Mérito Maçônico”, concedida pela Grande Loja do Estado do Amazonas – 1984; Medalha “Cidadão Benemérito de Manaus”, concedida pela Câmara Municipal de Manaus – 1986; Medalha “FRANCISCO XAVIER DOS REIS LISBOA”, “por relevantes serviços prestados à Magistratura Nacional”, concedida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – 1987.





ÁUREO NONATO DOS SANTOS

— Discurso de posse¹⁵⁶

Senhor Presidente

Senhores Acadêmicos

Assomo a esta tribuna a vosso chamado.

Eleito por vós para compor esta Academia Amazonense de Letras, aqui estou para assumir a Cadeira nº 17, patrocinada por Francisco de Castro e tendo como seu último ocupante o acadêmico Leôncio Salignac e Souza, falecido em 22 de junho de 1988.

De início digo-vos que sou avesso a discursos.

Disso Vossas Excelências e a distinta e elegante plateia estão livres.

Mas, assim o exige o regulamento e o protocolo desta Casa,

O que fazer então?

Diante disso alinharei algumas frases para dizer-vos de minha incontida alegria e prazerosa honra de vir a pertencer ao restrito e honroso quadro desta Academia.

Em assim sendo, volto-me para o passado, para a minha infância, e vejo-me envolvido pelo desejo de conhecer novos mundos. Lendo e relendo, no bairro de São Raimundo os livros de uma razoável biblioteca amealhada por amigo de infância, que para minha felicidade encontra-se aqui neste recinto. Ali está ele, o hoje Comendador Junot Carlos Frederico, atualmente presidindo o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Lembro-me de que a maioria dos livros faziam parte da coleção *Terra, Mar e Ar*. Li-os todos.

Um dia, de repente, dou de olhos num livro grande e grosso.

Comecei a folheá-lo. Meus olhos depararam logo com um subtítulo que de pronto me interessou: O Inferno. Avidamente comecei a sua leitura e fui até o final. O livro, como todos já perceberam, era a Divina Comédia, de Dante.

¹⁵⁶ Cadeira nº 17 tendo como patrono Francisco de Castro. Solenidade realizada na Academia Amazonense de Letras no dia 16 de dezembro de 1993.

Aquele menino amazonense, lá no bairro de São Raimundo leu todo o livro em uma semana, pois não era todos os dias que visitava aquele amigo, sempre ao cair da tarde.

A impressão causada em mim desde logo deu-me uma visão do mundo e das coisas do espírito e um elevado gosto pela leitura. Li, posteriormente, lá mesmo em São Raimundo, o *Tesouro da Juventude* e quase toda a obra de Shakespeare, ali contida.

Depois viajei para o Rio de Janeiro onde vivi proveitosos cinquenta anos, mas sempre com o meu espírito voltado para esta cidade de Manaus e o meu bairro de São Raimundo que me viu nascer num primeiro de abril, no início dos anos vinte.

Lá tornei-me jornalista e escritor.

Meu primeiro livro *Os Bucheiros*, premiado pela Academia Brasileira de Letras, refere-se à minha infância. Em seguida escrevi *Porto das Catráias* que relata a juventude. Nesse ínterim fiz duas canções: *Manaus*, que se tornou a canção oficial da Cidade e *Tarumã*, um poema-canção para solista e coro, apresentados, no Rio de Janeiro, em salas de concertos e na televisão.

Em 1988, voltei a Manaus e acabo de publicar *Pitombas & Biribás*, uma coletânea de crônicas que publiquei em jornais de Manaus, e algumas canções até então inéditas.

Eu tinha que dizer isso, neste momento.

Agora, atendente ao regulamento da Casa, passarei a fazer referência ao patrono a ao último ocupante da Cadeira nº 17, que ora assumo.

Francisco de Castro, nascido na Bahia em 17 de setembro de 1857, faleceu no dia do seu aniversário em 1901, antes de assumir a Cadeira nº 13 na Academia Brasileira de Letras, onde seria recebido por Rui Barbosa.

Seus estudos foram iniciados no Ateneu Baiano e depois na Faculdade de Medicina da Bahia, transferindo-se depois para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Competente em seu mister foi médico de Rui Barbosa e outras ilustres personalidades. Entre seus amigos figurava Machado de Assis e outros luminares da política e das letras.

Francisco de Castro estreou na literatura com um livro de poemas intitulado *Harmonias Errantes*, prefaciado por Machado de Assis. Cientista e prosador, Francisco de Castro lia grego, inglês, latim e alemão.

E também foi autor de um livro de clínica médica, muito bem escrito, segundo os críticos da época. Eram muito comentados à época os seus discursos literários. 269

O meu antecessor, na Cadeira nº 17, foi o Desembargador Leôncio Salignac e Souza, nascido no município de Coari, em 8 de janeiro de 1905 e faleceu, em Manaus, no dia 22 de junho de 1988.

Leôncio Salignac e Souza fez seus estudos preliminares no Rio de Janeiro e na Bahia onde iniciou seu curso de Direito. Vindo a formar-se em bacharel na Faculdade de Direito do Amazonas.

Casado com Dona Maria José Oliveira, Salignac e Souza teve seis filhos dos quais estão vivos quatro: Cláudio Leomar, Leonie Marieta, Marília e Leomir Myriam.

Como professor lecionou latim, francês, inglês, filosofia, história universal, literatura pátria e regional. Fundou ainda o Ginásio Noturno Duque de Caxias.

Jornalista, Salignac e Souza colaborou com *A Tarde* e *O Jornal*.

Foi escrivão e promotor público e serviu como Juiz nas comarcas de Manacapuru, Parintins, Humaitá, Coari, Manicoré, além de outras. Integrou ainda a Delegação Brasileira na Conferência da Hiléia Amazônica, patrocinada pela Unesco, em Belém. E, por três vezes, foi eleito presidente no Tribunal de Justiça do Estado.

Entre outros escritos publicou num volume as teses *Da periclitção da Vida e da Saúde* e *Da aplicação provisória de interdições de direito e medidas de segurança*, defendidas por ele no 1º Congresso Nacional do Ministério Público, em São Paulo, realizado em 1942.

Assim era e assim foi a figura exemplar do acadêmico Leôncio Salignac e Sousa.

Cabe a mim sucedê-lo, por eleição desta Academia de Letras.

Agradeço aos senhores acadêmicos tamanha honra, principalmente, por ser recebido, nesta Casa de Pericles Moraes, pelo ilustre acadêmico Paulo Herban Jacob, consagrado autor de *Chuva Branca* e duas vezes merecedor do famoso Prêmio Walmap, na categoria romance.

Que Deus me proteja a fim de corresponder a tanta responsabilidade.

Tenho dito.

— Acadêmico Áureo Nonato

GERALDO XAVIER DOS ANJOS¹⁵⁷

Meu caro Áureo Nonato. Acho que você deve publicar as suas reminiscências amazônicas. Faça-o quanto antes. Você é um artista. Você vê a vida sob as espécies de arte. E, sendo um poeta, um ser de grande sensibilidade, você bem sabe dar um toque de interesse, de vida às páginas. O menino amazonense quer perambular pelas ruas do mundo. E creia na amizade de seu leitor.

Antônio Carlos Villaça

Nascido no dia 1º de abril de 1921 em Manaus, filho de Antônio e Vigília Nonato dos Santos.

Fez seus estudos primários no Grupo Escolar Olavo Bilac, no bairro de São Raimundo, e cursou o primeiro ano ginásial no Colégio Dom Bosco. Em 1940, muda-se para o Rio de Janeiro onde estudou na Academia de Comércio Cândido Mendes. De 1941 a 1944, recolheu-se ao Convento dos Padres Franciscanos, em Petrópolis/Rio de Janeiro. Mais tarde transfere-se para o Seminário dos Padres Sacramentinos de Nossa Senhora em Manhumirim/Minas Gerais.

Em 1945, segue para São Paulo, inicia-se no jornalismo, como noticiarista, no jornal *A Noite* sob a direção de Menotti Del Picchia, onde publica o seu primeiro poema: “O Jardim Abandonado”. Trabalhou como revisor na imprensa Oficial do Estado de São Paulo, dos jornais *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo* onde publicava notícias e reportagens.

Em 1946, voltando para o Rio de Janeiro, passa a exercer o cargo de Secretário Geral do Teatro do Estudante do Brasil, fundado por Paschoal Carlos Magno. Foi secretário das seguintes companhias de

157 José Geraldo Xavier dos Anjos, titular da Cadeira 17, de Francisco de Castro.

teatro: Companhia Dramática Nacional, Companhia Ducina-Odilon, 271
Companhia Bibi Ferreira, Companhia Nicete Bruno e Paulo Goulart.

Publicou reportagens, artigos e poemas nos seguintes jornais do Rio de Janeiro: *A Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *Diário Carioca*, *Folha Carioca*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e, nas revistas *Ilustrada* e *Revista da Semana*.

Em 1960, em Manaus, promoveu e realizou o Primeiro Salão de Arte Moderna com apoio da imprensa amazonense.

Em 1963, idealizou e foi Coordenador Geral do Primeiro Fórum Sobre Amazônia, promovido pela Fundação Casa do Estudante do Brasil, sob a direção do historiador Arthur Reis.

Foi autor das músicas *Tarumã* (música folclórica) e *Manaus*.

Foi autor dos livros *Os bucheiros: um memorial de infância* (Prêmio Oswaldo Orico/82, concedido pela Academia Brasileira de Letras), *Porto de Catraias*, *Pitombas e Biribás* e *A solidão não dói* (esta obra ficou inédita).

Áureo Nonato foi membro da Academia Amazonense de Letras onde ocupou a cadeira nº 17 que tem como Patrono o médico baiano Francisco de Castro. Pertenceu a Sociedade de Autores Teatrais e da Ordem dos Músicos do Brasil.

Sua obra principal *Os bucheiros: um memorial da infância* (Prêmio Oswaldo Orico/82 concedido pela Academia Brasileira de Letras) trata sobre as recordações de Áureo de sua infância na década 30 em Manaus. *Pitombas e Biribás* o livro, trata de crônicas e poesias de Áureo publicados em jornais da cidade. *Porto de Catraias* trata das memórias de adolescência de Áureo em Manaus. O último livro *A solidão não dói*, obra inédita, não publicada e desaparecida ou jogada fora como fazem quando os autores morrem.

Sua importância para a literatura foram suas obras através de seus livros, músicas, crônicas e poesias sendo eleito para ocupar a cadeira nº 17 da AAL.

Áureo passou 50 anos morando no Rio de Janeiro no meio dos intelectuais, escritores, teatrólogos e músicos e durante estes anos foi um autêntico embaixador do Amazonas no Rio de Janeiro, junto ao meio intelectual. Volta a Manaus por causa de sua aposentadoria nos anos 80 e para a companhia da família e os amigos de Manaus.

Áureo compôs várias músicas, sendo as mais famosas: *Tarumã* (canção folclórica) e *Canção de Manaus* que se tornou um hino não oficial da cidade.

Canção de Manaus

Que viu você
 Não pode mais esquecer
 Quem vê você, logo começa a querer;
 Manaus, Manaus, Manaus
 Minha cidade querida.
 Manaus, Manaus, Manaus,
 És a cidade sorriso,
 Esperança da nossa Amazônia.
 Manaus, Manaus, Manaus,
 Minha cidade querida.
 Manaus, Manaus, Manaus.

Áureo escreveu para o *Jornal do Commercio* escrevendo seus editoriais, mas para ele importante era seu artigo, de todos os no jornal, também escreveu no jornal *Amazonas Em Tempo*.

Na manhã do dia 23 março de 2004, às 6h, quando o sol se punha a brilhar, Áureo Nonato passou para outras paragens, onde a vida prossegue deixando sua Manaus, Manaus, Manaus. Esperança da nossa Amazônia.

REFERÊNCIAS

NONATO, Áureo. **Os bucheiros**: um memorial da infância. Manaus: Imprensa Oficial, 1983.

NONATO, Áureo. Curriculum vitae, datilografado.

A CRÍTICA. Manaus, 28 de novembro 1963. Fórum “Foi um Trabalho Patriótico de divulga da Amazônia” disse o Acadêmico Mário Ypiranga Monteiro em entrevista para o Jornal A Crítica.

O JORNAL. Manaus, 27 de novembro de 1963. Governador Plínio Ramos Coelho em sua palestra de abertura do Fórum sobre Amazônia “Estou convencido de que 1964 será o ano do Arrebol da Amazônia” Redator teatral do jornal” Diário Trabalhista”, da revista “Vida”.

— Boêmio da liberdade

ROBÉRIO BRAGA¹⁵⁸

Quando em 23 de março de 2004, finou-se Áureo Nonato dos Santos em hospital de Manaus tendo saído de pequeno lugar da Fundação Dr. Thomas criada por Agnello Bittencourt, há muitos anos, e para onde a seu pedido foi levado por mim e por Arlindo Porto, cogitei comigo que se encerrava um ciclo de boêmia inteligente e de liberdade audaciosa representadas por um homem curioso que avançou com bastante audácia contra o tempo em busca de realização pessoal e profissional.

Tenho na memória a tarde de sábado na qual ele nos convidou (a mim e a Arlindo) para irmos ao pequeno apartamento em que residia no antigo curvão de fundos do Instituto de Educação do Amazonas e onde fora edificado prédio residencial, e, logo ao chegarmos, declarou-nos de forma firme e bem pensada: “consigam que me aloje no Dr. Thomas e levem meus troços para o Instituto Histórico”. Insistimos na conversa em busca de maiores explicações. Havia amargura em sua voz e umedecimento em seus olhos, mas a vida (que sempre lhe fora dura) o levava a essa decisão. A idade reclamava cuidados que, materialmente, ele não podia se dar ao luxo morando por conta própria. Assim foi feito.

Várias vezes o visitamos, conversamos e indagamos sobre a certeza de sua decisão e ele sempre respondeu que fizera o que deveria ter feito, até porque, residindo na casa de idosos nela não se via enclausurado, saindo a passeio e muitas vezes variando pelas madrugadas, e, por isso, depois de certo tempo passou a desobedecer a regras da instituição para não se sentir prisioneiro de sua condição de saúde, pouca visão, idade e poucos recursos financeiros.

¹⁵⁸ Robério dos Santos Pereira Braga, titular da Cadeira 22, de Raimundo Farias Brito.

Verdade verdadeira é que quando o levamos para a sua quase reclusão, já não tinha o brilho no olhar e a inquietação de ânimo de quando o convidei a ingressar na Academia Amazonense de Letras, respaldado por nosso amigo comum – o brilhantíssimo Paulo Herban Maciel Jacob –, casa de quem, Áureo frequentava assiduamente para papos deliciosos e bons uísques.

Quando fiz publicar seu premiado livro, o agradecimento generoso foi um abraço incontido, daquele em razão do qual é possível sentir o coração fraterno palpitar mais forte, após o que passou a prometer apresentar outras relíquias de sua lavra, inclusive, as crônicas semanais que gostava de dar a público sempre com humor e critério, mas, às vezes, sem papas na língua.

O livro *Os Bucheiros* é obra de gênio, mas é descrição de vida e sinal de que aquele mundo que conheceu desde menino não era o desejado para seu futuro, por isso tomou o vapor com apoio financeiro do governador Álvaro Maia e rumou para o Rio de Janeiro de onde se aventurou por outras plagas e em muitas missões e atividades, até se dar por vencido e retornar à taba como gostava de dizer. Não deve ter sido fácil largar do seu *Porto de Catraias* e se deparar com o mar, a imensidão do mar e a vastidão do mundo, mas isso não o estremeceu, pelo menos enquanto as forças físicas o permitiram pelejar. A promessa feita e anunciada pela imprensa de publicar o terceiro livro, não se concretizou e ficou a dever o seu *A solidão não me dói*, título que alardeava como despedida.

A formação escolar, no pequeno grupo do bairro, nas escolas e seminários católicos como no Convento dos Padres Franciscanos, em Petrópolis, e tempos depois no Seminário dos Padres Sacramentinos de Nossa Senhora, em Manhumirim, Minas Gerais, não o afastaram do mundanismo que o seduzira ainda quase rapazola, e, ao final dos anos, o consumiria em noites alegres no bar do Armando bem mais tarde.

Seu primeiro retorno em visita a Manaus foi em 1949 conforme os jornais da época, tratando de teatro, especialmente, da relação que pretendia fazer entre o Rio de Janeiro, Belém e Manaus,¹⁵⁹ como se fosse embaixador do Norte e das artes na então capital da

159 JORNAL DO COMMERIO, Manaus, 10 ago. 1949.

República. Uma tragédia adiou a festa que havia sido preparada para 275 recebê-lo (ou por ele mesmo arquitetada) na ocasião, isso em razão do falecimento da menor Janete das Graças Santos, mas a entrevista concedida a imprensa esclareceu os objetivos da viagem, seu entusiasmo com o Teatro de Estudantes do Rio e com Paschoal Carlos Magno.¹⁶⁰

Com apoio da Prefeitura de Manaus e do Teatro Escola Amazonense de Amadores, Áureo fez palestra no Teatro Amazonas, mostrou croquis, fotos e explicou o funcionamento do Teatro do Estudante.¹⁶¹ Em artigo assinado, tratou dos homens pretos e o teatro,¹⁶² notadamente sobre o teatro experimental do negro que reunia Abdias Nascimento e Paschoal Carlos Magno e representava excepcional novidade. Falou do tema aos estudantes do Ginásio Amazonense Pedro II animados pela organização do Centro “Plácido Serrano”, retornando ao Rio, em avião – o que ainda era novidade e noticiado pela imprensa com o nome de todos os passageiros – a 9 de novembro de 1949.¹⁶³

Em 1960, surgem suas poesias na imprensa amazonense; depois, artigos em forma de coluna sociocultural falando da vida artística do Sul do país; em seguida, promoveu a organização do Salão de Arte Moderna, iniciativa do jornal *A Crítica* (1961), que se transformou em Festival de Arte Moderna e trouxe a Manaus o importante crítico Mário Barata. O sucesso dos desenhos e tintas foi para Moacir Andrade, Oscar Ramos Filho (este com três desenhos e três pinturas), o escultor Sebastião Mafra, o pintor L. Verçosa que se tornaria professor, promotor e procurador de justiça, e para as obras em arame elaboradas por Sebastião Lemos.¹⁶⁴ A crônica singela, carinhosa e delicada de Arlindo Porto, publicada primeiro em *A Crítica* e depois no *Jornal do Commercio*, reflete bem o que foi o salão:¹⁶⁵ sucesso! Afinal, o governador Gilberto Mestrinho apoiava as iniciativas lideradas por Áureo em Manaus e no Rio de Janeiro.

160 JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 25 ago. 1949.

161 JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 27 ago. 1949.

162 JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 11 set. 1949.

163 JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 9. nov. 1949.

164 JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 20 jan. 1961, p. 4.

165 JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 11 fev. 1961, p. 4.

Adiante, pelos anos 1965, deu-se a badalação do lançamento de sua canção *Manaus*, o encanto de composição simples e carinhosa com a cidade e que era orgulho de seu autor que colecionava sucessos como *Tarumã*, o samba batucada *Não é ciúme*, o samba-canção *Canção da Estrela*, o samba *Saber Amar* e o samba batucada *Insensibilidade*, os quais foram interpretados ao piano por Geraldina Normando em programa da Rádio Rio Mar liderada por Erasmo Linhares, mas depois apresentados na voz poderosa de Almir Silva com a orquestra de Júlio Aleixo, no Atlético Rio Negro Clube a demonstrar a consagração do autor. Mas foi a canção *Manaus* que valeu a Álvaro o oferecimento de poema especial da lavra de padre Raimundo Nonato Pinheiro: Festival de Galos.¹⁶⁶

Embora tenha havido investidas de Álvaro em Manaus para realizar algumas atividades no campo das artes e das letras, em anos bem passados, foi no eixo Rio-São Paulo que ele fixou residência longa e procurou trabalho na imprensa e no serviço público, e com o qual sobreviveu a duras penas. De retorno a capital amazonense pelos 1980, não se afastou dos seus sonhos de artistas e beletrista. A toda hora gostava de cantarolar a sua canção-símbolo e a clamar por espetáculos teatrais de qualidade. Aos poucos foi se reencontrando com o cotidiano da cidade de seu nascimento, mas sem perder a rebeldia que o caracterizava.

Sua presença na Academia não foi duradoura como todos desejávamos. A posse solene e formal, elegante e fina, como era de seu desejo, foi coroada pelo discurso de recepção proferido pelo Acadêmico Paulo Jacob com a sabedoria de sempre. Na *Revista da Academia*, além de seu discurso de posse, que foi curto e emocionado, os poemas *Ela*, *Limo da terra*, *Ânsia*, *Poema de carnaval* e *Triste narração*. Irreverente sem ser desrespeitoso, reconhecendo a Casa como centro de valores a espargir, costumava chegar para um cafezinho e boa conversa quase sempre carregando a bengala, contando suas histórias e as dos outros e animando o ambiente. Falava de tudo: todas as artes, política, futebol, livros, crônicas, escritores, autores, jornalistas, vida das elites e das pessoas mais simples. Gostava da boa prosa e não escolhia hora nem lugar. Era da Casa de “Adriano Jorge” que costumava seguir para breve

166 JORNAL DO COMMERIO, Manaus, 18 jul. 1975, p. 2.

passeio pela Avenida Eduardo Ribeiro de onde retornava, não raro, 277
bastante revoltado por constatar a destruição da paisagem urbana
que conhecera quando rapaz.

A homenagem que a Academia presta por ocasião do centenário
de seu nascimento, mesmo singela por imposição dos tempos ácidos
da pandemia que assolou o mundo, consagra em Áureo Nonato dos
Santos o valor da imortalidade que os acadêmicos admitem conquistar
quando do ingresso no Silogeu: por suas obras e memórias como o
premiado escritor e boêmio das liberdades.



— Nota biográfica

O escritor Áureo Nonato dos Santos nasceu em Manaus no dia 01.04.1921, filho de Antônio Nonato dos Santos e dona Virgília Nonato dos Santos. Fez seus estudos iniciais no Grupo “Olavo Bilac” no Bairro de São Raimundo de onde saiu para cursar a Academia de Comércio Cândido Mendes. Sua iniciação no jornalismo aconteceu em São Paulo, no jornal *A Noite*, dirigido pelo poeta Menotti Del Picchia, trabalhando depois em jornais do Rio e de Manaus.

No Rio de Janeiro exerceu atividades ligadas às áreas do jornalismo e cultura, entre as quais: diretor de publicidade da Companhia Dramática Nacional, do MEC; secretário geral do Teatro do Estudante do Brasil; redator teatral do jornal “Diário Trabalhista” e da revista “Vida”, além de secretário da Companhia Dulcina-Odilon.

Estreou na literatura, com o livro *Os bucheiros: um memorial da infância* (1983/86), com o qual ganhou o prêmio “Oswaldo Orico – 1982” da Academia Brasileira de Letras. Seguiu-se-lhe *Porto de Catraias: um memorial da adolescência*, 1987 e *Pitombas e Biribás*, 1993.

Foi eleito para a Academia Amazonense de Letras, a 15.05.1993, assumindo a 16.12.1993 com recepção de Paulo Jacob, a cadeira 17 (antiga 10), de Francisco de Castro, na presidência de Oyama Ituassu.

Pertenceu, ainda, ao Clube da Madrugada, União Brasileira de Escritores-AM e Associação dos Escritores do Amazonas.



REGGO

Esta revista foi composta pela Reggo Editorial,
em Dolly Roman e impresso em sistema offset sobre papel Off-Set 75g/m²
em julho de 2021 na capital do Amazonas, para a Academia Amazonense de Letras por meio do Termo de
Fomento n.º 38/2020-SEC, oriundo da Emenda Parlamentar de autoria do Deputado Estadual Serafim Corrêa.

revista da

AAL

{ ACADEMIA AMAZONENSE de LETRAS }

Este número 39, lançado no centésimo segundo ano de fundação do Silogeu, inclui as secções de praxe relativas às solenidades oficiais, artigo de professor convidado, discursos, conferência e, em destaque, os festejos do Centenário de Fundação da Casa de “Adriano Jorge”. Caderno especial contempla as homenagens a antigos titulares que completaram centenário de nascimento: José Lindoso, Plínio Coelho, Paulo Jacob, Mário Verçosa e Áureo Nonato, constituindo-se, pois, em documentário histórico muito particular e fonte para ampla pesquisa.

Assim, o sodalício caminha em direção ao bicentenário com representatividade e observância dos princípios que o instituíram.



PREFEITURA DE
MANAUS



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS